



RESISTÊNCIAS COMPARTILHADAS

COMUNICAÇÃO, LIBERDADE E CIDADANIA

NAIR PRATA
SÔNIA JACONI
RODRIGO GABRIOTI
GENIO NASCIMENTO
(ORGS)



INTERCOM

DIRETORIA EXECUTIVA INTERCOM 2020-2023

Presidente: Giovandro Marcus Ferreira

Vice-Presidente: Juliano Mendonça Domingues da Silva

Diretor Editorial: Felipe Pena de Oliveira

Diretor Financeiro: Marcelo Briseno Marques de Melo

Diretora Administrativa: Adriana Cristina Omena dos Santos

Diretora de Relações Internacionais: José Edgard Rebouças

Diretor Cultural: Ariane Carla Pereira Fernandes

Diretora de Documentação: Ivanise Hilbig de Andrade

Diretora de Projetos: Sonia Maria Ribeiro Jaconi

Diretora Científica: Nair Prata Moreira Martins

Diretoria Regional Norte: Tatiane Hilgemberg Figueiredo

Diretoria Regional Nordeste: Norma M. Meireles Macêdo Mafaldo

Diretoria Regional Centro-Oeste: Luãn José Vaz Chagas

Diretoria Regional Sul: Cristiane Finger Costa

Diretoria Regional Sudeste: Franco Dani Araújo e Pinto

CONSELHO EDITORIAL DA INTERCOM

Presidente do Conselho: Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)

Allysson Viana Martins (Unir)	Margarita Ledo Andión (USC, Gal.)
Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS)	Maria Ataíde Malcher (UFPA)
Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)	Maria Cristina Gobbi (Unesp)
Ana Sílvia Lopes D. Médola (Unesp)	Maria Érica de Oliveira Lima (UFC)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)	Maria Immacolata V. de Lopes (USP)
Bruno Guimarães Martins (UFMG)	Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)
Cicilia M. Krohling Peruzzo (Uerj)	Nair Prata Moreira Martins (Ufop)
Dario Brito Rocha Júnior (Unicap)	Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB)
Eduardo B. Vianna Meditsch (UFSC)	Patrícia Gonçalves Saldanha (UFF)
Erick Felinto de Oliveira (Uerj)	Pedro Gilberto Gomes (Unisinos)
Eula Dantas Taveira Cabral (FCRB)	Raquel Paiva de A. Soares (UFRJ)
Fernando Oliveira Paulino (UnB)	Raúl Fuentes Navarro (Iteso, Mex)
Francisco Machado Filho (Unesp)	Roseli Fígaro Paulino (USP)
Iluska M. da Silva Coutinho (UFJF)	Sandra L. A. de Assis Reimao (USP)
Izani Pibernat Mustafá (UFMA)	Sérgio Augusto S. Mattos (UFRB)
Joaquim Paulo Serra (UBI, Por.)	Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)
Luiz Claudio Martino (UnB)	Sônia Caldas Pessoa (UFMG)
Margarida M. Krohling Kunsch (USP)	Vanessa Cardozo Brandão (UFMG)

RESISTÊNCIAS COMPARTILHADAS

COMUNICAÇÃO, LIBERDADE E CIDADANIA

NAIR PRATA
SÔNIA JACONI
RODRIGO GABRIOTI
GENIO NASCIMENTO
(ORGANIZADORES)

São Paulo
INTERCOM
2021

Resistências compartilhadas: comunicação, liberdade e cidadania | 1ª edição

Copyright © 2021 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom

Organização

Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti e Genio Nascimento

Projeto gráfico, diagramação e capa

genioeditorial.com

Imagem da capa

Gayatri Malhotra - Unsplash

Revisão

Nair Prata, Sônia Jaconi e Rodrigo Gabrioti

Ficha Catalográfica

Resistências compartilhadas: comunicação, liberdade e cidadania.

[recurso eletrônico] / Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti e Genio Nascimento (orgs). São Paulo: INTERCOM, 2021, 471 p.:il.

Inclui bibliografias.

E-book.

ISBN 978-65-990485-7-9

1. Comunicação. 2. Resistência. 3. Pandemia. 4. Grupos de Pesquisa Intercom. 5. Brasil. I. Prata, Nair (org.). II. Jaconi, Sônia (org.). III. Gabrioti, Rodrigo. IV. Nascimento, Genio (org.).

CDD: 659

Todos os direitos desta edição reservados à:
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- Intercom
Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2050 - conjunto 36 - Bela Vista
CEP 01318-002 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3892 7558
Site: portalintercom.org.br - E-mail: secretaria@intercom.org.br

Sumário

Prefácio

Cicilia M. Krohling Peruzzo | **9**

Apresentação

Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti e Genio Nascimento | **14**

O legado de Paulo Freire: práticas de liberdade e de esperança

Rose Mara Pinheiro e Ana Luísa Zaniboni Gomes | **20**

A produção cinematográfica e audiovisual brasileira -
perspectivas e desafios

Débora Ivanov e Luiza Lusvarghi | **42**

O ativismo folkmediático como estratégia para a resistência
das classes desprivilegiadas (relato da entrevista com Osvaldo
Meira Trigueiro)

Marcelo Pires de Oliveira | **68**

Games, mídia e comunicação: perspectivas epistemológicas

Emmanuel Ferreira, Ivan Mussa e Jorge Cardoso Filho | **84**

Livros, autoritarismo e resistência: conversas

Sandra Reimão, Bruno Guimarães Martins e José Muniz Jr. | 102

Estéticas da comunicação: perspectivas da imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia

Tamires Ferreira Coêlho, Jamer Guterres de Mello e Helen Campos | 117

30 anos do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom

Bruno Fuser, Cláudia Lahni, Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos e Rozinaldo Antonio Miani | 141

Jornalismo de resistência - múltiplas práticas para a liberdade e a cidadania

Leonel Aguiar e Felipe Pena | 163

Música, ativismo e resistências nas disputas da cultura pop: diálogos com Adriana Amaral, Cíntia Sanmartin Fernandes, Mercedes Liska e Simone Pereira de Sá

Nadja Vladi Gumes, Adriana Amaral, Cíntia Sanmartin Fernandes, Mercedes Liska e Simone Pereira de Sá | 189

Religião à distância: a comunicação religiosa na pandemia

Ricardo Alvarenga e Isabella Pichiguelli | 222

Divulgação científica como práticas de resistência em tempos de pandemia e negacionismo

Adriana Omena Santos, Kamila Santos e Mirna Tonus | 250

Pensar e comunicar na América Latina em tempos de ataques à ciência e à democracia

Paulo Vitor Giraldo Pires e Anézia Maria Brito Lima | 284

Entre arquivos e plataformas: a memória televisiva brasileira resiste?

Gustavo Fischer, Suzana Kilpp e Miriam Rossini | 302

EBC e os desafios da radiodifusão pública no Brasil

Débora Cristina Lopez, Eduardo Vicente, Nélia Del Bianco e Gésio Passos | 322

Ficção seriada e resistência

Ligia Prezia Lemos, Larissa Leda F. Rocha, Clarice Greco e Lucas Martins Nêia | 345

Pós-colonialismo, decolonialismo e recolonialismo no pensamento comunicacional latino-americano

Thaiane Oliveira, Luís Mauro Sá Martino, Marcio Telles e Claudiane Carvalho | 373

Novas fronteiras da resistência em políticas e estratégias de comunicação: a defesa do conhecimento

Elen Geraldês e Rafaela Caetano Pinto | 400

José Marques de Melo e Paulo Freire: aproximações e diálogos na Educação

Sérgio Mattos, Rodrigo Gabrioti e Sônia Jaconi | 414

Um clássico in memoriam: Jesús Martín-Barbero e o legado das mediações

Rodrigo Gabrioti | 433

Sobre os autores | 452

PREFÁCIO

Prefácio

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

É com muita alegria que participo do projeto editorial do livro “Resistências Compartilhadas: Comunicação, Liberdade e Cidadania”, organizado por Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti e Genio Nascimento, porque ele representa uma iniciativa triplamente importante. Primeiro, por evidenciar que, apesar do contexto da pandemia Sars-Cov-2 que assolou o mundo, professores e investigadores universitários elegeram o modo virtual para continuar proporcionando o debate acadêmico num momento em que o distanciamento físico era uma exigência no cuidado com a saúde pública. Segundo, porque os debates ocorridos no ambiente digital agora se materializam em um livro, de modo a documentar o que foi dito e discutido. E em terceiro lugar, pela importância dos conteúdos de alta relevância social e acadêmica dos diversos capítulos que o compõem o livro, praticamente todos escritos em coautoria, o que demonstra o trabalho intelectual coletivizado que os grupos de pesquisa da Intercom conseguem consolidar.

Os capítulos, reunidos no presente livro, sistematizam os conteúdos dos diálogos e palestras ocorridos e transmitidos através de plataformas digitais, de 20 de abril a 22 de junho de 2021, na série de painéis virtuais denominada “Lives da Cátedra Intercom”. A maioria dos painéis esteve a cargo dos membros de Grupos de Pesquisa (GPs) da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), instâncias de aglutinação de pesquisadores que compartilham e discutem resultados de investigações científicas dentro de determinadas linhas temáticas. Ao todo foram 19 painéis que, embora não comportando todos dos Grupos de Pesquisa da entidade, pois a participação foi opcional, representam bem a diversidade temática dos mesmos, algo característico do campo científico da Comunicação Social. Contudo, é interessante observar que a diversidade não impede a existência de convergências. Convergências indicadas na existência de várias veias científicas de um campo do conhecimento que, em última instância, culminam em processos comunicativos na e com a sociedade. Outra convergência está na resistência enquanto posição epistêmica inconformada no mundo quando este é ferido pela opressão, injustiças e o negacionismo à ciência, ao conhecimento e à responsabilidade cívica com a coisa pública.

Sabemos que essa posição não é uníssona dentro de cada GP, nem no conjunto deles, até porque a Intercom preza a pluralidade e a liberdade científico-acadêmica, mas os textos deste livro reproduzem os debates ocorridos a partir da leitura da realidade, das pesquisas e de práticas sociais no contexto de crises – de saúde pública, política, econômica, cultural, ética, moral, humanitária - e acrescentam perspectivas conceituais que dão forma a modos de resistência a partir de processos de comunicação situados no vetor teórico de cada linha temática.

Alguns exemplos dessas incursões: Houve um painel que, para discutir as relações entre Comunicação e Educação,

abordou o legado de Paulo Freire como referência de um pensar que recusa a submissão e advoga a potencialidade humana em ser sujeito da história. Outro painel, relativo ao cinema, analisa o significativo aumento de assinantes de plataformas de streaming, como a Netflix, durante a pandemia e, possivelmente, como forma de saída para o entretenimento nos ambientes domésticos em razão da pandemia. Uma outra live mostrou o potencial dos jogos, porém alertando para a sensatez de vê-los não apenas como experimentação e brincadeira, mas também em suas dinâmicas socioeconômicas que contemplam os interesses do capitalismo neoliberal. Diante das tentativas de censura aos livros durante o governo Bolsonaro, com a participação de setores da extrema direita, em outro painel também foram denunciadas as tentativas de dificultar a produção e a circulação de livros, em especial, o anunciado expurgo da biblioteca da Fundação Palmares por parte de sua direção. As estéticas da Comunicação também permearam uma das mesas de debates discutindo as perspectivas de imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia, a partir de referenciais teóricos instigantes, no contexto de esvaziamento dos espaços públicos em que circulavam as produções artísticas como os teatros e cinemas em momento de distanciamento social. Como demonstração de que a resistência social nas interfaces com a comunicação não remete apenas ao atual momento pandêmico, uma das mesas mostrou o histórico de trinta anos das atividades e publicações em torno da Comunicação para a Cidadania, aquela que denuncia antagonismos e anuncia sinais de mudança na conquista de direitos. Também houve um painel sobre o jornalismo enquanto dispositivo de resistência política à cultura da desinformação e narrativas de desqualificação da democracia. Outros fenômenos, como os culturais representados na música, em especial a partir da cultura de fãs e outros ativismos, acelerados com as

plataformas digitais, mas que vai complexizando as disputas de sentidos como resistência e contra-resistência. Em outro painel, discutiu-se a afetação das práticas religiosas pela pandemia e sua migração para ambientes digitais acelerando transformações nas visões e uso da internet na expressão da religiosidade. Em tempo de valorização da ciência na sociedade, também não faltou o momento para a discussão da questão da divulgação científica como prática de resistência no contexto da pandemia discutindo iniciativas de comunicação relacionadas à ciência, tecnologias e meio ambiente, sob a ótica da comunicação da ciência e do jornalismo científico especializado. O aprofundamento dessas temáticas e de muitas outras abordagens - vale a pena conferir - podem ser encontradas neste livro que possibilita a socialização de tão relevantes debates mostrando grande senso de criticidade e uma dinâmica de resistências. Estas são compartilhadas por um conjunto de diferentes atores com perspectivas teóricas e de pesquisa distintas, mas concernentes ao interesse público. As intersecções entre a comunicação, os anseios por liberdade e ampliação da Cidadania tornam os conteúdos da obra de uma vivacidade e atualidade reveladoras da existência de uma “comunidade” científica em movimento, mas um movimento de caráter cívico atento a um novo processo civilizatório.

São Paulo, 20 de agosto de 2021

APRESENTAÇÃO

Apresentação

NAIR PRATA, SÔNIA JACONI, RODRIGO GABRIOTI E
GENIO NASCIMENTO

Mais uma vez, em meio à pandemia da Covid-19, a Cátedra Intercom manteve seu compromisso de difundir conhecimento por meio de encontros virtuais entre centenas de professores, pesquisadores, profissionais e estudantes da Comunicação. Uma atividade de construção hoje que deve se tornar em uma futura tradição. A partir do tema central dos Congressos da Intercom 2021 - **Comunicação e resistência: práticas de liberdade para a cidadania** – foi realizada a segunda temporada da série Lives Cátedra Intercom, no período de 20 de abril a 22 de junho de 2021. Foram 19 eventos com transmissão ao vivo na Plataforma Zoom para o público inscrito e, para o público em geral, pelo perfil da Intercom no Facebook: 17 lives organizadas por Grupos de Pesquisa da Intercom e 2 lives organizadas pela Cátedra Intercom. Os eventos gratuitos, mas com inscrições prévias, foram realizados todas as terças e quintas-feiras, das 18h às 19h30.

As redes encurtaram as distâncias. O Brasil e o mundo se encontraram nas telas com quase duas mil pessoas que se inscreveram nessas 19 lives que reuniu 67 palestrantes/moderadores: Adilson Citelli (USP), Adriana Amaral (Unisinos), Adriana Omena Santos (UFU), Ana Luísa Zaniboni (Oboré), Ana Maria Araújo Freire - Nita Freire (UFMS), Bruno Fuser (UFJF), Cíntia SanMartin Fernandes (Uerj), Clarice Greco (Unip), Cláudia Lahni (UFJF/UFSCar), Debora Cristina Lopez (Ufop), Débora Ivanov (+Mulheres), Denise Teresinha da Silva (Unipampa), Eduardo Vicente (USP), Elen Geraldine (UnB), Emmanoel Ferreira (UFF), Felipe Pena (UFF), Francisco Machado Filho (Unesp), Gésio Passos (Sindicato dos Jornalistas do DF e Fenaj), Gustavo Daudt Fischer (Unisinos), Helen Campos (UFBA), Isabella Pichiguelli (Uniso), Ismar de Oliveira Soares (USP), Ivan Mussa (UnP), Jamer Mello (UAM), Jorge Cardoso Filho (UFRB), José de Souza Muniz Jr. (Cefet-MG), Juçara Brittes (Ufop), Larissa Leda Rocha (UFMA), Leonel Aguiar (PUC-Rio), Lia Bahia (ESPM RJ), Ligia Prezia Lemos (USP), Lucas Martins Néia (USP), Luís Mauro Sá Martino (FCL), Luiza Alvim (UFRJ), Luiza Lusvarghi (Genecine Unicamp), Marcelo Pires de Oliveira (Uesc), Marcio Telles (FCL/UFPB), Maria Immacolata Vassalo de Lopes (USP), Maria José Braga (Fenaj), Mariluce Moura (UFBA), Mercedes Liska (UBA-Argentina), Miriam Rossini (UFRGS), Moisés Sbardelotto (Unisinos), Nadja Vladi (UFRB), Nair Prata (Ufop), Nelia Rodrigues Del Bianco (Ufop/UFMG/UnB), Nilda Jacks (UFRGS), Osvaldo Trigueiro (UFPB), Pablo Nabarrete Bastos (UFF), Paulo Giraldi (Unifap), Pedro Russi (UnB/Udelar-Uruguay), Rafaela Caetano Pinto (IFB), Raúl Fuentes Navarro (Iteso-México), Ricardo Alexino Ferreira (USP), Ricardo Alvarenga (Estácio São Luís), Rodrigo Gabrioti (Athon), Rose Mara Pinheiro (UFMS), Rozinaldo Miani (UEL), Sandra Reimão (USP), Sérgio Mattos (UFRB), Simone Pereira de Sá (UFF),

Sônia Jaconi (Intercom), Suzana Kilpp (Unisinos), Tamires Coêlho (UFMT), Thaiane Oliveira (UFF), Thomas Tufte (Iboro-Inglaterra) e Yuriy Castelfranchi (UFMG).

Esse grupo de pessoas pertence a quase 50 instituições de ensino superior e entidades. Do Brasil, são: +Mulheres, Athon, FCL, Cefet-MG, Estácio São Luís, ESPM RJ, Fenaj, Genecine Unicamp, IFB, Intercom, Oboré, PUC-Rio, Sindicato dos Jornalistas do DF, UAM, UEL, Uerj, Uesc, UFBA, UFF, UFG, UFJF, UFMA, UFMG, UFMS, UFMT, Ufop, UFPB, UFRB, UFRGS, UFRJ, UFSCar, UFU, UnB, Unesp, Unifap, Unip, Unipampa, Unisinos, Uniso, UnP e USP. Do exterior, estiveram representadas: Universidad de la República (Uruguay); Loughborough University (Inglaterra); Universidad Jesuíta de Guadalajara (México); e Universidad de Buenos Aires (Argentina).

A partir do tema central da série - **Comunicação e resistência: práticas de liberdade para a cidadania** – os 19 encontros tiveram abordagens ligadas às áreas dos grupos proponentes:

1. A produção cinematográfica como resistência e prática de cidadania
2. Ativismos musicais: espaços de emergências e resistências
3. Comunicação para a Cidadania: 31 anos de lutas e construção coletiva
4. Divulgação científica como práticas de resistência em tempos de pandemia e negacionismo
5. Entre arquivos e plataformas: a memória televisiva brasileira resiste?
6. Estéticas da comunicação: perspectivas de imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia
7. Ficção televisiva seriada brasileira e resistência

8. Games, mídia e comunicação: perspectivas epistemológicas
9. Jornalismo de resistência: múltiplas práticas para a liberdade e a cidadania
10. José Marques de Melo e Paulo Freire: aproximações e diálogos na educação
11. Livros, autoritarismo e resistência
12. Meios e mediações - o legado de Martín-Barbero para a comunicação latino-americana
13. Novas fronteiras da resistência em políticas de comunicação: a defesa do conhecimento
14. O ativismo folkmediático como estratégia para a resistência das classes desprivilegiadas
15. O legado de Paulo Freire: práticas de liberdade e da esperança
16. Pensar e comunicar a América Latina em tempos de ataques à ciência e à democracia
17. Pós-colonialismo, decolonialismo e recolonialismo no pensamento comunicacional latino-americano
18. Radiodifusão pública e práticas de resistência
19. Religião à distância: a comunicação religiosa na pandemia

Este *e-book* é um dos três produtos derivados desta temporada. Outro é a disponibilização da gravação das lives, no canal da Intercom no YouTube, com acesso livre e gratuito pelo link: youtu.be/intercomcomunicacao.

E o terceiro produto derivado da série surgiu como a novidade de 2021: o *Podcast PapoCom*. Por meio de uma parceria com o PráxisJor, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal

do Ceará (PPGCOM/UFC), uma equipe ajustou o conteúdo das lives para o formato podcast, tornando-se assim um importante material que se soma à produção do *PapoCom*, que discute as pesquisas realizadas no campo da Comunicação e suas repercussões para a sociedade. Todos os episódios estão disponíveis pelo link: ppgcom.ufc.br/pt/podcast-papocom

A conformação deste *e-book* segue a ordem de realização das lives, de forma a manter a dinâmica dos eventos: começamos comemorando o centenário de Paulo Freire e terminamos exaltando o legado de Jesús Martín-Barbero, num movimento que reflete a vida, a ciência e a resistência.

Boa leitura!

ARTIGOS

O legado de Paulo Freire: práticas de liberdade e de esperança

ROSE MARA PINHEIRO (UFMS)

ANA LUÍSA ZANIBONI GOMES (OBORÉ)

Nos tempos atuais, em meio à pandemia e às crises políticas brasileiras, muito significativo promover um encontro em comemoração ao centenário de nascimento de Paulo Freire. Como um ato de resistência, o Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação sugeriu a *live* “O Legado de Paulo Freire: Práticas de Liberdade e de Esperança”, para ser promovida pela Cátedra Intercom.

De fundamental importância para as pesquisas do GP, Paulo Freire é referência para as práticas e relações dialógicas dentro e fora da sala de aula, servindo de inspiração e ponto de reflexão quando tratamos de conceitos e premissas para a intersecção Comunicação e Educação.

Com esse sólido argumento, sugerimos discutir sobre o legado do educador brasileiro. Para a nossa honra e alegria, a proposta foi aceita de imediato, com a incumbência de abrir a segunda temporada de 19 lives promovidas pela Cátedra Intercom. Com o desafio aceito, a dupla honra veio com a

confirmação da participação da nossa convidada especial: Ana Maria Araújo Freire, Nita Freire, viúva do educador e defensora de seu legado no Brasil e no mundo.

A *live* do GP Comunicação e Educação foi realizada no dia 20 de abril de 2020, das 18h às 19h30 (Brasília), com participação especial dos professores Adilson Citelli e Ismar de Oliveira Soares, ambos da ECA/USP, e a mediação das professoras Rose Mara Pinheiro (UFMS) e Ana Luísa Zaniboni Gomes (Oboré).

Por feliz coincidência, o mês de abril reúne alguns marcos importantes na trajetória de Paulo Freire e também da Educação. Foi no dia 13 de abril de 2012 que Paulo Freire foi declarado Patrono da Educação Brasileira, por meio da Lei 12.612, assinada pela presidente Dilma Rousseff. E no dia 17 de abril de 1996 foi publicado o livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, sendo a sua última obra em vida. Também é em abril a comemoração do Dia Mundial da Educação, no dia 28, quando em 2000 a data foi instituída na cidade de Dakar, no Senegal, durante o Fórum Mundial de Educação.

A *live* foi a segunda mais visualizada na segunda temporada, com mais de 3 mil pessoas no Facebook e mais de 2 mil no Instagram da Intercom, além de 119 inscritos. Mas o resultado foi muito além dos números, indo ao encontro do fortalecimento da Comunicação como uma poderosa estratégia em defesa da Democracia, da Ciência, da Educação, da Liberdade e da Esperança.

Nita Freire é doutora em Educação pela PUC-SP, pernambucana de Recife e filha de educadores, casou-se em 1988 em segundas núpcias com Paulo Freire, com quem compartilhou vida, muitas lutas e também muitas obras. Nita Freire possui um extenso currículo de vida profissional, tem artigos e ensaios publicados em livros e revistas especializados

de várias partes do mundo, voltados ao tema da educação e a divulgação das ideias de Paulo Freire. Desde 1997, como sucessora legal da obra de Paulo Freire, vem organizando e fazendo publicar seus livros inéditos e traduzindo sua obra escrita a partir de 1988 para o espanhol e diversas línguas da Europa e do Oriente. Em 2006, recebeu o prêmio Jabuti – segundo lugar na categoria educação pelo livro *Pedagogia da Tolerância*, juntamente com Paulo Freire. No ano seguinte, na categoria Biografia, pela obra “Paulo Freire, uma história de vida”. Em 2018, Nita recebeu o título de Doutora *honoris causa* pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O objetivo deste texto é registrar a conversa com a educadora Nita Freire a partir das interlocuções das mediadoras Rose Pinheiro e Ana Luísa Zaniboni Gomes e os professores Adilson Citelli e Ismar de Oliveira Soares.

Rose Pinheiro: Como a senhora vê o título da nossa *live*, com esses dois conceitos caros e necessários para nós nesse momento. Qual a relação de Paulo Freire com esses dois temas.

Nita Freire: É muito importante a gente falar e falar cada vez mais de Paulo. Na verdade, eu acho que Paulo nunca foi tão popular, no sentido de ser tão conhecido, de tão homenageado como ele está sendo nesses últimos dois anos. Quanto mais o presidente da República o repudiou, o chamou de nomes absurdos, desprezou, menosprezou a sua teoria, disse que iria queimar todos os livros de Paulo e iria tirar o nome dele como patrono da educação brasileira, e tantas outras coisas, que Paulo vem crescendo, enormemente, como um homem que é capaz de reverter esse quadro indigno que nós estamos vivendo hoje sob a tutela desse capitão. Capitão que foi expulso do Exército, que aliás apesar de mentir muito nos dias de hoje, durante a sua candidatura não mentiu em nenhum ponto, ele disse que gostava da tortura, da coisa de

matar, da arma e ele não tolerava as pessoas que pensavam nos pobres e pessoas que tivessem ideias progressistas. E assim nasceu esse horror que ele fez contra Paulo. É interessante que isso está se transformando. Paulo está sendo o baluarte da luta contra os absurdos que se cometem hoje no Brasil. Paulo está indo à frente como se ele fosse o comandante que vem chamando a população toda, vamos marchar, vamos em frente, vamos fazer o Brasil feliz outra vez. É como se Paulo estivesse comandando o país no sentido de engrandecer seus homens e suas mulheres, de valorizar a cultura brasileira, de valorizar toda a nossa história, de valorizar as ações que os brasileiros e brasileiras têm feito durante toda a sua história. Isso não é pouca coisa gente, é muita coisa. Um número enorme de movimentos, de *lives*, abordando Paulo Freire, em comemoração aos cem anos de nascimento dele, o colocando nessa posição de defensor da pátria. É um defensor da pátria. Nós precisamos voltar ao tempo do patriotismo, um patriotismo puro, sem choramingas, sem pieguices. Eu tenho uma pátria que é o Brasil, e é essa pátria que eu amo.

Ontem eu vi, infelizmente não consegui ir até o fim, um programa sobre os índios brasileiros e eles dizem a nossa pátria é essa aqui é esse barro, esse barro que me faz e muitos deles vão pegando o barro catando no chão, esfregando barro. Nós somos o fruto desse barro, dessa água, dessa floresta, desses animais e de todas as coisas da natureza. Nós Somos Filhos da Natureza e nós queremos preservar a vida indígena preservando a natureza.

Nós temos que estar nessa luta, nós temos que ter o nosso barro. Qual é o nosso barro? São os homens e as mulheres que pensaram em dias melhores, que pensaram que a esperança é uma qualidade humana, intrínseca ao ser humano. Todo ser humano tem esperança, quer queira quer não. Havendo momentos, entretanto, de desesperança. Se Paulo vivo estivesse ele estaria num momento de desesperança,

mas lutando para afastar essa coisa tenebrosa que é não ter esperança para o futuro e procurando esperar. Nos últimos tempos Paulo falava a esperança não se fica esperando por ela de braços cruzados, a esperança de braços cruzados nada é, é um nada. Nós temos que ter ações e ação com a esperança é o esperar. E vejam bem a esperança é um substantivo, esperar é o verbo. O verbo é que tem ação, é o que carrega a ação, movimento e transformação. Então nós devemos estar esperançados, esperando, esperando do verbo esperar. Isso é absolutamente necessário que façamos hoje porque senão nós vamos sucumbir nesse mar de horror, de lama dos horrores se produzem ou que algumas autoridades ou muitas autoridades promovem e dão concretude hoje para o Brasil. É muito trágico, é muito difícil vivenciar isso, mas ou a gente enfrenta ou a gente vai sucumbir. Então essa é a questão da esperança.

Você falou também da liberdade, quando Paulo falava em liberdade, e sempre falou em liberdade, que aliás ele falava mais em libertação porque a libertação tem um verbo, não é? É ação. É um verbo que é libertar pela ação. E Paulo sempre valorizou não a palavra falada, mas a palavra que tem nela a conotação da ação, então a libertação é aquilo, é aquele momento em que a gente procura com esperar, com ações do esperar ir chegando até a libertação, mas quando chegamos a libertação nós temos outros projetos outros inéditos viáveis que são projetos de libertação e não paramos, o nosso projeto de libertação não para, não deve parar. E no dia que nós tivermos uma possibilidade de não termos esse governo, tão malvado, tão macabro, tão deprimente, depois que passar isso a gente não vai parar conseguindo uma libertação e vamos conseguir outras e outras e outras porque o ser humano é um ser inconcluso, como Paulo dizia, o ser inconcluso e a sua vida é um processo contínuo e permanente de formação, de comunicação, que nada mais é

que comunicação para Paulo é educação. A comunicação para a libertação sempre, sempre e sempre até o último momento de nossas vidas, né.

Ana Luísa: Enquanto educadora e educadores, cidadãos e cidadãs, a gente sabe que precisa manter mesmo a potência desse verbo esperar, mas como é que a senhora vê a possibilidade da gente continuar soprando e agindo sobre essa brasa da liberdade e brasa da esperança. Quais são essas outras práticas que a gente precisa as quais a gente precisa recorrer para continuar mantendo vivo isso nesse momento do mundo tão difícil.

Nita Freire: A gente precisa educar as virtudes, Paulo sempre dizia que para ser educador e, portanto, um bom comunicador, não no sentido que se usa aí pela televisão, mas um comunicar como nós estamos fazendo aqui, um tentando mostrar suas ideias para o outro ou para outra, é que a comunicação e essa comunicação é um direito humano. Paulo foi a primeira pessoa no mundo que falou que a comunicação é um direito humano. As coisas feitas às escondidas, à revelia, ao contrário do que o povo quer, do que o povo pensa, isso é um ato fúnebre. A gente tem de ir juntando as nossas virtudes, a gente precisa ser coerente para poder enfrentarmos esta avalanche de coisas deprimentes, a gente precisa ser tolerante. Tolerante com aquele que é diferente de nós, não com aquele que é antagônico. Paulo sempre dizia nós temos que dialogar com o diferente, temos que aceitar que a ideia do outro é diferente da nossa e por isso ela não é inferior, elas são diferentes. Agora não podemos dialogar, não há diálogo com o antagônico, por exemplo. Quem de nós teria como dialogar com o presidente, com o capitão. Quem de nós teria, eu acho que nenhuma de nós teria porque nós seríamos humilhadas, esmagadas. Nós só temos que dialogar porque o diálogo é fonte de conhecimento e é fonte também de relacionamento para a transformação. Nós não podemos

transformar o mundo se a gente não praticar o diálogo. É o diálogo que é um diálogo amoroso, não pode maltratar o outro porque sua ideia é diferente. Você tem que querer bem ao outro, não precisa amar, morrer de paixão, nada disso, mas a gente tem que gostar do outro, que está dialogando, está no mesmo trabalho, que está no mesmo grupo, que pensa em mudar o país, né. Eu acho que a gente tem que ter, Paulo tinha muita humildade, nunca ninguém viu Paulo se, eu digo assim, empavonar, virar um pavão, e achar que ele é tudo, que ele sabe tudo, que ele é mais importante do que todo mundo. Não, quando às vezes um desconhecido chegava, uma vez numa praça aqui em São Paulo, aí olha o senhor é muito importante, todo mundo vem falar aqui com o senhor com o maior respeito, eu posso saber quem é o senhor? Paulo disse olha eu sou Paulo Freire. Ele disse ah é? O que que o senhor faz? Paulo disse eu fiz e continuo fazendo algumas coisas pela educação. Paulo nunca disse olha eu fiz muito, transformei o mundo todo com o que eu venho dizendo e com os livros que eu venho publicando. Paulo não disse, como uma humildade enorme. Ele disse se o educador não trabalhar, se a gente que quer transformar o mundo, não trabalhar com humildade a gente perde o endereço antológico, então a gente perde a essência da existência humana, sólida, correta, profunda e transformadora. A gente não pode né, às vezes me dizem Nita você é muito humilde, eu digo eu sou mesmo, eu sou muito humilde. Eu não gosto de sair contando por aí até prefiro aqui no meu prédio prefiro não saibam muito quem eu sou, mas como eu já moro aqui há 20 anos alguns já sabem.

Adilson Citelli: Fiquei aqui muito tocado e muito emocionado, evidentemente, com as palavras da professora Nita. Afinal, não apenas é uma conhecedora da obra do seu Paulo Freire como conviveu com ele e inclusive dividiu conosco aqui um ou outro evento né de uma infinidade de eventos importantes para gente, então é um prazer muito

grande. Eu vou fazer uma observação também rápida porque eu acho que de fato nós queremos mais ouvir a senhora né professora Nita do que nós outros aqui. Em primeiro lugar, eu fiquei tocado com a fala inicial da senhora no tocante ao fato de que o professor Paulo Freire é esse grande paradoxo né, ele morreu, porém, as ideias dele continuam perturbando os vivos, isso é uma coisa muito importante, e perturbando num nível muito violento né, tão violento que os vivos resolveram tentar matá-lo pela segunda vez, está morto, mas querem matá-lo novamente. E curiosamente como se estivéssemos numa espécie de teatro shakespeariano, o morto volta e se superpõe ao vivo. Um movimento realmente espantoso. De fato, eu concordo com a senhora, nesses últimos dois anos, talvez, o nome do professor Paulo Freire voltou com uma força no Brasil e fora do Brasil. Nós sabemos de inúmeros grupos de pesquisa espalhados pela Inglaterra, Estados Unidos, França, na África, enfim, ficaríamos aqui a noite toda levantando só esses grupos de trabalho que estão em volta da obra do professor Paulo Freire. E isso no Brasil foi retomado de uma maneira muito forte pelo menos nesses últimos dois anos, o que é algo paradoxal. Enquanto essa paranoia travestida de governo, quer dizer nós não temos um governo exatamente, não é um governo funcional. Nós temos um governo teórico porque não há, esse é um governo que não tem funcionalidade, ele não responde a nada, a coisa alguma. Para onde voltemos o nosso olhar o que vemos é uma arquitetura da destruição. Ponto. Ou seja, é algo tão inusitado, tão espantoso, num país com as dimensões do Brasil, uma história brasileira, ter alguém que se investiu num cargo para exercer a destruição, esse é o projeto, é um projeto de desmontagem. Essa desmontagem quer atingir o terreno físico, não precisamos citar o exemplo da Amazônia, a mortandade de índios, é a destruição física. E a destruição simbólica, a destruição simbólica se quer fazer através da destruição da educação, da cultura, e assim

progressivamente. Quer dizer é o terreno físico e das ideias. Agora, no terreno das ideias houve um problema porque foi atacar exatamente referências que estavam tão solidificadas na vida brasileira que revivesceram, com uma vitalidade enorme. Este ano, esse Centenário do Paulo Freire, a gente tem acompanhado isso um pouco está sendo comemorado no mundo todo. No Brasil, são inúmeras iniciativas, são revistas que estão sendo feitas, livros escritos, filmes, músicas, tem gente fazendo canções que entra o Paulo Freire nas canções, de sorte que é uma espécie assim de boa vingança, que está colocando o capitão, que era tenente a rigor, no seu devido lugar, de um sargento ou de um cabo, digamos assim, na melhor das hipóteses, não desmerecendo nem os sargentos e nem os cabos.

Um segundo ponto que eu acho importante, sobretudo para aqueles que são mais jovens né, que pegaram já essa história num período um pouco mais avançado, Paulo Freire fez parte de um grupo de brasileiros e brasileiras que tinha um projeto para o país, não era apenas uma metodologia ou uma questão teórica aqui ou acolá, mas um grupo de homens e mulheres que tinham um projeto para o Brasil, pensavam o Brasil, que queriam pensar o Brasil, e oferecer alternativas para melhorar a vida dos brasileiros e das brasileiras. Um grupo de homens e de mulheres do qual o professor Paulo Freire fez parte. Poderíamos citar vários nomes, mas para lembrar alguns que estavam muito próximos desse contexto do professor Paulo Freire: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes e tantos outros, que queriam pensar o país. Eu estou dizendo alguma coisa que parece saído de não sei onde. Você afirmar a existência de homens e mulheres programáticos tencionando-os com o pragmatismo medíocre que vemos aí, esse pragmatismo que mata índio, destrói floresta, xinga chinês, diz que o vírus é comunista e assim por diante, a ideia dos homens programáticos, os

homens e as mulheres que têm um programa, que vai além do imediatismo, que olham pra frente, era o caso do Professor Paulo Freire, que estava pensando a educação, mas estava pensando o país, estava pensando em melhorar a condição de vida das pessoas. O método de alfabetização digamos é quase uma estratégia no interior desse programa de país.

Eu queria lembrar é o seguinte: esse grupo trabalha com Comunicação e Educação. Nós estamos no interior de uma instituição que é a Intercom que é voltada para os estudos de Comunicação. Eu vou dizer uma coisa de uma maneira muito resumida. O que a obra do professor Paulo Freire tem a fazer no interior dos estudos de Comunicação. A tentativa de buscar uma resposta a esta pergunta gerou grupos como esse, este Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Educação da Intercom, que não é de hoje, é coisa de muito anos, quase 30 anos. Então o que teria o pensamento freireano, a teoria freireana, a teoria da linguagem de Paulo Freire, o que teria para contribuir nesse terreno da Comunicação. Faço um parêntese para lembrar uma coisa muito pequena que vem digamos abonar a minha fala. Lá pelas tantas no governo da Luiza Erundina, como sabemos, o professor Paulo Freire foi o secretário da Educação aproximadamente por dois anos. Eu tive a felicidade de fazer parte de um grupo de pessoas que fez alguma assessoria na Educação. E me lembro de uma discussão que fizemos lá sobre a entrada de computadores na escola. E o professor Paulo Freire tinha lá, como todos nós naquele tempo, né parecia uma coisa um pouco assim, ele disse nós vamos comprar computadores para colocar nas escolas. Se não me engano, foram 40 computadores, talvez os primeiros computadores a entrarem nas escolas públicas municipais de São Paulo. Ele tinha plena consciência sobre a tecnologia. Ele tinha uma reflexão crítica, como muitos de nós. Ele dizia que a tecnologia nem poderia ser diabolizada mas também não poderia ficar dizendo por aí que ela iria salvar o planeta.

De todo modo, é um desafio para a área de comunicação pensar a obra do professor Paulo Freire. Eu acho que uma sugestão até porque tem muitos colegas, são mais de 80 que estão participando dessa *live* e boa parte são pessoas ligadas a Comunicação e Educação, acho que uma boa pista pra gente aprofundar esse assunto é pensar que o professor Paulo Freire sempre considerou a comunicação como um ato comunicante, acho essa frase muito bonita. Ela aparece de diferentes modos, mas na Pedagogia da Autonomia aparece com grande clareza. A comunicação como um ato comunicante. Não é literal, mas é quase isso. Ele dizia que não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde com a dialogicidade. É intrincado extremamente interessante como provocação teórica e provocação reflexiva para o campo da comunicação porque muita gente imagina que o campo da comunicação é um campo dos dispositivos comunicacionais, isto é, da televisão, comunicação é a televisão, é o rádio, é o jornal, é o cinema etc. A comunicação é fundamentalmente um processo de construção de inteligibilidades que deve se fundar ou fundear nos processos dialógicos. Isso parece pouco, mas é um universo gigantesco. É uma provocação, o que significa ativar a dialogicidade, ela vai permitir uma intervenção mais efetiva no mundo, vai permitir os processos de construção de libertação e assim por diante porque a dialogicidade é um processo de transformação na relação entre o sujeito com os outros sujeitos. É aderir ao outro, é recolher a fala do outro, é estabelecer protocolos democráticos na relação comunicacional. Então sim se a educação e a comunicação nesse sentido têm vínculos animadores que podem no segundo movimento imaginar-se junto dos dispositivos. Se fizéssemos o raciocínio contrário estaríamos perdidos. Porque veja aparentemente nunca tivemos tanta comunicação no mundo como temos hoje, mas a pergunta é mas há comunicação de fato? O fato de termos à disposição uma quantidade brutal de

possibilidades de promover comunicação indica que estamos de fato promovendo comunicação. O Paulo Freire poderia dizer o seguinte: Olha isso não é bem comunicação, isso é troca de informação, isso é exposição de questões localizadas de uma factualidade qualquer porque para comunicação efetivar-se o pressuposto é a dialogicidade, é a ativação dialógica. É evidente que poderíamos ficar aqui a noite inteira discutindo esse conceito de diálogo, comunicação e educação, mas eu gostaria apenas de deixar esse ponto para reflexão dos nossos colegas. Quando é que é a obra do Paulo Freire entra nos estudos de comunicação? Entra porque a comunicação pensada como um ato de transformação, de mudança, de oitiva. Oitiva. O Paulo Freire fala que o silêncio é mais forte do que a tagarelice. Às vezes a tagarelice não está promovendo comunicação alguma e um certo plano de silêncio institui essa comunicação de uma maneira até mais radical. Eu diria, portanto, que nós da área de comunicação temos um triângulo para enfrentar mais a obra do professor Paulo Freire que tem a ver com linguagem/comunicação, educação e diálogo porque o diálogo é que vai permitir a interlocução, é que vai permitir as interações. Olha, mas será que a comunicação tem interação, será que esse negócio que se faz hoje nas redes sociais, todo mundo xingando todo mundo, essa esculhambação generalizada, tem comunicação aí, que funcionalidade é essa, instituída. Que comunicação é essa? Tem a comunicação produzida pelo gabinete do ódio, que comunicação é essa?

Nita Freire: Bastante interessante, bastante reflexiva. Paulo é considerado por alguns experts na questão da comunicação como pai da comunicação e Paulo traçou o que é comunicação no livro dele que é *Extensão ou Comunicação?* É aí que ele vai dizer o que é comunicação e comunicação para Paulo é a educação. Por isso que você fala tem o terceiro elemento que é o diálogo porque eu não posso fazer educação

se não tiver um conteúdo e não tiver um diálogo para falar sobre isso em qualquer linguagem que seja, gestual ou falada ou escrita. Alguma linguagem tem que ter. Então eu acho que vocês da Intercom, não sei se se dedicam muito a isso, mas estudar esse livro *Extensão ou Comunicação?* que o professor Venício Lima, da Universidade de Brasília, já escreveu alguns trabalhos e ele disse que a primeira pessoa no mundo que pensou porque os ditos que começaram as teorias da comunicação começaram 12 anos depois de Paulo. Tem de verificar quando o Paulo fala na comunicação já a partir deste livro e ele disse nós temos um pouco dessa coisa de engrandecer, um paradoxo, engrandecer e esquecer as coisas ou aquela pessoa ou aquele evento, aquele grupo fez, então a questão da comunicação dizer o que comunicação é qualificar a comunicação e dá uma conotação de superior, de um estágio superior, é como disse o senhor, fica aí na televisão um xingando o outro dos maiores impérios do mundo não é comunicação. A televisão pode fazer comunicação ou não. A maioria das vezes ela distorce, distorce até as informações. Então temos de estar muito atentos a isso. Eu acho que vocês poderiam ler mais com mais profundidade, mais cuidado esse livro porque vocês não mencionaram e você menciona Paulo já retomando, porque Paulo veio assim costurando ideias em cima de suas próprias ideias, ele vai desenvolver, aquilo que está em *Extensão ou Comunicação?* ele retoma em alguns livros e na *Pedagogia da Autonomia*, como você mencionou. Então é isso, é considerar Paulo o pai da comunicação, ele disse que a comunicação é um direito humano. Não é para ficar aí metade do mundo que não sabe que acredita que tomando vacina vai virar jacaré, não é? Isso não é possível. Eu achei fantástico uma mulher nordestina assim dessas pobres, pobres, uma senhora já com seus 50 e poucos anos, gorda, com barrigão e ela na fila pra tomar vacina e ela diz assim: “mesmo que eu vire jacaré, eu vou tomar vacina”. Eu achei

uma crítica absolutamente fantástica. Ela não acreditava que ia virar jacaré. Portanto, ela tomaria a vacina. É isso que a gente tem de fazer, levar a comunicação para o povo. Há poucos dias se disse o povo sente dificuldades porque vem as autoridades e diz assim: temos que evitar aglomeração e o povo não sabe o que é aglomeração. Então a gente tem que ir e destrinchar. Olha aglomeração é a gente ficar muito coladinho junto com outro, muita gente como em Carnaval, e abraça e beija, todo mundo se tocando, se abraçando no calor humano, suando, beijando, isso não pode, isso é aglomeração e tá transmitindo o vírus que passa sem a gente vê, se a gente saber e sem a gente querer, né. É um bicho que engana para burro. Mas é isso, a comunicação é a fonte da existência humana. Nós nos transformamos e não seres no mundo, mas seres com o mundo. Então somos seres da existência quando a gente usa da comunicação, da verdadeira comunicação, que é essa que ensina, que luta, que transforma. Eu queria fazer esse adendo.

Ismar de Oliveira Soares: Nita, é um prazer estar aqui com você, ouvir você e contar para você algumas coisas que não sei se você conhece ainda, porque nós estamos trabalhando Paulo Freire com as crianças, com os jovens, e nesse trabalho de diálogo com as crianças, com os jovens, em alguns momentos, aqui na prefeitura de São Paulo, por exemplo, quando a gente pergunta para as crianças o que você quer ser quando crescer, uma das respostas que eu recebi foi: Paulo Freire! A criança imaginou quando crescer só um resta o caminho ser Paulo Freire. É uma resposta muito profunda e que indica um entendimento, um entendimento que é possível se adquirir a partir de uma perspectiva dialógica que o próprio Paulo nos ensinou. Eu diria pra você que meu primeiro contato com Paulo Freire foi quando ele volta do exílio, em 1991, eu o convidei para um Congresso, justamente sobre comunicação e resistência na Metodista de São Bernardo, congresso

organizado pela União Cristã no Brasil de Comunicação. Essa instituição fazia congressos anuais com mil, duas mil pessoas e os temas envolviam a questão da recuperação da cultura, da liberdade de expressão, os termos de direitos humanos, e fico feliz também que a Intercom esse ano retoma um tema dos anos 70, dos anos 80, sinal de que retrocedamos na história no Brasil. Aí eu diria pra você também que temos um texto que é muito bom para nós, que nós gostamos muito, foi escrito por um boliviano chamado Luís Ramiro Beltrán, chamado “Adíos, Aristóteles, la Comunicación Horizontal”, não sei se você conhece, mas é um texto que vem da área das Teorias da Comunicação e apresenta Paulo Freire como um revolucionário. O primeiro grande teórico foi Aristóteles, que falava da relação comunicativa do emissor para o receptor, posteriormente como os meios de comunicação aparecem os meios entram como recursos para transmitir esse comando de voz, de quem tem a voz para quem recebe a voz, para as audiências. E o Ramiro Beltrán reconhece que Paulo Freire quebra essa estrutura e, portanto, ele refunda a própria teoria da comunicação. E hoje tivemos uma aula momentos antes desse debate aqui, na pós-graduação e nessa aula houve um debate a respeito da questão das epistemologias do Sul trazidas pelo Boaventura de Sousa, de Portugal, e no debate foi dito o seguinte o próprio Boaventura ao falar das epistemologias do Sul ele desconhecia Paulo Freire e foi a partir de brasileiros que faziam pós-doutorados com ele em Coimbra, que ele acabou descobrindo que na verdade Paulo Freire está na raiz de qualquer processo de epistemologia do Sul e a partir de 2019 na bibliografia publicada pelo Boaventura, ele crava lá Paulo Freire como referência mundial para as epistemologias do Sul. Estamos falando aqui do reconhecimento que desde 1979, com Ramiro Beltrán e, depois agora 40 anos depois, com o texto de Boaventura, a Comunidade Internacional na área acadêmica de Paulo

Freire como um esteio do pensamento comunicacional. Nesse momento que nós estamos vivendo, como o professor Adilson comentou e você mesma comentou, nós estamos vivendo um caos comunicativo. Esse caos comunicativo a dor que ele causa é porque ele acabou frustrando a grande meta da luta dos movimentos populares, dos anos 70 e 80, frutos também da reflexão freireana, de busca pelo acesso. Todos sonhávamos em que todos pudessem ter acesso aos meios de comunicação, se falava na época de meios de comunicação alternativos, mas da busca era para que a população pudesse ter acesso a uma comunicação aberta. E quando chega a área digital nos anos 90 a expectativa aumentou, a população ter acesso e quando a população tem acesso, o mercado e depois o diabo tomou conta do processo, e tivemos então o pesadelo da acessibilidade, vivemos hoje o caos da comunicação. E a grande pergunta é haverá democracia, é possível sobreviver a democracia, que será das próximas eleições já que a anterior já nos apontou para um caos da democracia por causa do uso inadequado do sistema de comunicação.

Frente a essas questões é que o conceito de educomunicação tem aparecido como uma hipótese de uma reflexão, de uma prática. Quando falamos de educomunicação nós estamos falando de algo que alguns pesquisadores nossos, como Braga e Calazans, no livro *Comunicação e Educação*, ele dizia questões delicadas na interface. E o livro do Braga, ele aponta para o fato de que entre, no entrelaço, na interface entre esses dois campos, a comunicação e a educação, um interferindo no processo do outro, a partir de uma perspectiva de abertura, a partir de uma perspectiva de diálogo, se abre para uma terceira via. A educomunicação como terceira via ela tem mobilizado crianças de 5 anos, 6 anos, 7 anos, adolescentes, adultos e pessoas de qualquer idade. A mobilização levou uma criança de 9 anos a dizer quando eu crescer eu quero ser Paulo Freire e esse entendimento é muito mais emocional do que racional,

se assim podemos considerar, ele é na verdade existencial, ele soma a racionalidade com a emoção e caminha na busca de uma nova práxis e essa práxis é a práxis da amorosidade. É Paulo Freire na veia.

E aí quando nós falamos de educomunicação na verdade nós estamos falando de uma história na América Latina assim devolve ao longo dos últimos 60, 70 anos e que finalmente a academia reconhece, identifica, nomeia e consegue levar para os espaços formais. É interessante nós observamos o seguinte: no ano de 2001, a Prefeitura de São Paulo frente a um grande problema existente naquele período, que era a violência nas escolas, e ao saber que práticas educomunicativas em vários lugares estavam fazendo mudanças colocou para nós do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA um desafio: nós temos um problema e não conseguimos resolver esse problema. Nós já colocamos grades nas escolas, na época do Jânio Quadros, criamos uma guarda municipal especialmente para cuidar das escolas e a violência continua. E a pergunta era a partir da Cultura, a partir da Comunicação, poderia haver mudanças? E nós nos inspiramos na prática latino-americana de educação não-formal e através de uma prática de educação não-formal ingressamos na Prefeitura, trabalhando aos sábados, e ao longo de três anos e meio com 11 mil professores e alunos das comunidades permitimos, favorecemos um diálogo sobre comunicação, sobre como resolver os problemas das escolas a partir da perspectiva do diálogo, utilizando um recurso muito antigo que é o rádio, a linguagem radiofônica, fazendo com que a linguagem do professor, a expressão do aluno da comunidade se juntassem no dispositivo e a partir do dispositivo a escola passasse a dialogar sobre a sua própria condição. Algo importantíssimo em 2004 no final do processo de sete semestres, a Prefeitura disse pra nós olha nós vamos transferir o projeto educom. rádio de projeto especial de combate à violência nas escolas

para a grade curricular. Vamos introduzir porque interessa para Prefeitura um assunto chamado gestão das práticas de comunicação nos espaços educativos e educomunicação é o caminho. Nessa mesma sequência a Câmara Municipal aprova a lei Educom. Passaram já 7 ou 8 prefeitos pela cidade de São Paulo, passaram-se vinte anos, e essa prática está viva mais do que nunca na Prefeitura. Estou colocando aqui um exemplo em que ações da academia de reflexão somadas a intencionalidade das políticas públicas no sentido de buscar caminhos para práticas de comunicação para solucionar problemas, na verdade a Prefeitura não estava preocupada com relação de ensino-aprendizagem. Isto é, a pergunta para nós não era uma pergunta de didática, era uma pergunta de gestão da comunicação. E nós baseando-nos em Paulo Freire, baseando-nos na dialogicidade freireana, levamos essa prática para os professores e alunos. Nita, é importante dizer para você que quando a prefeitura nos convidou para oferecer essa contribuição, a prefeitura imaginava que nós íamos dar cursos para os professores na rede, os professores iam trabalhar com os alunos, mas nós dissemos não, nós não queremos dar cursos para os professores, nós queremos trabalhar com a comunidade. Então organizaram-se na cidade polos e nós íamos aos sábados nesses polos, começamos com cinco polos, chegamos a ter 17 polos. Nós partíamos aos sábados pela manhã e íamos dialogar práticas de ações dialógicas e participativas, produções em que alunos, professores e membros da comunidade juntos estavam discutindo suas questões e transferindo isso para a expressividade do rádio e depois de outros meios de comunicação também. E com isso criou-se uma nova cultura. Esta nova cultura a burocracia não conseguiu destruir. Nenhum prefeito de São Paulo conseguiu destruir, aliás nós na época trabalhamos com crianças de 4^a a 8^a série, não existe a 9^a. Nós achávamos que criança pequena não tinha condições de entender o que

estávamos querendo, dialogar, produzir, mas a partir de 2009, a própria prefeitura, a pedido das professoras do ensino infantil, levou a educomunicação para as escolas infantis e nós hoje contemplamos e vemos crianças de 4, 5, 6, 7 anos usando os recursos da comunicação, mas fazendo processos, produtos, analisando esse material a partir da sua perspectiva de ludicidade, mas dentro daquela vocação de criar coisas novas. Uma das minhas orientandas agora, por exemplo, está estudando, pesquisando o uso da fotografia por crianças da rede infantil em que as crianças documentam o seu espaço e identificam o que é interessante, o que deixa de ser interessante para elas naquele espaço e dialogam a partir da fotografia que produzem. Isso para dizer que quando esse menino de nove anos disse que quando eu crescer quero ser Paulo Freire, isso está apontando para o fato de que o pensamento de Paulo Freire ele é vida e ele consegue iluminar a interface Comunicação e Educação e permitir que uma prática que surgiu no espaço não formal, fora da escola, ingresse dentro dos espaços escolares. Um exemplo dessa prática vamos encontrar neste momento na fronteira entre Colômbia e Venezuela. Ali as crianças de famílias da Venezuela vão para a Colômbia dentro da Colômbia encontram territórios dominados pelas guerrilhas, que ainda existem por lá e crianças e adolescentes passam a ser vítimas daquela violência.

Um grupo de educadores começa a trabalhar com aqueles jovens, associando às rádios comunitárias daquela região para um projeto de educomunicação em que as crianças começam a se envolver, envolver suas famílias, envolver a sociedade na busca de soluções pacíficas para aquele território.

Nós vamos encontrar América Latina adiante, todos os países da América Latina, a multiplicação dessas práticas. Algo interessantíssimo que eu encontrei dentro da América Latina, convivendo com a América Latina, foi por exemplo o conceito de *bueno vivir*, que resgata o ideário dos ancestrais

dos povos andinos na busca de uma boa relação com a mãe Pátria, com a mãe-terra, cocha mama, e que eles querem a decolonização, eles querem trocar a perspectiva capitalista de ver o mundo, ver a terra, ver os recursos naturais a partir da perspectiva anterior e com o que eles estão trabalhando? Com a educomunicação.

Quando falamos de educomunicação estamos falando de um paradigma que sistematizado pela academia que, sendo prática de pesquisa, nós temos hoje na Capes o registro de mais de 380 pesquisas sobre educomunicação dos anos 2000 até agora. Essas pesquisas estão documentando. Nós vamos encontrar pesquisas não só da área de comunicação, de educação, mas que vem dos mais diversos campos das ciências humanas. Nós temos aí 108 centros de pós-graduação com alguma tese sobre educomunicação no país. Isso tudo para dizer que a prática se multiplica. Essa práxis, a prática, a leitura da prática e os resultados das pesquisas sendo devolvidos à população, tem permitido um avanço muito grande desse conceito, que chega a África e está na Europa. Grupos de brasileiros que dão assessoria a países africanos estão trabalhando por exemplo em Angola, Guiné e na Europa também há um grupo de jovens que está trabalhando com a defesa do planeta usando a perspectiva da educomunicação.

Então, Nita, quando te apresento esse fato, não sei se você conhecia o conceito de educomunicação, mas para dizer que teóricos e profissionais da comunicação e da Educação se uniram e dessa união emergiu uma forma de pensar que necessitava de uma bandeira, de um nome, uma sistematização, para a partir dessa sistematização que funcionaria como guarda-chuva para que as pessoas se entendam e se entendessem. Hoje nós podemos a partir desse conceito ir a qualquer cidade no Brasil que lá vamos encontrar algum tipo de prática educacional, algum tipo de pesquisa sobre essa área e um avanço de dialogicidade.

No momento, a questão do caos comunicacional é o nosso grande problema, então o direcionamento da educomunicação hoje se volta para as fake News, para o entendimento do que seja, mas muito além de simplesmente saber, se verificar se há notícia a, b ou c é falsa ou verdadeira.

A grande questão é a pergunta sobre nossa própria comunicação, como ela é, somos falsos, manipulamos a nossa própria comunicação e como é que nós podemos trabalhar para que a comunicação do mundo seja justa, seja verdadeira, seja dialógica. Então além de uma perspectiva funcionalista do uso do conceito o que nos interessa é a dialogicidade do processo.

E um fato interessante está acontecendo. Todos nós sabemos o grande problema que a mídia está sofrendo e como a mídia está arrependida, pelo que eu estou vendo, até assistindo o mesmo programa que a Nita assistiu a respeito dos índios. Essa mídia, que em parte foi responsável por aquilo que está acontecendo hoje, ela está revendo, não na verdade a estrutura econômica que está por trás dela, mas os profissionais que estão lá, na mídia temos pessoas, temos profissionais, temos homens e mulheres que estão a serviço daquele processo de produção midiática, eles estão refletindo. E a reflexão deles aponta para um fato interessante. Nas décadas de 70, 80, 90 quando se falava em leitura crítica da mídia, quando se falava em educação midiática e informacional, a mídia comercial era o grande foco, esta mídia hoje está sendo solapada e a mídia descobriu que ou ela entende o que está acontecendo e se associa a educadores para buscar formas de colaborar com a própria sociedade para o entendimento do que seja notícia, do que seja importante ou ela vai afundar definitivamente. Nesse momento muitos comunicadores profissionais de comunicação estão entendendo a importância, necessidade de associar-se a educadores e através de uma perspectiva educacional começaram a rever as suas produções não mais a serviço do mercado, mas a serviço da sociedade.

Nita Freire: Ontem no programa que eu vi grande parte e o senhor viu, uma índia diz assim a nossa mãe é a terra, é o barro, a gente se fez de barro. E ela passa barro no rosto, no corpo. Agora, os brasileiros de hoje preferem os seus padrastos, os brancos não são pais dos brasileiros, são os que vieram aqui explorar, acabar, diminuir e achar que nós somos seres inferiores, ela disse alguma coisa assim. Aí quando você falou que o Boaventura de Sousa Santos, que hoje eu sou muito amiga dele, mas tenho que reconhecer uma coisa, ele conhece o Brasil que Ele viveu no Brasil muitos anos. Ele estudou no Brasil. Ele viveu no morro da Rocinha no Rio de Janeiro durante cinco, seis, sete anos. Ele não desconhece o Brasil, ele conhece muito bem o Brasil. Ele esteve esse tempo todo e aqui ele aprendeu Paulo Freire. Agora quando ele volta para Europa e que ele fica sendo um grande militante político, militante crítico das Artes, da literatura, da política etc, ele começa então a escrever esses livros que são famosos e tinha momentos que eu dizia assim isso parece que eu tô lendo Paulo e ele não dizia, ele não citava Paulo Freire, ele vai ter que um dia fazer um mea-culpa. Ele passava devagarzinho por aqui para não ter que tocar em Paulo Freire. Eu acho que é isso, hoje em dia ele já reconhece que Paulo é grande intelectual e que ele não é mais do que Paulo, porque no final ele se achava sim mais do que Paulo, ele não é e nunca vai ser, nunca será.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Coleção Leitura.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Produção Cinematográfica e Audiovisual Brasileira – Perspectivas e Desafios¹

DÉBORA IVANOV

LUIZA LUSVARGHI

A deflagração da crise gerada pela pandemia de Covid-19 em 2020 contribuiu para a expansão do streaming no Brasil e no mundo. O crescimento no número de assinantes de algumas das principais plataformas de streaming confirma o sucesso que tiveram durante a pandemia. Foram 28 milhões de novas assinaturas em 2019, número próximo dos 26 milhões de usuários conquistados pelo streaming somente no primeiro semestre de 2020. Em julho, a Netflix divulgou que as novas assinaturas no trimestre cresceram 10,2 milhões no mundo, superando a expectativa da empresa, que era de 7,5 milhões de novos consumidores. Circunscritos à tela de televisão no sofá da sala, confinados, produtores, críticos e audiência mudaram de hábitos e voltaram-se para o consumo de conteúdos exibidos por plataformas, receosos de adentrar as salas, ora fechadas por medidas sanitárias, ora abertas com restrições e novos protocolos para impedir o avanço do vírus.

1. Artigo baseado em discussão realizada na Live “A produção cinematográfica como resistência e prática de cidadania” da Cátedra Intercom 2021.

Com isso, cinemas tradicionais viram o público escassear e suas bilheterias minguarem.

A pesquisa “Os Hábitos e as Tendências do Consumo Digital”, realizada pela consultoria Nielsen Global Media Brasil, em junho de 2020 com 1.260 participantes, já evidenciava uma dimensão do espaço que o streaming passou a ocupar no cotidiano do brasileiro (CESAR, 2021). Segundo a pesquisa, o YouTube permanecia sendo o favorito de 89,4% dos participantes para assistir a filmes e programas de TV pela internet, mas a Netflix agradou a 86,6% dos entrevistados. Sua produção original ancorada em obras de seriadas de ficção e filmes, além dos títulos de catálogo, representam diversos polos de produção no mundo, ancorados em parcerias com emissoras e produtores independentes quanto o assunto é ficção seriada e filmes. A pandemia, portanto, apenas reforçou um dado que vinha se colocando: o crescimento dos serviços de streaming em detrimento dos pacotes de tv paga para assinar conteúdos audiovisuais ficcionais.

Os estudos da Nielsen Brasil apenas deram mais visibilidade a uma tendência em curso. Os cálculos relacionados ao consumo contabilizavam quanto um consumidor gastaria se optasse por ter acesso às seis principais plataformas de streaming disponíveis no Brasil naquele período em comparação a um plano que incluía filmes e séries nos canais de TV por assinatura. O resultado apontou que a assinatura do combo Netflix, Amazon Prime, Globoplay, Disney+, Telecine Play e HBO Go, somadas, custaria em média R\$ 152,40 mensais, gerando um custo de R\$ 1.828,80 ao ano. Já o valor anual dos canais de TV fechados variou entre R\$ 1.679,88 (sem canais HD) e R\$ 2.878,80 (com canais Total HD). O dado novo, entretanto, é que apesar da resistência da audiência mais exigente e mais velha – os consumidores acima dos 50 se mostram mais reticentes quanto à onda do streaming e sonham com a volta às salas -, desta vez o

consumo de filmes passou a ser atingido. A produção nacional de filmes havia atingido em 2018 o elevado número de 183 produções concluídas e lançadas, com ligeira queda em 2019 para 167. A meta para 2020 era a de lançar 150 filmes, o que não foi atingido – somente 60 filmes produzidos neste ano chegaram às salas² (PNC, 2021).

Por outro lado, os novos protocolos de segurança sanitária elevaram os gastos para as produções, favorecendo as empresas mais potentes economicamente. As medidas restritivas, aliadas a sucessivas crises políticas que atingiram o setor desde o processo de impeachment da presidente Dilma, e logo após as eleições de 2018, com a extinção do Ministério da Cultura, tornaram ainda mais urgente um problema que se arrastava há anos – a falta de uma demarcação legal para o streaming.

Os desafios cruciais para o avanço deste debate estão no estabelecimento do controle patrimonial das produtoras independentes que trabalham em parceria com os grandes grupos como Netflix, Disney +, para assegurar a identidade cultural nacional e preservar a produção local, bem como o papel que o produtor brasileiro vai desempenhar nesse novo mercado.

O contexto de crise deve ser compreendido de forma distinta do que ocorreu durante o governo de Fernando Collor, e que resultou no movimento conhecido como Retomada, quando a produção nacional se viu totalmente desamparada com a extinção da Embrafilme. O impacto foi brutal sobre a produção cinematográfica, que viu seus títulos escassearem e o padrão de qualidade cair de forma assustadora. Em 1990, 47 filmes brasileiros foram concluídos, mas 31 deles eram obras pornográficas. Em 1992, durante seu impeachment, foram concluídos apenas nove filmes ((CAETANO, 2002, pág. 2). Sem títulos para exibir, o Festival de Gramado passou a ser

2. pnc.cultura.gov.br/2017/07/28/brasil-e-china-assinam-acordo-de-coproducao-cinematografica-2

internacional, e teve neste mesmo ano sua primeira edição ibero-americana.

As políticas públicas voltadas para o Cinema e Audiovisual, implementadas nos anos seguintes, ao longo dos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, garantiram a diversidade da produção fílmica a partir de parcerias com empresas privadas do setor, e da regulamentação da TV Paga no Brasil. Em 2018, o Brasil ostentava 171 títulos comercializados em salas de cinema.

2. O desenvolvimento do setor audiovisual no Brasil

Após a grande ruptura nas políticas públicas promovidas pelo Governo Collor, que extinguiu a Embrafilme e o Ministério da Cultura em 1990, o setor de produção audiovisual enfrentou uma crise sem precedentes na história do cinema brasileiro. O impacto foi tão brutal, que dois anos depois, apenas três filmes nacionais conseguiram chegar às salas de cinema – *Conterrâneos velhos de guerra*, *O Natal de todos nós* e *Perfume de Gardênia*.

Foram necessários muitos anos para retomar o fôlego do setor e somente quase três décadas depois, a produção nacional atingiu um patamar de quantidade, qualidade e diversidade capaz de competir nos mais importantes festivais e mercados do mundo e consolidar seu público no Brasil.

Os avanços só foram possíveis a partir da conquista de quatro importantes marcos legais, construídos com grande empenho da sociedade civil, o apoio de parlamentares e diferentes governos.

2.1 A Lei do Audiovisual em 1993

Foi logo após a criação da Lei Rouanet em 1991, que o Congresso aprovou a Lei 8.685 em 1993, que ficou conhecida

como Lei do Audiovisual. Ela trouxe dois importantes incentivos fiscais para estimular a produção nacional independente.

O Artigo 1º, permitiu a destinação de um percentual do Imposto de Renda para a produção de obras audiovisuais, num modelo onde o investidor se torna sócio do projeto, participando de suas receitas. Com o Artigo 3º, foi reformulado atualizou-se um incentivo fiscal criado na década de 70, permitindo às distribuidoras que remetam lucros ao Exterior, uma redução tributária ao optar por investir na produção de obras nacionais independentes. Assim, empresas como Fox, Warner, Sony entre outras, passaram a coproduzir obras nacionais.

Um importante marco desse período foi *Carlota Joaquina*, produzido e dirigido por Carla Camurati, que conquistou um milhão de espectadores em 1995, e o filme de Fabio Barreto *O Quatrilho* nominado para o Oscar.

2.2 A formação da Ancine com a Medida Provisória nº 2.228/01

O governo de Fernando Henrique Cardoso criou um grupo de agências reguladoras e, entre elas a Agência Nacional de Cinema – ANCINE, com a Medida Provisória 2.228 em 2001, um marco fundamental para o desenvolvimento do setor.

A MP também atualizou a Condecine-Título, uma contribuição paga por cada obra exibida comercialmente nas salas de cinemas, nas TVs e em outras mídias, incluindo as obras publicitárias. Também foi criado novo incentivo fiscal, com o Artigo 39-X, permitindo que canais de TV por assinatura que remetem lucros ao exterior, contem com redução tributária ao investir na produção de obras nacionais independentes. Assim, canais como HBO, Fox, Turner, Discovery, entre outros passaram a coproduzir obras nacionais para exibir em sua grade de programação, ampliando as oportunidades de produção e exibição para os conteúdos brasileiros.

2.3 A criação do Fundo Setorial do Audiovisual com a Lei nº 11.437/06

Cinco anos depois de criada a Ancine, já em 2006, o Congresso Nacional aprovou a Lei 11.437, criando o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e ampliando os incentivos fiscais.

O FSA foi formado com a arrecadação da Condecine-Título e passou a fomentar de forma continuada a produção, distribuição, exibição e infraestrutura do setor. Para definir as diretrizes desses investimentos contou com a formação do Comitê Gestor do Fundo Setorial, formado por representantes do governo federal e membros da sociedade civil.

Duas novas modalidades e incentivos fiscais foram estabelecidos. Com o Artigo 1-A, permitiu a destinação de parte do Imposto de Renda para a produção de obras nacionais independentes, agora a título de patrocínio similar à Lei Rouanet, sem participação nas receitas da obra. E, com o artigo 3-A, permitiu às TVs abertas se beneficiarem de descontos no Imposto de Renda a pagar pela remessa de lucros ao Exterior e investir na produção de filmes e séries nacionais independentes. Assim, canais como a Globo, por exemplo, ampliaram suas coproduções de obras independentes, alargando ainda mais as oportunidades para o setor.

2.4 As cotas na TV por assinatura com a Lei nº 12.485

Após cinco anos de intensos debates no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei nº 12.485 em 2011, conhecida como Lei do SEAC - Serviços de Acesso Condicionado. A conquista dessa lei estabeleceu dois grandes pilares para o desenvolvimento da indústria nacional, que foi o de ampliar a presença da produção brasileira na programação da TV por Assinatura através de cotas, e uma nova contribuição para o desenvolvimento da indústria nacional – a Condecine-Teles.

As cotas de conteúdo nacional foram fixadas em 3,5 horas por semana, em horário nobre, sendo metade dedicada à produção brasileira independente. A nova Condecine, agora também paga por empresas de telecomunicações, ampliou em muito o montante do Fundo Setorial do Audiovisual para investimentos na atividade.

A lei também fixou que 30% desses recursos devem ser destinados para produtoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o Comitê Gestor estabeleceu outros 10% para as produtoras do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Esse incremento e regras do Fundo Setorial alargou as oportunidades de produção de obras audiovisuais por todo país, antes concentradas no eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

3. O impacto dessas conquistas

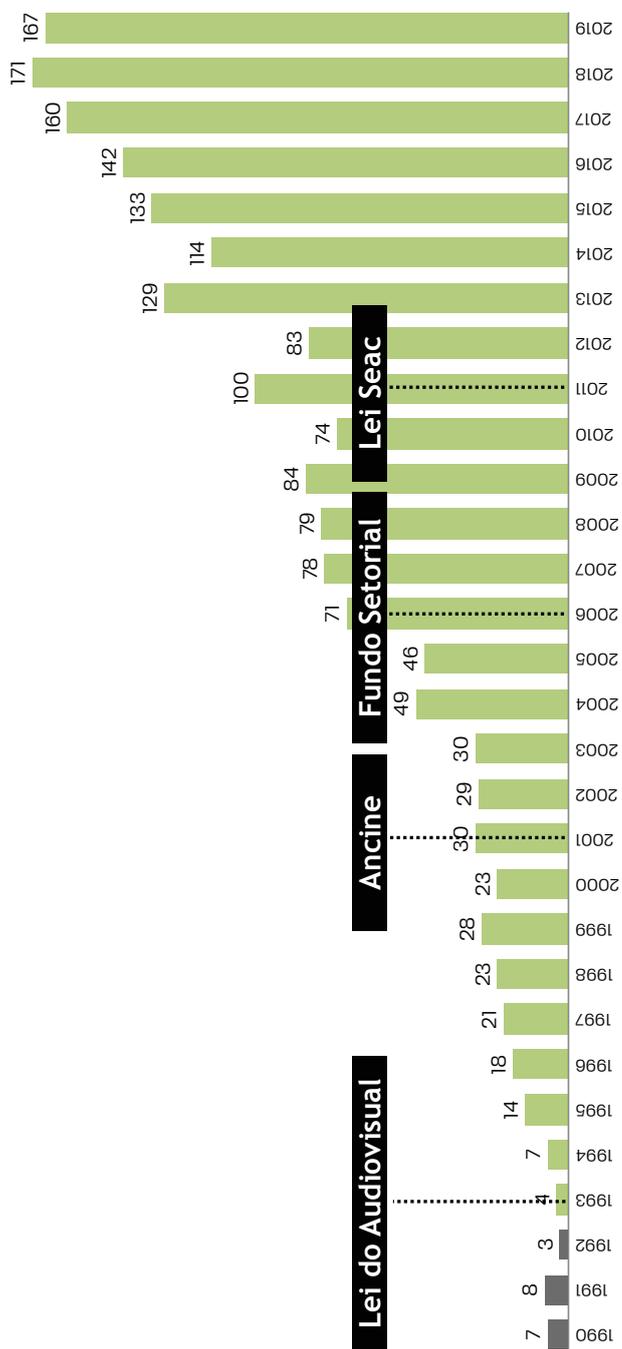
Esse conjunto de conquistas legais, permitiu um grande desenvolvimento para o setor. Saltamos de apenas três filmes lançados em circuito comercial em 1992 para 167 em 2019. Esse volume de obras nacionais é fundamental para disputar esse mercado altamente competitivo, com conteúdos realizados por talentos brasileiros. A título de comparação, neste mesmo ano de 2019, os Estados Unidos lançaram mais de 800 filmes em circuito comercial e a Argentina, mais de 200 títulos. **Ver Figura 1 na página 48.**

Na TV aberta, a Lei do Audiovisual, com seu Artigo 3-A, estimulou a realização de telefilmes e séries com as mais importantes TVs nacionais. Hoje assistimos em horário nobre conteúdos de alta qualidade realizados por produtores independentes e, essa aproximação induziu também um grande volume de investimentos privados, criando uma forte aliança entre os canais e produtores de diferentes perfis.

Na TV por assinatura, a produção nacional deu um salto histórico com a aprovação da Lei do SEAC. Com

FIGURA 1 - Filmes de longa-metragem lançados em salas de cinema

Fonte: elaboração própria a partir de dados publicados pela Ancine / OCA (2020)



a pequena cota aprovada, que garantiu 2,8% de conteúdo local nos canais, apesar da grande resistência enfrentada inicialmente, em pouquíssimos anos, já conquistava quase 18% das grades de programação da TV por assinatura, por sua qualidade e identidade com o público.

Também a título de comparação, podemos observar a União Europeia (FRATER et alli, 2021), que estabeleceu cotas de 50% para conteúdos europeus na programação da TV, e cada país estabeleceu um percentual local, como a França, por exemplo, onde a cota foi de 30% de conteúdo francês, de acordo com dados divulgados no último mês de abril (KESLASSY, 2021). **Ver figuras 2 e 3 nas páginas 51 e 52.**

As oportunidades que esses marcos legais trouxeram para o Brasil foram de grande impacto. Atraíram milhares de novos empreendedores, como podemos observar pelo volume de empresas registradas na Ancine, por ano de constituição. Até agosto de 2019, a Ancine contou com mais de nove mil produtoras brasileiras cadastradas, sendo 26% delas dedicadas à produção de conteúdos para cinema e TV. **Ver figura 4 na página 53.**

Toda essa construção legislativa, com incentivos fiscais e fundos de investimentos, aliada a cotas de conteúdo, fortaleceram a produção nacional independente como nunca antes na história do audiovisual brasileiro, consolidando um parque produtor diverso, maduro e de alta qualidade, com obras valorizadas nos principais festivais e mercados do mundo.

2.2 Novo marco legal a construir

Temos pela frente uma nova fronteira de crescimento com a convergência de mídias e o a consolidação das plataformas de streaming que chegaram ao Brasil a partir de 2011. Esse mercado é o que mais cresce em todo o mundo.

FIGURA 2 - TV por assinatura - Volume de obras brasileiras registradas
 Fonte: elaboração própria a partir de dados publicados pela Ancine / OCA (2019)

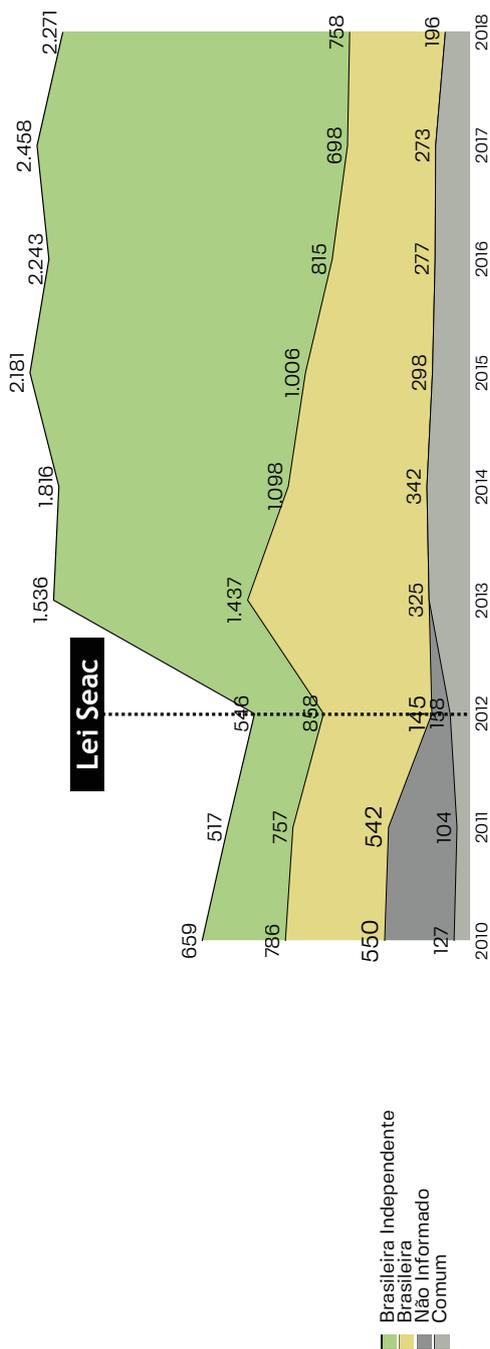


FIGURA 3 - Conteúdo exibido na TV por Assinatura - 2018

Fonte: elaboração própria a partir de dados publicados pela Ancine / OCA (2019)

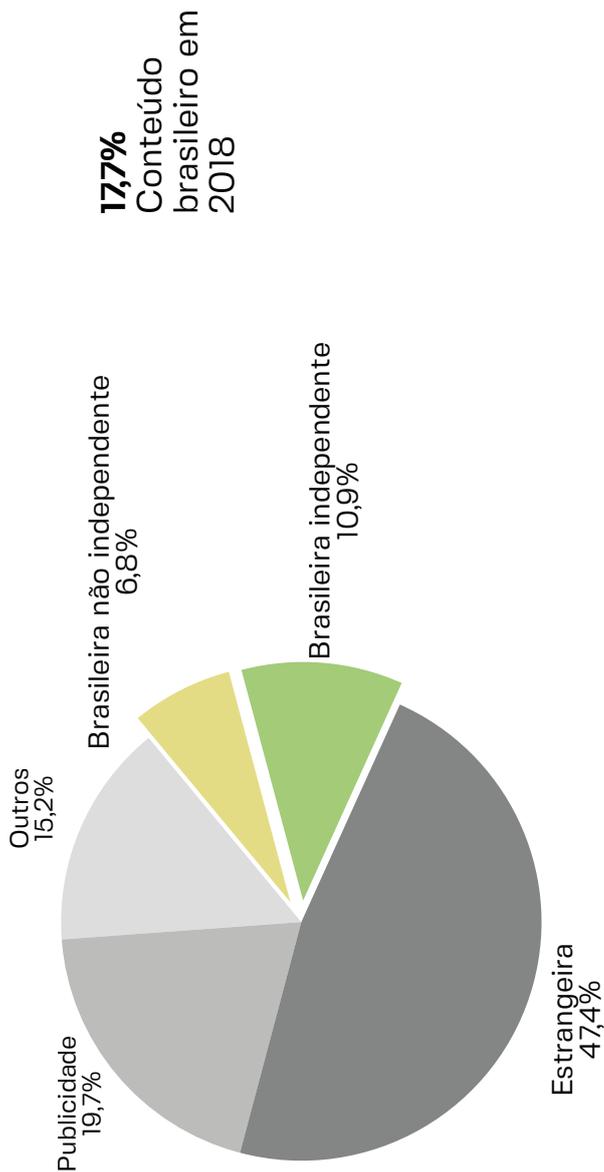
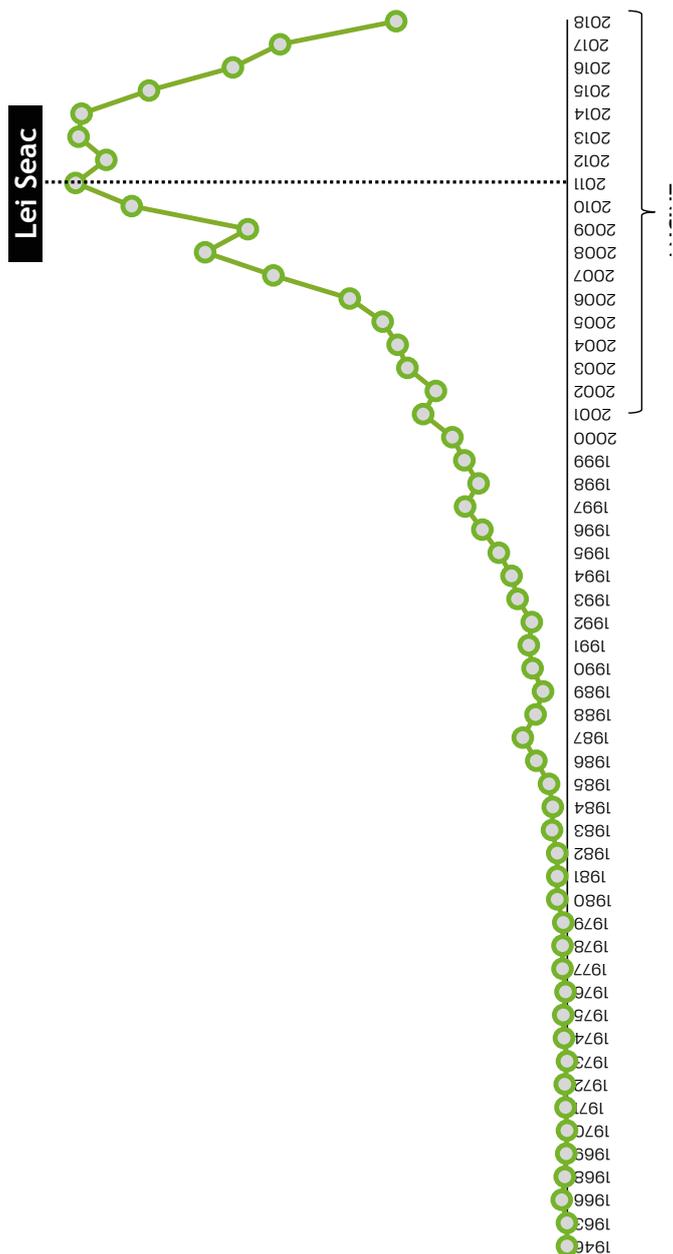


FIGURA 4 - Produtoras brasileiras - por ano de constituição
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da
Coordenação de Registro de Agentes Econômicos da Ancine (2019)



O Congresso Nacional debate desde 2017 uma legislação que possa garantir a concorrência saudável para empresas nacionais e uma maior presença de conteúdo brasileiro nas plataformas, contando também com uma arrecadação desse mercado para impulsionar o desenvolvimento da indústria local.

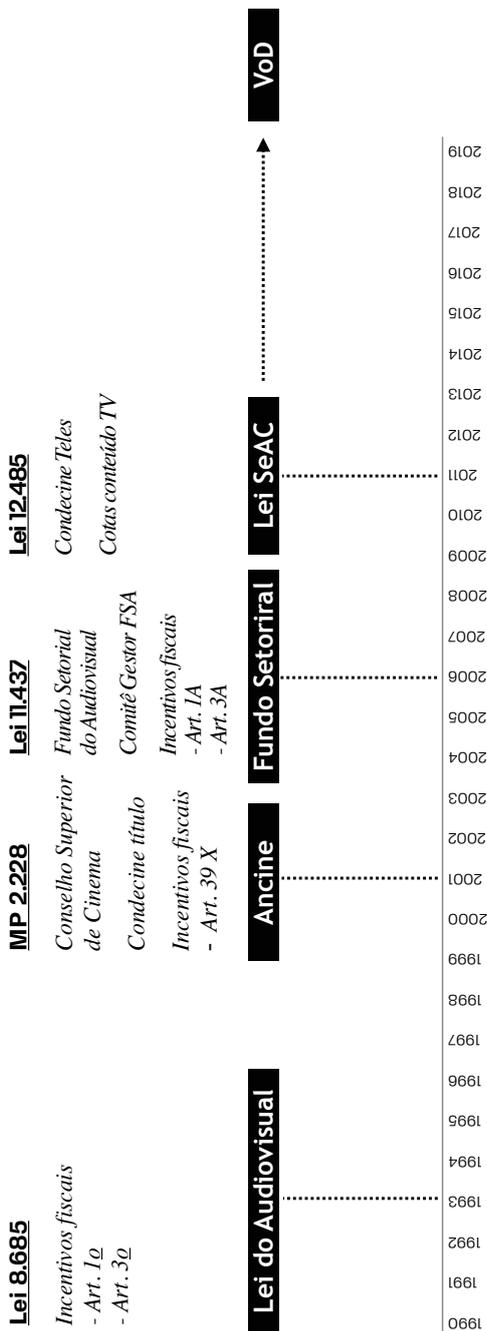
O parlamento europeu regulamentou o mercado de streaming já em 2013, e em 2018 promoveu uma revisão em suas diretivas. A diretiva atual garante 30% de conteúdo europeu, proeminência desses conteúdos nos catálogos e permite que cada país estabeleça uma forma de contribuição financeira para o desenvolvimento de sua indústria. A título de exemplo, a Suíça estabeleceu que 4% do faturamento em seu território deve ser destinado para a produção local e a França estabeleceu entre 20 e 25% do faturamento em seu território para a produção francesa.

Precisamos avançar rapidamente com a construção desse novo marco legal para fortalecer a produção brasileira nesse mercado já consolidado em todo o mundo. O Brasil está entre os cinco maiores consumidores de streaming do mundo. Podemos e devemos almejar ser também protagonistas na produção desses conteúdos. **Ver figura 5 na página 55.**

4. Streaming e produção local: o caso Netflix.

Os quatro grandes grupos que emergem para conquistar o streaming em escala mundial a partir de 2010 são as plataformas Hulu, HBO, Amazon e Netflix. No entanto, no que diz respeito ao Brasil e América Latina, somente HBO e Netflix se destacam pelo investimento na produção local. A OLA (Latin American Originals), empresa da HBO pertencente ao grupo Warner, jamais se aventurou a produzir cinema local fora dos Estados Unidos, limitando-se à produção de ficção seriada e documental em outras regiões.

FIGURA 5 - Principais marcos legais
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Ancine (2019)



Em 2010 eles lançaram a Plataforma de streaming HBO GO somente nos Estados Unidos, e em 2012, o serviço chegou ao Brasil restrito a assinantes de TV Paga. Somente há um mês a HBO anunciou o seu serviço HBO MAX, que irá substituir a anterior, aberta, a preços competitivos.

A América Latina de fala hispânica e o Brasil sempre foram estratégicos nesta expansão do grupo. A Netflix chegou ao Brasil em 2011, mas a partir de 2016 eles implantaram sua sede latino-americana em São Paulo, mesmo ano do lançamento da primeira série brasileira, 3%, ficção científica distópica, gênero historicamente pouco desenvolvido pela produção audiovisual brasileira. O Brasil foi também o primeiro país fora dos Estados Unidos a ter uma produção lançada internacionalmente em todo o circuito de exibição da plataforma, que contava então com 190 países - 3% fez mais sucesso fora do país do que localmente. A Netflix justificou a medida declarando que o mercado brasileiro era uma espécie de modelo para essa produção transnacional (SHAW, 2017, online)³. Mas não foi apenas no quesito séries que a Netflix inovou. Desde que lançou seu primeiro filme original em 2015, *Beasts of No Nation*, a Netflix anunciava que pretendia investir na produção local e regional original no mundo inteiro, com foco especial em regiões fora do circuito tradicional hollywoodiano e dos grandes mercados, e uma aposta no mercado independente.

O primeiro filme original brasileiro foi *O Matador*, em 2017, dirigido por Marcelo Galvão, sobre a história de um jagunço no sertão brasileiro no período do cangaço. Coincidentemente, o filme *O Cangaceiro* (1953), de Lima Barreto (FREIRE, 2005), com temática semelhante, foi único filme brasileiro a ganhar uma Palma de Ouro em Cannes,

3. SUCASAS, Ángel Luis, São Francisco 22 MAI 2018 - 16:36. Reed Hastings: "A Netflix não procura fazer imperialismo cultural, mas também não é anti-imperialista" brasil. elpais.com/brasil/2018/05/22/tecnologia/1527008807_056856.html Acesso 13 de Julho de 2021.

na categoria filme de ação. Para Marcelo Ridenti (2005), a produção intelectual das décadas de 1960 e 1970 no Brasil estaria permeada pelo que ele convencionou chamar de estrutura de sentimentos romântico-revolucionária, conceito baseado em Raymond Williams (1979). O projeto político de esquerda daquele período teria levado os intelectuais a visualizarem no homem do campo o herói puro, enquanto o homem urbano estaria contaminado pela ambição e pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo. Por este motivo, o grande herói das narrativas brasileiras seria o sertanejo, muitas vezes personificado como cangaceiro. O Cabeleira de Galvão, entretanto, é praticamente um homem pobre e sem cultura que se transforma num matador de aluguel.

Lançado no Festival de Cinema de Gramado de 2017, na abertura da mostra competitiva de longas-metragens nacionais, como um faroeste brasileiro, trazia um elenco internacional com personagens cuja performance e vestuário rompiam totalmente com o figurino local que até então compunham o imaginário nordestino e de época, plasmados sobretudo por encenações baseadas na obra popular de Ariano Suassuna. O filme foi precedido pelo lançamento de outro filme latino-americano da Netflix, *O Farol das Orcas* (2016), coprodução entre Argentina e Espanha, de Gerardo Olivares.

O lançamento em festivais sempre foi a marca do grupo que pretendia enterrar a prática de lançamento de filmes em cinemas muito antes do contexto pandêmico deflagrado em fevereiro de 2020, e com isso atraiu a fúria do setor distribuidor e exibidor. O thriller distópico *Okja* do cineasta coreano Bong Joon-ho foi alvo das críticas do presidente do júri de Cannes, o cineasta e produtor Pedro Almodóvar, por ocasião de seu lançamento em 2017, o que contribuiu para a adoção pelo festival de uma regra que proibia filmes que não tivessem sido exibidos em cinemas franceses a disputar

a premiação. A discussão ofuscou a análise de *Okja*, a história do super porco fêmea criado em laboratório, e sua dona Mija (Seo-hyun Ahn), uma garota sul-coreana de 14 anos que, com ares de heroína, fará o que for necessário para permanecer ao lado do seu bichinho de estimação. Seu criador e diretor, Bong Joon-Ho, conquistaria em 2020 o Oscar pela produção *Parasite*. Hoje, essa questão é letra morta.

4.1 Produção Original Local e Global

Em 12 de fevereiro de 2019, a empresa anunciou a transferência de seu escritório regional de São Paulo para a Cidade do México, assinalando uma mudança de rumos, reafirmando a potência do mercado hispânico mundialmente. Em 2020, a Netflix abriu sua primeira unidade de produções no exterior em Madri, na Espanha, em paralelo com o sucesso mundial da série espanhola *Casa de Papel*. Todas essas mudanças acarretaram uma posição mais consolidada no sentido de trabalhar com o mercado latino-americano, que possui uma afinidade linguística e cultural com a Espanha. Dentro desse contexto, o Brasil pode vir a assumir um papel mais subalterno, como ocorreu por vezes com Hollywood. A indumentária de Carmem Miranda, ícone brasileiro em Hollywood, lembrava um misto de baiana e rumbeira, o que lhe granjeou críticas em solo pátrio ao longo da carreira e resultou na composição de Luiz Peixoto e Vicente Paiva. Disseram que voltei americanizada, interpretada pela famosa atriz. Na versão globalizada com acento local da Netflix, Pablo Escobar foi interpretado por Wagner Moura em *Narcos* (2015), e apesar do sotaque colombiano bastante criticado, a série deu ao ator baiano uma projeção mundial e ajudou a promover a audiência no Brasil. Ao todo, foram 63 séries produzidas e lançadas pelo grupo de 2015 a maio de 2021 na América Latina, sendo que delas 21 são brasileiras⁴. A produção no Brasil ficou

4. Neste levantamento não foram cômputos os formatos reality e de conteúdos de não ficção.

praticamente paralisada, e entre um e outro lockout causados pelo retrocesso das políticas públicas brasileiras de saúde sob a administração Jair Bolsonaro, a produção audiovisual despencou. As séries lançadas em 2020 já estavam praticamente finalizadas. Somente em abril de 2021 algumas produções foram retomadas.

FIGURA 6 - Séries Brasileiras Netflix 2016-2021

Séries Brasileiras Netflix 2016-2021		
Título	Ano	Gênero
3%	2016-2020	Fic. Científica
Gamebros	2018	Criminal
O Mecanismo	2018-19	Criminal
Samantha	2018	Comédia
As Aventuras de Poliana	2018-2021	Comédia teen
Super Drags	2018	Animação
O Escolhido	2019	Fantástico
Sintonia	2019	Criminal
Boca a Boca	2019	Drama
Irmandade	2019	Criminal
Coisa Mais Linda	2019-20	Drama
Bandidos na TV	2019	Documentário
Ninguém tá olhando	2019	Comédia
Bom dia Verônica	2020	Criminal
Mundo Mistério	2020	Doc Educativo
Reality Z	2020	Horror
Spectros	2020	Fantástico
Onisciente	2020	Ficção Científica
Anitta Made in Honório	2020	Documentário
Cidade Invisível	2021	Fantástico
Elisa Matsunaga era uma vez um crime	2021	Criminal

Fonte: Netflix Media Center/Junho de 2021.

O investimento no cinema nacional foi menor, centrado em gêneros consagrados pelas bilheteria como as comédias, e filmes voltados para adolescentes. Os filmes teen constituem a maioria dos filmes do catálogo da plataforma, o que representa um investimento acertado, pois a Globo Filmes sempre teve problemas para ocupar essa faixa desde os tempos da MTV Brasil. Os filmes juvenis representam uma aposta extremamente promissora, alentada por fenômenos como o

Youtuber Lucas Netto, Larissa Manoela. A grande maioria dos filmes do gênero disponíveis no catálogo, contudo, vieram de parcerias entre distribuidoras e produtoras como Globo Filmes, Paris Filmes e Downtown Filmes, e de recursos gerados pelas políticas públicas, caso da produção de Jeferson De M8- *Quando a morte socorre a vida* (2020) e de *Irmã Dulce* (2020), ou ainda de *Divórcio* (2020), da Warner.

FIGURA 7 - Filmes Brasileiros Netflix 2017-2021

Filmes Brasileiros Netflix 2017-2021		
Título	Ano	Gênero
<i>Laerte-se</i>	2017	Documentário
<i>O Matador</i>	2017	Fantástico
<i>Vai Anitta</i>	2018	Documentário
<i>Democracia em Vertigem</i>	2019	Documentário
<i>Modo Avião</i>	2020	Comédia
<i>Emicida Amarelo é tudo para ontem</i>	2020	Documentário
<i>Tudo bem no Natal que vem</i>	2020	Comédia
<i>Cabras da Peste</i>	2021	Comédia
<i>Carnaval</i>	2021	Comédia
<i>Os Salafários</i>	2021	Comédia
<i>Fonte: Netflix Media Center/Junho de 2021</i>		

Segundo dados da Ancine, de 1995 até 2019 foram lançados comercialmente 1911 filmes brasileiros em salas⁵. Em 2020, foram lançados 60 títulos nacionais e 115 estrangeiros, mas foram exibidos 123 títulos nacionais e 400 estrangeiros, pois muitos filmes já estavam concluídos. Neste ano, muitos filmes brasileiros foram direto para as plataformas. A expansão do mercado de streaming, no entanto, ocorreu em velocidade estonteante, acelerada pela pandemia e pela total ausência de políticas públicas, sem que país conseguisse, em dez anos, definir regras e tributação.

Na atualidade tramitam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei, um na Câmara dos Deputados e outro no

5. Dados disponíveis em oca.ancine.gov.br/cinema, acesso em 13-07-2021, planilha lançamentos Ancine 1995-2021.

Senado. O PL 8.889/17, da autoria do deputado Paulo Teixeira (PT) e o PL 57/2018 do senador Humberto Costa (PT), prevê cotas e proeminência de conteúdo nacional nas plataformas de conteúdo audiovisual por demanda, conhecido como “video on demand” ou VoD. Os projetos também estabelecem um percentual do faturamento das plataformas em território nacional a serem destinados para o licenciamento ou para a produção de conteúdos nacionais, pode meio de investimentos diretos e também por meio de uma nova Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) para o incremento do Fundo Setorial do Audiovisual.

5. Tendências e Reflexões Iniciais

Com a crise e a paralisia provocadas por um redirecionamento das políticas públicas não se dá somente na questão sanitária, e nem por sua conta, e sim por uma grande instabilidade institucional da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, que passou um longo período sem uma diretoria colegiada efetiva, com uma suspensão de editais e o represamento de pagamentos, além de uma demonização da cultura pelo bolsonarismo, a produção audiovisual local do país segue com muita dificuldade. A crise do setor, que atinge fortemente a exibição e distribuição de filmes, entretanto, é mundial. Por conta disso, as demais empresas ligadas aos grandes grupos do cinema e entretenimento, conhecidos como as majors, aparentemente despertaram para investir localmente e centraram esforços em conquistar o público brasileiro, mais familiarizado com produtos culturais consolidados por gestões anteriores, que asseguraram uma produção local rica e diversificada. Assim, a Amazon Prime Video⁶, após a aposta em realities como *Unidos em Floripa* e *Game dos Clones* enveredou pelas séries em 2021. *Manhãs de*

6.

Setembro, da cineasta Dainara Toffoli, é protagonizada pela cantora Liniker que interpreta a mulher trans Cassandra, e *Dom*, conta a história real de Pedro Dom, jovem de classe média que se tornou chefe de quadrilha de assalto a residências nos anos 2000. *Desjuntados*, com Danni Suzuki e Letícia Lima, e *Criminal*, que conta com Camila Morgado e Fernando Alves Pinto tiveram locações no Uruguai, pois no país vizinho a situação da pandemia está melhor controlada.

A Disney+, plataforma do grupo lançada em maio de 2021, anunciou a produção de 15 originais brasileiros. Está confirmado o infanto-juvenil *Tudo igual...SQN*, inspirado no livro *Na Porta ao Lado*, da escritora Luiza Trigo. O ator, diretor e roteirista Miguel Falabella está desenvolvendo uma adaptação do espetáculo *O som e a sílaba*, de sua autoria. O Star+, novo streaming da Disney, que chega ao Brasil dia 31 de agosto, está produzindo séries e documentários originais brasileiros, dentre eles *O Rei da TV*, série sobre a vida de Silvio Santos com José Rubens Chachá vivendo o apresentador. A empresa promete mais de 60 lançamentos na América Latina.

Açodada pelos grandes grupos em seu próprio território, a Globoplay intensificou seus investimentos em conteúdos ficcionais seriados e séries documentais com lançamento em streaming, uma vez que a produção de telenovelas e sua gigantesca produção majoritariamente realizadas em cidades cenográficas e estúdios fechados foi inviabilizada pela pandemia, que encareceu os protocolos de set. Já em dezembro de 2020, durante a edição online da CCXP (2020 Comic Con Experience - São Paulo), a Globo anunciava os principais lançamentos do seu serviço de streaming para o próximo ano. Entre as novidades, temporadas inéditas de *Arcanjo Renegado*, *A Divisão*, *Desalma*, *As Five* (rodada no Uruguai) e *Sessão de Terapia*, além de *Verdades Secretas 2*, sequência da popular novela de Walcyr Carrasco. Tudo isso leva a crer que a expansão do streaming deve permanecer como a tendência

em maior crescimento no mercado audiovisual.

Já o cinema nacional está diante de um impasse. Com as salas sujeitas a medidas restritivas por conta de lockdowns e novos protocolos de segurança, além da drástica redução do número de festivais do setor, agora transformados em eventos online e sem os recursos e incentivos de outrora, que constituíam um circuito exibidor alternativo para a produção brasileira, os filmes acabam por estrear apenas para cumprir tabela, indo por vezes diretamente para plataformas e canais pagos. O Festival de Gramado, um dos mais antigos do país, aprofunda sua parceria com o Canal Brasil em 2021 e ganha novas audiências. O Festival de Cinema Brasileiro de Brasília quase foi suspenso em 2020, por falta de recursos e disputas políticas. Mostras como o Festival Internacional de Cinema de São Paulo são exibidas em plataformas próprias e também em plataformas parceiras como a brasileira Looke, que por sua vez abriga ainda o catálogo da SPCine, única agência de cinema vinculada a uma prefeitura no País. Distribuidores nacionais tradicionais estão lançando plataformas próprias, caso do Belas Artes, Imovision, além de instituições privadas como Itaú Cultural.

Dentro dessa reconfiguração de mercado, a exibição e consumo de filmes passa a ser alvo de novas abordagens, como ocorre com as séries de nicho híbridas (EVANS, 2006) que exploram estratégias de narrowcasting (CARLÓN, 2012). As comédias adolescentes que exploram o autêntico estilo biopic (NEALE, 2000), fazem parte desta política. Comédias como a série *Samantha* (2018) e o filme *Modo Avião* (2020) apelam para estratégias narrativas da sitcom, formato consagrado como gênero televisivo, com tons de melodrama, responsáveis pelas maiores bilheterias locais. As TVs por assinatura e os telefones celulares já se adequaram à tecnologia digital. A telefonia móvel é parte essencial dos novos modelos de negócios. As aplicações oferecidas pela TV

digital permitem a recepção de notícias e a visualização de programas de TV em palmtops e celulares que se convertem em aparelhos de TV móvel e portátil. Estas questões não são novas, mas tampouco se limitam à discussão do papel da WEB no processo de produção televisivo – agora incidem também sobre a produção e circulação de obras cinematográficas. O uso das novas tecnologias, característica essencial das indústrias criativas, não somente permite a pequenos produtores ampliar o alcance de suas criações, mas também enfraquece o domínio que organizações exercem sobre esses setores por meio do controle dos meios de produção e de distribuição das obras (BENDASSOLI et all, 2006). A partir dessa reconfiguração surgiu o termo “cauda longa”, popularizado por Chris Anderson (2006), usado para descrever a estratégia de comercializar produtos de pouca demanda, em vez de ter poucos produtos de grande demanda, utilizada pelas empresas para recuperar esse controle, o que explicaria o deslocamento do mercado de massas, popular, para o mercado de nicho.

Neste universo relativamente novo, o conceito de Jenkins (2009, p.138) de narrativa transmídia como um modelo de produção com ênfase na serialização, ganha novos protagonistas e integra cada vez mais o universo cinematográfico a outras mídias. Para Raymond Willians, que estudou a televisão aberta ainda na década de 1970, a programação da grade estava além da noção estática de “distribuição” de conteúdo (2003, p.77), o que o levou a criar o conceito móvel de fluxo. Com as novas janelas potencializadas pelo streaming e pelos algoritmos, seus conceitos nunca pareceram tão atuais.

Referências

ANDERSON, Chris. **The Long Tail**: Why the Future of Business Is

Selling Less of More. Edição Kindle/ Hachette Books. New York: 2006.

BENDASSOLLI, Pedro F. et al. Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades. **RAE Revista de Administração de Empresas**. v. 49, n. 1, São Paulo: 2009. Disponível em: scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf. Acesso em: 15/07/2021.

CAETANO, Maria do Rosário. Cinema brasileiro (1990-2002): da crisedosanosCollorà retomada. **Revista Alceu**, v.8 n.15, jul./dez.2007. Disponível em: revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=17&inoid=279&sid=27. Acesso em: 14/07/2021.

CARLÓN, Mário. Contrato de Fundação, Poder e Mdiatização: Notícias do Front sobre a Invasão do YouTube, Ocupação dos Bárbaros. **MATRIZES**. Ano 7, nº 1 jan./jun. 2013. São Paulo, 2013.

CESAR, Elígia Aquino Cesar. Streaming se consolida na pandemia e abre novos caminhos no entretenimento. **Canal MyNews**. Disponível em: canalmynews.com.br/mais/streaming-se-consolidana-pandemia-e-abre-novos-caminhos-no-entretenimento/08/01/2021. Acesso em: 14/07/2021.

FREIRE, Alberto. Remake de O Cangaceiro: Nova Versão, Velhas Leituras in CAETANO, Maria do Rosário. **Cangaço**. O Nordeste no Cinema Brasileiro. Brasília: Editora Avathar, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

KESLASSY, Elsa. France's Windowing Will Be Revamped by July 1 With Shorter Windows for Generous Streamers. **Variety**. Disponível em: variety.com/2021/digital/global/france-avms-streaming-july-1-window-1234944826. Acesso em: 15/07/2021.

FRATER, Pastric, VIVARELLI, Nick, KESLASSY, Elsa, RAMACHANDRSM, Naman, YOSMANN, K.J. Damming the Stream: Global Governments Try to Set Boundaries for Streaming Giants. Will They Work? **Variety**. Disponível em: variety-com.cdn.ampproject.org/c/s/variety.com/2021/global/global/netflix-europe-avms-regulation-streamers-1235009148/amp. Acesso em: 15/07/2021.

NEALE, Stephen. **Genre and Hollywood**. New York and London: Routledge, 2000.

OBSERVATÓRIO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL – oca. ancine.gov.br.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Ministério do Turismo / Secretaria de Cultura. Meta 21 – 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema. Disponível em: pnc.cultura.gov.br/2017/07/28/brasil-e-china-assinam-acordo-de-coproducao-cinematografica-2. Acesso em: 15/07/2021.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e Intelectuais no Brasil Pós-1960. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1. São Paulo: 2004.

SHAW, Lucas. Netflix quer viciar o mundo em suas séries, a partir do Brasil. **Bloomberg Brasil Notícias**. 12/Jan/2017. Disponível em: bloomberg.com.br/blog/netflix-quer-viciar-o-mundo-em-suas-series-partir-brasil. Acesso em: 12/01/2017.

SOUSA, Ana Paula. Regulação de novas mídias no Brasil anda em velocidade de carroça. **Folha**. Disponível em: folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/regulacao-de-novas-midias-no-brasil-anda-em-velocidade-de-carroca.shtml. Acesso em: 14/07/2021

WILLIAMS, Raymond. **Television**. Technology and Cultural Forms. London: Routledge, 2003.

Fontes Web

LEI 8.685/1993 - planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8685.htm.

MEDIDA APROVISÓRIA 2.228/2001 - planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm.

LEI 11.437/2006 - planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111437.htm.

LEI 23.485/2011 - planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112485.htm.

OBSERVATÓRIO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL – OCA –
oca.ancine.gov.br.

PROJETO DE LEI 57/2018 NO SENADO - senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133562.

PROJETO DE LEI 889/2017 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS -
camara.leg.br/propostas-legislativas/2157806.

O ativismo folkmediático como estratégia para a resistência das classes desprivilegiadas (relato da entrevista com Osvaldo Meira Trigueiro)

MARCELO PIRES DE OLIVEIRA

Em live, no dia 29 de abril de 2021, promovida pela cátedra Intercom tivemos mais uma oportunidade do GP de Folkcomunicação, mídia e interculturalidades apresentar um tema importante para a reflexão e discussão com a participação do professor doutor Osvaldo Meira Trigueiro, sócio da Intercom desde 1982.

O tema apresentado foi o ativismo folkmediático como estratégia para a resistência das classes desprivilegiadas. As classes desprivilegiadas são aquelas que não tem ou que perderam os privilégios. São opostas às classes privilegiadas e que estão no topo da pirâmide social. Luiz Beltrão em seu livro “Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados” (1980) chamou de marginalizados os desprivilegiados de sua época. A cada dia em que o mundo permanece mergulhado na crise sanitária da pandemia do Coronavírus muito mais pessoas estão perdendo privilégios, se é que o acesso a emprego, comida, moradia e dignidade são privilégios. Essa camada da

população ainda busca espaços de representatividade e de voz para expressar suas lutas e reivindicar e resistir à dinâmica de exploração e negação de direitos básicos a cada ser humano. Diante disso temos a percepção por parte do professor doutor Osvaldo Meira Trigueiro de um novo personagem social, o ativista folkmediático (TRIGUEIRO, 2006). Esse personagem, é um membro das classes marginalizadas e por meio de suas ações culturais que age movido tanto por interesses pessoais quanto coletivos na formatação das práticas simbólicas e materiais das culturas tradicionais e modernas para o uso da vida cotidiana. Seu objetivo é manter vivas as práticas culturais de seu grupo modernizando-as e adaptando-as para as novas redes globais de comunicação. Esse ativista folkmediático e suas ações também podem ser entendidos como parte de um processo educativo e de resistência ao pensamento hegemônico na sociedade midiaticizada.

As reflexões de Trigueiro transitam pela construção do novo conceito de ativista midiático dos processos folkcomunicacionais, em que as ações desse ativista, membro das classes desprivilegiadas, refletem na busca da representatividade política, econômica e social por meio de ações culturais, sejam em ambientes comuns a sua comunidade, ou sejam nas mídias digitais.

A primeira questão que trouxemos para a reflexão do professor Trigueiro foi sobre qual deve ser o papel da Folkcomunicação diante de uma sociedade globalizada (SCHMIDT, 2006) e que vem sendo cada vez mais envolvida por valores genéricos e muitas vezes distantes da realidade local e da cultura regional.

Segundo ele a folkcomunicação, faz justamente aquilo que o Beltrão idealizou nos anos 1970, e atualizando todas as questões processuais da comunicação ela estará presente no atual mundo globalizado. A folkcomunicação, diante da sociedade globalizada não está distante da realidade da cultura

local. Pois tanto as estruturas globais como as estruturas locais estão se unificando. Para Trigueiro não podemos discutir as questões da cultura popular dissociada da cultura midiática. Nas cidades interioranas da Paraíba com no máximo 20 mil habitantes, onde ele realizou as suas pesquisas, em que há toda relação de parentesco, amizade e vizinhança, em que os valores culturais e as discussões políticas, sociais e educacionais, estão muito próximas, sendo portanto inegável que a cultura de massa e a cultura midiática estão imbricadas na vida social. Assim, tanto a televisão no passado, alvo de sua pesquisa de doutorado, como as redes sociais digitais na atualidade estão inseridas no contexto dessa realidade, da realidade das cidades interioranas.

A folkcomunicação, emerge com muita força nesse contexto da globalização. Nas feiras populares do Nordeste Brasileiro, nas festas populares, nas festas religiosas e profanas, nas procissões e até mesmo no comércio e na política, percebemos que há toda uma associação e mediação entre as culturas locais e as culturas globais. Segundo Trigueiro, há um campo aberto, um campo novo emergindo, para cada vez mais fortalecer a folkcomunicação dentro do contexto inicial de Beltrão, e para atualizá-lo para a realidade que vivenciamos agora. A realidade das tecnologias da comunicação é fortemente influenciada pelas redes de oralidade e das redes de comunicação cotidianas e das redes de folkcomunicação, que são forças nessas cidades interioranas do nordeste brasileiro. Beltrão, no seu livro fala dos grupos marginalizados, dos grupos rurais e urbanos, aqueles que não tinham privilégios. Essas pessoas são muito próximas desse contexto local.

Trigueiro lembra de seus primeiros estudos em folkcomunicação, em que partiu da interpretação do papel do líder de opinião de Luiz Beltrão, que discutia que os meios de comunicação de seu tempo eram o rádio e a televisão,

principalmente, por serem veículos de imagem e oralidade. Beltrão discutia a importância do líder de opinião como intermediário desses veículos de comunicação de massa e como as mensagens chegavam nas comunidades e como que acontecia o processo de reflexão dessas imagens nessas comunidades ou cidades interioranas, que é que continuam sendo objeto de estudo das pesquisas de Trigueiro, desde os anos 1970 até os dias atuais.

Segundo ele, o diferencial de seu trabalho foi com as pesquisas empíricas, que mesmo com grande resistência de muitos acadêmicos de seu tempo, foram para ele a única forma para conhecer o senso comum das populações do interior da Paraíba e para descobrir os processos de sociabilidade dessas comunidades e trazer suas descobertas para o campo científico e para o campo teórico.

Para Trigueiro o conceito de líder de opinião não consegue mais explicar os novos processos de intermediação por estar historicamente definido e, atualmente, não ser mais possível aplicá-lo. Beltrão formulou o conceito de líder de opinião dos anos 1970 e 1980. Para Beltrão os líderes de opinião de sua época eram os motoristas de caminhão que vinham do sul para o nordeste, os tropeiros, os cantadores, os ciganos, os circos que traziam os artistas com novas ideias, eram, então, aquelas pessoas que vinham da exterioridade, de um ambiente exterior e chegavam a essa localidade trazendo as grandes novidades dos centros urbanos, sejam do sul do sudeste, ou até do próprio nordeste.

Esse líder de opinião fazia intermediação entre as notícias da exterioridade para o alcance das pessoas locais. Nos anos 1990, com as novas tecnologias, esses líderes de opinião não tinham mais novidades para trazer, nem mesmo das novelas, pois a televisão já havia chegado às cidades interioranas, em contraponto aos anos 1970 quando as notícias sobre novelas que eram transmitidas em João Pessoa chegavam com uma

semana de atraso, em relação às novelas que eram transmitidas em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Todas as informações eram trazidas por esses líderes de opinião, informações sobre política, moda, do cômico entre outros.

As classes populares tinham suas estratégias de ressignificar, de recontar e se apropriar desses conteúdos midiáticos (televisão e rádio), mas que não eram propriamente líderes de opinião, mas mediadores de conteúdos, produzidos pelas organizações de mídia. Essas relações estão cada vez mais fortes, inclusive com as redes sociais. As culturas locais e as culturas regionais estavam sempre construindo essa nova realidade de nossas cidades interioranas.

Para Trigueiro a folkcomunicação é um grande campo de pesquisa para se compreender os processos da comunicação. A folkcomunicação é uma das filhas mais novas da comunicação, e que precisamos ainda construir esse campo em seus aspectos teóricos e metodológicos.

A segunda questão feita ao professor Osvaldo Trigueiro foi sobre uma afirmação que ele faz em seu livro, em que, para ele, no atual mundo globalizado não há espaço para os antagonismos entre as culturas locais e globais. Desta maneira foi perguntado como ele percebe as ações dos estudos folkcomunicacionais e como o ativista midiático das redes folkcomunicacionais deve agir nas relações entre as diversas esferas culturais, uma vez que a cultura globalizada dispõe de muitos mais aparatos para se impor, como vemos a transformação no Brasil da crescente valorização das festas estrangeiras, como é o caso da celebração do Halloween, em escolas de classe média, em detrimento da tradicional celebração do dia de finados.

Ao que Trigueiro afirmou que não há uma tradição do Nordeste, pelo menos na Paraíba, nas classes populares, das

festas das bruxas ou Halloween. Aqui no Brasil é comemorado dia 2 de novembro o dia de finados. Esse movimento é recente, predominante na classe média com a adoção de uma cultura que aconteceu nas escolas americanas de influência Anglo-saxônica, as quais ainda não podemos concluir tais festas serão adaptadas ou completamente incluídas nas tradições populares do povo brasileiro.

Houve a mesma corrente em relação ao carnaval fora de época, onde teve uma grande especulação se terminaria o carnaval tradicional religioso em detrimento do carnaval fora de época, mercantilista e global e todos os aspectos da globalização. Para Trigueiro, o Halloween não faz parte da cultura tradicional brasileira, sendo, portanto, um movimento passageiro. Não há uma incorporação e uma afetividade nas festas de Halloween e de carnaval fora de época. Para a cultura popular a afetividade (SODRÉ, 2016) é muito importante para a construção das festas populares.

As festas religiosas do povo brasileiro, apesar das dificuldades financeiras, a maioria das pessoas que produzem essas festas são das classes marginalizadas, das classes sem privilégios. Esses grupos fazem sacrifícios para realizarem suas festas, para ter um calendário e conseguir manter as suas tradições religiosas em oposição, não antagônica, as condições atuais, sobretudo pela afetividade. Então o afeto e a paixão pela realização das festas tradicionais são muito fortes. Com relação às novas festividades importadas, como são muito recentes, Trigueiro diz não perceber a existência de uma relação afetiva na produção das mesmas. Para ele é como se existissem duas festas, uma feita para atender os interesses mercantilistas e outra festa comunitária, solidária, em que existe propriamente o afeto na realização da festa. Não haverá desaparecimento das festas tradicionais, que estão sofrendo um processo de ressignificação para a manutenção de seus valores afetivos e culturais.

Perguntado se em uma sociedade em constante conflito, em negociação pelos espaços das diferentes culturas, se o ativista midiático dos processos folkcomunicacionais atua como um agente amplificador dos conflitos ou como um agente apaziguador, um negociador dos espaços culturais globais e locais.

Para Trigueiro o agente midiático folkcomunicacional flutua nas estruturas sociais, ele tem uma mobilidade para atuar nas estruturas verticais e também horizontais nas cidades interioranas de no máximo 20 mil habitantes em que na maioria delas são de 5 a 6 mil habitantes, temos diversos fatores sociais que dependendo dessa mobilidade social em que ele atua, nos diversos lugares da sociedade, mas sempre no mesmo território.

Essas transformações e movimentação só podem ser compreendidas fazendo pesquisa empírica em lugares de conversão onde acontecem as interlocuções de diversos conversadores, nas bodegas, por exemplo, em que Beltrão chamava de agente da folkcomunicação (BELTRÃO, 2014), Martin-Barbero (1997) chama de redes cotidianas de comunicação e Paulo Freire de redes de saberes populares (FREIRE, 2005). É a partir desses três conceitos que Trigueiro pensou o seu conceito mais ampliado de agente midiático das redes folkcomunicacionais. Sujeitos que flutuam nas estruturas sociais e culturais. Para ele, alguns desses agentes são contrários às influências externas e outros realizam as mediações e interpretações para a realidade local sem atritos. Para ele, na atual realidade, os agentes midiáticos folkcomunicacionais atuam muito mais no sentido da negociação entre o global e o local, enquanto uma estratégia de sobrevivência e manutenção das tradições culturais locais.

Trigueiro faz questão de frisar que sua reflexão se baseia nas estruturas sociais de pequenas cidades, em que as pessoas são muito próximas, em que as diferenças econômicas são

bem menores que nos grandes centros urbanos. Todos estão dentro do mesmo contexto socioeconômico, são funcionários públicos do estado, do município, a maioria, da prefeitura, pequenos comerciantes entre outros. Estas pessoas têm uma rede de sociabilidade muito próxima, então faz parte de sua cultura buscar resolver as questões por meio da negociação e afetividade, mas sem excluir a existência dos conflitos. Pois a afetividade inclui as paixões, e nessas redes sociais os conflitos que ocorrem, são apaixonantes. Ao defender a opção contrária do outro a partir de uma paixão, dessa afetividade há um envolvimento entre as partes na busca da solução. Isso é o que nós precisamos compreender dentro da rede folkcomunicacional. Devemos estudar isso apoiado na sociologia, na antropologia, na literatura, na filosofia que são as linhas mais ternas da comunicação, mas nós temos que descobrir nosso objeto de pesquisa, nossas metodologias e ir a campo. E a pesquisa de campo encontrou nas tecnologias um grande aliado, uma grande vantagem é que agora não precisamos gastar filme, como era antigamente, com a utilização da fotografia digital é possível realizar um melhor registro das realidades e das questões cenográfica para ter uma melhor análise interpretativa. Indo aos lugares de conversação dessas pessoas que estão nessas cidades do interior produzindo cultura.

Trigueiro reforça que suas pesquisas se referem aos municípios do interior Estado da Paraíba com menos de 20 mil Habitantes, que são 180 dos 203 municípios existentes no estado da Paraíba. Pois a partir do momento em que começamos a trabalhar nas cidades, trazemos para a folkcomunicação um terceiro grupo que é o grupo Rurbano, segundo o conceito de Gilberto Freyre (FREYRE, 1982), o neologismo que ele criou para mostrar as cidades, ou pequenas cidades que estão entre o rural e o urbano. São cidades que não são nem urbanas, nem rurais, cidades

politicamente e geograficamente urbanas, mas que possuem uma vida híbrida, em que há uma sociedade diferente, que vive esses dois contextos intensamente e agora estão interligados planetariamente, pelos meios de comunicação de massa. São cidades que precisamos compreender.

E as pesquisas a serem feitas não devem ser para estudar ou pesquisar as festas religiosas ou profanas, discutir se são festas autênticas ou não, se estão perdendo a sua tradicionalidade. O que a folkcomunicação deve estudar é como surgem as redes capilares de comunicação, como são construídas as negociações comunicacionais para a realização das festas.

Mesmo nessas cidades interioranas, parte da cultura popular que está inserida nesse contexto há sempre uma negociação entre os produtores das festas e manifestações culturais locais com a exterioridade (pessoas externas). Existe uma particularidade que precisamos entender, é que os agentes folkcomunicacionais são os detentores do calendário, do patrimônio cultural dessas festas. São essas comunidades que vem do interior que são os detentores da tradição. Tem que haver uma negociação entre produtores da festa e do público, senão, não há a realização da festa. Sem a negociação realizar a festa é uma invenção que no futuro vai desaparecer, por não haver afetividade em relação a condução da festa como existe quando são os agentes folkcomunicacionais que são os produtores culturais

É preciso incluir a influência da família, das instituições, da igreja, da escola, entre outras esferas sociais. E também é necessário incluir as organizações que vêm de fora e atuam como interessadas nessas festas populares. Essa é a dimensão de compreender o agente folkcomunicacional diferenciado do líder de opinião.

A quarta pergunta foi relacionada a questão das fake-news. Foi perguntado ao professor Trigueiro o que ele pensa

com relação a atuação do ativista folkmediático. Se ele pode ser um antídoto para as fake news ou se ele também possui uma atuação negativa na disseminação das fake news

Para Trigueiro existe uma dificuldade por parte dele em relação às redes sociais por não ser a sua linha de pesquisa, por conta da pandemia de 2020-2021 e pelo isolamento social, houve uma maior imersão sua em relação às redes sociais. Para ele o mexerico, as fofocas, que são formas primitivas de fake news sempre existiram nessas comunidades, como falar mal dos vizinhos, falar mal do compadre e depois fazer as pazes e estar junto, sempre existiram.

Ele cita uma palestra de Ariano Suassuna que disse sobre a questão das intrigas nas cidades rurais, ou rurbanas, diz que a mentira saudável é prazerosa, a mentira que não prejudica ninguém faz parte da cultura popular. Lembra que segundo o autor citado, um personagem bem-comportado que não mente, que não levanta falso testemunho, que não briga com o vizinho, não é um personagem que agrada ao público, portanto fake news sempre existiu nas culturas populares. Para Suassuna o vilão sempre é o melhor personagem. Então a mentira, a intriga, o mexerico e a fofoca sempre existiram.

Para Trigueiro a fake news é uma hipótese que deve ser pesquisada posteriormente, por ainda ele não ter feito pesquisa empírica e de campo. De toda forma Trigueiro recomenda a realização de estudos e investigações sobre o funcionamento e a influência da fake news em cidades interioranas. No primeiro momento, Trigueiro acredita que por conta da questão de proximidade os agentes folkcomunicacionais não participam das fake news, pois quem está inventando as falsas notícias está muito próximo da comunidade e a distância é muito importante para que esse fenômeno aconteça. A mentira precisa da proximidade para causar efeito, a fake news precisa de muitas pessoas

envolvidas propagando aquela falsa informação. E reflete que a fake news deve ser um objeto de estudo da folkcomunicação, mas que ele não tem pesquisas nesse campo.

Foi destacado para Trigueiro que entre um dos papéis do ativista midiático estão ações educativas como apresentações em espaços como escolas e sindicatos para levar as manifestações culturais de seu grupo para um público maior. Foi perguntado se ele acredita que essas ações se aproximam da pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

Ao que ele respondeu que no conceito de ativista midiático, criado por ele, foi baseado em Beltrão nas redes folkcomunicacionais, nas redes cotidianas de Martin-Barbero que tem uma similaridade muito próxima com a teoria de Beltrão, nos lugares de conservação, nas bodegas, nas igrejas, nas zonas de meretrício. Em todos os lugares, serão encontradas a atuação dos agentes folkcomunicacionais. E que também incluiu o conceito de saberes populares de Paulo Freire.

Os agentes espontaneamente populares, os autodidatas, que tem um senso crítico, que fazem a crítica à hegemonia política local como também a hegemonia dos políticos, a questão da indústria cultural, e do consumismo. Trigueiro cita de seu Livro, Folkcomunicação & ativismo midiático, em há um capítulo em que ele cita um agente folkcomunicacional, Honorato, que é um autodidata local que tem uma visão crítica da situação local muito bem elaborada.

Ele explicou que na região do Seridó, no sertão da paraíba, as pessoas, tem por hábito, à noite, colocar cadeiras na rua para se refrescarem na brisa noturna, o conhecido vento maracatu. Normalmente isso acontece depois do Jornal Nacional, e nesse momento as pessoas aproveitam para comentar as notícias entre elas, é nesse momento que os agentes elaborados, segundo Beltrão, aqueles que têm uma base de formação didática, que passaram pelo processo de

aprendizagem, são eles que auxiliam na discussão e elaboração das opiniões. Esses agentes são os que também levam essas questões para dentro das salas de aula com muita intensidade, na época da sua pesquisa eram discutidas questões como racionamento de energia, da posse da terra, e as pessoas traziam o conteúdo da televisão para a realidade local.

Isso está associado com conceito das redes de saberes populares de Paulo Freire, com as redes cotidianas de comunicação de Martin-Barbero e com as redes de Folkcomunicação. Trigueiro fala sobre e recomenda a leitura do livro de Gabriel Tarde, *A opinião e as massas* de 1901, afirmando que Beltrão leu esse livro e utilizou seus conceitos em seus trabalhos e também acredita que Paulo Freire, contemporâneo de Beltrão, possa ter tido acesso a esse livro.

Associado às teorias de Paulo Freire, Trigueiro acredita que os agentes elaborados de Beltrão desempenham um papel dentro do processo educacional por serem elementos mediadores da comunicação na escola, pois esses agentes passaram pelo processo de aprendizagem e incluíram esses conhecimentos dos bancos escolares em seus processos cotidianos, bem como levaram para dentro da sala de aula os seus saberes tradicionais.

Com relação aos conceitos de “espaço conquistado” e de “espaço concedido” Trigueiro elaborou uma explicação em que ele afirma ter se apoiado nos conceitos de Milton Santos, de lugar, local e localidade, e também sobre o conceito de opinião e conversação de Luiz Beltrão. Segundo ele os agentes populares, os detentores dos saberes populares fazem suas festas, seus artesanatos e sua cultura no espaço de marginalização, espaço das estruturas marginalizadas ou desprivilegiadas, mas permanece a questão da afetividade, da devoção aos santos. Assim, esses agentes superam todas as dificuldades e fazem suas festas e cumprem suas tradições. Em todas as classes sociais têm isso aquele que tem espaços

conquistados e aqueles que têm espaços concedidos, como exemplo, fala de um jogador de futebol no interior da Paraíba, que joga com muita competência mas que não consegue sair do futebol amador e, em contrapartida, os jogadores também do interior que conseguem fazer sucesso e vão jogar em grandes times e até fazem parte da seleção brasileira de futebol, e diz que existem muitos exemplos desse tipo, e que são exemplos do espaço conquistado.

Conquistam o espaço pelo seu talento, pelas suas habilidades, pela sua formação ou pelas informações do aprendizado da tradição ou a formação institucional.

Fala dos artistas populares, que são muitos, mas que poucos conseguem conquistar um espaço de visibilidade, de celebridade quando aparecem na mídia e com isso obtém espaço para participar ativamente da vida social e cultural, sendo parte de programas de rádio e televisão.

Aqueles que tem espaço concedido, são aqueles que conquistam esse espaço sazonalmente, por exemplo, os mestres do cavalo-marinho, os mestres do Bumba meu boi, o marcador de quadrilha junina, por exemplo, são pessoas que passam o ano inteiro sem reconhecimento da sua própria localidade, mas quando chega o São João, ele, que é o coordenador da quadrilha junina, aparece na mídia local, na mídia regional, são recebidos pelas autoridades locais e então passam a ter um espaço concedido naquele período específico. Depois de passado o tempo da festa eles voltam para a sua vida anônima, vão ser pintores, pedreiros ou outras atividades econômicas que garantem o seu sustento.

Questionado sobre os conceitos de Beltrão, de marginalizados, de agentes folkcomunicacionais, líder de opinião e sua relação com o conceito de Trigueiro de ativista folkmediático, se são os mesmos agentes, ou se possuem papéis diferentes, Trigueiro disse que, na sua opinião que quando Beltrão trouxe o conceito de líder de opinião da

escola funcionalista, que na época foi um grande avanço nas teorias da comunicação, pois se pensava que mídia não tenha influência sobre a população, com as propagandas políticas, por exemplo, ou comerciais. Era o líder de opinião, que fazia a leitura e decodificação das mensagens externas às comunidades para que houvesse uma melhor compreensão por essas comunidades.

É a partir dos anos 1970, com o avanço das tecnologias de comunicação essa função de decodificação, principalmente no campo da cultura, perde a relevância. Trigueiro diz que Beltrão falou sobre a mediação e que o agente midiático da comunicação é quem exerce um papel de intermediário cultural dentro desses processos de mediação. Essa mediação ocorre com mais força quando os mais jovens, por exemplo, são agentes intermediários para o uso das novas tecnologias por parte dos mais velhos. Trigueiro aplica o termo intermediário na elaboração e não na apropriação, da ressignificação dos conteúdos midiáticos ou conteúdos tradicionais da comunicação, mas a intermediação da tecnologia para o uso dos agentes intermediários da comunicação.

Para encerrar Trigueiro retoma o conceito de jornalismo de atualidade, segundo Beltrão, a partir do momento em que começam a ocorrer as festas populares virtuais durante o período da pandemia do COVID 19. Pois as festas populares no ambiente virtual fazem uma introdução ao vivo e atual, resgatam imagens do passado, trazendo para o presente fatos passados, o que Beltrão chama de jornalismo da atualidade que vem a ser a representação do fato já dito e já narrado do passado, mas ligado às demandas e situações da atualidade e do presente.

As festas populares virtuais incluem as narrativas já ditas das festas anteriores, atualizando o contexto presente fazendo a festa virtual. Conceito que tem sido atual para ser trabalho dentro da Folkcomunicação, que Beltrão explica desde 1974.

Para Trigueiro no campo da Folkcomunicação temos que procurar nosso objeto de estudo nas pesquisas empíricas, na pesquisa de campo. É importante conhecer a produção do senso comum, popular e trazer para o meio científico. Temos que descobrir coisas novas, não devemos ter medo de conhecer coisas novas, novas pesquisas, novos objetos de estudo e novas metodologias. Não devemos ter medo de inovar e descobrir nosso objeto de estudo a partir dessas pesquisas teóricas, e construir referências a partir de citações e construir metodologias por meio da pesquisa empírica de campo.

A live foi encerrada com o agradecimento pela oportunidade de poder conversar com este pesquisador, professor e entusiasta da cultura popular, membro da comissão nacional do folclore e que convida os jovens estudantes e pesquisadores a terem coragem de sair para a pesquisa de campo e abraçarem a pesquisa empírica para buscar conhecer a realidade das pequenas cidades do interior de Brasil, que são tão pouco estudadas e, ao mesmo tempo, tão ricas em cultura, histórias e vivências.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?** Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SCHMIDT, Cristina. **Folkcomunicação na arena global**: avanços teóricos e metodológicos. São Paulo: Ductor, 2006.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: Afeto, mídia e política. Rio: Mauad Editora Ltda, 2016.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. O ativista midiático da rede folkcomunicação. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 4, n. 7, 2006.

Games, mídia e comunicação: perspectivas epistemológicas - um debate entre

EMMANOEL FERREIRA

IVAN MUSSA

JORGE CARDOSO FILHO

Emmanuel Ferreira: Os *game studies*, campo de investigação acadêmica que este ano completa duas décadas – seu início como atividade minimamente estruturada remonta ao lançamento do periódico *Game Studies*, em julho de 2001 – tem entre seus objetivos compreender os jogos em geral e os videogames em particular em diversos vieses – cultural, social, político e econômico, para citar alguns. De caráter multidisciplinar, o campo teve a oportunidade de estreitar como Grupo de Pesquisa da Intercom no ano de 2016, efetivando assim uma das pontes mais profícuas e recorrentes em território nacional entre seus pesquisadores: aquela que conecta os games à comunicação.

Tenho os *games* como objeto de pesquisa desde o início do segundo ano do mestrado em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da UFRJ, em 2006. Na época, ainda não sabia da existência de um campo chamado *game studies*, o qual vim a conhecer naquele mesmo ano, justamente no

congresso nacional da Intercom, realizado na UnB, em Brasília. Naquele Intercom, o primeiro do qual participei, ainda no antigo Núcleo de Pesquisa (NP) Tecnologias da Informação e da Comunicação, apresentei trabalho que fazia uma correlação entre games, cinema e interatividade (FERREIRA, 2006a) – tema bastante recorrente naqueles anos. No mesmo NP, ouvi pela primeira vez o termo *game studies*, em trabalho apresentado por Marsal Avila e Cristiano Max (AVILA; MAX; 2006).

Ao longo desses mais de 15 anos pesquisando esta mídia tão fantástica quando complexa, trafeguei por temas como: narrativas interativas (FERREIRA, 2006b), imersão e círculo mágico (FERREIRA; FALCÃO, 2009), realismo estético nos videogames (FERREIRA, 2010a), corpo e videogames (FERREIRA, 2010b), retórica nos indie games (FERREIRA, 2013), primórdios dos videogames no Brasil (FERREIRA, 2017), arqueologia dos games (FERREIRA, 2020a), até focar-me no que tem sido meu projeto de pesquisa desde a realização de meu estágio pós-doutoral, no ano de 2018, sob supervisão de Jorge Cardoso Filho, que também assina este capítulo: a relação entre experiência estética e ludicidade (CARDOSO FILHO; FERREIRA, 2019; FERREIRA, 2020b).

Para fins de objetividade e pertinência ao escopo deste capítulo, destaco o objetivo principal que têm norteado esta pesquisa, que, certamente, desdobra-se em objetivos específicos: desenvolver três eixos – ou chaves epistemológicas – para se compreender a relação entre experiência estética e ludicidade, no que esta relação tem de específico e particular, destacando-se de experiências estéticas resultantes da relação entre sujeito e mídias *não-ergódicas* (AARSETH, 1997), como por exemplo a literatura, o cinema e as artes em geral. São eles: i) estética e agência; ii) estética e apropriação lúdica; iii) estética e política.

No intuito de desenvolver os argumentos centrais desta pesquisa, busco alicerce teórico em três linhas de pensamento, a saber: i) a estética/filosofia pragmatista, a partir de autores como John Dewey (2010), Richard Shusterman (1998); ii) o estudo da ludicidade, a partir de autores como Johan Huizinga (1990), Jacques Henriot (1983) e Maude Bonenfant (2015); c) a relação entre estética e política, a partir de autores como Walter Benjamin (1994) e Jacques Rancière (2009).

Deste modo, acredito que tal abordagem poderá trazer contribuições importantes – já num patamar de maturidade, se assim podemos dizer – para o desenvolvimento de novas perspectivas epistemológicas na relação entre os *game studies* e a comunicação. Nesse sentido, o GP Games da Intercom tem se mostrado, ao longo desses cinco anos desde sua fundação, um espaço bastante profícuo para o avanço das discussões que permeiam o campo, em especial por seu caráter interdisciplinar, como se pode observar na parceria que se faz presente neste texto, no qual figuram autores de dois grupos de pesquisa da Intercom: Games (Emmanuel Ferreira e Ivan Mussa), e Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros (Jorge Cardoso Filho). Para iniciar esta conversa, passo a palavra, primeiramente, a Jorge Cardoso Filho e, na sequência, para Ivan Mussa.

Jorge Cardoso Filho: Agradeço ao Emmanuel pelo convite e pela chance de conversar com a comunidade de pesquisa da área de Games e Comunicação, sobretudo com o colega Ivan Mussa.

Minha relação de parceria com Emmanuel começou em 2017, quando ele participou do exame de defesa de doutorado do meu primeiro orientando a trabalhar com poética dos *games*. De lá para cá, temos tentado discutir um pouco sobre as relações entre experiência estética e o universo dos jogos digitais.

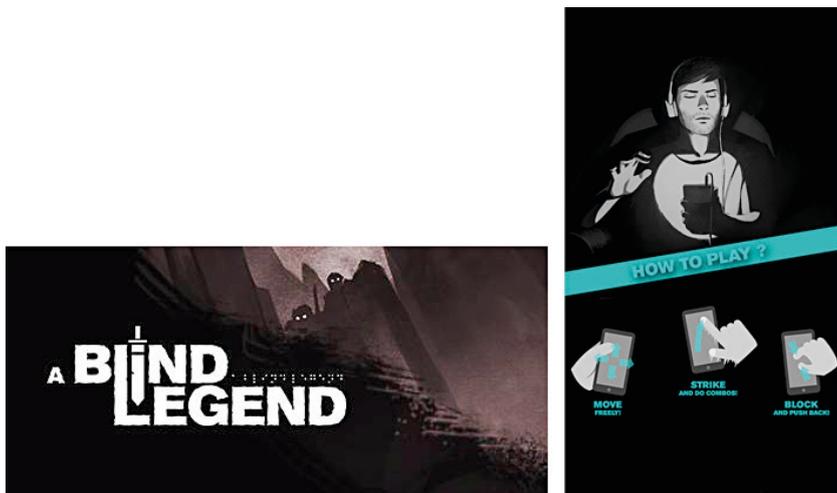
O que trouxe hoje para dialogar com a temática proposta pela mesa é uma reflexão sobre o tipo de investigação que já produzimos dentro do grupo de pesquisa TRACC-UFBA, especificamente na sua ramificação carinhosamente denominada pelos integrantes do grupo de TRACC-XP, em função da sigla usada em inglês para se referir à “experiência”, que personagens de jogos de videogame acumulam ao se desenvolverem durante as partidas.

Essas produções iniciaram em 2016 e tiveram seu último trabalho concluído em 2020. Nelas posso afirmar que há alguns elementos comuns que constituem eixos de investigação, que são mais ou menos enfocados a depender de cada pesquisa: uma preocupação forte com o campo de reflexão Estética na Comunicação; o desenvolvimento entre dois grupos de pesquisa distintos (ANALÍTICA e TRACC); eixos de pesquisa que podem variar em torno de aspectos poéticos, da recepção estética e/ou da circulação dos valores e crítica dos games.

Além disso, compreendo que nossos estudos ofereceram ao campo da comunicação algumas contribuições interessantes: como uma avaliação micro das experiências com os games; aprofundamento no estudo das relações entre aspectos lúdicos dos games e elementos marcantes da experiência estética; uma guinada Estética, nos estudos dos games, na Comunicação.

Faço uma apresentação retrospectiva da pesquisa, destacando alguns elementos que julgo pertinentes na construção desse olhar estético que se efetivou em cada trabalho. O primeiro que gostaria de chamar atenção é a dissertação de Felipe Barros de Sousa, defendida em 2020, intitulada “Experiência com *audiogames*: deficiência visual e sinestesia entre polícia e política”. Neste trabalho, Sousa procurou compreender a relação de experiência que emergiu entre *audiogames* e jogadores que apresentam graus de

deficiência visual diversos, produzindo interpretações a partir dos conteúdos online e de relatos empíricos coletados em fóruns de discussão. Como se pode observar, desde o título do trabalho, havia na proposta uma forte inspiração nas proposições do filósofo Jacques Rancière, sobretudo na sua discussão sobre as articulações entre estética e política.



Figuras 1 e 2: Imagens de *A Blind Legend*

No caso discutido por Sousa (2020), as formas de sentir e perceber dos não-videntes torna-se aspecto central do trabalho, na medida em que são elementos da materialidade sonora (como timbres e espacialidade dos sons) que orientam a interação com jogadores. Destaco também que, em termos metodológicos, Sousa empregou relatos, discursos e narrativas dos próprios jogadores (publicados em fóruns de discussão e rede social) para aferir qual tipo de experiência emerge na relação com os jogos. Um destes jogos foi o que apresentamos acima, *A Blind Legend*.

Já Vicente Farias (2018), no trabalho “Sons do horror: A produção de sentidos e afetos na construção sonora de games

do gênero *survival-horror*”, procurou investigar de que maneira os sons atuavam na produção de sentidos e afetos em três jogos do gênero *survival-horror*: *Amnesia – The dark descent* (Frictional Games, 2010), *Outlast* (Red Barrels, 2013) e *Pesadelo* (Skyjaz, 2016). Para Farias, a discussão das convenções do gênero horror, em suas manifestações audiovisuais, ofereciam bases para o uso do som também nos games, sobretudo na construção de ambiências afetivas.

No caso da pesquisa de Farias, seu movimento metodológico é de investigação da dinâmica de relação do som com a própria dinâmica do jogo, o que o conduziu para uma abordagem investigativa em que as estruturas internas do jogo, o design de som na sua relação com as imagens, são entendidas enquanto mecanismos para produzir sustos, medo e suspense.



Figuras 3 e 4: Imagens de *Outlast*

As pesquisas de Felipe Sousa e Vicente Farias foram produzidas enquanto trabalhos de mestrado. Os dois próximos trabalhos que apresento para vocês são fruto de pesquisa de doutoramento.

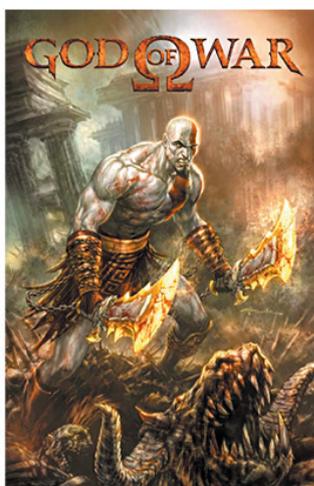
“Da experiência do jogar: videogames e corpos em interação”, de Felipe Thomaz, é uma tese defendida em 2018. Nela, Thomaz examinou a experiência de jogar um videogame, a partir da construção de um problema de pesquisa que tomava como objeto privilegiado de estudo a interação entre jogo e jogador, identificando e discutindo variáveis intervenientes à partilha que se estabelece nessas situações. Nesse sentido, era extremamente importante para o trabalho observar as materialidades empregadas para estabelecer interação entre as entidades jogo-jogador e, a partir dessa observação, aferir as experiências em desenvolvimento. Thomaz (2018) era muito assertivo ao afirmar que se tratava de corpos em interação (dos jogadores e dos dispositivos) o que permitia ao mesmo observar as performances que emergiam como resultado das experiências. Algumas dessas interações entre jogo e jogador foram observadas a partir dos games *Everything* e *Limbo*.



Figuras 5 e 6: Imagens de *Everything* e *Limbo*

Por fim, trago o relato da pesquisa “Poética do Videogame: análise do design em jogos de ação aventura”, de autoria de Paolo D’Alexandria Bruni, defendida em 2017,

cujo principal objetivo era observar os processos através dos quais os padrões de design videolúdico foram constituídos a partir das formas poéticas do gênero de ação-aventura nos videogames. Amplamente em diálogo com pressupostos da teoria aristotélica sobre a arte Poética, Bruni focou-se nas estruturas internas da dimensão videolúdica de jogos como *Bioshock* e *God of War* para considerar como a construção dos *games* pode também se amparar em elementos da construção poética clássica para produzir efeitos estéticos.



Figuras 7 e 8: Imagens de *God of War* e *Bioshock*

A partir daqui traço algumas constelações (conjuntos que traçamos a partir da identificação de elementos comuns nessas pesquisas, mesmo que elas tenham suas particularidades e diferentes objetos e problemas de pesquisa).

Trata-se de pesquisas que gravitam em um campo de preocupações com a experiência de produtos (seja a experiência de fazer, de apreciar, jogar, interagir com os mesmos). A partir delas traçamos um desenho constelar no qual os problemas relativos aos gêneros de jogos (ação aventura, horror, FPS etc.)

passam a se relacionar com as performances que se estabelecem na interação (que pode ser pública, intimista, ocasional, espectral etc.). Também enxergo a multiplicidade de formas de levantar dados sobre a experiência com os jogos: seja a partir da experiência corporal, narrativa, discursiva, ou da própria materialidade textual.

Por fim, destaco que essas pesquisas me ajudaram a pensar um campo de relações entre estética da comunicação e *game studies*, a partir da dinâmica “experiência lúdica e a ludicidade da experiência”. Alguns autores usam a metáfora do jogo para explicar o modo como a experiência estética se configura – como Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser. Mas mesmo Emmanuel e eu (2019) destacamos esse elemento, a partir da discussão da cena musical Chiptune e sua máxima de “*playing (with) the music*”. As zonas de interface do lúdico com a noção de experiência são múltiplas e pensar o entretenimento e a produção de prazer também implica, necessariamente, pensar também no âmbito do horror e da abjeção.

Ivan Mussa: Por muitas vezes, ao discutirmos as noções de jogo, de experimentação e de brincadeira, deixamos de contemplar as formas com as quais as dinâmicas socioeconômicas típicas do capitalismo neoliberal afetam essas práticas. Não que a discussão conceitual sobre jogo não seja importante: ela é, de fato, fundamental. No entanto, uma de suas potências cruciais é a confrontação com os cenários materiais que se apresentam na contemporaneidade. Nesse sentido, propomos uma discussão que parte da seguinte pergunta: de que modo mecânicas de jogos de azar se misturam com jogos de videogame, e como isso impacta a experiência do lazer no jogo digital?

Tomamos como objeto, nessa discussão, o jogo *Free Fire*, caracterizado pela sua acessibilidade e pela associação estreita com o cenário brasileiro. Por rodar em smartphones relativamente baratos e possibilitar experiências análogas

àquelas encontradas em jogos de computador e consoles, *Free Fire* sintetiza a fisionomia própria da cultura gamer latino-americana, e especialmente a brasileira. Além de tudo, é um jogo que se encaixa no sistema *free-to-play*, ou seja, pode-se baixar o jogo e consumi-lo de graça.

O jogo se divide entre os cenários amador, semiprofissional e profissional, mas essas fronteiras se misturam devido a características próprias do consumo do jogo. Primeiro, trata-se de um jogo online, em que jogadores de todos os níveis compartilham perfis, posses digitais - roupas, armas e adereços personalizados - e se enfrentam em batalhas competitivas. Os jogadores adentram um mapa tridimensional, em grupo ou solitariamente, devendo navegar pelo ambiente e eliminar adversários. O último grupo ou jogador sobrevivente torna-se o vencedor da partida.

Essa dinâmica, que parece ser o centro da experiência, no entanto, torna-se apenas coadjuvante quando se observa as demais mecânicas que circundam o jogo. Para além da experiência de jogo propriamente dita, em que o jogador busca a glória do primeiro lugar, uma economia virtual dita a necessidade de adquirir e colecionar bens virtuais. Em suma, o jogo é gratuito apenas até certo ponto, já que esses itens custam dinheiro real ou a moeda virtual do jogo, e se baseiam em eventos promocionais temporários.

Por exemplo, recentemente *Free Fire* vem apresentando uma série de promoções de marketing, com temáticas variadas, com participação de personalidades como o jogador Cristiano Ronaldo e o DJ Alok, além de parcerias com propriedades intelectuais como a série televisiva *La Casa de Papel* e o desenho animado japonês *One Punch Man*. Em todos estes eventos, os jogadores são encorajados a adquirir roupas para seus avatares, desenhos especiais para as armas, entre outros elementos cosméticos decorados de acordo com as personalidades e marcas envolvidas.

Essa rotatividade de bens virtuais e símbolos da cultura de massa intrometem-se no jogo por meio de uma dinâmica típica do fenômeno que vem sendo chamado de *gamblificação* (JOHNSON; BROCK, 2020). O que ocorre é que não basta que o jogador possa simplesmente comprar os objetos virtuais: é necessário que essa aquisição seja atravessada por elementos de jogo de azar, que envolvam a aleatoriedade e a aposta. A mais notória dessas mecânicas ficou conhecida pelo termo “*loot box*”, que consiste na compra de uma caixa virtual, aberta pelo jogador no momento da aquisição, e cujo conteúdo é ao menos parcialmente desconhecido:

Esta concepção é importante porque [...] estes sistemas-dentro-de-sistemas funcionam como um conjunto retórico maior, que encobre as tecnologias de habituação dentro dos jogos, suscitando a participação sustentada dos jogadores. Este jogo/habitução é um processo contínuo ligado aos jogos como modelo de serviço (ZANESCU et al., 2020, p. 17).

As *loot boxes* provocaram fortes reações e geraram polêmicas a ponto de providências legais serem tomadas em diversos países, entre eles Holanda, Bélgica, Reino Unido e China. Em cada um deles, diferentes níveis de aleatoriedade e aposta são problematizados e associados ao jogo de azar. De certo modo, o Brasil ficou para trás na discussão, e apenas recentemente, em março de 2021, uma ação do Ministério Público veio a questionar a legalidade da inserção de elementos de azar em um jogo largamente consumido por crianças e adolescentes. Esse fenômeno denota a desigualdade de condições não apenas de acesso a objetos tecnológicos e recursos financeiros necessários para o consumo de videogames no Sul Global, mas também a falta de sincronia entre a regulamentação no contexto estrangeiro e a situação local.

Dada esta contextualização, evidencia-se a necessidade de estudar os mecanismos de inserção de jogos de azar na experiência de jogo contemporânea, sobretudo por meio de um ponto de vista local. Nota-se que as polêmicas em torno das *loot boxes* não esgotam o estoque de manifestações desse cruzamento entre jogos eletrônicos e jogos de azar. Promoções temporárias, como as encontradas em *Free Fire* e outros jogos, põem em prática mecanismos de sedução do jogador com ofertas limitadas, que são igualmente imprevisíveis e instáveis. Dinâmicas de acumulação de pontos, medalhas e outros distintivos incluem o jogador em uma linha de progressão infinita, que se nutre na competição - não para saber necessariamente quem é melhor no jogo, mas sim para medir quem se dedica mais às tarefas diárias, investindo tempo e trabalho gratuito (TERRANOVA, 2000). Aqueles que não podem ou não querem investir tempo, têm a opção de investir dinheiro real, incorrendo em gastos frequentes para obter objetos cosméticos e vantagens em eventos e promoções.

Esse contexto, propomos, deve ser abordado sob dois vieses. O primeiro, é o dos discursos e premissas ideológicas que circundam as práticas. É possível detectar nas esferas de circulação midiática que orbitam os games, como vídeos de Youtube e transmissões online na *Twitch*, um campo de disputas políticas, ideológicas e discursivas. Isso é verdade para a cultura gamer no geral (SHAW, 2010), que encoraja certas normatizações, sobretudo de gênero (masculino), cor (branca), sexualidade (heterossexual) e nacionalidade (Norte Global). Em específico, no entanto, é possível direcionar um zoom para as práticas de *Free Fire* e encontrar um segmento desses discursos no que se refere ao rendimento dos jogadores e à normalização de práticas de apostas e jogos de azar, justificadas por uma espécie de otimismo cruel (BERLANT, 2007; MEJIA; BULUT, 2019). É como se a possibilidade de apostar, coletar recursos virtuais e progredir em uma escala

arbitrária que premia investimento de tempo e dinheiro representasse uma espécie de aprimoração meritocrática do jogador - obviamente uma falsa impressão. A crueldade desse otimismo, acreditamos, é ainda mais intensa no cenário brasileiro marcado pela precariedade e pelos altos custos, tanto de itens virtuais quanto de hardwares necessários para as práticas de jogo.

O segundo viés diz respeito à materialidade dos mundos de jogo (JORGENSEN, 2013) e à organização das interfaces audiovisuais e de hardware. Os estímulos sensório-motores em *Free Fire*, bem como e as formas de interação que encorajam e desencorajam atizam o processo de hibridização entre jogo e azar. Não seria possível compreender as dimensões política e ideológica da intromissão do jogo de azar nos games sem compreender, conjuntamente, a forma como as imagens, ações e transformações do jogo se conectam ao jogador. Essa visada exige um exame histórico e crítico do consumo e produção dos jogos, bem como do modo como esse contexto material se expressa no cenário brasileiro.

Trata-se, portanto, de um problema que envolve perspectivas teóricas, epistemológicas e empíricas que entrelaçam questões estéticas, comunicacionais, lúdicas e políticas, evidenciando a demanda de tratamento interdisciplinar dos *game studies*. Essas abordagens são fundamentais para compreendermos as nuances e a centralidade do jogo e do lazer na contemporaneidade, e como ela é condicionada tanto por questões políticas, sociais e econômicas.

Emmanuel Ferreira: Retomando a palavra, gostaria de tecer algumas considerações finais para este debate, tão profícuo quando necessário. Em primeiro lugar, é preciso reforçar o fato de que os *game studies*, enquanto campo do conhecimento, com seus autores, teorias e epistemologias em construção, ainda carece, institucionalmente, de maior

quantidade de espaços próprios, em termos de eventos, de publicações, de associações e, especialmente, em termos de programas de formação acadêmica. Em termos de associações, temos a *DiGRA – Digital Games Research Association*, com congresso homônimo, realizado em média a cada dois anos – que foi fundada no ano de 2003 e que reúne a maior parte dos pesquisadores de *game studies* em âmbito global. Em termos de publicações específicas, temos o já citado periódico *Game Studies*¹, o *Games and Culture*², o *G|A|M|E Journal*³, para citar alguns. Já em termos de programas de formação acadêmica, em nível de pós-graduação, temos o programa de *Game Studies* da Tampere University, na Finlândia, o *Center for Computer Games Research* da IT University de Copenhagen, o *NYU Game Center*, da New York University, para citar alguns dos mais conhecidos e prestigiados. No momento de elaboração deste capítulo, ainda não existem programas de pós-graduação em *game studies* no Brasil. Com isso, a maioria dos interessados acaba por ingressarem em programas que são afeitos a receberem projetos que tratam especificamente de temas relacionados aos *game studies*, em sua maioria programas da área de comunicação.

Neste sentido, enfatizo que o espaço aberto pela INTERCOM – sendo ela uma renomada associação de pesquisadores em comunicação, com mais de quarenta anos de atuação continuada no Brasil – ao abrigar o Grupo de Pesquisa Games, tem proporcionado um avanço sistemático e notório na consolidação da pesquisa em *games* no Brasil. Isto se dá não apenas de forma pontual, por meio dos congressos nacionais anuais, mas também de forma continuada, a partir das redes que se formam a partir desses eventos e que se desdobram em ações pragmáticas ao longo do ano – ou

1. Cf. gamestudies.org/2021. Acesso em: 15/07/2021.

2. Cf. journals.sagepub.com/home/gac. Acesso em: 15/07/2021.

3. Cf. gamejournal.it. Acesso em: 15/07/2021.

seja, no período entre os congressos anuais: participação de bancas de mestrado e doutorado de jovens pesquisadores que passaram pelo GP; publicação de livros e dossiês temáticos em periódicos da área de comunicação; realização de colóquios e seminários; criação de novas redes de pesquisa, com temas específicos dentro do âmbito dos *game studies*; formação de redes com pesquisadores internacionais, entre outras ações.

Por fim, agradecemos à Cátedra Intercom, em especial à Nair Prata, Sônia Jaconi, Giovandro Ferreira, Fernando Almeida, e também ao Genio Nascimento, pela oportunidade de participar deste fantástico projeto e figurar nesta publicação.

Press Start to Continue...

Referências

AARSETH, Espen. **Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

AVILA, Marsal; MAX, Cristiano. Uma tipologia dos games. In: **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2006**. Brasília: UnB, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLANT, L. **Cruel Optimism: on Marx, Loss and the Senses**. New Formations, London, v. 63, [s.n.], p. 33-52, 2007.

BONENFANT, Maude. **Le libre jeu: Réflexion sur l'appropriation de l'activité ludique**. Montréal: Liber, 2015.

BRUNI, Paolo. **Poética do videogame: análise do design em jogos de ação-aventura**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). 194fls. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2017.

CARDOSO FILHO, Jorge; FERREIRA, Emmanuel. **Playing (with) the Music: Jogo e Apropriação na Cena Musical Chiptune.** Journal of Digital Media & Interaction, v. 2, p. 42-57, 2019.

DEWEY, John. **Arte como experiência.** Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARIAS, Vicente. **Sons do horror: a produção de sentidos e afetos na construção sonora de games do gênero survival-horror.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). 127fls. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.

FERREIRA, Emmanuel. Games, cinema e interatividade. In: **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2006.** Brasília: UnB, 2006.

FERREIRA, Emmanuel. As narrativas interativas nos games: o cinema revisitado. **ECO-PÓS**, v. 9, n. 1, p. 155-166, janeiro-julho 2006.

FERREIRA, Emmanuel. Realismo estético e videogames: relações entre representação e experiência na atividade videolúdica. **PRISMA.COM**, n. 10, 2010.

FERREIRA, Emmanuel. Paradigmas do jogar: interação, corpo e imersão nos videogames. **Ciberlegenda**, n. 22, p. 157-171, 2010.

FERREIRA, Emmanuel. **Indie Games: por uma investigação das potências de afecção dos jogos eletrônicos.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Emmanuel. A guerra dos clones: transgressão e criatividade na aurora dos videogames no Brasil. **Sessões do imaginário**, v. 22, n. 38, p. 72-84, 2017.

FERREIRA, Emmanuel. “E.T. Phone Home”, ou: do aterro para o museu: interseções entre arqueologia e arqueologia das mídias. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, 22(2), p. 56-68, maio/agosto de 2020.

FERREIRA, Emmanuel. Ludicidade e experiência estética: uma abordagem a partir do pragmatismo (quests iniciais). In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Virtual – INTERCOM 2020**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.

FERREIRA, Emmanuel; FALCÃO, Thiago. Through the Looking Glass: Weavings between the Magic Circle and Immersive Processes in Video Games. In: **Proceedings of DiGRA 2009**. Londres: Brunel University, 2009.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. Trad. João Paulo Monteiro. Revisão de tradução: Newton Cunha. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação a teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOHNSON, Mark; BROCK, Tom. The ‘gambling turn’ in digital game monetization. **Journal of Gaming & Virtual Worlds**, Bristol, v. 12, n. 2, p.145-163, 2020.

JORGENSEN, Kristine. **Gameworld Interfaces**. Cambridge/London: MIT Press, 2013.

PAREYSON, Luigi. **Os Problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 23, 2009.

SHAW, Adrienne. "What is Video Game Culture? Cultural studies and game studies". **Games and Culture**, v. 5, n. 4, p. 403-424, 2010.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte**: o pensamento pragmatista e a estética popular. Trad. Gisela Domschke. São Paulo: Editora 34, 1998.

SOUSA, Felipe. **Experiência com audiogames**: deficiência visual e sinestesia entre polícia e política. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). 109fls. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2020.

TERRANOVA, Tiziana. **Free Labor**: Producing Culture for the Digital Economy. *Social Text*, Durham, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000.

THOMAZ, Felipe. **Da experiência do jogar**: videogames e corpos em interação. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). 227fls. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2018.

ZANESCU, Andre; FRENCH, Martin; LAJEUNESSE, Marc. Betting on DOTA 2's Battle Pass: Gamblification and productivity in play. **New Media & Society**, London, online first, 2020. Disponível em: doi.org/10.1177/1461444820941381. Acesso em: 1 out. 2020.

Livros, autoritarismo e resistência: conversas

SANDRA REIMÃO

BRUNO GUIMARÃES MARTINS

JOSÉ DE SOUZA MUNIZ JR.

No dia 21 de maio de 2021, reunimo-nos virtualmente para gravar esta conversa. O objetivo foi retomar o diálogo que havia se iniciado no dia 04 de maio, no encontro que o Grupo de Pesquisa Produção Editorial promoveu como parte das Lives Cátedra Intercom 2021. Naquela ocasião, com a mediação do prof. José Muniz Jr., a profa. Sandra Reimão detalhou aspectos de uma pesquisa que vem desenvolvendo junto aos pesquisadores João Elias Nery e Flamarion Maués, sobre as tentativas de censura aos livros durante o governo Bolsonaro. Neste último encontro, que segue em versão transcrita e editada, abordamos o tema situando tais tentativas de censura como parte da ascensão da extrema direita e o engendramento de uma espécie de guerra cultural pelo governo federal.

Bruno Martins: Como coordenadores do GP Produção Editorial do Intercom, eu, Bruno Martins, e José Muniz Jr. conversamos aqui com Sandra Reimão, que é uma das

fundadoras do GP e tem um longo interesse de pesquisa sobre a censura de textos e livros. Percebemos que a censura, surpreendentemente, voltou à pauta de forma muito intensa desde o início no governo Bolsonaro, sendo o evento mais recente a exclusão de títulos da biblioteca pública da Fundação Palmares. Gostaríamos de escutar um pouco a Sandra sobre sua trajetória de pesquisa sobre a censura, que acreditamos poder ser classificada como um fenômeno histórico de longa duração que se constitui, assim, de continuidades e rupturas, e sobre como ela percebe esse momento contemporâneo da censura, comparando-o com períodos notórios de censura aos livros na história do Brasil, como a inquisição religiosa, a era Vargas e a ditadura militar (1964-1984). Em outras palavras, como relacionar o momento atual com diferentes momentos históricos da censura? Seria possível classificar momentos de censura mais ou menos explícita, ou quando mostra uma face mais moral ou política?

Sandra Reimão: Em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer conversar com vocês, Bruno e José Muniz, ativos pesquisadores e atuais coordenadores do Grupo de Pesquisa Produção Editorial da Intercom. O grupo foi fundado há mais de 20 anos, em 1994, por Aníbal Bragança, Luís Guilherme Pontes Tavares e por mim, e se dedica a estudar a edição no Brasil na perspectiva da nova história social do livro e da leitura. Bruno, sua pergunta se refere ao núcleo de meu trabalho: pesquiso e escrevo, há anos, sobre a censura a livros no Brasil, destacadamente na segunda metade do século 20.

Sobre o tema da censura a livros quero, inicialmente, destacar um aspecto geral: a permanência da censura ao longo da história do livro. Ou seja, desde o nascedouro das primeiras formas do livro, é possível identificar tentativas de destruição desse veículo de ideias – é a tentativa de destruir ideias pela eliminação da materialidade física de seus suportes. Na obra *História Universal da Destruição dos*

Livros – das tábuas sumérias à guerra do Iraque, Fernando Baéz indica como desde os primeiros livros na história da humanidade, entre os anos de 4.000 e 3.300 a. C. na Suméria, é possível verificar ações para a sua destruição. A partir desse momento inaugural, Baéz salienta como persistem, praticamente durante toda sua história, com maior ou menor intensidade, tentativas de coagir, de limitar, a produção e a circulação de livros tentando, assim, estar destruir as ideias por eles veiculadas.

No Brasil, no século 20, houve dois períodos de censura governamental oficial a livros: no governo ditatorial de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945) e durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Atualmente, estamos vendo no Brasil várias tentativas de reestabelecer formas de dificultar a produção e a circulação de livros. Comentemos, de maneira breve, a mais recente dessas tentativas: o caso da biblioteca da Fundação Cultural Palmares, que é uma fundação pública voltada para a informação e a difusão da cultura negra no Brasil. No início do mês de junho de 2021, o presidente bolsonarista dessa fundação afirmou, em várias entrevistas, que faria um expurgo na biblioteca da instituição, eliminado aquilo que ele denominava ‘livros de doutrinação marxista’ e ‘livros que promovem a sexualização de crianças’. No dia 11 de junho, a Fundação Palmares publicou um relatório denominado *Retrato do Acervo: A Dominação Marxista*, no qual explica, com textos e fotos, os fundamentos do expurgo e, ao final, publica uma lista de 300 títulos excluídos da biblioteca. Nessa lista há 33 títulos de Karl Marx. Há também obras de Max Weber. É importante chamar atenção para o fato de que todo esse processo de expurgo foi feito publicamente e buscando destaque na imprensa. Ou seja, o presidente da Fundação Palmares noticiou na imprensa que faria o expurgo da biblioteca e, no dia em que expurgo foi feito, ele

publicou no site da fundação um manual explicando como fazer o expurgo. Por que toda essa busca de publicidade? A meu ver, além da busca óbvia por holofotes pessoais, há um planejamento de ação estratégica na guerra ideológica: colocar-se como um precursor e ensinar aos demais gestores culturais bolsonaristas como fazer “limpeza de bibliotecas”. Não é por acaso que a listagem dos títulos retirados da biblioteca se chama “Lista de 300 títulos comprobatórios do desvio da missão institucional da Fundação Palmares” e que o documento *Retrato do Acervo: A Dominação Marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019* apresenta o subtítulo Relatório Público 01.

A tentativa de expurgo da biblioteca da Fundação Palmares parte de várias concepções intolerantes sobre livro, leitura, bibliotecas e história. Há inicialmente a concepção de leitura como algo mecânico; como quando se afirma que “se você leu um livro marxista você se torna marxista”. De fato, a leitura não é um processo de transferência mecânica de conteúdos. Na verdade, a leitura é uma negociação de significados entre as indicações do texto e a identidade e o repertório do leitor.

Encontram-se também nessa tentativa de expurgo da biblioteca da Fundação Palmares a vontade de impor uma visão edulcorada de história, represando, escondendo, conflitos e lutas. Em relação ao tema da cultura negra no Brasil, o expurgo da biblioteca evidencia a tentativa de esconder a desigualdade social do negro e vender uma falsa ideia de democracia racial. Mas, reafirmo, é bem perigosa a atitude pública do expurgo – a busca de tornar-se um caso exemplar.¹

1. Dias após a gravação desta conversa, várias entidades entraram na Justiça com processos contra esse expurgo. No dia 23 de junho, atendendo a uma ação do coletivo Direito Popular, o juiz federal Erick N. Wolkart assinou uma liminar impedindo a Fundação de se desfazer do acervo e estabeleceu multa por dia por livro retirado da biblioteca. O presidente da Fundação afirmou que vai recorrer.

José Muniz Jr.: É interessante que você tenha comentado esse caso, que acabou de acontecer, para pensarmos em termos comparativos o que tem ocorrido nos últimos anos, um conjunto de casos que você abordou na *live* do GP Produção Editorial, no dia 4 de maio. No caso da Fundação Palmares, trata-se de uma ação censória sobre um acervo, da tentativa de limar desse acervo uma certa orientação político-ideológica, mas a ação censória do bolsonarismo sobre os livros tem acontecido em outros âmbitos. Chamo a atenção para o que aconteceu na Bienal do Rio de Janeiro em 2019, caso que você comentou na *live*, e destaco todos os outros casos envolvendo a circulação dos livros nas escolas. Parece-me legítimo sustentar que há uma guerra cultural em curso no Brasil, uma tentativa do bolsonarismo de impor uma certa concepção de cultura que é muito diferente da que se vinha sustentando desde a Constituição de 1988 pelo menos. Como é que você vê a conjugação dessas ações? De que maneira essas ações censórias sobre o livro se assemelham ou se diferenciam das outras ações censórias que tivemos na história recente do Brasil, principalmente na ditadura militar, em que essa censura ficou mais explícita?

Sandra Reimão: Vou tentar esclarecer esse ponto porque também acredito que estamos vivendo, atualmente, no Brasil, o que pode ser chamado de guerra da cultura. E como podemos pensar essa guerra na história recente do país? Depois da Constituição de 1988 houve um significativo crescimento de ações afirmativas de respeito aos direitos humanos. Essas ações estão sendo solapadas no governo Bolsonaro. Mais do que solapadas, estão sendo atacadas.

A lógica da extrema direita, compartilhada no Brasil atual por bolsonaristas radicais, é polarizada, excludente e bélica – é a lógica do ‘nós contra eles’ – colocando no espaço de ‘eles’ aquilo que os bolsonaristas chamam de ‘comunistas’ e ‘devassos’. É nesse âmbito da guerra cultural

que estão expressões como ‘sexualização da infância’, ‘kit gay’ e ‘destruição da família’ (que se referem, na verdade, à educação sexual e à educação para o respeito a novos arranjos familiares). A extrema direita está atacando, com seus exércitos digitais, tudo aquilo que ela afirma serem instrumentos de cultura petistas e marxistas: filmes, peças teatrais, exposições, livros e também pessoas.

A extrema direita brasileira está sendo bastante ativa e raivosa contra tudo que não seja ela mesma. Quem trabalhou muito bem esse perfil das afirmações da extrema direita e seu caráter combativo foi a jornalista Patrícia Campos Mello no livro *A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*.

Bruno Martins: Gostaria que você explorasse um pouco mais o que você identificou como uma espécie de equívoco a propósito da leitura que orienta os princípios da censura, essa noção de que uma certa orientação política e ideológica condiciona o leitor, ou seja, se eu leio um livro marxista eu me torno marxista, se eu leio a Bíblia me torno cristão, e assim por diante. Tal concepção parece remontar à noção clássica de “belas letras” como um modelo estético do qual a literatura moderna questionou e se afastou. Me parece que neste projeto contemporâneo de censura há um desejo de voltar à missão pedagógica da literatura (e de todas as outras artes), ou seja, o estímulo estético deveria ser capaz de fornecer uma orientação moral. Recentemente houve a polêmica em um colégio de ensino médio de elite em São Paulo a respeito de uma passagem de autoconhecimento da sexualidade no livro *O diário de Anne Frank*. Parece que se deseja amputar qualquer temática desagrade uma certa perspectiva moralista bastante limitada.

Sandra Reimão: *O diário de Anne Frank* é um clássico mundial da literatura infanto-juvenil, escrito pela

jovem judia enquanto estava escondida em um sótão para escapar da perseguição nazista durante a Segunda Guerra. A recente polêmica em torno desse livro é exemplar dessa atitude polarizada, excludente e bélica da extrema direita. Ocorreu em uma escola particular de elite em São Paulo e é consonante com o que estávamos falando no caso anterior. Os pais que solicitaram a exclusão da indicação da leitura tiveram uma atitude intolerante, que busca excluir uma informação do sistema escolar (e não só para o seu filho). Tudo isso é muito perigoso porque cada pai está colocando suas atitudes autoritárias e intolerantes acima do sistema escolar, acima do professor, do pedagogo, do psicólogo, do pediatra, do gestor de políticas públicas e dos seus saberes e conhecimentos. Os pais estão se colocando acima de uma comunidade cientificamente informada e cujas ações estão baseadas nessas informações. Isso sem falar no fato de que os pais que solicitaram a exclusão do livro não consideraram difícil explicar a seus filhos o extermínio de milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial, mas consideraram algo inaceitável informar a seus filhos sobre os órgãos sexuais femininos e masculinos.

Mas eu queria voltar para o começo da sua pergunta, quando você fala que há uma concepção mecânica de leitura em todas essas tentativas de cerceamento da circulação de livros.

No livro *A invenção do cotidiano, volume 1. Artes do fazer*, no capítulo “Ler: uma operação de caça”, Michel de Certeau descreve a leitor como um viajante nômade que circula para caçar em terrenos que são de outros, terrenos que não lhe pertencem. Essa imagem do caçador clandestino é muito profícua como metáfora da leitura, pois nessa imagem temos o encontro de duas variáveis: por um lado, um caçador, com suas características corpóreas, suas habilidades e seus apetrechos e armas; e, por outro lado, um

terreno desconhecido, com características incontornáveis, como extensão, topografia, vegetações. É no encontro dessas variáveis (caçador x terreno) que se dá a prática subversiva da caçada furtiva – tal qual o encontro entre o leitor, com suas habilidades e repertório, e um determinado texto, com suas configurações específicas. Cada caçada será única, assim com cada leitura será única – por mais que o terreno, o texto, seja o mesmo.

Cada texto, no ato de leitura, será decodificado pelos leitores conforme seus repertórios. O conjunto de valores, gostos, e histórico de leituras constitui uma moldura que vai configurar o ato de leitura daquele leitor específico. A relação entre texto e leitura é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas diversas tentativas de censurar livros infanto-juvenis que temos visto recentemente no Brasil, há sim uma concepção mecanicista de leitura.

Bruno Martins: Essa discussão nos remete à polêmica sobre a alfabetização que ocorreu em 2019, quando o primeiro dos ministros da educação do governo Bolsonaro modificou a forma da alfabetização para o sistema silábico, mais mecânico e fonético, afastando-se da associação das palavras a um certo conjunto de referências que situa o aluno em sua própria realidade, como na pedagogia inspirada no pensamento de Paulo Freire.

José Muniz Jr.: Esse segmento bolsonarista tem repulsa ao Paulo Freire justamente porque ele conecta a educação à compreensão da realidade do educando, e eu gostaria de acrescentar um elemento a essa discussão. Quando a Sandra fala dessa concepção moralizante de texto, e também dessa concepção mecanicista de leitura, parece-me que está operando também uma concepção imbecilizante da criança e do adolescente, como se eles tivessem que ser protegidos a todo custo de qualquer tipo de leitura que os desviasse de um caminho, nesse caso, ditado por um modelo religioso

bastante redutor das experiências. Isso me remete novamente à nossa *live*, Sandra, pois falamos um pouco disso também: um dos principais *fronts* dessa guerra cultural é a questão da escola, da infância e da adolescência. Não à toa vários dos casos que você apresentou naquela ocasião tinham a ver com o livro infantil, com o livro juvenil e com o livro didático. Como você vê essa preocupação específica com o livro dirigido ao público escolar? Afinal, o caso que vocês mencionaram da Anne Frank parece-me muito simbólico de como esse tipo de mentalidade sobre o livro e sobre a literatura não começa com o bolsonarismo. Talvez o bolsonarismo se aproveite de uma certa concepção que já estava presente nos setores mais conservadores, ele dá voz e vez a esse tipo de mentalidade. O que o governo Bolsonaro faz é legitimar a ação dos próprios cidadãos nos seus contextos, nas suas comunidades escolares, para que reproduzam esse tipo de pensamento, de modo talvez parecido com o que acontece em outros governos autoritários. Obviamente existe um gesto inaugural de instituição do autoritarismo, mas ele se gera antes em certos setores da sociedade brasileira aos quais o bolsonarismo faz eco.

Sandra Reimão: Temos que fazer um recuo histórico para o final da ditadura militar brasileira, em 1985, e para a data da proclamação da nova Constituição Brasileira em 1998, a chamada Constituição Cidadã. A partir daí, a liberdade de pensamento e opinião é direito constitucional. O artigo 220 da Constituição afirma: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”.

As atitudes de intolerância de extrema direita, por outro lado, nunca deixaram de existir – elas apenas repercutiam pouco no conjunto social. A partir de 2015, no que tange a livros e leitura, tomando como fonte notícias de jornais de abrangência nacional, é possível localizar um crescimento do número de eventos em que pais, lideranças sociais e religiosas

e autoridades políticas buscam de alguma forma restringir o uso de livros infantis e juvenis, principalmente sob a alegação de que eles estariam promovendo a “sexualização da infância” ou o “louvor ao homossexualismo”. Depois de 2015, foi crescendo o número de acusações desse teor. O bolsonarismo captou e trouxe para si a pauta do conservadorismo nos costumes e da exclusão e do ataque ao diferente, ao divergente. Com certeza, há aí uma visão da criança, do adolescente e do jovem como um ser passivo, que não pode ter informações porque não saberia lidar com ela.

José Muniz Jr.: Eu gostaria que você pudesse explicar melhor essa relação de mão dupla entre certas concepções de cultura que vão emergindo dentro de certos setores (você mencionou a classe média como um motor desse processo) e um certo projeto político que amplifica essa voz e se aproveita eleitoralmente dela. Afinal, o bolsonarismo é um projeto que vence nas eleições porque existe um peso dessas concepções moralizantes de escola e de cultura. O que eu acrescentaria a essa questão é que vejo uma espécie de aporia: as vozes do bolsonarismo dizem que a perspectiva cristã está sendo censurada dentro das escolas, então existe uma inversão do argumento. Há uma ideia de que o petismo censurou a expressão dessas concepções religiosas dentro da escola e que, portanto, o que o projeto bolsonarista estaria fazendo seria restaurar o cristianismo como uma das matrizes da cultura brasileira e que, nessa perspectiva, precisa estar contemplado na educação. É claro que existe aí um paradoxo, na medida em que essas pessoas estão propondo formas de censura tanto na escola quanto fora dela. Mas vejo também que todo o paradigma de diversidade cultural, que o próprio governo Lula, principalmente com o Ministério da Cultura do Gilberto Gil, colocou como prioridade, como agenda, de alguma maneira respalda esse tipo de posicionamento. Há um argumento segundo o qual toda manifestação cultural e

ideológica precisa encontrar eco na sociedade. Como você vê essa aporia? Há embasamento para esse tipo de argumento, de que a visão cristã precisa estar contemplada dentro da escola?

Sandra Reimão: Para a formação de uma opinião pública esclarecida, é imprescindível que haja livre circulação de toda e qualquer informação verdadeira. Se a informação não circular livremente, não tem como haver a construção de indivíduos com autonomia de reflexão. Então eu acredito que todas as informações precisam circular para que esse cidadão autônomo e autorreflexivo se torne possível. E uma sociedade em que não há uma opinião pública razoavelmente esclarecida, construída por cidadãos autônomos, é uma sociedade fraca e manipulável. Toda informação verdadeira tem que poder ser compartilhada. Todas as informações sobre todo tipo de fato, opinião ou crença, têm que circular livremente. Mas acho que agora os defensores da extrema direita estão, sim, tentando impedir a circulação de qualquer informação que não coadune integralmente com seu modo de pensar – o caso do expurgo da biblioteca da Fundação Palmares é um exemplo claro de obstrução da circulação da informação e da opinião.

Bruno Martins: Gostaria de colocar uma última questão. Fico me lembrando do livro de Roger Chartier, *A ordem dos livros*, quando ele retoma a ideia de uma “ordem do discurso” de Michel Foucault para pensar os livros e a história cultural. O que estamos discutindo tem relação com essa questão da ordem, pois o que se coloca é justamente o que fica dentro de uma biblioteca e o que deve ser lido pela criança e o que não deve ser lido, e é claro, antes de tudo, o que é publicado e o que não é publicado. No caso do pensamento conservador brasileiro, ele me parece especialmente desancorado em publicações, ou seja, ele não foi capaz de se articular em livros, ou seja, de institucionalizar um discurso minimamente razoável. Tal lacuna favorece a emergência de um pensamento anti-intelectual, uma retórica destrutiva e pouco fértil para o

debate, personificado em figuras como Olavo de Carvalho, um filósofo que não é reconhecido pelos pares, ou seja, que está fora da ordem. Fico pensando de que maneira isso poderia estar relacionado à história da edição no Brasil e à ascensão avassaladora dos meios digitais e da influência de redes sociais como Facebook e WhatsApp no debate político.

Sandra Reimão: Nesse sentido de disputa pela construção de uma ‘ordem dos livros’, de uma ‘biblioteca de uma sociedade’, eu queria lembrar um caso recente que aconteceu com o padre Júlio Lancelotti, que é uma referência aqui em São Paulo no trabalho de apoio e acolhimento a moradores de rua na região central da cidade. No final de maio deste ano, o padre Lancelotti fez uma indicação de cinco livros incluindo títulos que defendem uma igreja mais inclusiva em relação ao tema da diversidade sexual. E o que aconteceu? Redes de grupos que se dizem católicos de extrema direita atacaram verbalmente e ameaçaram o padre. Houve também adulteração, falsificação de imagem dos livros indicados. No Instagram, uma imagem em que o padre segurava nas mãos o livro *Teologia e os LGBT+*, de Luís Correa Lima, foi adulterada e ele aparece segurando um livro denominado Catecismo Anticomunista. Esse caso é mais um exemplo de como a extrema direita está tentando, através dos mais diversos recursos, impor um pensamento único, uma informação única, determinar o que uma sociedade deve e o que não deve ler.

Neste ponto, quero mencionar os rumos atuais da minha pesquisa. Continuo meus estudos sobre a censura a livros nos anos 1960, 1970 e 1980 no Brasil – tema que já abordei no livro no livro *Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar brasileira*, cuja segunda edição foi publicada pela Edusp em 2019. Porém, em 2020, senti necessidade de alterar um tanto os rumos de meu trabalho de pesquisa.

Em março de 2020, o Brasil mudou – o vírus da Covid 19, que supunha-se, nem chegaria ao Brasil, entrou em nosso país e começamos a etapa de confinamento e distanciamento social. O governo federal, de extrema direita, se mostrou uma força negacionista e genocida. A censura a livros é uma constante nos governos de extrema direita e não foi diferente no Brasil de Bolsonaro.

Em função dos novos rumos do país, eu, junto com dois professores que realizaram estágios pós-doutorais sob minha supervisão, João Elias Nery e Flamarion Maués, resolvemos acompanhar as tentativas de censura a livros no governo Bolsonaro. Essa decisão fez com que se expandisse minha pesquisa e então, juntos, passamos a elaborar uma espécie de “observatório” das tentativas de censura a livros. Acabamos de concluir a redação de um artigo denominado “Tentativas de censura a livros nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019-2020)”. Elaborar esse artigo ‘a quente’ nos pareceu uma tarefa urgente e inescapável.

Nosso objetivo, enquanto pesquisadores, é que essa pesquisa se torne desnecessária. Ou seja, nosso desejo é que não ocorra mais nenhuma tentativa de censura a livros ou de obstrução da circulação de informação no país e que, assim, não tenhamos mais atos censórios a analisar e denunciar.

José Muniz Jr.: Penso que, no âmbito do GP Produção Editorial, estamos todos torcendo para que vocês possam mudar de objeto em breve. E considerando que esta entrevista faz parte de uma iniciativa da Intercom, eu diria que esse desejo se estende a toda a instituição. A gente torce para que os colegas de outros GPs da Intercom também possam mudar de objeto de preocupação em breve, porque tudo isso que estamos comentando com respeito a essa guerra cultural, essas tentativas de censura ao livro e à literatura, vêm acompanhado por outras formas de censura, como a restrição ao acesso à informação de interesse público e o tratamento execrável que

Bolsonaro tem dado aos jornalistas. É muito impressionante o que tem acontecido nos “cercadinhos” do presidente, manifestações em que jornalistas são hostilizados, ameaçados.

Bruno Martins: Para mim se coloca uma certa predisposição cultural contra a ciência e as instituições, porque qualquer instituição se alimenta da dúvida e de decisões colegiadas. Nem mesmo a empresa privada dispensa esse tipo de deliberação. Dessa forma, para a extrema direita, qualquer instituição, especialmente as científicas e culturais, são vistas como perigosas. Além disso, na ordem do discurso política brasileira, educação e cultura têm pouco peso, sendo mais fácil atacá-las. Adiciona-se a este contexto desfavorável a desorganização discursiva que os meios de comunicação digital impuseram, especialmente a partir de 2013, quando de fato as redes sociais passaram se constituir como mídia para uma parcela significativa da população brasileira, o que explica em parte as convulsões sociais que desorganizaram o próprio espaço público das cidades e fez surgir novos fenômenos midiáticos como a *Mídia Ninja*. Mas o fato é que, nas enormes manifestações de 2013, uma polifonia de discursos reprimidos se articulou nos meios digitais e ocupou os espaços públicos. Me parece que estamos lidando ainda hoje com essa desorganização discursiva operada pelos meios digitais e o ressurgimento da censura se aproveita disso.

Referências

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**. Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, volume 1**. Artes do fazer. 3. ed. estabelecida e apresentada por Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. 2. ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar brasileira. 2. ed. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2019.

Estéticas da Comunicação: perspectivas de imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia

TAMIRES FERREIRA COÊLHO
JAMER GUTERRES DE MELLO
HELEN CAMPOS

Pensar sobre perspectivas de imaginação política em meio a um contexto social que vivencia o agravamento da crise em decorrência da pandemia Covid-19 implica uma série de atravessamentos que entrelaçam gestão de recursos econômicos, comunicação, socialização e afetos. A brusca mudança no cotidiano das pessoas, com o esvaziamento dos espaços públicos, especialmente aqueles por onde circulavam produções artísticas como teatros e cinemas, em virtude da necessidade de distanciamento social, nos leva a observar a imposição de uma nova normalidade fruto da quarentena. O texto que se apresenta é resultado da mesa “Estéticas da Comunicação: perspectivas de imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia”, realizada durante a segunda temporada das Lives Cátedra Intercom, com organização do Grupo de Pesquisa Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros. Para sistematizar as proposições discutidas ao longo da conversa, os integrantes da mesa, a professora Tamires

Ferreira Coêlho (UFMT), o professor Jamer Guterres de Mello (UAM) e a professora Helen Campos (UFBA, mediadora), apresentam abaixo, em formato de entrevista, algumas das principais formulações que circundaram a conversa.

O debate sobre a política, mas também sobre a ética e a estética, atualmente, nos força a discutir o avanço do capitalismo e da globalização, sobretudo as transformações das tecnologias digitais e as questões econômicas da geopolítica, a partir de um prisma catastrófico e apocalíptico: o fim das utopias pós maio de 68; o fim da história com o final da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim; o fim da democracia com os atentados de 11 de setembro. De fato, vivemos uma época de profundo desencantamento, de grande sofrimento social e coletivo que produz, de certa forma, uma espécie de paralisia da ação nos campos social e político. É possível identificar um sentimento coletivo de incapacidade de reação frente ao poder e ao Estado, de um modo geral, no Brasil e no mundo.

Muitos dizem, inclusive, que o capitalismo ameaça seriamente o ideal democrático. Ou seja, as estruturas constituídas pelo capitalismo conseguem bloquear, de forma contínua e permanente, a imaginação e o pensamento da radicalidade política, que até pouco tempo era extremamente necessária para manter sempre em movimento a vida em sociedade.

Seria possível, talvez, pensar essa paralisia, esse bloqueio, na esteira de Judith Butler¹, quando se apropria do conceito freudiano de melancolia para instaurar a ideia de que o Estado, sobretudo o Estado neoliberal, em última instância, não age no tecido social através de coerções físicas, mas age basicamente produzindo melancolia em termos coletivos. Ora, se o sujeito melancólico, ou melhor, a constituição desse sujeito, passa

1. BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

por sua inserção no meio social a partir de sua relação com um objeto perdido, então seria possível pensar no corpo político das sociedades atuais, também a partir da sua relação patológica de perda de determinado vínculo político com o Estado. O melancólico é historicamente caracterizado por uma forma patológica de paralisia, de impossibilidade de agir.

Maria Rita Kehl² faz uma importante distinção entre a neurose narcísica da melancolia e o sofrimento que caracteriza o luto, principalmente no trabalho de aceitação da perda. Na melancolia patológica, o pólo depressivo tem como contrapartida a mania, “um estado de humor radicalmente oposto” (KEHL, 2011, p. 21). Como afirma Enzo Traverso³: “A melancolia não pode se limitar a chorar a utopia perdida; ela deve se unir à sua reconstituição” (TRAVERSO, 2018, p. 33). Então poderíamos nos perguntar por que existem momentos em que a ação ou reação política – de cunho popular – nas democracias atuais parecem entrar em bloqueio.

Tal contexto pandêmico, se observado de modo mais específico no Brasil, evidencia o agravamento das desigualdades sociais, que aponta uma pandemia viral numa sociedade estruturada pelo racismo, onde há também uma hierarquização do direito à vida. Em meio a esse contexto de tantos lutos coletivos, até o presente momento, são mais de 500 mil pessoas que morreram de Covid-19. A pandemia acentua, desse modo, o genocídio contra pessoas negras e povos indígenas. A proposta de discutir perspectivas de imaginação política em tempos de esgotamento e melancolia é, de fato, um momento para pensar sobre o sonho em sua dimensão mais profunda, como aponta Ailton Krenak (2019), como um caminho de reaprender a vida, de desnaturalizar um imaginário onde as desigualdades são entendidas como

2. KEHL, Maria Rita. Melancolia e criação. In: FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

3. TRAVERSO, Enzo. **A melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

decorrências pandêmicas “naturais”. Mas como reativar possibilidades de vida que ao menos gerem crises na lógica neoliberal de direito à humanidade? Em que medida a estética pode potencializar brechas de respiro e ativação de uma imaginação política que reivindique vida? Qual o lugar do desejo na articulação de estratégias poéticas e políticas?

Helen Campos: Partindo dessas provocações iniciais, em que medida ainda é possível falar da potência de uma imaginação política?

Tamires Coêlho: A proposta deste tema é muito provocativa, não há como ter uma resposta, ou solução pronta, ainda são pistas, indícios a serem apresentados. É um desafio refletir sobre as possibilidades de imaginação política em um cenário de cansaço, sobrecarga e esgotamento, elementos que andam de mãos dadas com negligência, apagamento, silenciamento das subjetividades, experiências, do direito à existência.

Parto da relação entre estética e política, partindo do luto e da melancolia. Eu já trabalho um pouco com o luto, tento pensar nessa experiência e em como podemos aprender com ela, sobretudo a partir de um olhar interseccional, passando pelas vulnerabilidades, por um olhar que foca nos afetos e desembocando na potência da autodefinição e do enfrentamento de imagens de controle, ambos conceitos de Patricia Hill Collins⁴, bem como da necessidade de escuta. Essa reflexão parte, sobretudo, do meu olhar para escrituras (inclusive imagéticas) que habitam e são atravessadas por redes sociais nos meus últimos anos de pesquisa.

O luto e a melancolia se aproximam e se afastam. Estamos em um contexto em que os dois ganham protagonismo. Ambos falam de um posicionamento discursivo do sujeito articulado a uma perda, mas há processos de subjetivação distintos. De

4. COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment.** New York: Routledge, 2009.

um lado, temos um ritual de passagem decorrente de uma perda, de uma consciência da perda, da rememoração e ressignificação simbólica de quem se perdeu. A melancolia envolve uma dimensão trágica de perda, renúncia, de algo/ alguém com que havia uma identificação narcísica, de forma a poder gerar uma existência vazia para algumas perspectivas psicanalíticas, como a de Pinheiro, Quintella e Verztman⁵.

Judith Butler⁶ considera o luto no processo de subjetivação e sua potência à medida que a vulnerabilidade evidenciada nele nos faz olhar de forma diferente para a violência e as injustiças, nos ajuda a humanizar, pode levar a nos enxergarmos como parte de um coletivo.

Não podemos compreender processos de subjetivação e de autonomia dos sujeitos como algo individual, nem ser exigente demais. Criar muitas regras para alcançar a autonomia chega a ser, em alguma medida, uma aproximação de um conceito meritocrático. Na minha percepção, a imaginação política parte de sujeitos que entendem suas possibilidades de autonomia articuladas às suas vulnerabilidades, que se veem como parte de algo maior, seja para pensar movimentos de transformação, seja para pensar também a capacidade de sujeição e opressão das estruturas que nos cercam.

Jamer Guterres de Mello: Para o filósofo francês Cornelius Castoriadis⁷, uma das faculdades políticas mais importantes do ser humano é a imaginação. A teoria do imaginário é o que diferencia o humano dos outros animais, a tal ponto que os seres humanos se definem, inicialmente, não por serem racionais, mas por serem providos de imaginação. A imaginação está na essência do que é o humano: a vida

5. PINHEIRO, Maria Teresa da Silveira; QUINTELLA, Rogerio Robbe; VERZTMAN, Julio Sergio. **Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia**. Psicologia clínica, v. 22, p. 147-168, 2010.

6. BUTLER, Judith. **Precarious Life**. London: Verso, 2004.

7. CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

em sociedade, as religiões, as normas políticas e morais, a filosofia, as instituições, a cultura e as artes. Pois a essência de tal diferenciação entre humano e animal, a capacidade de imaginar, consiste em “imagens” no sentido mais amplo do termo. O mundo social seria impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criativa, o que Castoriadis chama de imaginação radical, uma vez que se manifesta tanto e indissolúvelmente no fazer histórico, quanto na constituição, antes de toda racionalidade explícita, de um universo de significados. O mundo constituído é articulado em função deste sistema de significados e estes existem à luz do que chamamos de imaginário real.

Castoriadis afirma que a linguagem é parte integrante de uma filosofia radical da imaginação política. Em sua obra, o filósofo francês buscou distinguir sociedade e Estado. Para ele, a sociedade é criação e criação de si mesma, ou seja, autocriação. É, também, uma totalidade coesa em suas instituições (linguagem, normas, família, modos de produção), assim como nos significados que essas instituições incorporam (tabus, deuses, mercadorias, riqueza, pátria, etc.). Ambos – instituições e significados – representam criações ontológicas. Portanto, a sociedade é sempre uma auto instituição. E cada sociedade particular é uma criação específica, é sempre histórica em um sentido amplo. Como não são (re)produzíveis, nem racionalmente dedutíveis, as instituições e os significados sociais imaginários de cada sociedade são criações, porém dotadas de restrições. Ou seja, as sociedades possuem uma espécie de autonomia relativa, são capazes de criar seus processos de emancipação a partir de ações instituintes. A sociedade, para ter emancipação, precisa passar por processos de autoinstituição, processos de autocriação. É necessário se auto instituir enquanto sociedade, criando suas próprias dinâmicas de emancipação, de autoformação.

Ao criar suas próprias instituições, a sociedade não corresponde à estrutura institucional do Estado, que são instituições representacionais, são os aparatos de Estado. O processo de autocriação e de uma sociedade está relacionado com uma prática de imaginação, com a capacidade de imaginar por si mesma formas instituídas de constituir-se como comunidade política. É uma espécie de pensamento anti-aristotélico, uma vez que, para Castoriadis, a imaginação de distintas formas de emancipar a sociedade é um processo central da atuação política: a capacidade de imaginar e inventar futuros possíveis.

Helen Campos: Em que medida o isolamento social e a experiência do confinamento podem ao mesmo tempo criar novos laços de sociabilidade coletivos inclusive para vivenciar o luto coletivo? É possível pensar o luto como a perda de entes queridos, mas também enquanto desaparecimento de uma vida e de rotinas que antes da pandemia eram possíveis?

Tamires Coêlho: Veena Das⁸ propõe olhar para a dimensão política da vulnerabilidade, pensar o corpo e como ele aparece politicamente na potência enunciativa da expressão de sofrimentos, demandas e desejos. A vulnerabilidade pode se associar à reverberação de vozes no processo comunicativo que envolve experiências próprias.

Diante da tentativa de cristalização de subjetividades em muitos processos comunicativos, nem sujeitos são definidos por opressões, impossibilidades e marginalização, nem há possibilidade de se estar restrito a um devir autônomo revolucionário e inviável no contexto precário em que nos situamos. Considerar as vulnerabilidades como parte do processo de imaginação política é abrir margem a disputas de narrativas, a desestabilizar verdades, no esforço de construir um tipo diferente de cotidiano.

8. DAS, Veena. **Life and Words:** Violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007. DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v.37, 2011.

Veena Das e Shalini Randeria⁹ trazem uma possibilidade de articulação entre expressão e ação, de observação de aspectos do que se diz e como se enuncia, tendo em vista mundos habitáveis, pensando em formas de vida possíveis diante das precariedades e em como elas configuram tanto a esperança em mundos possíveis, conceito de Galindo Cáceres¹⁰, quanto a indignação frente às assimetrias de poder.

A imaginação política pode emergir também do luto, do senso de comunidade que ele pode despertar, escancarando a interdependência como uma característica nossa. Os processos comunicativos que envolvem enunciados, fabulações que permeiam pessoas, afetos, acontecimentos, imagens, podem tornar sensível, acessível pelos sentidos, como nos provoca Didi-Huberman¹¹, nos tornarmos sensíveis a algo da história que nos escapava e agora nos olha diretamente, nos envolve, nos ameaça. É um convite a se desvencilhar daquilo que um dia foi zona de conforto. As imagens podem se articular à vida, à sobrevivência, mas também podem silenciar, violentar, revitimizar.

Helen Campos: Em que medida a linguagem, nesse contexto, se constitui enquanto uma questão de política?

Jamer Guterres de Mello: O Estado neoliberal faz com que os sujeitos internalizem um conjunto de regras, normas e leis como se estas fossem expressões da nossa própria vontade. O dimensionamento da vida ordinária, a intensificação das jornadas de trabalho e as constantes reduções salariais, ações comuns no capitalismo tardio, só podem se sustentar a partir de uma paralisia reiterada da imaginação política

9. DAS, Veena; RANDEIRA, Shalini. Politics of the Urban Poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity. *Current Anthropology*, v.56, n.11, 2015, pp.3-14.

10. GALINDO CÁCERES, Jesús. Cibercultura, Ciberciudad, Cibersociedad: Hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales. *Intexto*, v. 1, n. 3, jan./jun. 1998.

11. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Peuples en larmes, peuples en armes*. Paris: Éditions de Minuit, 2016.

dos sujeitos. Os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari¹² têm uma afirmação curiosa sobre esse processo: para eles, a linguagem é antes uma questão de política que de linguística. Félix Guattari¹³ explicita uma diferenciação entre o que chamou de macropolíticas (molares), que seriam as estratégias institucionais próprias do Estado e da estrutura econômica e as micropolíticas (moleculares), que seriam responsáveis pelos processos de subjetivação, pelas linhas de fuga e por devires minoritários.

Uma vez que a política é, em sua essência, uma prática discursiva, estaríamos então frente a uma questão de linguagem? O filósofo brasileiro Vladimir Safatle¹⁴ afirma que esse bloqueio se deve exatamente porque há uma nova linguagem que deveria emergir. No entanto, ela não emerge, já que a linguagem não aparece como motor de transformação política (assim como queriam Deleuze e Guattari). As sociedades, hoje, enfrentam suas experiências de sofrimento coletivo e processos de injustiça a partir da mesma gramática social que define os modos de funcionamento dos nossos vínculos sócio-políticos. Segundo Safatle, para romper esse bloqueio, essa paralisia (essa patologia melancólica), é preciso fazer circular enunciados gramaticalmente impossíveis que possam constituir enunciadores emergentes. É preciso, portanto, imaginar uma série de possibilidades de novos enunciados, destituídos de legitimidade discursiva. Ou seja, imaginar novas formas e novos sujeitos de fala em meio ao esgotamento das possibilidades e em meio à paralisia melancólica provocada pelo poder do Estado.

12. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

13. GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

14. SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da (Orgs.). **Neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, pp. 17-46.

Tamires Coêlho: Inclusive é um desafio narrar a vida, os processos de fabulação da vida, em um contexto de morte. Como fabular, pensar em modos de vida vivíveis em um contexto em que todas as estruturas parecem colaborar com a morte, a dor, com a naturalização do desumano? Eu ressalto a necessidade de se pensar a comunicação e a potência política dos afetos.

Pensar a imaginação política articulada às vulnerabilidades nos leva a pensar que conseguimos elaborar horizontes possíveis atrelados a nossas experiências. Política e estética se encontram nos afetos, não como sentimentos ou emoções, mas na potência de ser afetado, de afetar. Não existe política, resistência, mundos e futuros possíveis sem afetação.

Os afetos, tanto no âmbito da ciência quanto nos processos comunicativos, expõem ao devir, provocam transformações, algo ressaltado por Moriceau e Mendonça¹⁵ ao abordar a experiência estética. A potência e a centralidade dos afetos nos levam a pensar na indissociabilidade entre política e afetos, conforme Massumi¹⁶, seja pensando na empatia, seja assumindo a ocupação de um lócus privilegiado em uma sociedade desigual. Mergulhar nas experiências para compreender em vez de explicar, como ressaltam autores como Martino e Marques¹⁷.

Afetos são tão relacionais quanto processos comunicativos, nos descentralizam e nos reposicionam em uma configuração maior da qual fazemos parte, podem no

15. MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (orgs.). **Comunicação e Sensibilidade:** pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016, pp. 79-98.

16. MASSUMI, Brian. **Politics of Affects.** Cambridge UK: Polity Press, 2015.

17. MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Afetividades e vulnerabilidades na relação pesquisador/sujeito pesquisado. In: KÜNSCH, Dimas et al. (org.). **Produção de conhecimento e compreensão.** São Paulo: UNI, 2017.

desterritorializar, transformar, imaginar. Falar de afeto é falar de contaminação pela experiência, uma contaminação onde não cabe distanciamento e imunização. Mas, diferentemente do vírus, o afeto nos oferece oportunidades de vislumbrar a vida, formas de vida vivíveis, renunciando tanto a morte banalizada quanto a contemplação violenta e estigmatizante de vidas e corpos, visíveis e invisíveis, penetráveis e opacos, como Foucault¹⁸ já nos provocava. Quem tem direito à voz de fato? Quem tem direito à humanidade, à vida, a sequer imaginar uma sobrevida?

As imagens, pensando sobretudo as imagens midiáticas, podem aproximar, mas também separam. A característica lacunar do espaço político evidencia diversidades, distinções, de modo a configurar-se relacionalmente: aparecer diante de um “outro” pode gerar humanização, reciprocidade, empatia, mas também pode ser um obstáculo à comunicação.

Helen Campos: É possível então pensar o engendramento de uma imaginação política na produção de narrativas imagéticas?

Jamer Guterres de Mello: O cineasta alemão Alexander Kluge¹⁹ dizia que o filme surge na cabeça do espectador. Para ele, todo cineasta deve aprender a lidar com a ideia de autonomia das imagens, ou seja, a interação entre espectador e filme foge do controle do cineasta. De certa forma, Kluge corrobora com a ideia de epifania em Serguei Eisenstein, em que duas imagens distintas geram algum tipo de contraste e, para Kluge, surge espontaneamente uma terceira imagem, invisível, na cabeça do espectador. Na realidade, a invenção do cinema só foi possível, segundo Kluge, porque o ser humano possui a capacidade de imaginar, ou melhor, a capacidade de produzir possíveis imaginários.

18. FOUCAULT, Michel. O corpo utópico; as heterotopias. São Paulo: n-1 edições, 2013.

19. KLUGE, Alexander. 120 historias del cine. Buenos Aires: Caja Negra, 2010.

O cinema seria uma resposta prática, uma resposta tecnológica, a algo que o ser humano necessita que é fixar o fluxo de imagens que já existem em sua cabeça. Isso acontece justamente porque o espectador tem a capacidade de pensar e imaginar, de formular ideias abstratas que na realidade são projeções de seus desejos a respeito de como viver e enfrentar seus desafios de uma maneira plena em uma sociedade autodeterminada e autorregulada.

Ou seja, Kluge tem uma ideia particular do que é o cinema, que poderia ser considerada estranha ou desviante nos termos das teorias do cinema, mas que é muito interessante: o cinema é a resposta tecnológica a algo que já existe, que é pré-cinematográfico, o fluxo de imagens da nossa imaginação. E o que temos buscado em cada momento histórico – com a fotografia e o cinema – são as ferramentas práticas para poder fixar esse fluxo de imagens que nada mais é que um acervo comum, pois é evidente que se trata de um fluxo de imagens coletivo, compartilhado.

Em seus filmes, Kluge procura desenvolver uma forma de empatia do espectador com os procedimentos estéticos adotados por ele, de modo a incentivar a imaginação. Assim, o cineasta recorre a um tipo de experiência do espectador, que se diferencia de uma simples vivência. Nesse caso, o espectador tem a sensação de que suas associações estão produzindo conhecimento a partir de uma interação (uma experiência), para além de apenas assistir e conhecer a obra (uma vivência). Alexander Kluge sugere, portanto, que existe uma experiência de imaginação própria da condição humana, uma instância fora do controle social, aquilo que singulariza o ser humano no mundo.

Helen Campos: É possível pensar a imaginação política também a partir da autodefinição, tensionando inclusive um sentido de representatividade cooptado pelo sistema neoliberal que cria um lugar do “falar pelo outro” para

construir condições em que grupos subalternizados narrem a si mesmos? Fazendo emergir inclusive as diferenças entre iguais, por exemplo, tencionando uma identidade negra essencializada e colocando em foco também o pensar sobre subjetividades subalternizadas?

Tamires Coêlho: As imagens de controle, conceito formulado por Patricia Hill Collins e trabalhado por Winnie Bueno²⁰ aqui no Brasil, se referem a rótulos colocados em pessoas negras ou racializadas, de modo que desumanizam, perpetuam padrões de violência, naturalizam a desumanização. Essas imagens não surgem agora, circulam há séculos e insistem em querer definir grupos sociais, afastando-se da sua realidade. Nós, comunicadores, continuamos ajudando a fazê-las circular. E é confortável para as estruturas dominantes usar essas imagens para justificar opressões, para retirar a responsabilidade de responder pela violência e pela exploração econômica dos negros que leva ao *status quo* da branquitude.

No fim das contas, os tempos de esgotamento e melancolia são fruto de um cenário estruturado pelo capitalismo e pela branquitude, por uma lógica que beneficia poucos e opera necropoliticamente, conforme Mbembe²¹. A única forma de escapar ao controle estabelecido pela branquitude seria a autodefinição (das mulheres negras), para Collins, de não se deixar aprisionar aos estereótipos, às imagens de controle. A autodefinição para ela envolve que mulheres negras e outros grupos marginalizados desafiem de forma consciente os processos de validação do conhecimento político. Insistir em autodefinições, em elaborações próprias valida o poder das mulheres negras enquanto sujeitos humanos.

20. BUENO, Winnie. **Imagens de controle:** um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

21. MBEMBE, Achille. Necropolítica. Trad. Renata Santini. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 122-151, 2016.

Grada Kilomba²² nos lembra que ainda somos uma sociedade que vive na negação, na hipervalorização da história colonial e que isso impõe obstáculos à criação de novas linguagens, outras possibilidades de poder e conhecimento. Seria possível pensar em imaginação política sem desmontar estruturas, sem criação de novas linguagens, novas escritas? Há de fato potência política e futuros possíveis para o contexto em que vivemos hoje se não questionamos e deslocamos a legitimação de experiências, saberes, afetos, conhecimentos? Não me parece que haja saída que não seja pelo fim do silêncio imposto a essas pessoas desumanizadas.

Existir (também midiaticamente) em um cenário autoritário pode, por si só, ser encarado como uma espécie de protesto invisível. A ação política de pessoas desumanizadas, para além da consciência diante das desigualdades e assimetrias de poder, se dá também pela visibilidade de outros elementos que ultrapassam a dominação em si, que passam por uma autodefinição complexa e que se distancia das imagens de controle.

Ao pensar na autodefinição como agir político que contrapõe imagens de controle, me parece imprescindível aprender com as mulheres racializadas e com as culturas autóctones a resistir, a driblar e contrapor um sistema que há séculos as coloca na base. Temos que escutar e aprender com elas. Talvez não haja quem tenha mais a ensinar sobre imaginação política, sobre superação de melancolia e de tempos angustiantes do que quem aprendeu a sobreviver a sucessivas tentativas de genocídio, a inúmeras (e contínuas) atualizações de estratégias de dominação e de resistência.

Imaginação política e resistência necessitam do ato de reconhecer e nomear os problemas, de adaptação, de desmontar e reconfigurar a própria concepção de política,

22. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

retirando-a de uma perspectiva colonial. Para pensar em se articular coletivamente para resolver os problemas, já que a política passa pelo coletivo, não apenas o individual, temos de recuperar o sentimento e a responsabilidade da comunidade, escutar e reparar desigualdades, entender os lugares onde estamos, de onde falamos. Passa pelas possibilidades de liberdade e justiça social, por escutar e deixar-se afetar.

Quem está lidando coletivamente com isso de modo exemplar é quem sempre se deparou com um Estado necropolítico: as periferias. Seu senso de comunidade e senso coletivo de proteção foram construídos e acionados por uma questão de sobrevivência. Não à toa Marielle Franco²³ já nos alertava para a necessidade de viabilizar que mulheres negras e empobrecidas pudessem conquistar direitos, uma cidadania ativa, porque não há revolução possível sem isso.

Helen Campos: Em função das práticas culturais que estão profundamente vinculadas à capacidade de imaginar – como o cinema, a fotografia e até mesmo a literatura –, de que forma poderíamos pensar a relação entre a imaginação política e o destino das utopias e dos desejos coletivos?

Jamer Guterres de Mello: Em “O fundo do ar é vermelho” (1977), o cineasta Chris Marker explora as derrotas no contexto da esquerda nos anos 1970 (e posteriormente com a queda do Muro de Berlim e as reformas liberais da Perestroika), perdas tão radicais que, diante do luto, não há mais espaço para ações revolucionárias. Não se trata, no entanto, de uma melancolia patológica, mas antes de um gesto empreendido pelo cineasta no sentido de reunir um conjunto de imagens de lutas políticas dos anos 1960 e 1970, imagens que conectam diferentes sujeitos e em diferentes épocas a partir de seus lutos e seus desejos, de suas imaginações e suas utopias.

23. FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie et. al. Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk Editora, 2017, p. 89-95.

Georges Didi-Huberman²⁴ questiona o que provoca um levante, o que nos subleva. Para o autor, trata-se de uma força que surge a partir de uma perda, ou melhor, uma perda que nos deixa arrasados e que posteriormente nos faz desejar, depois da imobilização provocada pelo luto da perda. É, portanto, um gesto. Um gesto que coloca o mundo em movimento, um gesto que subleva o mundo inteiro, a primeira força dos levantes.

Já em “Elegia a Alexandre” (1993), Marker revisita a obra do cineasta soviético Aleksandr Medvedkin com admiração e distância crítica, além de questionar a fundo a história da utopia soviética no momento de seu desaparecimento. Em seu cinema, o luto diante da perda pertence à dialética da resistência, um gesto de sublevação. Mas naquele momento histórico particular, diante das ruínas do comunismo, era preciso conduzir uma remontagem do passado que permitisse buscar os indícios de uma utopia autêntica e repensar os novos caminhos para a emancipação.

Helen Campos: Ailton Krenak²⁵, autor do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, apresenta um olhar sobre o controle dos recursos financeiros e a observação do descolamento do ser humano com a terra como um dos pontos principais para engendrar o que ele chama de sub-humanidades. Uma distinção hierarquizante de um “nós” e os “outros”. É possível pensar filosoficamente esse isolamento social enquanto o “fim de um mundo”?

Tamires Coêlho: Pensar o fim de um mundo nos leva à demonstração da falta de estabilidade de um determinado mundo, a partir de uma perspectiva bastante específica, para fazer caber uma parte das pessoas e não caber outras,

24. DIDI-HUBERMAN, Georges. Através dos desejos: fragmentos sobre o que nos subleva. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc, 2017, pp. 289-382.

25. KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

evidencia uma série de precariedades. Por mais que, no fim das contas, restem as imagens apesar de tudo (parafraseando Didi-Huberman), esse “apesar de tudo” também vai falar da precariedade das próprias imagens, dos registros e processos de rememoração. A experiência é muito cara para todos esses autores que eu trouxe para esta conversa.

Quando a gente pensa na perspectiva da afetação, há um protagonismo da experiência, um olhar atento para a experiência (própria e dos outros) e para a compreensão dela, para as limitações e agenciamentos que existem aí. No contexto em que estamos, Krenak é muito emblemático para pensar nossa relação com a ancestralidade, a materialização de um “fim de mundo” que já estava sendo previsto há muito tempo por outras comunidades, por povos originários. Quando nos vemos nessa perspectiva da “pessoa coletiva” – e no caso de Krenak percebe-se a Terra como uma pessoa, o rio é uma pessoa (um tio, um avô) –, há uma conexão profunda com essas pessoas. Não acho que seja uma questão de humanizar esses elementos da natureza (na nossa perspectiva ocidental, antropocêntrica), é muito mais complexo que isso. É muito importante, porque essa é uma perspectiva holística que a sociedade capitalista não nos deixa ter, porque olhamos sempre para o imediato, sempre pelo ângulo de perspectivas normativas que servem efetivamente para muito pouca gente.

Quando falamos de formas de vida vivíveis, não é qualquer forma de vida. Dá para viver com isso, dá para se sustentar dessa forma por quanto tempo? Dá pra ter o mínimo de qualidade, e o que é qualidade de vida? Qualidade de vida é algo questionável para uma população que está sendo retirada de seu território. É um lugar “melhor” para quem? O sonho como orientação nos serve para pensar formas de vida vivíveis, de justiça (não a partir de algumas teorias clássicas extremamente limitadas), uma perspectiva

de justiça extremamente complexa que talvez o pensamento ocidental tenha dificuldades de apreender.

Helen Campos: É possível pensar algumas das atuais práticas políticas contemporâneas como máquinas de produção de melancolia e destruição de imaginários, além de promover genocídios ou epistemicídios programáticos? A falta de políticas públicas de cultura seria uma ação efetiva para que essa máquina funcione?

Jamer Guterres de Mello: É importante partirmos de uma ideia bastante concreta e comum atualmente, principalmente de projetos de governo que tentam minar as políticas públicas culturais, ações com interesses específicos que são justamente tentativas de criar uma espécie de paralisia no corpo social, ou seja, instituindo aquilo que seria o inimigo do Estado: as artes, a cultura, etc. Essa é uma questão que não é exclusiva de governos neoliberais e conservadores, talvez seja mais visível e mais característico nesse tipo de governo, mas trata-se de uma estratégia comum ao poder do Estado e à democracia, de um modo geral. Portanto, quando essa produção de melancolia social e coletiva se traduz em normalidade, ou seja, quando acontece justamente na tentativa de fazer com que um conjunto de regras se estabeleça na sociedade, é importante tentarmos entender de que forma o Estado age, fazendo com que esse conjunto de normas produza algum tipo de crença na representação política.

A sociedade acaba defendendo, por exemplo, a democracia, justamente porque o poder do Estado nos faz crer – a partir de determinado tipo de linguagem, de enunciados que corroboram com o funcionamento dos nossos vínculos sócio-políticos – na relação direta entre Estado e sociedade, em que qualquer outra alternativa política possível seria, a priori, pior que a democracia. Ou seja, é rompendo com a possibilidade de imaginação de novos futuros possíveis que o Estado garante um ideal de paralisia da ação política.

Isso fica bastante evidente em um momento como o que estamos vivendo atualmente, em que essas questões ficam mais visíveis, pois de tempos em tempos as sociedades vivem momentos de patologia melancólica coletiva em que esse tipo de inação é muito presente. Esse tipo de prática se sustenta na perpetuação de períodos de crise, como a que estamos atravessando, da pandemia. Para alguns governos, ao contrário do que poderíamos supor em primeira instância, de que o enfrentamento da pandemia deve ser totalmente efetivo para que o momento de crise tenha fim, é justamente quanto mais tempo se estender a pandemia e quanto mais tempo as pessoas ficarem imobilizadas politicamente, imersas em uma condição de melancolia patológica vinculada a uma condição de limitação do convívio social, é que esse tipo de mecanismo ou máquina se sustenta.

Ao mesmo tempo, a ideia de romper com essa lógica, com essa linguagem e com esses discursos estabelecidos, criando novas possibilidades, novos lugares de fala e novos sujeitos de fala, é exatamente o que vem sendo produzido no Brasil nos últimos anos. São essas novas formas de experiências possíveis que fazem com que novas formas de constituir – e instituir – uma sociedade possam existir, sempre a partir de uma imaginação política bastante evidente. Isso passa muito pela ideia ou pela categoria de experiência, seja ela política, social, coletiva. No âmbito das estéticas da comunicação há uma produção cinematográfica muito importante do ponto de vista político no Brasil, passando pelo cinema militante, que se dá a partir de novos sujeitos de fala; pelo cinema queer, com novas possibilidades de produção de afeto e do rompimento com formas já estabelecidas; e pelo cinema indígena, que produz outros tipos de relação com a experiência de vida individual e coletiva.

A obra da cineasta brasileira Maya Da-Rin é um exemplo interessante, neste sentido, sobretudo dois longas-

metragens: *Terras* (2009) e *A Febre* (2019). São experiências muito importantes do ponto de vista do rompimento da linguagem e de como a gente compreende o mundo, filmes que exploram as diferentes manifestações do imaginário indígena em relação ao espaço, ao território e aos afetos. Em *A Febre*, o personagem busca se reconectar com seu corpo e suas origens em situações que se aproximam das ideias de Ailton Krenak, de que os sonhos não se reduzem a uma experiência individual, nem mesmo estão restritos ao ato de dormir, mas, pelo contrário, o sonho suscita uma importante prática de autoconhecimento na conexão com o mundo e com a natureza.

Quando pensamos conceitualmente a ideia de imaginação política, ou seja, enquanto ação política frente ao Estado, na relação entre sociedade e Estado, o cinema produz esse tipo de ação com as próprias imagens, ou seja, com sua própria linguagem. No cinema isso se dá narrativamente através do vínculo com essas experiências possíveis de imaginação. Em outras palavras, é o que o cinema é capaz de produzir em um âmbito ético e estético.

Helen Campos: É possível perceber o desejo da volta de uma “normalidade” da vida cotidiana que paira constantemente em alguns discursos, especialmente entre políticos no contexto brasileiro atual. Discursos e práticas que geralmente insinuem a expectativa de reativação de setores da economia. Ainda assim, diante dessas políticas e discursos que ganham espaço na comunicação hegemônica, é possível observar a emergência de novos sujeitos de fala?

Tamires Coêlho: Acho que essas suas observações, Helen, são muito pertinentes, é algo perceptível em um uso das redes sociais não necessariamente estratégico (não estou falando de um uso orientado para uma ação, quando se tem um administrador), mas também vemos isso no jornalismo, em uma série de construções midiáticas. Parece-me que, de

um lado, é perigoso esse desejo de permanecer no passado, uma vez que, em um movimento de negação do presente, ele não nos convoca ou ajuda a pensar no presente, nas soluções de que precisamos, e não conseguimos pensar, fabular futuros. Porque estamos sempre presos à ideia do retorno ao passado, a uma referência de normalidade que muitas pessoas não querem de volta.

O discurso de retorno à normalidade é confortável para quem tem privilégios, para quem ocupa uma posição estrategicamente “desejável”, digamos assim, dentro de uma sociedade desigual. A maioria das pessoas não quer que as coisas “voltem ao normal”, mas quer que as coisas fiquem bem, o que não era o normal antes, quer acesso a direitos básicos, quer possibilidades de imaginar uma vida pela frente, de não ficar só presa na dimensão da melancolia, da angústia e do luto. Fico pensando em como a reprodução da dor e a restrição a alguns espaços está sistematicamente estruturada: agora que a fome voltou aos noticiários, vemos mais pessoas negras e indígenas no jornalismo, mas elas estão em qual posição? É uma posição de objeto, não de sujeito.

Há uma objetificação constante dessas pessoas, não há escuta, continuamos a ouvir apenas o que as autoridades dizem sobre elas, mesmo que hoje não seja tão difícil conseguir o contato de alguém por meio de um aplicativo de mensagens. No jornalismo, já tínhamos um problema de legitimação de fontes que se restringia a autoridades, muitas vezes masculinas, brancas, de elite. Hoje, a impressão é de que há ainda menos escuta. A pandemia é a grande justificativa (ou desculpa) para o empobrecimento da rotina produtiva. Se antes tínhamos alguns movimentos na mídia tradicional/hegemônica de conseguir se deslocar eventualmente das imagens de controle, agora elas voltaram com força. Por outro lado, nas plataformas de redes sociais, mesmo que haja a disseminação de imagens de controle, há

uma reivindicação de autodefinição, de estabelecer caminhos possíveis de enfrentamento às desumanizações midiáticas que se fortaleceram. Existem práticas de resistência, de se colocar, reivindicar, criar espaços e promover articulações.

A partir de relatos de profissionais em uma disciplina coletiva sobre Comunicação e Territorialidades que envolve 6 PPGs de Comunicação, ministrada em 2021, constatamos que os jornalismo independente, alternativo e/ou das periferias nunca esteve tão atuante e produtivo, nunca conseguiu chegar tão longe tanto em termos de conferir visibilidade de problemas, quanto em termos de financiamentos alternativos. Essas iniciativas estão se articulando. Apesar de a pandemia ter trazido uma série de problemas, é inspirador e dá esperança ver que, com articulação, é possível fazer algo alternativo, trazer contrapontos à perspectiva hegemônica. A luta vem daí.

Referências

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**. London: Verso, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009.

DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. Politics of the Urban Poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity. **Current Anthropology**, v.56, n.11, 2015, pp.3-14.

DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the descent into the ordinary.** Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v.37, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Através dos desejos: fragmentos sobre o que nos subleva. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes.** São Paulo: Edições Sesc, 2017, pp. 289-382.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Peuples en larmes, peuples en armes.** Paris: Éditions de Minuit, 2016.

DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (orgs.). **Comunicação e Sensibilidade: pistas metodológicas.** Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016, pp. 79-98.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; as heterotopias.** São Paulo: n-1 edições, 2013.

FRANCO, Mariele. A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie et. al. **Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil.** Porto Alegre: Zouk Editora, 2017, pp. 89-95.

GALINDO CÁCERES, Jesús. Cibercultura, Cibercidad, Cibersociedad: Hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales. **Intexto**, v. 1, n. 3, jan./jun. 1998.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KEHL, Maria Rita. Melancolia e criação. In: FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KLUGE, Alexander. **120 historias del cine**. Buenos Aires: Caja Negra, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Afetividades e vulnerabilidades na relação pesquisador/sujeito pesquisado. In: KÜNSCH, Dimas et al. (org.). **Produção de conhecimento e compreensão**. São Paulo: UNI, 2017.

MASSUMI, Brian. **Politics of Affects**. Cambridge UK: Polity Press, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Trad. Renata Santini. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 122-151, 2016.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; PINHEIRO, Maria Teresa da Silveira; QUINTELLA, Rogerio Robbe; VERZTMAN, Julio Sergio. Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. **Psicologia clínica**, v. 22, p. 147-168, 2010.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; SILVA JUNIOR, Nelson da (Orgs.). **Neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, pp. 17-46.

TRAVERSO, Enzo. **A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

30 anos do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom¹

BRUNO FUSER

CLÁUDIA LAHNI

DENISE TERESINHA DA SILVA

PABLO NABARRETE BASTOS

ROZINALDO ANTONIO MIANI

Breve relato histórico e fundamentos epistemológicos e políticos do GP Comunicação para a Cidadania

Neste capítulo apresentamos um breve relato da história do GP Comunicação para a Cidadania, alguns fundamentos teóricos, epistemológicos e políticos que alicerçam nossa atuação e entrevista realizada com ex-coordenadores que relatam o início do grupo e as configurações e reconfigurações pelas quais ele passou até a estrutura atual. Assim, Bruno Fuser, Cicilia Peruzzo e Denise Cogo contam suas memórias sobre questões importantes dessa construção, como o início dos trabalhos, principais linhas de pesquisa, referências bibliográficas que foram produzidas e ainda nos fornecem pistas sobre temas que precisam ser mais aprofundados nas

1. Este capítulo foi desenvolvido com base na Apresentação e na entrevista com Cicilia Peruzzo, Denise Cogo e Bruno Fuser, realizada por Denise Teresinha da Silva, que estarão no livro *Comunicação para a Cidadania 30 anos em luta e construção coletiva*, organizado por Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio Miani e Suelen de Aguiar Silva.

investigações dessa área. Este capítulo traz algumas reflexões que estarão no livro “Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva”, organizado por Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio Miani e Suelen Aguiar, a ser lançado no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom.

No ano de 2020, o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania completou 30 anos de existência, sendo um dos mais longevos da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. A efeméride é motivo de celebração, afinal não é pouca coisa um Grupo de Pesquisa permanecer ativo durante tanto tempo, sobretudo um Grupo que pensa, pratica e se engaja na Comunicação para a Cidadania.

Não obstante, é principalmente motivo de permanecer em luta e construção coletiva. A perspectiva de uma comunicação cuja finalidade é a cidadania, expressa pela junção da preposição “para” e o artigo “a” entre as duas palavras, implica lutas e tensionamentos na sociedade e no Estado, o que amalgama pesquisadores cujos objetos de estudo trazem de alguma maneira o objetivo político da transformação social. Assumir essa posição teleológica não significa exatamente compreender a comunicação de forma meramente instrumental. Contudo, em uma sociedade caracterizada fundamentalmente pela luta de classes, por exploração e opressão de diversas ordens, como gênero, raça-etnia, orientação sexual, pensar a comunicação como um meio de transformação é um ato científico e político relevante. O que não impede que façamos reflexões epistemologicamente mais elaboradas sobre os sentidos da comunicação e seus aportes teóricos e metodológicos que vão além da perspectiva instrumental.

Sob a terminologia guarda-chuva Comunicação para a Cidadania agrupam-se pesquisas que se debruçam sobre

diferentes iniciativas da comunicação comunitária, popular e alternativa. Dessa maneira, convencionamos haver na relação entre os dois conceitos o cerne teórico-metodológico que sintetiza e equaliza os esforços de comunicação de minorias, coletivos, movimentos sociais e grupos populares que buscam projetar politicamente as suas vozes, o direito humano à comunicação, a participação cidadã, a equidade social, de raça e gênero notadamente. Este livro busca refletir a heterogeneidade temática de nossa ementa, das autoras e autores que fazem parte da história do GP Comunicação para a Cidadania, alguns desde o seu início até participantes mais recentes que contribuem com a renovação, reconfiguração e atualização deste coletivo unido pelo diapasão de que outro mundo é possível e que a disputa da/na comunicação é parte fundamental dessa mudança.

O Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania teve como base o Grupo de Trabalho (GT) de Cultura e Comunicação Popular, que, a partir de reativagem realizada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, tornou-se o Núcleo de Pesquisa (NP) Comunicação para a Cidadania, em 2001, permanecendo com esta característica até a nova reativagem, realizada de 2008 para 2009. Neste período, quando foi criada a Divisão Temática (DT) Comunicação, Espaço e Cidadania, os sócios da Intercom nucleados nesta perspectiva de trabalho seguiram as determinações da entidade e transformaram o perfil de Núcleo de Pesquisa (NP) para Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

Na XIII edição do Congresso Nacional da Intercom, em 1990, quando nasceram os primeiros Grupos de Trabalho, o ainda GT Cultura e Comunicação Popular era coordenado por Cicilia Krohling Peruzzo, que permaneceu na coordenação até 1994. Peruzzo foi sucedida por Christa Berger, que coordenou o GT de 1995 a 1998. Na sequência assumiu Dennis de

Oliveira, que ficou até 1999, sendo o último coordenador no período do GT Cultura e Comunicação Popular.

Em 2001, com a reestruturação e criação dos Núcleos de Pesquisa (NPs), a primeira coordenadora, que ficou até 2006, foi Denise Cogo. O último coordenador do período do NP Comunicação para a Cidadania foi Bruno Fuser, que permaneceu por dois anos. O primeiro coordenador do período da nova configuração e nomenclatura, Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação para a Cidadania foi Alexandre Barbalho (2009-2010). Na plenária de 2010, foi decidido que, sempre que possível e assim fosse desejado pela pessoa, o vice assumiria a coordenação pelo próximo mandato durante dois anos. No período de 2011-2012, Cláudia Lahni foi a coordenadora com a vice-coordenação de Juciano de Sousa Lacerda.

Na plenária de 2012, quando Juciano de Sousa Lacerda é indicado para ser o coordenador do período seguinte, é definido que a coordenação do GP Comunicação para a Cidadania passaria a ser composta por uma mulher e um homem. Essa decisão histórica marca firme posicionamento do GP Comunicação para a Cidadania em defesa da equidade de classe, raça e gênero na academia e na sociedade. Naquele momento, Catarina de Oliveira é indicada e aprovada em plenária para ser a vice-coordenadora. A dupla do período de 2013-2014 teve Juciano de Sousa Lacerda coordenador e Catarina de Oliveira como vice-coordenadora. Na plenária de 2014, Catarina de Oliveira declina de assumir a coordenação, e assume Rozinaldo Miani juntamente com Denise Teresinha da Silva, que atuam no período de 2015-2016, respectivamente, como coordenador e vice-coordenadora. Na plenária de 2016, Denise Teresinha da Silva é indicada e aprovada para ser a coordenadora, com Pablo Nabarrete Bastos na vice-coordenação, que assumem em 2017 e permanecem até 2018. Na plenária de 2018, Pablo Nabarrete Bastos é indicado

e aprovado para ser o coordenador, com Suelen Aguiar na vice-coordenação, em mandato que permanece. Na plenária de 2020, devido à reestruturação prevista para acontecer em 2021, os participantes decidem pela manutenção da dupla até a reestruturação do GP Comunicação para a Cidadania.

Destacamos ainda a profícua tradição de produção científica deste GP, que resultou em publicações diversas, como dossiês e coletâneas. Ainda em 1995 foi publicado o livro *Comunicação e Culturas Populares*, que reuniu os principais trabalhos apresentados no GT Cultura e Comunicação Popular de 1991 a 1993. A coletânea foi organizada por Cicilia Krohling Peruzzo, vice-presidente da entidade no período, com prefácio de Adolpho Queiroz, então presidente da Intercom. Em 2006, o livro *Comunicação para a Cidadania*, organizado por Denise Cogo e João Maia, reuniu trabalhos publicados no NP Comunicação para a Cidadania nos cinco anos anteriores. Em 2008, com a coordenação de Bruno Fuser, publicamos a coletânea *Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses*. Tivemos ainda *Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos*, organizado por Alexandre Barbalho, Bruno Fuser e Denise Cogo, publicado em 2010, o primeiro como GP Comunicação para a Cidadania; em 2011, foi publicado *Comunicação e cidadania: questões contemporâneas*, organizado por Alexandre Barbalho, Bruno Fuser e Denise Cogo; e a coletânea *Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas* foi publicada em 2013, com a organização de Cláudia Lahni e Juciano Lacerda.

Vale registrar ainda outras iniciativas de publicações coletivas do GP como o dossiê *Comunicación y Ciudadanía* organizado por Juciano de Souza Lacerda e publicado pela revista *Razón y Palabra* no ano de 2014, o dossiê *Comunicação para a Cidadania*, organizado por Rozinaldo Antonio Miani e Denise Teresinha da Silva, publicado em 2015 na revista *Passagens*, e o dossiê *Comunicação popular, comunitária e*

cidadã: luta e resistência no atual cenário político neoliberal e conservador, organizado por Denise Teresinha da Silva e Pablo Nabarrete Bastos em 2018, publicado na revista *Mídia e Cotidiano*. Pesquisadoras do GP também participaram do dossiê temático *Direito à Comunicação e Diversidade*, organizado por Cláudia Lahni e publicado na *Revista da EPTIC*. Ainda em parceria com o GP de Economia Política da Informação, pesquisadoras/es do GP Comunicação para a Cidadania participaram do livro *Políticas de Comunicação e Sociedade*, organizado pelos pesquisadores Valério Cruz Brittos e Ruy Sardinha Lopes.

Entrevista com ex-coordenadores do GP Comunicação para a Cidadania: Bruno Fuser, Cicilia Peruzzo e Denise Cogo

No livro “Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva”, que aborda a história e as principais linhas epistemológicas, teóricas e metodológicas do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, Denise Teresinha da Silva realizou algumas entrevistas com três nomes que fizeram parte da história do GP. Obviamente que outros nomes também foram importantes para a escrita dessa história, como de quem participava do GT Cultura e Comunicação Popular que deu lugar para esse GP, assim como do GP Comunicação e Cultura das Minorias. Entretanto, Cicilia Peruzzo, Bruno Fuser e Denise Cogo conseguem contar de forma objetiva e exemplificadora o início dos trabalhos e refletir sobre as implicações teóricas e práticas da linha de estudos que perpassa as pesquisas em Comunicação para a Cidadania. Foram respondidas quatro perguntas sobre suas participações nos encontros do GP, histórias do início dos trabalhos, principais linhas de pesquisa, referências e temas que precisam ser aprofundados. Uma ótima forma de compreender o que foi feito e para onde devemos seguir. Só podemos agradecer.

Denise Silva: Conte sobre a tua participação no GP Comunicação para a Cidadania.

Bruno Fuser: Veja só, Denise, foi quatro anos após concluir a graduação, ou seja, em 1984, que me interessei em voltar à pesquisa na área do jornalismo e da comunicação. Em 1985 ingressei no mestrado, na ECA/USP, numa época em que quase todo mundo que estava na pós-graduação, ali, estava mesmo para pesquisar e estudar mais a respeito de temas diversos, pois o chamado “mercado da academia” era muito incipiente. Não havia pressão para concluir o mestrado como há hoje, dois anos e olhe lá, produção de mestres e doutores em série. Uma atividade mais reflexiva. Por outro lado, nunca tive bolsa no mestrado, que só defendi em maio de 1992. Depositei a dissertação no final de 1991, depois de ter utilizado todos os prazos de trancamento e adiamento possíveis. Inicialmente meu projeto era para discutir a rotatividade de mão-de-obra das redações, quando se implantava o Projeto Folha, depois trabalhei com as políticas de comunicação no governo da Luiza Erundina, do PT, em São Paulo. Como muitos colegas, a preocupação maior era fazer política, inclusive política de comunicação, e estudá-la também, mas na medida em que isso implicava refletir sobre nossa própria prática. Estávamos na política, me filiei e votei no MDB, em 1978, em FHC, para o Senado. Em seguida fui para o PT, e em 1989 saí do Estadão, onde trabalhava na editoria de Política, para participar da experiência de gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo.

A academia passava ao largo.

Resumindo: durante os anos que marcaram o final da minha graduação, em 1981, e o início do doutorado, em 1994, sempre estive mais preocupado com a política, seja partidária, seja sindical, seja de comunicação, do que com a academia. Comecei a trabalhar como professor universitário em 1988, na PUC-Campinas, mas até 1994 era praticamente uma

atividade complementar. A Intercom para mim era apenas uma referência. Ademais, meu orientador no mestrado foi *Ciro Marcondes Filho*, recentemente falecido, que possuía muitas críticas a determinados aspectos de organização da Intercom. Minha orientadora de doutorado foi *Maria Nazareth Ferreira* – que também já morreu -, e que, igualmente, possuía visão muito distinta daquela predominante na Intercom em relação às melhores estratégias para estruturar a área da comunicação em termos de pesquisa. Compartilhava e em grande medida compartilho ainda os pontos de vista do *Ciro* e da *Nazareth* a esse respeito. Na PUC-Campinas estimulava e participava com orientand@s de iniciação científica das reuniões anuais da SBPC, entidade que teve importantíssima atuação na luta contra a ditadura, no campo da ciência. Inclusive cobri como jornalista algumas reuniões da SBPC, experiência fantástica.

Somente após 1998 comecei a participar de maneira mais sistemática dos congressos anuais da Intercom, embora minha primeira apresentação de trabalho tenha sido em 1995, num congresso muito doido em Aracaju, pois a Universidade Federal de Sergipe estava em greve, e o representante local – o *César Bolaño* - tinha que batalhar pessoalmente para conseguir abrir salas para o evento. Nos primeiros anos de vida acadêmica, digamos, institucional, fiquei indo de GT em GT, buscando mais a interlocução e a possibilidade de discussão de ideias, antes de me resolver por uma participação mais orgânica, o que ocorreu em 2001, no GP de Comunicação para a Cidadania, no congresso de Campo Grande. Foi o primeiro congresso do novo NP, após a dissolução de todos os GTs (grupos de trabalho), por decisão da diretoria da Intercom, no ano de 2000, em Manaus. Aliás, estive nesse congresso de Manaus, com dois trabalhos, um no GT de Jornalismo e outro no GT de Comunicação e Religião (acho que era esse o nome, na época), pois havia feito trabalho de ação e pesquisa em comunicação num bairro de prostituição

de Campinas onde havia trabalho importante da Pastoral da Mulher Marginalizada.

A Denise Cogo ficou na coordenação do NP de Cidadania de 2001 a 2006, e eu assumi a coordenação logo após a Denise Cogo. Foi implantado então pelo NP o sistema pelo qual cada coordenador/a ficaria apenas um mandato, dois anos, como forma de propiciar ao máximo essa experiência entre os participantes do grupo, o que funciona até hoje. Logo em seguida, na coordenação da professora Cláudia Lahni, decidimos por haver sempre, de maneira equânime, coordenação assumida de forma rodiziada por pesquisadora mulher e por pesquisador homem.

Estive, portanto, no NP de Comunicação para a Cidadania, depois transformado em GP, desde seu primeiro evento, o I Encontro de NPs, em 2001. São exatos vinte anos de participação.

Trabalhei com rádios comunitárias, comunicação popular, comunicação sindical. Em 2005, quando iniciei meu pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona, comecei a pesquisar comunicação digital, exclusão digital, uso comunitário da internet, com o estudo da experiência educativa realizada em telecentros comunitários da Catalunha. A apropriação da internet e das tecnologias digitais em distintas realidades e comunidades é o foco principal de minhas pesquisas a partir de então, por vários anos, podemos dizer que até hoje, por diferentes enfoques transversais, passando pela organização e mobilização comunitária, história oral, identidade e cultura.

Cicilia Peruzzo: Fui a primeira coordenadora no Grupo de Trabalho do então denominado GT Cultura e Comunicação Popular e que deu origem ao atual Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. Ele foi criado e funcionou em caráter experimental no ano de 1990 durante o XIII Congresso Intercom realizado no Rio de Janeiro,

quando foram organizadas sessões de apresentação de trabalhos inscritos para tal fim. Em 1991, no XIV Congresso Intercom realizado em Porto Alegre já funcionou com base nas normas regimentais da entidade que entraram em vigor neste mesmo ano.

Nessa fase, ajudei a estruturar o então GT como coordenadora (1990 a 1994). Em seguida, passei a coordenação para Christa Berger, que o coordenou de 1995 a 1998, dois mandatos. Uma iniciativa importante do GT na época de minha coordenação foi a publicação da coletânea *Comunicação e Culturas Populares* que organizei reunindo os principais trabalhos apresentados do GT CCP de 1991 a 1993 e que foi publicada pela Intercom em 1995, com prefácio de Adolpho Queiroz, então presidente da Intercom. Esta coletânea (ver abaixo pergunta 2) documenta a pesquisa em comunicação e cidadania naquela época, com trabalhos de alguns dos autores que estavam pesquisando e escrevendo sobre o tema no Brasil. Nos anos seguintes participei do grupo apenas assistindo às sessões e apresentando trabalhos, mas acompanhei o processo de reestruturação do grupo no bojo das mudanças nos GTs (Grupos de Trabalho) para NPs (Núcleos de Pesquisa) e depois para GPs (Grupos de Pesquisa) realizadas pela Intercom.

Denise Cogo: Entre 2001 e 2006, a partir de eleição, fui a coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania da Intercom e depois do Núcleo de Pesquisa em Comunicação para a Cidadania, que substituiu o GP. Durante esse período, além da coordenação do GP e NP, organizei, em parceria com o saudoso colega João Maia, da UERJ, uma coletânea com textos apresentados no NP (*Comunicação para a cidadania*. 1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006). Posteriormente, já não mais como coordenadora, organizei, em 2010 e 2011, em colaboração com os colegas Alexandre Barbalho e Bruno Fuser, duas coletâneas com textos apresentados no

NP (Comunicação e cidadania: questões contemporâneas. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011; e Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010). Também participei da organização do Intercom Sul na Unisinos-RS.

Denise Silva: Como aconteceu o início do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom?

Bruno Fuser: Como disse anteriormente, eu estava no congresso de Manaus no ano de 2000. Foi quando a diretoria da Intercom decidiu e anunciou a dissolução de todos os Grupos de Trabalho e implantou uma reestruturação que tinha muitos objetivos; é ação bastante documentada. A verdade é que teve muito bafafá. De qualquer forma, foi então criado o NP, Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, que teve seu primeiro encontro em Campo Grande, em 2001.

Deixando de lado os propósitos gerais da Intercom com a criação de Núcleos, e depois Grupos de Pesquisa, pois não é disso que se trata aqui, interessa é ver como, nesse processo, foi extinto o antigo GT Comunicação e Culturas Populares, e se criaram novos NPs com temática que se aproximava do antigo GT. Foi criado o NP Comunicação para a Cidadania, mas também o de Comunicação e Cultura das Minorias, não é verdade?

Naturalizar ou simplificar as mudanças, a meu ver, é algo que deve ser evitado, para que tenhamos melhor percepção do passado, e entendamos de maneira mais aprofundada o presente. Podemos dizer que o NP de Cidadania foi criado para receber os trabalhos do antigo GT de Culturas Populares, ou foi uma continuação do mesmo, mas nunca é apenas isso, ou nunca é acima de tudo isso. Quem criou foi a diretoria. Que eu saiba, isso pode ser confirmado com o Dennis de Oliveira, que coordenava o GT de Comunicação e Culturas Populares em 2000; não houve uma plenária do antigo GT que tenha

decidido de forma aberta que o mesmo seria substituído pelo de Cidadania. Ao contrário, a dissolução de todos os GTs foi anunciada como decisão tomada e irreversível.

Por que não foi então criado um NP de Comunicação e Culturas Populares, ou seja, por que não foi apenas alterado nome (de GT para NP), como ocorreu em outros GTs ao passarem para NPs?

A mudança de nome implica uma mudança de conceito. Ainda mais quando se vê a criação de um NP de Culturas das Minorias. Por que não podemos entender que as Culturas Populares na verdade passaram a ser estudadas nas Culturas das Minorias?

Deixar de lado o foco em Culturas Populares e passar o foco para Cidadania é uma mudança profunda. A expressão cultura popular é revestida de significados múltiplos, ricos, contraditórios, históricos, dialéticos. Falar de cultura popular é muito diferente do que falar, por exemplo, em folk, não é verdade? Mas Folkcomunicação passa, nesse processo, a se constituir também um NP, se já não era um GT, não lembro e não encontrei informação a respeito. Mas quem trabalha com cultura popular muitas vezes quer é se afastar da visão do folclore, é evidente isso. Folclorizar algo, aliás, é expressão pejorativa. É transformar em folclórico, em pitoresco.

Interessante também observar o plural, não é? O nome do GT era Comunicação e Culturas Populares, mas a expressão cultura popular é tão forte que, nos arquivos do PortCom, os trabalhos que ali constam estão identificados como do “GT 12 – Comunicação e Cultura Popular”. Recomendo, para se ter mais clareza das perspectivas de discussão do antigo GT, a leitura do artigo de Dennis de Oliveira, apresentado justamente no Congresso de 2000, intitulado Comunicação popular, percepção e transcendência: desafios teóricos. Está disponível em: <portcom.intercom.org.br/pdfs/19bd09db68960213a8a5b59bf3cac981.pdf>.

Vejamos as seções (ou sessões?) temáticas previstas no recém-criado NP de Cidadania: Comunicação Popular, Comunitária e nas ONGs; Comunicação Sindical; Comunicação Eclesial; Comunicação Partidária.

Ou seja, há uma ênfase no estudo de comunicações institucionalizadas, em que pesem as palavras-chave “comunicação popular”, “comunitária”. As ONGs, lembremos disso, já possuíam, no ano de 2000, um papel de substituição da ação do Estado por entidades de direito privado. Não eram mais, majoritariamente, aquelas organizações que contribuíram para a democratização (parcial) do País, ao apoiar certas ações e estudos.

E quais são as seções (ou sessões?) temáticas previstas para o NP de Comunicação e Cultura das Minorias? Etnicidade; Relações de Gênero (Mulher e outros); Infância e Juventude.

Ou seja, o estudo das questões raciais e de gênero! É evidente que o estudo das questões étnico-raciais neste País – para não falar mais nada – tem relação direta com as questões populares, ou não? Ao lermos apenas alguns dos títulos de alguns dos trabalhos apresentados nesse NP de Minorias em 2001, veremos que há clara coincidência com as preocupações do NP de Cidadania: comunicação eclesial (Rede Família e Rede Vida); políticas de cultura (comunicação popular); rádio na Saúde mental (comunicação comunitária); Grupo Ilê Aiyê e cidadania negra (comunicação nas ONGs); Rádio Favela (comunicação comunitária). E dois trabalhos relacionados a identidade cultural (Judeus do Egito no Rio de Janeiro e Políticas de Identidade), tema que logo estará também presente no NP de Cidadania, embora não conste em suas seções (ou sessões?) temáticas, quando criado.

Alguns anos depois da dissolução dos GTs e de criação, entre outros, do NP de Minorias, este foi conduzido à extinção. Na Intercom, os GPs ou NPs que recebem poucos trabalhos

acabam ficando na berlinda, pois existe uma questão de custo com passagem e estadia d@s coordenador@s e vices. Então é feito algum movimento. No caso, o NP de Minorias acabou sendo extinto, me parece que em 2006, e houve um esforço para que pesquisadoras e pesquisadores que estavam nesse grupo, assim, é claro, como suas perspectivas de trabalho, tivessem espaço no GP de Cidadania. Foram refeitas a ementa e as palavras-chaves, para se tentar uma unificação. No VII Encontro dos NPs, em Santos, em 2007, já há vários ex-participantes do NP de Minorias que se fazem presentes, e que se mantêm até hoje próximos ao GP de Cidadania.

De qualquer forma, com a extinção do GT de Culturas Populares, em 2000, o que ocorreu é que pesquisadores que não viram contemplada sua preocupação conceitual de essência – a relativa à cultura, ou culturas populares – ou foram para outros NPs que não o de Cidadania, ou simplesmente passaram a participar menos ou mesmo largaram a Intercom de lado. Afinal, esse é um espaço importante, mas não o único, de interlocução e exposição de ideias. E de fazer relações públicas, como se diz?, networking. Há outros, todos são legítimos, cada um com suas características, cada um/a que busque o seu, aquele que considera melhor. Eu fiquei por 20 anos, e agora me aposento. Em alguns idiomas, aposentar-se quer dizer retirar-se. Em outros, celebração, júbilo. Assim espero que seja comigo, hehehe.

Cicilia Peruzzo: O Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania recebeu a denominação de GP em 2008, pois derivou das denominações anteriores – Núcleos de Pesquisa (2001-2007) e Grupos de Trabalho (1990-2000). Originalmente teve o nome de Grupo de Trabalho (GT) Comunicação e Cultura Popular que foi criado no bojo dos primeiros 18 GTs da Intercom, em 1990. Convém lembrar que os GTs passaram originalmente por dois processos de mudança. O primeiro no ano 2000 (com implementação em

2001), quando os GTs receberam a denominação de NPs. Registro que na época eu era presidente da Intercom (1999-2002), de modo que acompanhei bem de perto o processo de discussão que visava reestruturar os grupos de trabalho. A segunda reestruturação entrou em vigor em 2008, quando os NPs foram denominados de GPs. Aliás, em 2019 desencadeia-se, inclusive, nova fase de reestruturação dos grupos, mas que não alterou sua estrutura básica em forma de Divisão Temáticas/GPs.

No primeiro ano (1990), o funcionamento de todos os GTs foi bastante experimental, mas no ano seguinte os GTs da Intercom já estavam funcionando com base em normas regimentais próprias, cujas bases e aperfeiçoamentos foram sendo processados ao longo dos anos seguintes. Em determinado momento os GTs passaram por uma organização interna e foram classificados em grupos monotemáticos - dedicados às grandes áreas que integram o campo da Comunicação, e grupos multidisciplinares - voltados para a viabilização do diálogo entre a Comunicação e outras disciplinas.

Os GTs, desde 1990, e depois os NPs e os GPs, sempre tiveram espaços privilegiados na programação dos Congressos da Intercom por serem vistos como a “espinha dorsal” dos eventos.

A primeira reformulação se fez necessária porque aos poucos foram sendo criados muitos GTs – chegaram a 30 - o que acabou gerando algumas distorções, como, por exemplo, GTs com temáticas/ementas muito próximas e consequentes sobreposições. Essa situação motivou a reformulação dos GTs por parte da diretoria da Intercom, cujo estudo durou dois anos - autorizada em reunião dos coordenadores de todos os GTs em 1999, discutida até o ano 2000, quando o novo regulamento foi submetido e aprovado pela diretoria executiva e pelos coordenadores, mas para vigorar somente

a partir do ano de 2001, no interior do XXIV Congresso da Intercom que aconteceu em Campo Grande, MS. O referido estudo foi realizado de modo muito criterioso por parte de uma Comissão formada, se não me engano, por Sérgio Caparelli, Sonia Virginia Moreira, Maria Immacolata e por mim, como então presidente da Intercom.

Nessa reformulação, os GTs passaram a ser denominados Núcleos de Pesquisa. Mas, nos anos seguintes, nova reformulação foi sendo demandada. Após devidos estudos no nível da Diretoria Executiva e do Conselho Curador, em reunião da Diretoria Executiva realizada em 08 de abril de 2006, foi aprovada nova estrutura mudando a nomenclatura de Núcleos de Pesquisa (NPs) para Grupos de Pesquisa (GPs) e os agrupando em Divisões Temáticas. As normas regimentais dos NPs foram transferidas para os GPs, as quais estão ainda na base das normas em vigor.

Foi nesse processo que o GT Comunicação e Culturas Populares assumiu a denominação NP Comunicação para a Cidadania, uma certa atualização no nome no contexto do avanço e ampliação das lutas por cidadania e das conquistas pós Constituinte, e mais adiante passou a ser chamado de GP Comunicação para a Cidadania.

O intuito básico da mudança de GT (Grupo de Trabalho) para NP (Núcleo de Pesquisa) e depois para GP (Grupo de Pesquisa), por parte da Intercom, foi o de provocar uma alteração nas práticas dos GTs transformando-os de fóruns de apresentação de trabalho em grupos de pesquisa, ou seja, que pudessem realmente avançar enquanto grupos de investigação, com relações mais consistentes e com menos rotatividade (exigência de as pessoas se filiarem a um GP a fim de gerar vínculos por períodos duradouros). Proposta, me parece, até hoje sem efetiva realização por parte da maioria dos GPs.

Mas, voltando à pergunta “Como aconteceu o início do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom”, quanto à sua

dinâmica funcionou de modo semelhante ao atual. A diferença é que até no ano 1999 o mandato dos coordenadores era de dois anos, renováveis uma única vez, pois acompanhava a lógica do mandato da diretoria. Mas, em 1999 entrou em vigor o novo Estatuto da entidade que estabeleceu o mandato de três anos para a diretoria executiva e conselhos, provocando também mudança no tempo de mandato dos coordenadores de GTs.

Denise Cogo: Anteriormente o GP se chamava Comunicação e Culturas Populares. Nessa época, eu apenas participava como integrante do GP e autora de trabalhos. Lembro de uma das coordenadoras desse GP ter sido a professora Cicilia Peruzzo. Posteriormente, a Intercom promoveu uma mudança na configuração dos GPs, e o GP Comunicação e Cultura Populares passou a se chamar GP em Comunicação e Cidadania. E, mais tarde, houve uma nova mudança em que os GPs se tornaram Núcleos de Pesquisa (NPs) na perspectiva de fomentar a articulação e colaboração entre os pesquisadores do NP que não se limitasse à realização do Congresso. Além disso, em 2003, em reestruturação dos GTs da Intercom, o GT Comunicação e Cultura das Minorias foi incorporado ao GT Comunicação e Cidadania.

Denise Silva: Quais os principais temas que destacas nesses anos de pesquisa apresentados nos encontros do GP de Comunicação para a Cidadania?

Bruno Fuser: Não tenho condições de responder a essa pergunta sem fazer ao menos um levantamento digno desse nome. Quem dá bem conta disso é o livro organizado por Cláudia Lahni e Juciano Lacerda, de 2013, Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas, publicado pela Intercom e disponível de forma gratuita pela internet em <gpcomunicacaocidadania.files.wordpress.com/2011/03/e-book_gps_9.pdf>.

A obra faz levantamento até 2011, é bem detalhada, analisa 11 anos, ou seja, mais da metade do tempo de existência

do NP/GP. Nesse livro, ao analisar parte dos trabalhos desse período, comento que muitos deles não fazem nenhuma menção explícita a cidadania, direitos, igualdade, democracia. Sequer trazem entre as palavras-chave uma que esteja entre as do NP/GP. Isso é uma reflexão crítica, que não deixa de reconhecer o mérito dos trabalhos, sua qualidade intrínseca, e que sempre contribuíram para o debate no âmbito do grupo. Fora, é claro, os trabalhos que não apenas trazem tais palavras-chave e tais discussões com aderência total ao NP/GP e que contribuíram e contribuem para sua atualização permanente. A diversidade é parte da dinâmica do NP/GP e, a meu ver, extremamente positiva. Mas, o distanciamento das questões próprias ao grupo, evidentemente, deve ser evitado. Nesse vai-e-vem busca-se avançar, sempre, o que pode significar, é claro, rupturas.

Cicilia Peruzzo: Num primeiro momento, os temas que permearam com mais insistência este grupo de pesquisa enfatizavam a comunicação popular e alternativa, suas formulações conceituais e análises de experiências como formas de resistência. Eram estudos sobre as rádios populares e rádios livres, comunicação dialógica, participativa e imprensa sindical, além de temas mais ligados às culturas populares. Trata-se de um contexto de efervescência dos movimentos populares e sindicais que externavam as suas reivindicações e consciência de classe.

Uma demonstração dessas temáticas está reunida na coletânea “Comunicação e Culturas Populares”, quais sejam: A Pesquisa em Comunicação Popular e Alternativa; Comunicação Popular em seus Aspectos Teóricos; Rádio Popular e Mediações Culturais; Democracia na Rádio Livre Paulicéia; Projeto de Vida para a Ilha Grande dos Marinheiros POA-RS : Uma Experiência em Animação Sócio-Cultural no Cone Sul; Imprensa sindical, Greve e Consciência de Classe; Elementos para uma análise da Comunicação na América

Latina: Perspectivas para os Anos 90; Pistas para o Estudo e a Prática da Comunicação Comunitária Participativa; Progresso e Recessão no Campo das Culturas: Chaves Novas, Velhas Forças; O Sagrado/Popular nos Meios de Comunicação de Massa: Um Produto à Venda.

Em um segundo momento, já nos anos 2000, os estudos de natureza popular, alternativa e comunitária no contexto dos movimentos sociais, além de temas da cultura popular, continuam presentes, mas surgem abordagens sobre as interfaces de tecnologias digitais, formação de redes, críticas à instrumentalização de rádios comunitárias, o papel de organizações não governamentais e do terceiro setor, além reflexões sobre o próprio percurso do grupo de pesquisa.

Essas abordagens podem ser vistas na segunda obra do GP que documenta os trabalhos apresentados de 2001 a 2005. Trata-se da coletânea organizada por Denise Cogo e João Maia, publicada em 2006, momento em que o grupo se denominava Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. (Obs.: Recomendo ver apresentação da obra feita por Christa Berger, bem como o capítulo de Denise Cogo neste mesmo livro).

Nesta coletânea os capítulos são os seguintes: Comunicação, mídia e cidadania: um percurso pelas interfaces de um núcleo de pesquisa da Intercom; Práxis reflexiva comunicacional e configurações sociais transformadoras; Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências; O marketing no terceiro setor: possibilidades e limites; Redes - um novo projeto político da comunicação; O novo protesto: ativismo político midiaticizado; Comunidades on-line: os espaços de telecentros como configurações comunicacionais midiáticas; Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais; As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000); Rádios comunitárias em

Campinas: a perda de espaço da alternativa popular; Reggae e hip-hop: segmentação de mercado x diversidade cultural juvenil; Recepção e cidadania em torno do discurso do MST: o caso do assentamento Pedro e Inácio.

Denise Cogo: Houve uma presença regular e constante de trabalhos orientados às inter-relações entre comunicação, cultura e cidadania no âmbito dos movimentos populares, comunitários, sindicais e nas ONGs, bem como nas esferas partidárias e eclesiais, tanto relacionada aos meios de comunicação massivos como alternativos e comunitários. Observamos também, ao longo da existência do GP, de artigos orientados à discussão da cidadania relacionada às minorias e às identidades culturais, a partir de trabalhos que focalizaram as perspectivas da juventude, do gênero, das relações raciais, das migrações, dentre outros. Foi possível perceber, também, que muitos trabalhos apresentados estiveram centrados nas redes como um modo específico de articulação e organização dos movimentos sociais na contemporaneidade. Alguns dos quais abordaram aspectos relacionados às chamadas mídias digitais e ao ativismo global. Durante minha gestão junto ao GP e NP, observei, ainda, uma escassa presença de estudos sobre comunicação sindical e eclesial e religiosa.

Denise Silva: Uma questão para quem se interessa sobre o tema, existe algo que ainda precisa ser trabalhado ou algum assunto que precisa ser mais aprofundado nessa linha de estudos?

Bruno Fuser: Qualquer assunto, creio, pode ser aprofundado, ou atualizado. A inter-relação entre comunicação e cultura é, a meu ver, uma “pista de pesquisa” importante a se seguir, com todas as consequências teóricas que daí advêm, a começar por admitir-se que o protagonismo não é necessariamente do campo da comunicação. Afastar-se da institucionalidade é um conselho, pois a comunicação institucional possui espaço bem delimitado, e importante,

essencial, em estudos, por exemplo, de relações públicas. Aproximar-se dos movimentos sociais, onde eles estiverem, pois ali se encontrará sempre rica matéria-prima de pesquisa e de ação para transformação social. Fugir dos convites de carreira acadêmica fácil, nessa área em geral o que é fácil não presta. Fazer a crítica implacável a experiências que dizem que são uma coisa, mas não são nada disso. Estreitar a discussão sobre direitos e cidadania é outra sugestão, até para que cidadania não se transforme em lugar comum. Quando tudo é cidadão, provavelmente, aquela palavra começa a ser esvaziada de significado, ou ressignificada. Quando uma empresa agente da ditadura e uma das maiores responsáveis pelo famigerado oligopólio da comunicação do país, a Rede Globo, começa a falar demais em cidadania, é para se desconfiar. Recolhem doações para crianças há mais de 30 anos e, ao mesmo tempo, manipulam o debate entre Collor e Lula e apoiam descaradamente o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma. Essa é a empresa cidadã. Estar com ela é sempre uma forma de legitimá-la. Cidadania assim, pra mim, tô fora.

Cicilia Peruzzo: Na linha da comunicação para a cidadania, me parece que seria interessante avançarmos na formulação de teorias, como, por exemplo, sobre mídias alternativas e imprensa alternativa. Há mais especulação sobre essa problemática do que conceitos sólidos, muita superficialidade e pouca historicidade. Falta uma base conceitual sólida capaz de dar conta das alterações nesse âmbito proporcionadas, principalmente, pelas mídias e redes sociais digitais.

Por outro lado, do meu ponto de vista, a atualização temática do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania tem transcorrido de forma espontânea por meio da absorção de problemáticas emergentes trazidas pelos participantes. Por um lado, as ementas foram reformuladas

em alguns momentos no intuito de dar conta dos problemas de pesquisa que foram surgindo na sociedade civil na linha da comunicação e cidadania. Enfim, a submissão de trabalhos acaba provocando a inclusão de temáticas pertinentes ao grupo que, mesmo nem sendo tão explícitas na ementa, são acolhidos e provocando uma atualização muito salutar ao mesmo. Mas, sempre há que se ter o cuidado para não haver uma descaracterização das problemáticas centrais históricas do grupo de pesquisa.

Denise Cogo: Como tenho participado pouco do GP nos últimos anos, não poderia avaliar, de modo adequado, essa necessidade de aprofundamento de algum tema. Mas acho que temas no escopo das relações entre comunicação, cultura digital e cidadania que estiveram presentes no GP estes anos sempre mereceriam um aprofundamento e ampliação, tendo em vista a centralidade que assumiu a cultura digital na sociedade nessas últimas décadas e seus impactos também nas práticas de comunicação e cidadania. Uma outra questão que acompanhou a existência do GP e norteou o debate entre seus integrantes é a da necessidade de aprofundamento conceitual da noção de cidadania, que, embora permeasse os textos apresentados, não era suficientemente problematizada conceitualmente.

Jornalismo de resistência - múltiplas práticas para a liberdade e a cidadania

LEONEL AGUIAR

FELIPE PENA

Jornalismo de resistência: múltiplas práticas para a liberdade e a cidadania. Esse foi o tema central da entrevista realizada pelos professores Leonel Aguiar e Felipe Pena para a segunda temporada das *Lives Cátedra Intercom*, que aconteceu no 27 de maio de 2021. A conversa entre os dois professores foi promovida do Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e o diálogo serviu para explicitar os princípios teóricos que balizam os trabalhos desses dois pesquisadores sobre a temática do jornalismo enquanto dispositivo de resistência política à cultura da desinformação e narrativas de desqualificação da democracia. Professores, respectivamente, da PUC-Rio e da UFF, Leonel Aguiar e Felipe Pena participaram do processo de fundação do GP Teorias do Jornalismo junto com outros pesquisadores e pesquisadoras da Intercom. Agora, para o biênio 2020-2022, estão de volta às atividades de coordenador e coordenador-adjunto do grupo de pesquisa.

Leonel Aguiar: É uma imensa alegria estar aqui nessa segunda temporada das *Lives Cátedra Intercom* junto com vocês. Faço parte do grupo de pesquisa Teorias do Jornalismo desde sua fundação, em 2008. Neste primeiro momento, o professor Felipe Pena assumiu a coordenação do grupo, eu era o coordenador-adjunto e ficamos por quatro anos nesta composição. Depois, durante quatro anos, também fui coordenador desse grupo de pesquisa, tendo a professora Monica Martinez, da Universidade de Sorocaba, como coordenadora-adjunta. Em seguida, a professora Monica assumiu a coordenação do nosso grupo de pesquisa e o professor Marcos Paulo da Silva, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a coordenação-adjunta. Em 2018, completamos dez anos de existência e nós três – eu, Marcos e Monica – organizamos um e-book comemorativo: *Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo*. Destaco, como nosso princípio de atuação, é que somos um grupo de pesquisa que tem grande apreço em receber mestrandos e doutorandos, cumprindo assim o relevante papel social de uma entidade científica, que é o de formar pesquisadores.

O título da nossa *Live* corresponde ao do 44º Congresso da Intercom: “Comunicação e resistência: práticas de liberdade para a cidadania”. Escolhemos um título bem semelhante para a nossa *Live*: “Jornalismo de resistência – múltiplas práticas para a liberdade e a cidadania”. Felipe Pena, em seu livro *Teorias do Jornalismo*, apresenta um conceito para a terminologia “jornalismo de resistência”, sendo citado como referência bibliográfica em inúmeros trabalhos. Acredito que, antes de tudo, temos que discutir a questão mais ampla do jornalismo. Como diz o texto da página do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, citando Hannah Arendt: vivemos tempos da banalidade do mal, “vivemos tempos sombrios quando as piores pessoas perderam o

medo e as melhores pessoas perderam a esperança”. Esse é um trecho do livro da Hannah Arendt: *Homens em tempos sombrios*. Vivemos, no Brasil, exatamente isso que diz o texto: tempos sombrios. Então, além da perspectiva da luta política mais ampla, creio que este também é o momento da adoção da luta micropolítica, um momento em que o jornalismo de resistência talvez possa ser sintetizado na proposta de um jornalismo que tenha a ousadia de dizer a verdade; ou seja, a capacidade jornalística de se pautar editorialmente por dizer a verdade nesses tempos tão sombrios. Tempos sombrios para os movimentos populares, os progressistas, os movimentos mais à esquerda, os defensores dos Direitos Humanos e os democratas. Lembro que, historicamente, o percurso do jornalismo informativo caminha junto com a democracia moderna. Portanto, o jornalismo tem “um lado” e, historicamente, esse lado do jornalismo é o lado da democracia e dos Direitos Humanos, ainda que muitas vezes o jornalismo falhe na plena realização do processo de mediação que lhe foi outorgado, nos últimos dois séculos, pela sociedade.

Essa é uma provocação inicial para esse debate, mas, eu acho que, antes de tudo, é uma proposta de recuperar esse lugar de debate no qual o jornalismo também é um lugar que produz a verdade e que, hoje em dia, a falta de verdade em tempos pandêmicos mata. Na atualidade do paradigma pandêmico, a desinformação, a desinfodemia, a falta da verdade mata. E mata milhões de pessoas, tanto quanto a falta da verdade, na Segunda Guerra Mundial, matou mais de 60 milhões de pessoas, em uma conta global. Nas guerras, a primeira vítima é sempre a verdade, tal como ocorreu naquele momento. A falta de verdade ocorreu também na guerra no Vietnã e agora – nesses tempos sombrios do paradigma pandêmico – a falta de verdade e, por consequência, a crença em opiniões completamente

desbaratadas, tais como “a terra é plana” e “isso é só uma gripezinha”, também mata e mata milhões.

São algumas considerações iniciais. Passo a palavra para o meu amigo de longa data, o professor Felipe Pena. Além da fundação desse grupo de pesquisa na Intercom, em 2007 ministramos um curso em parceria pelos programas de pós-graduação da UFF e da PUC-Rio.

Felipe Pena: Obrigado, Leonel. Eu queria pegar um gancho nesse seu preâmbulo, quando você cita Hannah Arendt, e no próprio texto da Intercom sobre o nosso congresso, cujo tema é comunicação e resistência, porque eu participei pessoalmente da construção desse texto. Inclusive, fui eu que trouxe a citação da Hannah Arendt para a apresentação do texto do congresso. E parece que não há outro tema tão importante quanto esse na atualidade pelos motivos que você já citou. Mas eu quero pegar uma carona na citação para falar sobre o que nos aproxima dos tempos históricos da segunda guerra mundial ou melhor dizendo dos tempos históricos do nazifascismo na Europa.

Quando as pessoas conceituam o Brasil de 2021 com proximidades a práticas nazifascistas, elas não estão exagerando. Há o que se conceituar de forma bastante crítica e bastante ponderada, com assertividade. Estamos sim muito próximos de tempos totalitários similares aos tempos do nazifascismo. Obviamente, guardamos as proporções históricas do que aconteceu nas décadas de 30 e 40 na Alemanha, na Itália e na Europa, mas vamos ver do ponto de vista da comunicação e do conjunto do Jornalismo e chegar à resistência, que é o que nos importa, e trazer um pouco desse tempo histórico para o conceito de jornalismo de resistência.

É aí que eu vou pegar uma carona na tua fala, Leonel, pois é um conceito que eu trabalho desde 2005 quando publiquei o livro *Teoria do Jornalismo* que tem um capítulo

que se chama exatamente “Jornalismo de resistência” e que naquela época tinha uma outra conceituação. Ele, o conceito, evolui, é vivo e adquire, com o tempo histórico atual, uma outra dimensão, mas eu vou chegar lá depois.

Então vamos começar pela tua citação com relação aos tempos de Hannah Arendt e a banalidade do mal. Ela foi ela foi a Israel como correspondente da revista *The New Yorker* para fazer uma reportagem sobre o julgamento de Eichmann, um dos últimos nazistas que estava foragido e foi preso pelo Mossad, serviço secreto israelense, na Argentina e levado a julgamento em Israel. E lá chegando ela percebeu que o mal que habitava aquele ser era um mal banal no sentido estrito da palavra. A banalidade de quem obedece a ordens e não reflete sobre essas ordens. Vamos trazer esse conceito pro Brasil de 2021 e pensar à luz da linguística, à luz das questões jornalísticas e à luz da psicanálise, que muito me interessa dentro da teoria de Jornalismo.

O professor Leonel acompanha os meus textos há muito tempo dentro do grupo e sabe que eu tenho provocado algumas discussões em torno desses temas principais da linguística, da semiótica, da semiologia, da guerra semiológica que a gente vive e da psicanálise. E aí o que me vem à cabeça, Leonel, quando você está falando da verdade, é que devemos entender que nós vivemos tempos de sequestro da cognição pública ou, pelo menos uma condução coercitiva da cognição pública.

A cognição pública está sendo conduzida de uma forma que nos levará a acreditar que o tio do Zap é o jornalista da atualidade. O que é a informação que chega em grupos de WhatsApp? Ela chega com cara de jornalismo, ela chega com forma de jornalismo, ela parece jornalismo, mas ela não é Jornalismo. Ela chega através de grupos que formatam pequenos blogs e sites que têm nomes muito parecidos, com *layouts* parecidos a sites de jornalismo sério. Alguns imitam a folha de São Paulo, outros imitam o próprio Globo e são

distribuídos por tios do Zap para que se transformem em uma pretensa verdade e aí começa um sequestro da cognição pública. Mas o que a gente tem que ver é a estratégia linguística e psicanalítica que existe por trás desses textos pretensamente jornalísticos que sequestram a cognição pública e, por exemplo, transformam expressões consagradas como direitos humanos em direitos de bandidos. Ou um movimento consagrado como o feminismo em movimento de mulher com cabelo debaixo do braço. Ou seja, trazem significados deturpados para significantes já consagrados pela resistência. O feminismo é um movimento de resistência; a luta pelos Direitos Humanos é um movimento de resistência.

A partir dessa resignificação, a cognição pública é mudada para ser contrária a atos e textos que defendam, por exemplo, os Direitos Humanos ou o feminismo. Estou só citando como exemplo e vou retomar a tua reflexão sobre o nazifascismo e chegar o tempo de Joseph Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler, cuja máxima clichê é a de que uma mentira contada mil vezes se transforma numa verdade e pensar se isto não está sendo feito agora da mesma maneira no Brasil de Bolsonaro de 2021. Se não está sendo feito com a cloroquina, se não vem sendo feita com a criminalização da política ou com o *lawfare* em cima do Lula.

Isso vem sendo feito no Brasil de Bolsonaro desde 2019, ano em que ele assumiu e antes, na campanha de 2018, com questões ligadas ao meio ambiente com a Amazônia, com questões ligadas as minorias étnicas, com questões ligadas a xenofobia. Tudo isso vem sendo construído através de resignificações que já foram feitas, de uma certa forma, sem esse recurso tecnológico que nós temos hoje em dia, mas que já foram feitas e estudadas posteriormente na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini e me veio à cabeça um teórico linguista muito conhecido, Victor Klemperer (1881- 1960). Ele escreveu um livro que todos conhecem, inclusive eu citei

esse livro na última live que nós fizemos aqui no ano passado, que é *A Linguagem do Terceiro Reich*. Victor Klemperer era professor titular de uma conhecida universidade na Alemanha e judeu. Foi, obviamente, cassado quando Hitler assumiu a Alemanha na década de 1930, sendo levado para o gueto.

Ele é obrigado a morar no gueto e, lá do gueto, ele consegue contrabandear pequenos pedaços de papel em que analisa os discursos nazistas. Analisa as palavras usadas, as expressões idiomáticas, e tenta ponderar sobre dois temas principais na sua análise: as ressignificações e os neologismos. Victor Klemperer consegue contrabandear esses papéis simplesmente porque sua mulher, que era uma ariana, não se abstém de ter partido, de ter lado. Ela fica do lado do marido e vai para o gueto com ele, mas com livre acesso a parte ariana da cidade; então, ela consegue contrabandear esses pequenos papéis que, em 1946, se transformam no livro *A Linguagem do Terceiro Reich*. Vale contar esse bastidor para entender como que a obra de Victor Klemperer chegou até nós. Klemperer pega as palavras do nazismo como fanático, por exemplo, ou fanatismo, que são ressignificadas para heroísmo. Então um cara que era fanático na Alemanha de Hitler era considerado um herói. O conceito de fanatismo é ressignificado e o judeu passa a ser um vilão cruel, o ladrão. A sociedade passa a ser antijudaica assim como num determinado momento no Brasil de 2018 uma parte da sociedade passa a ser antipetista levada pela estratégia semiótica da extrema-direita.

O antipetismo virou um termo construído falsamente com o significado de luta contra a corrupção. A esquerda vira um termo pejorativo. Neologismos foram criados. Existe a palavra esquerdopata, mas não existe a palavra direitopata. Existe a palavra petralha, que foi até criada por um jornalista, o Reinaldo Azevedo, que está muito arrependido, porque hoje ele apanha muito deste governo, inclusive já perdeu o emprego duas vezes por pressões do Bolsonaro, quando, na época

dos governos do PT que ele tanto criticava e de onde criou a expressão petralha, não tinha esse tipo de pressão.

Mas vamos voltar à Alemanha de Hitler. Então, Victor Klemperer tenta mostrar como, a partir de dois conceitos básicos da linguística, a ressignificação e o neologismo, os discursos de Hitler gestados pela propaganda de Goebbels constituem um sequestro da cognição pública alemã. Eu vejo uma similaridade muito grande com as estratégias olavistas de Bolsonaro. O Erick Felinto é um grande estudioso de Olavo de Carvalho e está dissecando os textos desse sujeito para mostrar essa similaridade. Ele vai se juntar a nós para um livro sobre esse discurso idiotizante que é a retórica olavista, alimentada pelas técnicas de Steve Banon. Técnicas usadas na campanha de Trump e, no Brasil, mediadas pelo tal Felipe Martins, o cara que fez aquele gesto de supremacia ariana branca na cara do presidente do Senado, uma coisa impressionante, teria que sair preso dali. O Martins mediou essa conexão entre Steve Banon e o Eduardo Bolsonaro, filho do Jair, e através dessa conexão eles começaram a pensar em conceitos retirados da Alemanha de Hitler.

Então, a ordem era essa. Número um: uma mentira contada mil vezes se transforma numa verdade. Número Dois: precisamos ter as nossas próprias redes de comunicação. Número três: essas redes têm que ser redundantes. São três estratégias básicas, e essas três estratégias remetem às estratégias usadas hoje em grupos do WhatsApp. Mas, também, remetem às estratégias utilizadas nas campanhas de Hitler, sem a potencialização da internet. Então eu posso dizer, sem pestanejar, que essa estratégia linguística do bolsonarismo imita, mimetiza a estratégia linguística da Alemanha de Hitler. É isso que está transformado os grupos de WhatsApp em supostas fontes de informação, em supostos veículos de Jornalismo e há uma boa parte da população que lê notícias que não são notícias e as toma como verdades.

Os grupos de WhatsApp veiculam falsas notícias de supostos sites informativos e formam a sua cognição através dali. Minha pergunta para debate acho que é a grande resposta que deve ser encontrada para campanha de 2022 e para o próprio jornalismo: como combater esse tipo de mentira? Como combater esses grupos que se apropriam da linguagem jornalística para mentir, para construir, ou melhor, para deturpar a cognição pública e constituir e sequestrar uma nova cognição?

Então esse é o primeiro ponto de debate: a linguística.

O segundo ponto que muito me interessa na teoria do Jornalismo e no nosso grupo é um ponto de vista psicanalítico. Eu até escrevi um texto em 2011/2012 que defendia uma teoria psicanalítica do jornalismo, assim como a gente tem até hoje a organizacional, a construcionista etc. Precisamos entender o conteúdo inconsciente que move os produtores de notícia e também a recepção das notícias, que, aliás, é do que trata a teoria do jornalismo: a produção e a recepção das notícias. Por ser um conteúdo inconsciente, é preciso entendê-lo, freudianamente falando. Ou seja, quais são os atos falhos? Quais são os recalques? Quais são os conteúdos inconscientes que movem esses receptores de notícias e que fazem com que eles levem essas notícias a frente? Reparem que, se a gente voltar à questão da Alemanha de Hitler novamente, é possível que 90% ou 95% do povo alemão passasse incólume por uma praça pública onde um judeu estava tendo sua cabeça raspada num palanque. Como isso foi possível? E aí vinha banalidade do mal da Hannah Arendt, a pulsão, o recalque. Como é possível que um ser humano passe por outro ser humano sendo linchado praça pública tendo a cabeça raspada e ainda bata palmas? A justificativa era “ele é judeu”. Essa era a simples justificativa, já que a cognição pública foi construída para torná-lo o inimigo. E daí vem a minha pergunta atual: quem é o inimigo público hoje? Quem é que está sendo constituído como um inimigo público no Brasil de Bolsonaro?

Eu posso ensaiar algumas respostas. Talvez ele seja jornalista, talvez ele seja professor universitário, talvez ele seja artista, ou talvez ele seja cientista. Se você está numa dessas quatro categorias, você provavelmente está sendo linchado em praça pública. E de uma forma não ostensiva, como raspar a cabeça, ou em um campo de concentração, mas de uma forma violenta, sim. Uma violência estratégica desse governo: a estratégia dessa narrativa que se apropria do discurso jornalístico.

Então me parece que, a partir da concepção psicanalítica, a gente tem que entender o que é um alemão ariano na década de 1930 e se regurgitar por que havia aplausos como se fosse uma inquisição. Por que havia isso, não é? O povo se reunia em torno da fogueira para assistir como se fosse um espetáculo público e hoje me parece que uma parte da sociedade deixa que venha à tona aquilo que Freud chamava de seus instintos mais primitivos e suas pulsões mais primitivas, que são o contrário da civilização; portanto, são a barbárie.

Freud definia muito bem o conceito de civilização em oposição ao conceito de barbárie através de dois instrumentos básicos da psicanálise: o princípio do prazer e o princípio da realidade. Para que houvesse civilização, seria preciso que, sobre o princípio do prazer, se sobrepusesse o princípio da realidade e, a partir daí, obviamente, é que os nossos instintos primitivos seriam recalcados para que todos pudessemos ter um contrato social e viver em sociedade, constituir a civilização. É daí que o Freud cria o termo mal-estar na civilização porque é óbvio que o recalque dos instintos violentos que todos nós temos leva a um mal-estar nesta civilização. Mas, por outro lado, é graças a esse Recalque e, graças a esse mal-estar, que nós convivemos e que existe civilização. É graças ao recalque que não estamos na lei do mais forte, não estamos da Alemanha de Hitler. Será que não estamos mesmo?

Essa reflexão nos mostra que cai por terra o conceito civilização no Brasil no momento em que o próprio líder - que é o Bolsonaro - incentiva comportamentos de barbárie, comportamentos que não são civilizacionais. E aí eu vou citar um outro conceito do Freud que é o conceito do narcisismo das pequenas diferenças, que está tanto no *Mal-estar na Civilização* como no *Psicologia de Grupo*. Diz lá, citando, “quando o líder se abstém de seguir os preceitos civilizatórios e propõe a barbárie ele autoriza a população a ser a bárbara, a seguir práticas bárbaras”, e me parece, que a gente está assistindo a todos os “esqueletos” saindo do armário e isso inclui a mentira. Hoje o sujeito mente descaradamente numa CPI. A gente viu o general Pazuello fazer isso, né? Ele mente como se não houvesse amanhã porque sabe que tem uma rede por trás que vai referendar o que ele tá dizendo, um discurso jornalístico a protegê-lo, uma seita a segui-lo. Ele sabe o que tem por trás um presidente da república que vai referendá-lo e um grupo que vai estar com ele se locupletando desse narcisismo das pequenas diferenças.

Esse conceito de narcisismo é quando eu me identifico não com aquilo que sou, mas com aquilo que me difere do outro. Então, se eu for um grupo majoritário heterossexual, eu vou me diferir no outro grupo minoritário homossexual com violência, porque através da construção hiperbólica desse Meu Ego narcísico da pequena diferença ao me diferir do outro, eu me constituo como um indivíduo, como sujeito com subjetividade. É o que faz com que todos esses recalques, esses conceitos violentos voltem à tona no Brasil de Bolsonaro, e voltem à tona nesse discurso jornalístico.

E aí eu vou concluir, tentando explicar, não sei se consegui me expressar muito bem, Leonel, dentro desses dois enfoques teóricos: o semiótico e o psicanalítico. Como se dá o jornalismo de resistência a partir desses enfoques? E aí que tá o grande problema, Leonel. Não é só entender como

constituir os discursos porque a gente sabe como fazer, todos somos todos os jornalistas. A gente sabe o que é um lide, a gente sabe o que é um sublide, sabe o que que é um definidor primário, uma fonte. A gente sabe como constituir uma notícia.

Então não é só o conteúdo, é o formato, é a tecnologia, é a nova forma de se comunicar, a nova forma de fazer jornalismo. Muitas vezes os meus alunos me perguntam se um meme é jornalismo? Essa é uma pergunta que deve ser levada muito a sério. Porque o meme pode ser jornalismo, sim. E o meme tem sido jornalismo nas redes bolsonaristas com muita facilidade porque comunica bem. Então por que não seria no jornalismo de resistência? Por que é superficial? Será que é superficial mesmo ou será que ele pode trazer tantos significados e com tanta possibilidade de êxito que convençam o público cuja cognição foi sequestrada? Será que não vale a pena um jornalismo de resistências se valer de um recurso como é o meme? Ou a gente não vai fazer isso porque somos doutores da academia? Estudamos psicanálise, estudamos Foucault, estudamos Hannah Arendt. Por que não estudar os memes?

Finalizo com uma pergunta para o debate: como o jornalismo de resistência vai ultrapassar seus limites formais sem abdicar do conteúdo? Precisamos nos concentrar na forma como vamos passar esse conteúdo, mas estamos preparados para isso? Ou somos acadêmicos demais? Deixo essas questões para debate já tendo introduzido de forma um pouco confusa minhas pesquisas nos campos linguístico e psicanalítico. Fico aberto para as perguntas. Espero ter contribuído um pouco para o debate. Obrigado.

Leonel Aguiar: Eu agradeço ao Felipe pelas suas excelentes contribuições. Eu estava dando aula hoje na pós-graduação e discutíamos aquele texto clássico da Gaye

Tuchman sobre objetividade, o artigo *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. Sei que sou um professor fundamentado em textos clássicos, organizei um livro pela editora da PUC-Rio denominado *Os clássicos da Comunicação* e baseio minhas aulas em autores clássicos das Teorias do Jornalismo. Mas, para o jornalismo, o meme é a questão contemporânea! O meme é um gene egoísta que quer invadir nossas mentes, quer moldar as nossas subjetividades. Eu me lembrei de novo de Hannah Arendt e seu livro *As origens do totalitarismo*, no qual tem um capítulo onde ela analisa como os grupos nazistas alemães, na década de 1930, foram aprender com as gangues norte americanas suas práticas de atuação: bater, acabar com a reputação das pessoas, intimidar. Por outro lado, ao mesmo tempo em que eles foram lá nos Estados Unidos aprender com essas gangues norte americanas, também foram nas agências de publicidades e nas agências de relações públicas para aprender as técnicas de comunicação. A Hannah Arendt, nesse livro, demonstra que os nazistas foram aprender como fazer comunicação e atuar politicamente. Os nazistas foram exatamente aos Estados Unidos, um dos países mais democráticos do mundo, para aprender com as gangues e com as agências de publicidade e de relações públicas a como atuar no espaço público. Os fascistas de Mussolini faziam esses passeios de motocicletas tal como as gangues de motociclistas dos Estados Unidos. Com esse conhecimento sobre comunicação adquirido nas agências de publicidade e de relações públicas, o nazifascismo conseguiu produzir uma disputa de narrativas sobre os fatos e, principalmente, inventar pseudo-eventos. Walter Lippmann, na década de 1920, por exemplo, analisava essa questão dos “pseudo-ambiente”, dos mapas mentais gerados a sociedade pelos pseudo-eventos. Essa questão que a Hannah Arendt pontua é muito interessante, pois nos

possibilita ver essa semelhança com o fato atual de setores políticos brasileiros que foram aos Estados Unidos para aprender técnicas contemporâneas de comunicação. Uma dessas técnicas que esses políticos realizam muito bem, me parece, é essa estratégia do uso do meme, uma estratégia muito bem articulada.

Mas eu queria voltar nessa questão do jornalismo de resistência antes de abrir o debate. No Brasil do bolsonarismo e na Rússia do Putin, utiliza-se essa estratégia política de dotar o significante de outro significado, conforme o interesse político. Passo a apresentar alguns exemplos dessa apropriação semântica por parte da política fascista. Exemplo 1: termos como “guerra cultural”, que tradicionalmente é um termo de esquerda cunhado pelo filósofo Antonio Gramsci. Exemplo 2: a expressão “tática do entrismo”, sobre a construção de hegemonia na estrutura governamental, expressão que vem de Lênin, do livro *O que fazer?*. Destaco que no capítulo cinco desse livro, Lênin apresenta o plano construir um jornal, isto é, um veículo de comunicação, que seja uma espécie de “centelha” para revolução. Marx já apontava para a importância dessa questão, o jovem Marx principalmente, sobre a importância de os trabalhadores construir seu próprio jornal e a sua própria narrativa. Gramsci também destaca essa questão no livro *Cadernos do cárcere*, especialmente no *Caderno 24*, quando aborda sobre Jornalismo. Seguimos nessa linha teórica com Noam Chomsky e seu clássico *Propaganda política e manipulação*, texto muito interessante, principalmente quando ele discute a cobertura jornalística da chamada ‘guerra ao terror’. Enfim, esses autores, por um viés progressista, demonstram a importância do jornalismo para a construção da liberdade e da cidadania.

O filósofo Michel Foucault, que morreu em 1984, dedicou seu último curso no Collège de France a questão da verdade. Esse curso, intitulado *A coragem da verdade*, demonstra que

Foucault não é mais um desconstrucionista, ele não é mais um pós-moderno como Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Jacques Derrida, para quem a verdade não interessava mais como centralidade da discussão filosófica. Com esse debate sobre a função do “dizer-a-verdade”, o Foucault se torna um neoiluminista, pois ele queria entrar na disputa política sobre essa questão da verdade, que no, meu ponto de vista, está no centro dessa questão do jornalismo de resistência. Então, faço uma série de perguntas para abrir o debate. O que pode ser o jornalismo de resistência, para além do jornalismo dos blogueiros progressistas? O que pode ser o jornalismo de resistência, para além da imprensa alternativa, da mídia livre, da mídia alternativa? Temos aquele excelente livro *Jornalistas e revolucionários*, do Bernardo Kucinski, que discute a imprensa alternativa até 1980. É preciso continuar esse trabalho de pesquisa. Prosseguindo: o que é o jornalismo de resistência, para além do jornalismo praticado pelas agências de checagem de informação, como por exemplo, o trabalho da Agência Lupa e o trabalho do Consórcio de Imprensa que reúne os jornais de referência? O que é o jornalismo de resistência, para além do jornalismo das agências independentes que produzem jornalismo de dados, como a Pública, por exemplo?

O jornalismo de resistência seria o jornalismo de meme? O professor Rosental Calmon Alves, da Universidade do Texas, enfatiza, já há algum tempo, a importância de se ensinar o uso do meme pelo jornalismo. Um parêntesis sobre o professor Rosental: ele foi responsável pelo lançamento em 1995 do *Jornal do Brasil Online*, o primeiro jornal brasileiro na internet; no ano seguinte, mudou-se para os Estados Unidos, onde tornou-se professor na Universidade do Texas, em Austin e também diretor do *Knight Center for Journalism in the Americas*.

Para finalizar, entro nessa perspectiva psicanalítica aqui brilhantemente exposta pelo Felipe. Minha questão: se

vivemos numa sociedade hedonista, em uma sociedade da busca incessante do prazer e da diversão – tem vários autores que vão classificar a sociedade contemporânea a sociedade do entretenimento – é inevitável que o jornalismo informativo também seja contaminado pelo infotimento ou pelo entretenimento. Escrevi artigos sobre entretenimento como valor notícia fundamental no jornalismo, mas reconheço que é difícil para um jornalista vinculado a ideia moderna do jornalismo – produzir informação para a cidadania, jornalismo de qualidade para a cidadania: esse é o paradigma moderno do jornalista – misturar esse ideal do jornalismo informativo do século 19/século 20 com a questão contemporânea ou pós-moderna que pode ser sintetizada, brutalmente, talvez assim: “vivemos para nos divertir e nada que há do âmbito da Razão nos interessa profundamente”. A Filosofia viveu uma luta de 25 séculos em torno da questão da verdade. Os filósofos vão “bater duro” nos sofistas e na opinião, na *doxa*. Tempos depois, 25 séculos transcorridos, parece que a verdade “jogou a toalha” e, contra os fatos e contra a verdade, a opinião supera tudo. Não há, contemporaneamente, contra a opinião qualquer verdade ou fato que possa superá-la.

Então, são essas questões que vivemos na nossa atualidade e isso tem um profundo impacto no jornalismo, nesse modelo atual de jornalismo informativo. Esse modelo também é o modelo de jornalismo de referência, das empresas de jornalismo. Não é o único modelo de fazer jornalismo – eu citei o das agências independente e o das agências de checagem –, mas esse modelo é o que a sociedade consome e consagra, principalmente o leitor interessado. Como diz a Gaye Tuchman, assim como vários outros trabalhos sobre a credibilidade jornalística – por exemplo, das professoras Sílvia Lisboa e Márcia Benetti –, esses leitores interessados vão lá nos sites dos jornais para realizar uma crítica da prática jornalística, de uma matéria do *UOL*, da *Folha S.Paulo*, *O Globo*.

São, no meu ponto de vista, leitores muitos interessados nesses debates públicos envolvendo o jornalismo e seus princípios. Eis algumas questões que eu queria pontuar.

Ana Costa: É mais um pensar junto do que uma pergunta sobre as possibilidades do jornalismo de resistência. Minha pesquisa no Doutorado, sob orientação do Leonel, trata do problema da credibilidade e, nesse sentido, tenho lido bastante ultimamente sobre um movimento das pessoas rejeitarem notícia. É um momento de rejeição de notícia que vem sendo observado de maneira crescente no mundo e que tem muita relação com a descrição que o Felipe fez desses feudos criados no Zap, onde as pessoas acham que o “tio do Zap” está informando e que ele é jornalista. Eu achei muito interessante porque, recentemente, o *Dallas Morning News* abriu um *hub* para 15 cidades onde produziram *newsletters* locais, incorporadas como se fossem editorias próprias de um jornalismo comunitário. Conseguiram aumentar em mais de 20% o engajamento e as assinaturas, pois as pessoas começaram a perceber que, a partir desses dispositivos, elas estavam tendo cobertura jornalística sobre assuntos de seus interesses vinculados ao interesse público. Isso foi extremamente importante na questão, por exemplo, do combate à Covid 19 porque se fez edições traduzidas para o espanhol em comunidades onde a maioria era latina. Tinham uma comunidade germânica; então, se fez essa edição especialmente em alemão. O senso de comunidade se potencializou e esse movimento acabou gerando um engajamento, uma participação mais ampla na questão da cidadania.

O professor Rosental Alves tem um trabalho muito interessante sobre a questão de jornalismo local, apontando o quanto pode ser uma possível saída para a retomada da credibilidade do jornalismo na comunidade e na sociedade. Eu queria saber como é que vocês analisam esse resgate do jornalismo como produtor de informação para a cidadania,

como vocês veem essa retomada do jornalismo local, se essa seria uma possível trincheira do jornalismo de resistência.

Felipe Pena: Eu tinha essas discussões com o professor Denis de Moraes – meu grande amigo, amigo também do Leonel – quando ele ainda era professor da UFF, antes dele se aposentar, e dávamos aulas juntos no Doutorado da UFF. O Dênis gostava muito de um conceito, que não é dele, mas que usava muito, o conceito de glocal, aquilo que é global e local ao mesmo tempo. A literatura trata disso há muito tempo. É o conceito de Tolstói: a minha aldeia é o mundo; se falar sobre a minha aldeia, estou falando sobre o mundo. Me parece que o resgate do jornalismo local em termos de jornalismo de resistência, que eu acho que é o que a sua pergunta enseja, ele só consegue ter alguma efetividade se a gente tiver em mente aquilo que Leonel estava se referindo sobre as novas tecnologias, as novas linguagens e os formatos, mas, principalmente, sobre uma falta de preconceito nosso com o que é esse formato. Porque eu acho que nós, os acadêmicos, acabamos tendo um “pré” juízo sobre memes, por exemplo, enquanto que o professor Rosental já está fazendo um curso de jornalismo de memes. Acho que a professora Ivana Bentes também está fazendo um curso semelhante na UFRJ, trazendo essas questões mais contemporâneas. A Ivana também traz essa questão do jornalismo local para as comunidades, para o jornalismo de comunidade. O resgate dessas comunidades e dos valores dessas comunidades me parece até anterior ao resgate do jornalismo nessas comunidades.

Eu vou te devolver essa reflexão, Ana, com relação ao jornalismo comunitário. Me parece sim fundamental esse resgate, mas fundamental desde que se observe esses preceitos que estão levantados em relação as novas tecnologias e as novas linguagens. Essa é a minha primeira reflexão. Observado esse preceito, é fundamental que se resgate o jornalismo local, pois a vida se dá na cidade; a vida não se dá no país ou no

mundo, embora tudo reflita globalmente. Entretanto, eu te pergunto: será que a gente consegue entender as comunidades as quais a gente não pertença? Faço essa reflexão, que também é uma provocação, porque ouço muitas pessoas dizerem que o Brasil é um país evangélico e os evangélicos votam em Bolsonaro. Eu me pergunto por que esse termo genérico, se já nos preocupamos em entender quem são os evangélicos? Já procuramos entender qual a diferença entre o pentecostal e o neopentecostal? Já procuramos saber quais são as diferentes comunidades neopentecostais que existem no Brasil ou nas nossas próprias localidades? Já procuramos entender quais são as demandas dessas comunidades? Já procuramos entender o que faz com que um sujeito que ganha um salário mínimo, procure uma igreja neopentecostal e doe 20% daquilo que ele ganha, que já não é quase nada, não dá para sobreviver e se sinta bem com isso? É mais um pré-juízo nosso de uma comunidade religiosa que é muito importante, quase a metade do país. Posso até ir ensaiar alguma resposta para vocês: não é só uma religião, é um sentimento de pertencimento, um sentimento de visibilidade. Imagina o sujeito que serve em um restaurante na zona sul do Rio de Janeiro, onde estamos nós, três intelectuais, pedindo um arroz de pato e bebendo um bom vinho e o ignorando totalmente. Chamando-o de garçom sem nem saber o nome dele. Esse sujeito, que é invisível no trabalho, invisível na sua comunidade, invisível no ônibus, é invisível no ponto de ônibus, chega numa igreja neopentecostal e, não só é chamado pelo nome, como o pastor sabe os problemas dele, da filha dele, da mulher dele, da família, ajuda na questão da saúde, ajuda a conseguir uma vaga num hospital público, pois o prefeito é da mesma denominação religiosa que ele. Ali ele se sente acolhido, tem um sentimento de pertencimento. Então, não é só religião: é identidade e estamos ignorando isso por pré-juízos acadêmicos. Então é uma provocação

que eu faço, porque acho que nenhum jornalismo local vai ser bem-sucedido se não tiver inserção nos problemas e nas comunidades que se formam em torno do neopentecostalismo. Precisamos ter um olhar sobre as igrejas neopentecostais e sobre as demandas que elas suprem na ausência, não só do Estado, mas também na ausência da sociedade, que somos nós. Nós estamos ausentes, nós estamos no alto das nossas cátedras estribufando discursos acadêmicos e esquecendo das bases, esquecendo de entender essas demandas e isso me parece fundamental para o jornalismo local: entender que demandas são essas e por que elas estão sendo supridas pelas denominações neopentecostais. Desculpa me estender tanto, mas eu tinha que fazer essa provocação porque eu acho que não se vai a lugar nenhum enquanto não entender essa parte da população que já é mais da metade do país.

Ana Costa: Concordo com você Felipe, mas só para acrescentar. Você fala de formato, linguagem e identidade, um tripé que você elencou para que esse jornalismo local cumpra o papel de jornalismo de resistência. Então, esses exemplos que citei se enquadram nesse tripé, porque eles usam formatos específicos e usam uma linguagem própria, com edições nas línguas nativas daquelas comunidades. Isso é bem interessante, pois conecta com a questão da identidade, já que linguagem e identidade possuem total relação.

Leonel Aguiar: A fala do Felipe remete para a questão das disputas teológicas que existem no país atualmente. O neopentecostalismo tem como a princípio teológico a Teologia da Prosperidade: quanto mais prospero você for no ponto de vista material, mais abençoado por Deus você é. Não estou querendo dar aula de Teologia, mas a questão é muito interessante pois há uma questão política de fundo: os neopentecostais vão avançar exatamente onde a cúpula da igreja católica – que não é a CNBB – “puxou o tapete” dos teólogos da Teologia da Libertação. No Rio de Janeiro,

em Caxias, em Nova Iguaçu, em Nilópolis existiam as comunidades eclesiais de base, as CEBs, que faziam um trabalho de estruturação do campo popular muito importante, inclusive durante a época da ditadura militar e que está na origem de um partido popular de esquerda como o PT. Os dirigentes da igreja católica, mais conservadores na política nacional, perceberam esse avanço e a Teologia da Libertação começou a ser estilhaçada, começou a ser retirada desse seu lugar junto a periferia.

Estamos completando agora 100 anos de Paulo Freire e sua grande lição é que a educação liberta os oprimidos, proposta essa que também está junto com a Teologia da Libertação. Esse é um contexto das décadas de 1960/70/80... em fins dos anos 1980, esse contexto político começa a mudar... No Rio de Janeiro, lembro de uma candidata nas eleições de 1982, militante feminista eleita basicamente com votos de mulheres da zona sul carioca e votos da população em Caxias, porque ela tinha uma militância junto as comunidades eclesiais de base, junto as mulheres ligadas a igreja católica no município do Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A fala do Felipe sobre essa questão me fez lembrar dessa luta política de fundo que aconteceu nesse embate silencioso entre a Teologia da Libertação e a Teologia da Prosperidade.

Patrícia Weber: Eu queria fazer duas provocações. A partir da fala da Ana, sobre a questão do local, tem duas questões que me parecem importante para a questão do jornalismo de resistência. A primeira, seria que grande parte da população desconhece esses meios alternativos para buscar informação e acaba indo para esses sites formais de jornalismo, como UOL, Folha. O que acontece é que esses sites são pagos e quem tem acesso à informação são os assinantes. Temos esse primeiro problema; eu mesma, que eu moro fora do país, não tenho acesso: ou porque é exclusivo de assinantes, ou porque o meu IP não está no Brasil. A

limitação do acesso é muito grande, principalmente para aqueles que não conhecem os sites alternativos.

A segunda questão é o jornalismo de resistência, que, obrigatoriamente, requer uma certa literacia por parte dos receptores. Essa é uma questão que se coloca muito aqui em Portugal e na Europa. Só que, no Brasil, onde as pessoas não sabem às vezes interpretar um texto, essa questão da literacia se torna complexa. Se as pessoas não sabem interpretar um texto, que dirá encontrar, aquilo que o Felipe falava: o que é notícia e o que não é notícia. Essa proposta teria que ser trabalhada muito mais a fundo e teríamos que ter muito mais condição para preparar o receptor – o leitor, o ouvinte, o telespectador – para ele compreender realmente o que é notícia. Pelo que já pesquisei, considero que hoje o jornalismo brasileiro é dos melhores do mundo, muito melhor que o jornalismo feito em Portugal, na Itália, na China não existe....

A informação que se faz no Brasil pode ser muito melhor, pois nós estamos melhor preparados, mas tem a questão da literacia. Podemos fazer o melhor trabalho possível, mas se nós não tivermos uma cultura de reflexão sobre o que é informação, o jornalismo de resistência se torna muito difícil de ser feito. Temos várias questões: do jornalismo local, da rádio comunitária – um trabalho que eu fiz enquanto eu estava no Brasil. É muito bom tentar ajudar as pessoas a entender melhor a mídia, mas a questão é complexa. Enfim, eu queria levantar essas duas questões. Como vocês pensam que isso poderia ser feito, essa questão da literacia, de onde buscar o conteúdo. Literacia é isso também: é saber onde está o conteúdo que eu posso ou não acreditar, se esse conteúdo realmente informa ou apenas é algo muito bem colocado para fazer propaganda política. Obrigada.

Felipe Pena: Eu vejo que um conceito fundamental para isso é um conceito do John Searle, o conceito de signo

interpretante. Estou eu puxando a brasa para Linguística de novo. Me parece que a gente tem uma ausência completa de signos interpretantes na imprensa. Eu, quando vejo o Jornal Nacional falar sobre superávit primário, fico imaginando 90% do público brasileiro entendendo que notícia é aquela: superávit primário, déficit primário, o que é isso? Falta signo interpretante e falta signo interpretante porque não há em uma formação de público, não há uma preocupação em relação a essa formação. Eu acho que passa muito por isso: não é só onde encontrar notícia, não é só onde encontrar a informação e ter acesso a ela, mas é ter acesso a informação de uma forma inteligível, de uma forma em que o signo interpretante esteja presente e que alguém te explique o que está acontecendo.

Se você passar pelas ruas, mesmo em tempo de pandemia, vê uma televisão ligada falando sobre CPI da covid, boa parte das pessoas que estão ali em torno da tevê não está entendendo o que está acontecendo, não está entendendo o motivo dos depoimentos na CPI, porque falta um signo interpretante. Falta alguém que, todo dia, diga nos meios de comunicação que “estamos fazendo uma CPI para encontrar os responsáveis pelo descaso com a saúde pública que levou o país a mais de 450 mil mortos: esse é objetivo da CPI, quem são os culpados por essas mortes?”. Mas não.... Como há esses discursos transversais – e, de novo, eu volto ao tema do sequestro da cognição pública –, esses discursos transversais vão dizendo que “não, isso é política, vão chamar governadores e fazem política”.... Porque falta signo interpretante massacrado diariamente. Então, conseguir acesso à informação não basta: tem que conseguir o acesso à informação e a informação tem que vir carregada de signos interpretantes que explique para aquele público que informação é aquela. Isso me parece que está sendo bastante deficitário também, não há uma preocupação de se fazer isso. Talvez o Leonel possa complementar melhor.

Leonel Aguiar: A Patrícia levantou são duas questões interessantes. A primeira é essa a questão do acesso aos sites alternativos do jornalismo de resistência. A segunda é a literacia por parte dos receptores. Creio que essa questão se une a outra: o jornalismo se aprende nas escolas de jornalismo de nível superior, na formação superior em jornalismo. Além disso, a posição crítica em relação a comunicação e ao jornalismo, chegou propor a – nos moldes da Sociologia e Filosofia – uma formação de jornalistas também para dar aulas no ensino médio de Crítica da Mídia e do Jornalismo. Essa ideia de formar quadros docentes para atuar no ensino médio e no ensino fundamental é uma boa proposta para o combate à cultura de desinformação das *fake news* e da mentira. A mentira enquanto estratégia de governo voltou com carga máxima, no sentido de governos mentirem deliberadamente. Instâncias governamentais mentirem o tempo todo abertamente é uma novidade contemporânea que só via nos extremos do totalitarismo. Mas essa é uma luta que não é só dos jornalistas e pesquisadores da comunicação: o combate às *fake news* e mentiras é uma luta que cabe a toda a sociedade.

Agradeço imensamente a todos e todas aqui presentes, que deram seu tempo para estar aqui conosco nesta *live* da Intercom

Felipe Pena: Eu também só queria eu queria agradecer. Eu, assim como você, tenho também muito orgulho de pertencer a Intercom durante todos esses anos e de fazer parte da diretoria nos últimos seis ou sete anos; de ter fundado esse grupo de Teoria de Jornalismo junto contigo com Mônica Martinez, com Marcos Paulo, com tantos pesquisadores com os quais a gente tem tanta interlocução. Eu fico pensando como será daqui a dez anos... Porque, daqui a dez anos, alguém vai olhar para a Intercom de 2021 e vai perguntar: que tema vocês alocaram em 2021, quando havia um governo profascista no Brasil? E nós vamos poder responder: nós temos comunicação e resistência!

Eu acho que isso é fundamental, porque a história – e isso é um velho clichê – vai julgar e, quando a história vier a julgar, ela vai querer entender aqueles que se dizem neutros. A gente sabe que quem está neutro, está sempre do lado do opressor. Não é preciso estudar Paulo Freire para saber disso: os famosos neutros estão do lado opressor. Então, quando a história se debruçar sobre o que as entidades de pesquisa e as entidades jornalísticas faziam, se vai verificar que nós estávamos resistindo. Porque é isso que se faz em 2021: resistir! Resistência é o único caminho!

Nós vamos resistir como jornalistas, como professores, como cientistas, como inimigos do Estado que somos nesse momento. Nós somos os inimigos do Estado, no Brasil de Bolsonaro em 2021. Nós também somos aqueles que vamos resistir a esse governo profascista e somos aqueles que darão a resposta nas urnas no ano que vem.

Leonel Aguiar e Felipe Pena: Resistiremos, nós somos a resistência!

Referências

AGUIAR, Leonel. Entretenimento: valor-notícia fundamental no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n.1, p. 13-23, 2008.

AGUIAR, Leonel.; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life, 2018. 435 p. Disponível em: drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1968.

CHAGAS, Viktor. **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Salvador: EdUFBA, 2020.

CHOMSKY, Noan. **Mídia**. Propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KLEMPERER, Victor. **LTI - a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo; EdUSP, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 1, p. 51-62, jan./jun. 2017.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PENA, Felipe. O jornalismo literário como gênero e conceito: por uma teoria psicanalítica do jornalismo. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 2, p. 185-198, jul./dez. 2009

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nélson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 61-73.

Música, ativismo e resistências nas disputas da cultura pop: diálogos com Adriana Amaral, Cíntia Sanmartin Fernandes, Mercedes Liska e Simone Pereira de Sá

NADJA VLADI GUMES

ADRIANA AMARAL

CÍNTIA SANMARTIN FERNANDES

MERCEDES LISKA

SIMONE PEREIRA DE SÁ

O GP de Comunicação, Música e Entretenimento da INTERCOM se prepara para comemorar, em 2022, 10 anos. Desde a sua criação, o GP organiza uma rede de pesquisadoras e pesquisadores de comunicação e música que tem se alargado e se fortalecido ao longo destes anos. Essa rede tem desenvolvido diversas reflexões sobre a música e seus processos comunicacionais trazendo questões como sonoridades, distribuição e consumo musical, interseccionalidade, ativismo, sexualidades, formas de escuta, territorialidades, a relação de artistas e fãs, com trabalhos que trazem novas pistas metodológicas e diferentes abordagens para o campo.

Neste contexto temos organizado alguns eventos como o *Simpósio Madonna 60*, organizado por Thiago Soares, em 2018. Em 2020 fizemos a primeira temporada do *Seminário Som e Música em Tempos de Pandemia*, com a organização de Marcelo Conter (IRFS), e em 2021, fizemos a segunda temporada do Seminário, com mesas que reuniram diversos

pesquisadores da rede como Jeder Janotti Jr (UFPE), Micael Herschmann (UFRJ), Liv Sovik (UFRJ), Luciana Xavier (UFABC), e a nova geração formada nestes encontros e no alargamento da rede como Tobias Queiroz (UERN), Victor Nobre Pires (UFAL), Winglisson Tenório (UFPE), Karina Moritzen (UFF), Cássio Borba (UFRGS), Camila Freitas (UFRGS), Mário Pinho (UFPE).

Também participamos da 2ª temporada da série Lives Cátedra Intercom, em 2021, na qual reunimos as pesquisadoras Adriana Amaral (UNISINOS), Cíntia Sanmartin Fernandes (UERJ) e Simone Pereira de Sá (UFF), que são fundadoras do nosso GP, e a nossa convidada especial, a pesquisadora e etnomusicóloga argentina Mercedes Liska, da Universidade de Buenos Aires, na mesa *Ativismos Musicais: espaços de emergências e resistências*.

Reunimos aqui neste texto pequenas entrevistas¹ com as pesquisadoras a partir das suas apresentações na Lives Cátedra Intercom de 2021 no qual as convidadas aprofundam questões ligadas aos ativismos musicais abordando a relação entre música, fãs, artistas, espaços públicos, corpo, sexualidades e gêneros. As quatro pesquisadoras trazem importantes contribuições aos estudos da comunicação, música e entretenimento com trabalhos que se voltam para os fenômenos culturais contemporâneos como a relação dos fãs com os artistas, o corpo, a cidade, a música, as sexualidades, os movimentos feministas, o papel dos *haters*, dos cancelamentos e dos ativismos, mostrando a potência política dessas pesquisas.

Adriana Amaral: “Política e entretenimento/cultura pop se mostram cada vez mais indissociáveis”

Adriana Amaral é pesquisadora e professora de cultura pop, comunicação e tecnologias. É líder do CULTPOP - Laboratório de Pesquisa em Cultura Pop, Comunicação e I. As entrevistas foram feitas por Nadja Vladi via e-mail.

Tecnologias e coordenadora do GT Moda & Cultura Pop do Colóquio de Moda. É uma das autoras, entre outros, do livro “Mapeando Cenas da Música Pop”. A partir da sua apresentação “Expandindo a noção de ativismo de fãs: disputas, posicionamentos de artistas e cancelamentos”, aponta os novos questionamentos sobre música, fãs e artistas.

Quando você traz a ideia de expansão da noção de ativismo de fãs e a construção de conhecimento a partir dos estudos de fãs no contexto brasileiro, gostaria que nos explicasse como esse conhecimento tem se mostrado cada vez mais relevante nos estudos da comunicação?

A ideia de ativismo de fãs vem desde a década de 2010 em diante sendo pensada como uma categoria potente de leitura de fenômenos que relacionam entretenimento e cidadania a partir de um conjunto de práticas que introduzem questões políticas, sobretudo focadas em minorias na relação entre as indústrias criativas e suas audiências. Essas práticas datam desde as origens dos fandoms que procuravam de alguma forma entrar no jogo micro-político através de ações coordenadas e campanhas coletivas sobretudo no debate por mais representatividade.

Desde 2016 por exemplo, autoras e jornalistas têm resgatado histórias e trazido visibilidade às fãs mulheres da franquia Star Trek nos anos 1960 e 1970, que são apontadas como pioneiras desses movimentos a partir de suas lutas por maior participação feminina nas convenções de cultura pop e na produção de *fan-fiction* LGBTQI+ entre outras coisas. Apesar disso, o senso comum e a mídia tendiam a ver a audiência de uma franquia como essa como predominantemente masculina.

Por outro lado, a partir da popularização da internet nos anos 2000 em diante, esses grupos passaram a se organizar de forma mais intensa e se utilizando das potencialidades dos ambientes digitais como no uso de hashtags e outros tipos de

mobilizações que muitas vezes tiveram reflexo nas ruas. Em 2015 publiquei o artigo em que mapeamos algumas práticas de ativismos de fãs que apareciam na internet e nos protestos de Junho de 2013 e ali pudemos observar as formas como os diferentes grupos de fãs liam “textos” como Harry Potter, Dr. Who entre outros e traziam suas próprias interpretações para o contexto político brasileiro. O interessante é que já naquele momento contradições e polarizações apareciam nas “falas” e discursos. Quando falo dessa expansão é porque agora em 2021, o contexto é ainda mais complexo e acirrado, além de ter havido um espalhamento e ampliação de práticas de contra-resistência das próprias plataformas digitais. Nesse sentido é preciso repensar de que maneira o termo se transformou.

Para além disso, o próprio campo de pesquisa se ampliou. Acredito que esse conhecimento é central na forma como acontecem as mobilizações em torno de uma controvérsia. Política e entretenimento/cultura pop se mostram cada vez mais indissociáveis a partir de vários acontecimentos, seja na cobrança de posicionamento de artistas pelos fãs como no caso de Anitta ou nas disputas entre fãs e artistas que se posicionam nas redes a favor e contra o governo Bolsonaro, por exemplo. Acredito que ainda precisamos avançar em como analisar esse tipo de fenômeno cheio de contradições e nuances, além da própria articulação entre diversos campos e saberes: as questões específicas da ordem das materialidades das plataformas digitais; o contexto sócio-político; questões interseccionais de raça, gênero, idade, etc; as questões culturais, musicais, sonoras, estéticas relacionadas aos artistas e suas biografias; a circulação midiática desses discursos e performances e claro os próprios fãs. Todos esses elementos - e muitos outros que eu possa estar deixando de fora - nos ajudam em uma compreensão maior da sociedade brasileira e da própria área.

Por que observar este fenômeno é fundamental para entendimento da cultura contemporânea?

Como falei antes, a partir desses embates e “tretas” conseguimos traçar algumas leituras. Os boicotes e cancelamentos foram uma ferramenta de pressão política importante e utilizada por várias minorias em determinados momentos, mas são ressignificados nesse contexto das redes. O próprio termo cancelamento muitas vezes acaba se misturando - ou sendo confundido e utilizado - como cyberbullying e linchamento virtual retirando a potência criativa do mesmo, muitas vezes até pela imprensa. Por outro lado, também são limites muito tênues e utilizados como táticas por diversas esferas do debate político, da esquerda à direita.

Você vem desenvolvendo um mapa sobre as categorias que aparecem mais nestes estudos. O que precisamos prestar atenção do ponto de vista da análise dos estudos da música e da comunicação?

A partir do mapeamento bibliográfico dos estudos de fãs no Brasil² elencamos em torno de oito temáticas centrais que aparecem nos trabalhos: Hábitos de consumo, Organização e comportamento de fãs, Produção de conteúdo de fãs, Construção de identidade, Nostalgia, Relações com as mídias, Celebrificação e Ativismo de fãs e política. Observamos também que no país os estudos enfocam de forma mais intensa fãs de música e fãs de séries e/ou programas de TV o que já nos indica a importância dos estudos de música nesse contexto.

Esse diferencial é bastante interessante em relação aos estudos “clássicos” norte-americanos e europeus que trabalham de forma geral muito mais com as questões de fãs voltadas às grandes franquias transnacionais. A presença da música nesse contexto nos gera uma série de questionamentos

2. Esse estudo foi realizado pelas Bolsistas de Iniciação Científica Manuela Massochin, Bianca Nunes, Bruna Mombach e Stephanie Muller conjuntamente comigo e com a doutoranda Tatyane Larrubia.

também tendo relações diretas com as diferentes cenas e gêneros musicais - não há como generalizar. É um tipo de fandom bem menos homogêneo nesse sentido.

Dentro da comunicação tem crescido o número de trabalhos de pesquisa sobre ativismo de fãs. Quais respostas são possíveis para pesquisas de comunicação e música a partir de olhar sobre a cultura de fãs? Qual a relevância que essa cultura tem hoje inclusive possibilitando essa mudança de foco do artista para o fã, em alguns casos?

São várias questões que ainda precisam ser abordadas, sobretudo no que diz respeito a questões interseccionais relacionadas aos fãs, de que fã estamos falando? Desde as questões raciais, de gênero, etárias, geográficas, entre tantas outras categorias que são complexas e na maior parte das vezes contraditórias - como nos embates políticos, por exemplo. Um aluno me mostrou um rapper monarquista no YouTube e os comentários de vários fãs, alguns também assumindo essa postura política, outros criticando. São muitas camadas para reflexão. Também não acredito em uma mudança de foco do artista totalmente para os fãs. Os estudos de música prescindem de todas as abordagens, acredito que os trabalhos mais interessantes consigam mostrar a relação entre ambos.

No caso da performance, por exemplo, é preciso entender sua co-construção entre artistas, plataformas e fãs. Outra questão interessante que tem surgido diz respeito às práticas e ao trabalho dos artistas e fãs em meio a toda essa produção de conteúdo digital. Os tipos de trabalhos que os fãs de K-Pop produzem por exemplo, organizando maratonas de *stream* nas plataformas para “ajudar” os ídolos, movimentos como #freebritney e outros. Apontamos como esse tema ainda é pouco trabalhado nos estudos de música no artigo³ que publiquei com Rafael Grohmann em 2020.

3. revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27493

Em certa medida os ambientes digitais são responsáveis por esse protagonismo dos fãs na cultura contemporânea. E na sua pesquisa você tem observado a mediação das plataformas de redes dando conta da mediação algorítmica. Como podemos entender essas materialidades? Você poderia nos explicar melhor porque isso acontece e quais são as tensões criadas aí e também as negociações? E como dar conta dessa mediação algorítmica nas pesquisas sobre música?

Acredito que existam várias camadas de mediações sejam elas infraestruturais, culturais, econômicas, sociais, etc. É interessante observamos que na década anterior tais questões funcionavam muito a partir da categorização e curadoria dos usuários, como nos processos de folksonomia e por exemplo e hoje estão muito restritas ou praticamente inexistem dentro da maioria das plataformas de streaming de música que se pautam mais pelo like e compartilhamento entre outras medidas de “awareness”. Nesse sentido, observamos que há casos de muita desigualdade nessas plataformas, o que ficou muito agravado com a situação da pandemia. Não sabemos exatamente os critérios algorítmicos de uma plataforma como o Spotify ou Tidal por exemplo. Há muito menos recomendações para artistas mulheres. Toda a questão da centralidade das playlists. Há também a questão do baixo ou quase nulo pagamento para os artistas.

A tese de doutorado do Felipe Estivalet defendida em março deste ano na Unisinos por exemplo mostra que mesmo em cenas como a do rock alternativo que supostamente estaria mais relacionado com uma plataforma como o Bandcamp que dá um pagamento mais justo aos músicos, eles se mostram muito conformados com a questão do Spotify. Por outro lado, também ele demonstra que há diferentes formas de escuta para diferentes artefatos materiais e em diferentes ambientes - dos shows às plataformas digitais. Obviamente nesses processos

de exclusão há também brechas como podemos observar na pesquisa⁴ recente que o Spotify lançou sobre os fãs da plataforma, no qual indica que a América Latina é o lugar onde mais se escuta música nova.

Sobre as materialidades em si acredito que precisamos nos debruçar sobre as relações cada vez mais borradas entre gêneros musicais a partir das pistas dos usuários/fãs bem como dos artefatos audiovisuais, integrações com outras plataformas, e features como playlists e outros. Entender essas conexões entre produção, circulação e consumo é central.

Os estudos dos ativismos dos fãs inicialmente focaram na relação entre entretenimento e cidadania. No momento você diz que tem se interessado pelo ativismo das subculturas da extrema direita relacionada a música. Como você tem pensado essa questão? Inclusive na sua fala você cita a relação dos invasores do Capitólio, em Washington (EUA) com o heavy metal. Gostaria muito de te ouvir mais sobre essa perspectiva destes ativos da extrema direita e se no Brasil a relação se dá com quais gêneros musicais e o que isso pode nos dar de respostas em relação a estes movimentos?

Embora seja uma dilatação chamar esse tipo de movimento de ativista, observamos que em termos de práticas e de performances nas redes há muitas correlações, obviamente não em termos ideológicos. Os estudos sobre subculturas extremas sempre apontaram relações entre gêneros musicais e radicalismos, mas eram muitas vezes confinados ao underground, nichos etc como bandas de metal nazista ou hardcore xenofóbicas por exemplo. O que observamos agora é que com teorias conspiracionistas como QAnon e outros tipos de negacionismos isso acaba vindo à tona a partir de fóruns como Reddit e outros para a internet como um todo e até para as ruas, como no caso dos invasores do Capitólio.

4. fanstudy.byspotify.com

Esse trabalho que eu citei está ainda em desenvolvimento junto com o colega Ronaldo Henn. Nossa hipótese inicial é que tais subculturas se articulam tanto a partir desses movimentos calcados na desinformação online quanto de um imaginário visual e da moda que hibridiza grupos distintos tradicionalmente relacionados às subculturas e à cultura pop como os headbangers (ligados ao gênero musical Heavy-Metal, inclusive Jon Schaffer, guitarrista da banda de metal Iced Earth foi preso nessa invasão⁵, Neo-Vikings, Cosplayers entre outros. Além disso, entendemos que elementos como camisetas de personagens de quadrinhos e as camisas polo da marca Fred Perry, além de chapéu de bisão, símbolos do Império Romano, bandeiras dos confederados e outros elementos simbólicos tribais e nacionais enfatizam as questões de gênero e de defesa de um masculinismo tóxico ao mesmo tempo em que remetem a imagens que circulam no cinema, no audiovisual, nos quadrinhos e em outros produtos da cultura pop.

Em relação ao Brasil também acontecem esses movimentos de cooptação/hibridização, basta observarmos os usos que a estética do subgênero musical vaporwave (que inicia como crítica ao capitalismo) e depois é apropriada por membros do bolsonarismo nas redes e os passeios de moto do presidente com grupos relacionados a algumas alas do rock. Também convém lembrar que Pedro D'Eyrot, um dos fundadores do grupo de funk carioca Bonde do Rolê é também um dos fundadores do MBL. Essas questões perpassam todos os estilos e gêneros musicais. Nesse sentido, vejo relações que têm a ver com disputas de narrativas, sentidos e usos táticos das redes digitais e também de apropriações de estéticas.

O ativismo se mostra como um lugar de disputas, contradições, relações. Dentro deste ambiente, como fica a relação entre fãs, indústria do entretenimento, artistas e plataformas?

5. tenhomaisdiscosqueamigos.com/2021/01/17/jon-schaffer-iced-earth-prisao

Esses embates se dão em vários planos e até mesmo dentro dos próprios grupos de fãs, não só entre as indústrias e fãs, artistas e plataformas. Um exemplo interessante que apareceu num debate do meu grupo de pesquisa foi que recentemente os fãs do Twitter da ex-BBB21 Juliette estavam reclamando que ela dava mais atenção aos fãs do Instagram por conta de suas lives em vídeo do que aos fãs do Twitter, que segundo eles foi quem mais votou e interagiu em seu favor para a vitória no reality show. Chegaram a utilizar o termo “greve dos cactos” (como se intitulam os fãs dela), um termo tradicionalmente relacionado com o mundo do trabalho e da política, caso ela não interagisse com eles.

Por outro lado, também vivários artistas e influenciadores se pronunciando sobre a presença dela em praticamente todas as lives musicais juninos, com Gilberto Gil, Elba Ramalho e outros artistas, alguns falando bem, outros criticando esse “excesso” que tira visibilidade de outros músicos, então vemos aí que é um acontecimento que reverbera várias disputas e debates. Dessa forma é bem interessante perceber esses desenhos.

Cíntia Sanmartin Fernandes: “Corpo é comunicação”

A pesquisadora e professora Cíntia Sanmartin Fernandes, vice-coordenadora do nosso GP, investiga comunicação e culturas urbanas. Atualmente é coordenadora e líder do grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade (CAC/UERJ) e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM-UFRJ). Dentre suas publicações mais recentes, destacamos “Cidades Musicais” e “Música nas ruas do Rio de Janeiro”. Cíntia Sanmartin Fernandes trouxe a fala “Performances dissensuais: os corpos festivos como ato (trans) político na experiência urbana”. Nesta entrevista ela aprofunda mais as questões que trouxe na live sobre corpos, espaços públicos e dissensos.

A pesquisa que você vem realizando é interdisciplinar e atravessa a comunicação, os estudos da música, os estudos da cultura urbana. Mas percebo que o corpo tem tido um protagonismo nas suas reflexões. E me parece cada vez mais fundamental um olhar sobre o corpo nos estudos da comunicação para entender os fenômenos contemporâneos. Gostaria que você falasse um pouco destes estudos do corpo e da cidade e por que este olhar é decisivo nos estudos comunicacionais?

Corpo é comunicação. Se considerarmos que em latim as palavras *communitas*, *communio* e *communis* referem-se a um compartilhamento e a uma troca podemos compreender o corpo enquanto um espaço comunicacional. Assim, o corpo pode muito mais do que a racionalidade própria da linearidade discursiva de eventuais militâncias políticas ou corporativas, espaços que - embora tenham a força categorial de simbologias ideológicas e panfletárias - são de escassa vivência expressivo-comunicativo. Vivências estas que se expressam de diversas formas e diversos gozos corpóreos que vão desde o uso dos *piercings*, passando pelas tatuagens, pelo *body building* entre outros como bem nos aponta Santaella (2004) quando nos convoca a olhar para o corpo como um “sintoma da cultura”, como “ancoragem entre o gozo e os imperativos da vida em sociedade” (2004, p.141). Ou seja, como um ancoradouro comunicacional.

O corpo em minhas pesquisas segue sendo pensado como “próprio”, vivente, onde vibração, criação e gestualidade corporal representante de um universo de não separação do material com o sensorial/sensitivo/espiritual. Comunicação que porta uma ideia de estrutura tempo/espacial e um volume. Volume que ocupa e se desloca intercambiando sentidos com a cidade, por vezes reconfigurando-a, redesenhando-a, requalificando-a. A apreensão do corpo/cidade faz perceber que a definição de espaço como apresentada por Greimas

e Courtés (2008, p. 178) promove a união destas duas dimensões espaciais pois, “a definição de espaço implica a participação de todos os sentidos, e exige que sejam tomadas em consideração todas as qualidades sensíveis (visuais, táteis, térmicas, acústicas, etc.)”. Ou seja, o corpo está e é espaço. Espaço dinâmico!

Assim, elegi a dinâmica e a relação entre sentido e corpo. Penso a experiência cidadina a partir da não separação corpo (sentidos) e espírito (razão). Desse modo, as práticas sociais e as relações corpo/cidade podem ser apreendidas (qualidades plásticas/ pressupondo a co-presença/ contaminado pela dimensão sensível das materialidades) e não apenas lidas (encontrar as marcas figurativas/ legíveis/ convencionais/ determinadas).

Essa dimensão fenomenológica e empática da corporeidade fornece elementos vivos para análises que não precisam se limitar a tomar o corpo como objeto a que se atribuem valores externos, mas podem tomá-lo de modo orgânico como aquele componente essencial dos vínculos sociais, fonte primeira de atrações e repulsões, influxo a que se conectam afetos e valores. O entendimento sobre a corporeidade dependeria então de compreender o corpo como aquele que adquire “uma opacidade, uma espessura, um volume próprio, e torna-se para o sujeito um dos lugares da própria emergência do sentido – do sentido apreendido ao mesmo tempo como *configuração inteligível* e como *presença sensível*.” (LANDOWSKI, 2004, p.285).

Desse modo, assumo (ao lado de muitos outros pesquisadores) que pensar o espaço de uma cidade é refletir a partir de concepções que considerem essas dimensões apresentadas. A comunicação olhada pela sociologia do cotidiano e do imaginário, junto a sociosemiótica, oferecem este caminho epistemológico, pois permitem compreender e analisar através de uma semiótica das situações, ou seja,

construir com fazer com os agentes imbricados em suas práticas e usos dos espaços da cidade.

Nesse sentido, há uma mudança da figura do próprio pesquisador no percurso do seu sentir e compreender as enunciações que são da ordem do vivido. Sentir a presença dos sentidos numa relação do sentido e não sentido, significa ultrapassar as teorias e métodos dualísticos tanto das ciências naturais, que compreende o corpo desligando-o do sentido atribuído pelo sujeito, analisando-o a partir de uma exterioridade objetiva, ou seja, como um “corpo dessemantizado”, quanto das ciências humanas, fundadas num conhecimento que parte do “sentido desencarnado”⁶, de um conhecimento subjetivado, também exterior só que desligada do corpo. O que para mim foi, e segue sendo, muito importante é analisar as interações corpo/cidade não somente como um aparato programado e planejado, mas como um espaço de comunicabilidades dinâmicas que se dobram e desdobram infinitamente construindo espaços comunicantes de diversas e diferentes culturas.

Você poderia nos falar um pouco dessa potência dos corpos políticos nos espaços urbanos. De que formas esses dissensos, essas insubordinações corporais reescrevem as paisagens urbanas e formam um contraponto estético ao estabelecido? Em São Paulo e no Rio de Janeiro encontramos experiências sócio/espaciais/temporais deflagradoras desses processos de re-invenção e re-criação urbanas. É possível dizer que os seus estudos sobre a cultura musical da rua têm trazido respostas sobre questões ligadas aos conflitos que se dão a partir das resistências destes corpos a subalternização imposta pela colonialidade, heteronormatividade, patriarcado? Como essas questões entram na sua pesquisa?

6. Ver E. Landowski, “ Faire Signe, Faire Sens, régimes de signification du corps”, in *Passions sans nom*, Paris, PUF, 2004, p. 77-92 ; Do mesmo autor *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Venho refletindo sobre essa questão. Esse corpo-pesquisadora não é um corpo qualquer, é um corpo marcado por um saber-poder localizado. Como nos orientaram Haraway (2019), Messeder (2020), Lugones (2020) e Gonzales (2020), assumo minha condição de pesquisadora branca que cresceu e viveu em grandes centros urbanos e estudou em universidades fundadas em saberes eurocêntricos, moderno-coloniais. Localizada em minha condição, busco interagir com os diversos grupos que interatuam nas cidades, de modo a ter presente o “perigo da colonialidade” (QUIJANO, 2002) na construção do saber-pesquisa. Sem perder essa condição, entendo que o ato de “corpografar” os espaços das cidades trazem em si um movimento duplo: a) a prática de mapear as marcas dos corpos por toda a cidade torna possível desenhar um mapa sensível dos corpos – para desenhar uma corpografia imaginária; mas, também, b) a prática de vagar, derivar ou flunar é em si um meio de corpografia do espaço. Em outras palavras, é um ato estético! Isso deixa rastros na cidade. E às vezes altera o olhar dos transeuntes devido ao modo como meu corpo-pesquisadora transita e se desenha no espaço urbano.

O que venho observando é que novos e outros mapas-sensíveis passam a ser vividos e comunicados na experiência cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, marcados pela experiência e presença desses femininos. Outros modos de comunicar emergem redefinindo os espaços da cidade e seus imaginários, apontando para a potência das territorialidades desses corpos na cidade. Esse ato de corpografia feminina urbana revela-se justamente no processo de “grafia” dos corpos com/na cidade. Gostaria de ressaltar que essas corporeidades têm habilidade de fissurar imaginários estereotipados dos territórios, tensionando a abertura de produção de imagens, músicas e outros significados. Essa potência estético-política, ou “potencialidade estético-

comunicativa”⁷⁷ (FERNANDES, 2009) expressa-se de diversas formas. As fronteiras, simbólicas e físicas das rodas e festas investigadas são delimitadas pelos corpos que dela participam: agentes e histórias que constroem e atualizam um lugar na trama urbana. Com isso quero dizer que os diversos femininos inscrevem a cultura nas ruas através dos corpos e suas extensões: canções, palavras, ritmos lentos e vozes são desdobramentos da corporeidade que completam a sua dimensão simbólica e reforçam a performance enquanto ação sociocultural de afirmação e transformação das ruas. Assim, os desdobramentos do corpo na performance das rodas, festas ou cortejos festivos colocam em evidência a tomada temporária do espaço da rua em um sentido material e simbólico, atualizando e reinventando outros imaginários possíveis.

A imersão nos espaços ocupados pelos corpos femininos em festa, por exemplo, do Centro do Rio de Janeiro, demanda de antemão enfrentar que se trata de territorialidades distintas e transitórias que não estão determinadas pelas sub-regiões que compõem o delineamento administrativo do território. Regiões como Largo da São Francisco da Prainha, a Praça

7. Potência, não apenas racionalizável, mas sensitiva, afetiva, emocional, possibilitada pela estética mundana. Estética que aproxima e comunica as diferentes comunidades dentro da globalidade da cidade, na qual a comunicação, seja por qual meio se dê, é a garantia do estar-junto mais primário, independe de contratos sociais e ações deliberativas; é uma agregação e união que não representa o “estar moderno” institucional, está na base societal compondo o húmus. Faz-se necessário apontar que “estar em comunhão” não significa não conflito. A potência individual ganha força coletiva no exercício hermenêutico comunitário, em que o sentimento, o sensível e o imaterial convivem com o racional, e que ao longo do tempo criam uma organicidade, um enraizamento comum. Contudo, esta “centralidade subterrânea” é dinâmica, e por isso revela tanto o mistério da perdurância de alguns laços societários, como o abandono, através da errância, de possíveis “seguranças” sociais. Assim, junto às diversidades latentes no cotidiano, emerge a ideia de complexidade e conflito. Devemos aceitar, então, que, ao contrário do que propõe o discurso moderno, vivemos num cotidiano repleto de grupos (tribos) que vão se reconhecendo nos espaços onde se relacionam, ajustando-se “bem ou mal entre si”. A potência estético-comunicativa, o exercício de provocar e ser provocado, por imagens, sons, palavras escritas ou textos gráficos, circulam pelas ruas e pelas redes sociais e técnicas possibilitando que diversas comunidades ampliem suas possibilidades temporais, tendo a oportunidade de aumentar ou reduzir o tempo, de preservar ou comunicar suas sabedorias, seus desejos, suas práticas sexuais, raciais, de gênero, seus interesses societais.

Tiradentes, a Lapa, a Praça XV e o Porto configuram espaços sônico-musicais que se constituem, em certas experiências, em rede, de forma temporária e nômade.

Portanto, compartilhando da perspectiva de pesquisadores pertencentes aos Estudos de Cidade, Som, Música, Imaginário, Culturas Urbanas e Sociologia do Cotidiano e do Sensível, sigo considerando que os encontros presenciais promovidos pelos encontros musicais são relevantes para a sociedade contemporânea, e que as razões de esses eventos estarem ocupando um lugar tão significativo junto às culturas urbanas – onde o ativismo musical invade os espaços públicos tensionando os modos tradicionais de ocupar a cidade – vêm promovendo um movimento que pode indicar a presença de um conjunto de iniciativas “heterotópicas”⁸.

Justamente, devido à sua grande capacidade de capilaridade e mobilização social, as expressões musicais – como manifestações estéticas e políticas – muitas vezes vêm permitindo a construção de “territorialidades sônico-musicais” que alteram continuamente o ritmo urbano, resignificando o cotidiano, o imaginário e, em certa medida, as relações entre os atores no espaço urbano, principalmente quando esses estão presentes em áreas públicas das localidades.

Se, por um lado, o planejamento financeiro e tecnocrático tradicional da cidade propõe a tentativa de regulação (como polícia) dos ritmos e dos espaços urbanos para o fomento do capital; por outro lado, a rua e suas dinâmicas “moleculares” (GUATTARI, 1977) podem apresentar cenas alternativas que escapam a essa lógica funcionalista e excludente, investindo em políticas de socialidades, encontros e reconhecimentos,

8. Emprego essa noção de heterotopias não exatamente no sentido foucaultiano – como conjunto de práticas, na maioria das vezes, a serviço do biopoder (FOUCAULT, 2013) – e mais no sentido utilizado por Léfèbvre (2004) como iniciativas potentes, capazes de produzir “linhas de fuga” (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

isto é, em espaços festivos de proteção e de expressão de ativismos, como no caso dos pequenos eventos de rima do *Slam das Minas* (apresentando-se como formas políticas).

O exemplo do mundo da rima carioca, protagonizado pelas mulheres, sugere dinâmicas estético-políticas relevantes para desenhar um “sistema aberto de cidade” – que colocam em evidência uma diversidade cultural para além do “cartão-postal” da cidade globalizada e cosmopolita –, a qual “resiste” a ser simplesmente reduzida ao imaginário de uma cidade voltada ao entretenimento e ao turismo elitizado; aos padrões estéticos predominantemente heteronormativos e racializados.

A relevância das “performances dissensuais”, produzidas nas rodas e festas nas ruas da cidade pelas “minas”, criam “lampejos” relevantes no espaço urbano muitas vezes sombrios. Esta perspectiva está sendo válida para compreender que a potência política das experiências das “culturas sonoras de rua cariocas” segue expondo fragmentações na ideia do “corpo social” da cidade do Rio de Janeiro, isto é, vêm indicando a existência de dissensos, controvérsias e desacordos nas formas de inserção (ou exclusão) e dos processos de significação dos corpos femininos na cidade.

Nasua falavocê traz o termo “performance dissensuais” como outra forma de habitar as cidades e de existir. Especificamente aqui queria entender como os corpos das mulheres dos/das trans provocam esses dissensos? E como a música se habilita como ferramenta política para a abordagem desses corpos contra as subalternizações?

Seguindo o campo das cotidianidades como perspectiva fundamental da cidade, as cenas festivas musicais urbanas apresentam e deslocam as corporeidades femininas do lugar de passividade e submissão para o de atuação e presença nos ambientes de festa, possibilitando o deslocamento dos discursos essencialistas sobre sexo, raça e gênero,

constituidores das relações sociais da sociedade brasileira. O que se revelou ao longo dos últimos anos de pesquisa nas ruas do Rio de Janeiro é que corpos femininos, não binários, transgêneros, negros e precarizados seguem em aliança provocando deslocamentos políticos a partir de suas performances em festas e rodas urbanas.

Essa perspectiva não essencialista desses corpos foge da lógica binária forjada pelos discursos e narrativas modernas, possibilitando a aproximação da perspectiva de Duvignaud (1983), para quem as festas podem ser espaços de violação e transgressão, não apenas de perpetuação e legitimação das regras, valores e normas sociais de uma época. A festa pode ser vivida como a busca do “contentamento pleno” fruto da concretização dos desejos e fruções. Do viver momentos de ruptura e de subversão em relação aos padrões culturais estabelecidos.

Desse modo, compreendo o ambiente festivo nas ruas cariocas – expresso pelo corpo, pela dança e pela música – como um momento temporário de borramento das estruturas de violência e opressão, onde os grupos historicamente precarizados rompem provisoriamente com as posições de subordinação que lhes foram/são impostas. Nesses tempos-espacos de celebração, ou “altos lugares”, os grupos de mulheres, negros/as, travestis, lésbicas, gays, transexuais e queers assumem o protagonismo por meio de performances e “performatividades dissensuais” enunciadoras de outras formas de habitar e existir, outras éticas e estéticas. O protagonismo destes corpos insubordinados que ocupam os espaços urbanos sinaliza aquilo que estamos chamando de “performances dos dissensos”, em que o registro da insubordinação se dá a ver pelo aparelho sensório-motor. É através do corpo, pelo modo de estar, nos gestos, ou seja, na performance, que fica visível que as práticas desses grupos operam no dissenso propondo e comunicando um outro Regime de Sensibilidade, uma

outra racionalidade, para mim uma Razão Sensível. É preciso esclarecer que a noção trabalhada aqui, e em outros artigos, sobre “performance dissensual” ou “performance do dissenso”, parte da reformulação filosófica proposta por Rancière sobre o conceito de política. Acho importante citar uma passagem muito importante para mim para tentar « responder » a sua questão:

(...)Assim o dissenso, antes de ser a oposição à oposição entre um governo e pessoas que o contestam, é um conflito sobre a própria configuração do sensível. Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não tem aí seu lugar. E, aos curiosos que veem esse espetáculo, a polícia diz: “Vamos circular, não há nada para ver”. O dissenso tem assim por objetivo o que chamo o recorte do sensível, a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos de que neles se trata ou não, e dos atores que têm ou não motivos de estar aí para deles se ocupar (...) Antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos (...) Argumentar em favor do dissenso não é portanto argumentar em favor das formas heróicas de combate político e social de ontem. O problema se coloca diferentemente (RANCIÈRE, 1996, p. 372-373, grifo meu).

Essa noção ajuda a refletir sobre “o que podem os corpos femininos em festa!” ao expandirem e criarem um “lugar das figurações femininas” ressaltando suas demandas do passado e do presente inscrevendo-se mundanamente. Esse ato de inscrição mundana em diversos espaços da cidade territorializam os sonhos e as práticas cotidianas que se enraízam num húmus germinador de diferentes identificações e partilhas. Essa partilha e re-conhecimento é importante para assegurar a proteção dos corpos que performam nos espaços urbanos. Ou seja, o arranjo coletivo feminino, ao

mesmo tempo que confere condições para as “performances do dissenso”, depende dela para acontecer, no sentido de articular espaços de proteção para acontecer, depende da interação positiva entre todas as envolvidas para que a experiência festiva seja viável e segura. E assim, percebe-se que não somente a dimensão política da reivindicação de ocupação dos espaços atravessa os corpos femininos, mas também as políticas afetivas relativas à noção de alteridade de quem celebra-com. Talvez se aproxime do entendimento que Butler apresenta em sua última obra quando afirma que as performances queers, ou as práticas conflitivas *queerness*, “podem ser entendidas não apenas como um exemplo de política citacional, mas como uma reformulação específica de abjeção dentro da agência política que poderia explicar por que a ‘citacionalidade’ consiste em uma promessa política contemporânea” (BUTLER, 2019, p. 50).

Há também, pelo que você coloca, uma preocupação muito mais coletiva desses movimentos, uma forma de criar um ambiente seguro a partir da coletividade. Como ficam esses movimentos nessa pandemia da Covid-19. Você chegou a observar ou conversar com esses grupos para entender de que forma esses grupos se movimentaram sem estar nas ruas?

Sim, sigo acompanhando os coletivos pela rede sociotécnica. Darei dois exemplos: No caso do *Slam das Minas RJ*, seguem atuando a partir de Lives, encontros virtuais de poesia, oficinas e debates sobre as questões feministas e decoloniais, já no caso do Baile Black Bom realizaram uma sequência de shows com o apoio do Museu de Arte do Rio – MAR transmitidos a partir de Lives, também disponibilizam oficina de dança entre outras atividades e seguem atuando na formação do empreendedorismo negro. Esses coletivos criaram uma rede de apoio e solidariedade entre si.

A interseccionalidade é, sem dúvida, um caminho para entender os fenômenos culturais contemporâneos, entretanto não é preciso um certo cuidado no uso deste termo para que ele não seja a resposta em todas as pesquisas?

Como a prática de minha pesquisa enraíza-se na vida cotidiana estou atenta a não engessar as práticas e imaginários em categorias esquemáticas de outros tempos. Há armadilhas em soluções apaziguadoras. Tenho preferido seguir as pistas de Haraway ao sugerir que é preciso “seguir com o problema”. Passei a incluir essa questão em minha pesquisa por ela se apresentar com muita força nas interações, práticas e discursos dos coletivos contemporâneos. O que mais me instiga é compreender o que os/as atores chamam de interseccionalidade. Ou seja, como noção acionada por eles/as mesmos/as.

Mercedes Liska: “Batuka é uma experiência musical que expressa um modo de ativismo de gênero, até mesmo um novo feminismo”

A pesquisadora argentina Mercedes Liska estudou piano e etnomusicologia na Universidade de Buenos Aires, onde é professora. Seus estudos abordam marcos teóricos e metodológicos dos estudos culturais, das teorias de gênero, sexualidade e ativismo feminista. Em 2018 lançou o livro *Entre géneros y sexualidades. Tango, baile y cultura popular*, no qual analisa o tango na perspectiva do gênero. Nesta entrevista ela discorre um pouco mais sobre a sua fala: “Práticas feministas através da experiência musical coletiva: o caso da batucada de mulheres e pessoas não binárias em Buenos Aires”.

Essa pesquisa é um trabalho sobre o qual você vem observando, e participando, ao longo de anos, mas nunca tinha escrito nada. Sei que você é feminista, militante dos

movimentos feministas, queria saber como é estar nesses dois lugares de pesquisadora e militante. Como essa sua experiência nas lutas feministas ajuda (interfere) na sua pesquisa?

Este ponto é muito interessante. Quando as atividades artísticas e musicais começaram a se manifestar nas mobilizações sociais constituídas majoritariamente por mulheres - cada vez com maior intensidade e heterogeneidade - senti a necessidade de pesquisar as experiências de forma panorâmica. Essa “demanda” pela minha posição de pesquisadora colocou em tensão minha atividade militante e artista que consistia em participar e observar apenas a experiência do grupo de percussão do qual faço parte. Este é um exemplo que serve para apontar que a pesquisa feminista e o ativismo pela música são questões que se retroalimentam e ao mesmo tempo entram em tensão em diversas ocasiões. Essa interação ainda orientou e definiu aspectos teórico-metodológicos da pesquisa.

Você nos traz a experiência da participação de percussionistas mulheres, pessoas não binárias, em eventos massivos em Buenos Aires a partir de uma batucada, ou seja, o uso da música para ações políticas em espaços públicos. Queria que você nos explicasse porque esses tambores, essa batucada passou a ter uma centralidade nessas manifestações? Você poderia nos descrever como se deu essa ocupação dos tambores nessas manifestações na Argentina?

As percussionistas que geraram as oficinas de percussão -que mais tarde viraram batucada com identidade feminista- vieram de uma formação musical de batucada associada ao trabalho social e participaram de um grupo que sempre participava tocando e marchando nas mobilizações de cada ano da Memória, Verdade e Justiça para os anos de ditadura vividos na Argentina. Quando as primeiras manifestações contra a

violência de gênero começaram em 2015, o recém-formado grupo de percussão decidiu acompanhar a concentração com tambores de forma quase “natural”. Mobilização após mobilização - e outras atividades relacionadas - o grupo foi crescendo, atraindo parte do público das marchas.

Metodologicamente como você articula a prática musical com a integração de uma atividade coletiva? Como se dá a sistematização deste estudo etnográfico-comunicacional?

Há vários anos venho trabalhando na articulação entre práticas e representações musicais, orientada principalmente pelos estudos etnomusicológicos, pesquisas participativas, técnicas auto etnográficas e estudos culturais. Nesse caso, desenvolvo uma espécie de metodologia “artesanal”, com o intuito de dar conta da experiência musical e política sob múltiplos ângulos.

Há um aumento das atividades das mulheres, especialmente em Buenos Aires, na percussão. Há aqui uma mudança de gênero de quem toca tambor? A percussão sempre foi uma modalidade masculina? Você atribui essa mudança a uma experiência musical e de ativismo de gênero. A sororidade cria empatia musical, ou pelo menos dá condições para isso?

Acredito que há vários motivos pelos quais a atividade de percussão por parte das mulheres em Buenos Aires cresceu nos últimos anos; uma das mais significativas tem a ver com as condições que geraram a ocupação massiva do espaço público e a utilização da bateria como recurso de “potência sonora” para habitar esses espaços. A noção de volume tem colaborado muito para gerar tramas sociais entre mulheres de lugares diferentes dos habituais. Ousaria dizer que a experiência musical coletiva nesses contextos fortalece a empatia política. Vendo as dificuldades por que passam os grupos que se articulam a partir da discussão política,

podemos pensar em mais um caso em que a música funciona como fator de coesão grupal.

Durante sua apresentação na Lives Cátedra Intercom você mostrou que, cada vez mais, o ativismo trans foi incorporado às manifestações. Quer saber como se dá a relação das práticas feministas com as práticas trans? Há conflitos? Há tensões, negociações? Como a música funciona como ligação destes ativismos?

Lamentavelmente, vários conflitos se manifestam nessa interação. O coletivo de percussão que venho acompanhando em particular há vários anos, há duas organizações emergentes de ativismo trans, uma delas voltada para a escolarização de pessoas trans que estão passando pela adolescência. Por outro lado, apesar de encorajar insistentemente a participação, não foi alcançada mais do que uma integração excepcional. Da mesma forma, situações de conflito têm se repetido durante a participação do grupo de percussão em alguns eventos organizados por coletivos trans. Este é um tema recente de debate para a batucada.

Podemos pensar nessa experiência musical, da Batuka, por exemplo, como um modo de ativismo de gênero? Como essa mediação musical se une aos movimentos sociais e como isso se concretiza na ocupação dos espaços públicos?

Efetivamente, Batuka é uma experiência musical que expressa um modo de ativismo de gênero, até mesmo um novo feminismo. Este é um processo que se deu de forma gradual, sem premeditação e em parte pelos efeitos sociais e comunicacionais que provocou e que ainda provoca o surgimento de um grupo de mulheres e dissidentes e a sua capacidade sonora ressoando ruidosamente nos edifícios do centro da cidade.

Como entender a relação entre esse acionamento de práticas musicais ao acionamento político feminista?

Como os estudos da música e da comunicação permitem que compreendemos estes fenômenos?

Na apresentação, comentava que as imagens do Batuka tocando nas ruas circulavam por diversos meios gráficos e audiovisuais, configurando uma visualidade icônica do movimento feminino na Argentina. Alguns estudos indicam que o ativismo de gênero travado na mídia do país tem sido fundamental para a intervenção do feminismo no cenário político. Assim, observar o que o som dos tambores comunica com as imagens construídas em torno das mulheres e de determinados instrumentos musicais permite compreender a incidência simbólica dessas experiências sociais no palco público.

Simone Pereira de Sá: “No momento atual, parece ser impossível para um artista/músico não se manifestar”

Simone Pereira de Sá é professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense e coordena o LabCult - Laboratório de Pesquisa em Cultura e Tecnologias da Comunicação (UFF). Sua pesquisa atual é Música pop-periférica: política, ativismo e controvérsias nas plataformas digitais. E recentemente lançou o livro *Música Pop Periférica Brasileira: videoclipes, performances e tretas na cultura digital*. (Appris; 2021).

Você tem se dedicado, nos últimos anos, aos estudos da cultura pop periférica, ao ativismo político. E tem pensando nas relações entre artistas e fãs de música. Dessa forma, você poderia nos explicar como a questão do ativismo, a performance política dos fãs (e dos artistas) aparece na sua pesquisa. A noção de ativismo pode ser polissêmica, por isso queria saber como você pensa ativismo?

Meu objetivo no meu novo projeto é justamente “qualificar” o que seria o ativismo político no campo musical.

Ou seja: investigar as diferentes acepções dessa expressão - seja para os fãs seja para os pesquisadores, que têm utilizado esta noção de uma maneira bastante elástica. Pois, afinal, me parece que atribuir a certas mobilizações em torno do consumo o rótulo de “ativismo” é bem diferente de pensar o ativismo como “forma de mudar o mundo”. Além disto, encontramos trabalhos onde as mobilizações de fãs em prol de causas da direita também são rotuladas como (novas) formas de ativismo. Assim, um dos objetivos do novo projeto é identificar e qualificar os diferentes usos desta expressão dentro dos estudos atuais e também nas próprias definições dos fãs. No caso da performance, por sua vez, temos desenvolvido uma metodologia que articula os estudos do interacionismo simbólico, sobretudo a partir de Goffmann; com a vertente dramatúrgica dos estudos de Performance, que tem em Diana Taylor uma das expoentes, para pensar nos “enquadramentos” e “roteiros” que organizam as expressões das/dos artistas e seus fãs nas redes sociais e que vão além da música. Me refiro aqui especificamente a todo um conjunto de manifestações da/do artista -na forma de posts, mensagens, fotos, vídeos, etc - para produzirem engajamento, e que muitas vezes envolvem manifestações em torno de causas sociais e políticas.

Os fãs têm sido objeto de estudos, desde as subculturas juvenis trazidas pelos Estudos Culturais ingleses nos anos 1970, no qual a questão da resistência aparece de forma relevante. Posteriormente, os fãs foram vistos com intérpretes e produtores ativos da cultura pop, como traz Henry Jenkins, no livro *A Cultura da Convergência*. Durante sua fala, você aponta que estamos agora em um novo momento de estudos do ativismo dos fãs e que devemos nos aprofundar e problematizar esse momento atual nessa perspectiva da cultura da música nas plataformas. O que ganha mais visibilidade neste momento em relação ao ativismo de fãs. Quais práticas ficam mais evidentes?

Creio que neste terceiro momento, que é um desdobramento dos anteriores (e não ruptura) a figura do “hater” ganha espaço. Assim, fica claro primeiramente, que os afetos nem sempre são “positivos”. Além disto, a questão do ambiente midiático das redes sociais - e suas “bolhas” - contribui para a radicalização da polarização entre lados opostos, dificultando o diálogo entre “diferentes”.

Nesta direção, as discussões em torno da plataformização da cultura nos ajudam a entender que a música está circulando em um ambiente midiático que viabiliza e visibiliza novas práticas, formas de organização e de engajamento de fãs e de usuários. Elas oportunizam novos modos em que eles se relacionam com os objetos de sua adoração, ao se enquadrarem como lugares de informação, discussão e ativismo. Para além, as plataformas fornecem aos seguidores dos artistas musicais uma possibilidade de ‘terem voz’ e possibilitam, através do poder de espalhamento das mensagens, a configuração de grandes narrativas expressando desejos coletivos. (Jenkins, 2010; Amaral, Monteiro, Souza, 2015; Pereira de Sá; Pereira; 2020).

Nestes ambientes midiáticos, temos observado que novos atores, humanos e não-humanos (tal como os algoritmos, por exemplo), ganham proeminência e nos desafiam a buscar novas metodologias de análise.

Quais pistas metodológicas você tem articulado para pensar nas práticas de cancelamento dos fãs de música? O que você pensa sobre o cancelamento, o que significa esta cultura neste ambiente contemporâneo? Você acredita que o cancelamento provoca novos desafios para os artistas da música neste momento?

Penso na cultura do cancelamento como fruto de dois movimentos convergentes. O primeiro é o da radicalização dos afetos, estimulado pelas redes sociais, onde quem não

se manifesta (sobre qualquer assunto) é xingado de “isento”. E um segundo movimento é o de crescimento do poder de articulação dos fãs a partir das ferramentas digitais (como Jenkins já previra) - que resulta numa possibilidade inédita de dar visibilidade aos afetos - positivos ou negativos - em relação a um artista.

Assim, mesmo partilhando aspectos do *haterismo*, como a reação contra textos “moralmente falidos ou esteticamente condenáveis” (Gray, 2003, p. 70) ou do *shaming*, e a sua proposta de envergonhar alguém *online* como uma maneira eficaz de censurar transgressões e deter futuros erros (Billingham; Parr, 2020), o cancelamento propõe algo adiante da denúncia pública; simbolicamente, cancela-se não apenas uma opinião questionável, mas também toda a carreira do declarante. Assim, o cancelamento se dá em relação ao horizonte de expectativas de parte de um fandom, quando os fãs supõem que o artista rompeu a “coerência expressiva” da sua persona midiática e reivindicam para si o papel de árbitros e “guardiões” do legado do artista.

É possível afirmar que a cultura do cancelamento é parte da cultura da música na internet? Como você está pensando isso? O que essa cultura tem a ver com a performance dos músicos, com sua persona midiática?

No momento atual, parece ser impossível para um artista/músico não se manifestar. Faz parte das exigências ele/ela tomar partido, sobretudo sobre causas políticas. E ao se manifestar, obviamente, ele vai desagradar parte do seu público, que discorda das posições e se mobiliza através do cancelamento.

Assim, o cancelamento é a validação do poder dos fãs, definindo o que é válido ou aceitável em termos da trajetória do seu ídolo, e também diz da capacidade destes em moldar as narrativas que existem em torno de seus objetos de adoração

no ambiente das plataformas como o Twitter. Através da mobilização de fãs, cancelar é endereçar a todos os interessados uma nova orientação do gosto em relação ao artista, tal como discutimos anteriormente na análise do cancelamento recente do ex-líder da icônica banda inglesa The Smiths, Morrissey, por seus fãs. (Pereira de Sá, Pereira, 2000)

Em sua fala você cita que tem pensando em um roteiro performático, inspirado em Diana Taylor, para pensar essa cultura do cancelamento. Seria possível explicar como está pensando essa metodologia? Você fala em três movimentos metodológicos, poderia explicar isso de forma mais detalhada?

Eu vejo o cancelamento como fruto de uma controvérsia, a partir da Teoria Ator-Rede. E em trabalhos anteriores, sugeri que toda controvérsia tem um roteiro com começo, meio e fim - que no caso do cancelamento, é o momento de ruptura dos fãs com o artista. Então, pretendo escolher alguns casos para então desenvolver a metodologia.

Você utiliza um termo bastante interessante quando pensa na cultura de cancelamento que é ativismo tóxico dos fãs. Temos casos recentes da cobrança de fãs em relação ao governo atual por parte dos artistas, isso seria um ativismo tóxico ou uma performance política dos fãs. Como você pensa essa controvérsia?

Quando me refiro ao “ativismo tóxico”, estou pensando na expressão do Stanfill “cultura reacionária dos fãs”. Ou seja: aqueles fãs que não querem que o artista mude (Ex: se ele era punk e resolve fazer um álbum de outro gênero); ou, no caso da política, que o artista se manifeste fazendo críticas progressistas ao governo. (Tal como no exemplo da controvérsia em torno da turnê de Roger Waters no Brasil em 2018, analisado por JANOTTI, PILZ, ALBERTO, 2019).

Então, o ativismo tóxico diz respeito a uma incompreensão dos fãs com qualquer movimento de mudança

do artista em relação ao que “eu supunha que ele/ela fosse” e se enquadra como uma entre as várias modalidades de performance política dos fãs.

Breves considerações

Os temas trazidos aqui pelas pesquisadoras entrevistadas indicam que os estudos de comunicação, música e entretenimento se debruçam sobre novos paradigmas para dar conta dos diferentes ambientes gerados a partir do uso das plataformas e redes sociais para o consumo e circulação dos produtos culturais. E a importância de se pensar, neste ambiente, nos diferentes corpos e sua ocupação dos espaços públicos. Os desafios que a cultura contemporânea nos coloca englobam novos afetos e exigem do pesquisador e da pesquisadora um olhar atento para estes fenômenos e questões como ativismo, cancelamentos, haters, entre outros. Agradecemos a INTERCOM a oportunidade de reunir uma mesa que nos proporcionou refletir sobre a complexidade do campo e também as pesquisadoras Adriana Amaral, Cíntia Sanmartin Fernandes, Mercedes Liska e Simone Pereira de Sá que gentilmente refletiram sobre os fenômenos e nos trouxeram novas perspectivas epistemológicas.

Referências

AMARAL, Adriana.; SOUZA, Rosana Vieira.; MONTEIRO, Camila. De westeros no #vempruarua à shippagem do beijo gay na TV brasileira. Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 141-154, jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120250>>.

AMARAL, Adriana; GROHMANN, Rafael do Nascimento. You Better Work: O trabalho nos Estudos de Comunicação e Música no Brasil. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 3 (2020): Crise, Feminismos e Comunicação.

BILLINGHAM Paul; PARR, Tom. Enforcing social norms: The morality of public shaming. **European Journal of Phillosophy**, ed. Abril, 2020

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**. São Paulo: N-1edições, 2019.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin. **Sociabilidade, Comunicação e Política**: a Rede MIAC como provocadora de potencialidades estético-comunicativas na cidade de Salvador. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2009

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GRAY, Jonathan. New Audiences, New Textualities Anti-Fans and Non-Fans. **International journal of cultural studies**, v. 6, n. 1, p. 64-81, 2003.

HARAWAY, Donna J. **Seguir con el problema**. Bilbao: Edición Consonni, 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JANOTTI, J., PILZ, J., ALBERTO, T. - "F**K YOU ROGER, PLAY THE SONGS": rock, política e rasuras na turnê de Roger Waters no

Brasil em 2018. Porto Alegre, **ANAIS do XXVIII Encontro Anual da Compós**. 2019

LANDOWSKI, Eric. “ Faire Signe, Faire Sens, regimes de signification du corps”, in **Passions sans nom**, Paris, PUF, 2004.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LATOUR, B. **Reagregando o Social** – Uma Introdução à Teoria Ator-Rede. Salvador, UFBa, 2012

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LISKA, Mercedes. **Entre géneros y sexualidades**. Tango, baile y cultura popular, Buenos Aires, 2018

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MAFFESOLI, Michel. **Écosofhie**. Paris: Les Éditions du Cerf., 2017.

MAFFESOLI, Michel. O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESSEDER, Suely A. A pesquisadora encarnada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PEREIRA DE SÁ, Simone. Somos Todos Fãs e Haters? Cultura Pop, Afetos e Performance de Gosto nos Sites de Redes Sociais. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 50-67, 2016.

PEREIRA DE SÁ, Simone. **Música Pop-Periférica Brasileira**: videoclipes, performances e tretas na cultura digital. Curitiba, Ed. Appris, 2021

PEREIRA DE SÁ, S.; PEREIRA, T. - Bigmouth Strikes again: cultura do cancelamento, haterismo e performances dos fãs de Morrissey na redes sociais. **Anais do Congresso da ANPOCS - Associação dos pesquisadores de Ciências Sociais**, GT de Música, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STANFILL, M. (2019) 'Introduction: The Reactionary in the Fan and the Fan in the Reactionary', **Television & New Media**, Online First, pp. 1 – 12.

Religião à distância: a comunicação religiosa na pandemia

RICARDO ALVARENGA
ISABELLA PICHIGUELLI

O mundo inteiro segue sofrendo com os impactos da pandemia do novo coronavírus, que até o dia 15 de julho de 2021 já havia feito mais de 4,06 milhões de vítimas fatais. O Brasil teve sua primeira morte registrada pela Covid-19 em março de 2020, é a partir desse momento que estados e municípios iniciaram a implementação de diversas medidas restritivas, levando em consideração as normas de biossegurança que objetivam diminuir a propagação do vírus. Para tanto, toda a população foi orientada a manter distanciamento social e em alguns momentos até a fazer isolamento.

Dentro desse contexto, é importante destacar que no Brasil até a presente data já morreram por conta da irresponsabilidade do poder público - majoritariamente do governo federal - 537 mil pessoas. Muitos tentam desviar o olhar desses dados e desnortear as informações, mas, nós precisamos sempre, como um ato de resistência e de memória a todas essas pessoas, lembrar esse número, porque são

alarmantes e nos faz perceber a dimensão desse problema e da negligência do estado no trato sobre a pandemia.

O cenário calamitoso da pandemia fez com que igrejas, templos e espaços de culto fechassem as portas. Diante disso as religiões precisaram se reorganizar e reencontrar espaços, modelos e formas de dialogar com seus praticantes, de modo geral uma das alternativas encontradas foi o uso de tecnologias digitais que permitiram a realização e transmissão de atividades e práticas religiosas em tempo real. É sobre a comunicação religiosa na pandemia que o professor Moisés Sbardelotto¹ refletiu na entrevista que concedeu aos pesquisadores Ricardo Alvarenga e Isabella Pichiguelli durante um evento realizado pela da Cátedra Intercom². Sbardelotto é jornalista, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com pesquisas na área de midiatização e processos sociais, com foco na interfase comunicação e religião.

Ricardo Alvarenga: Vivenciamos desde março de 2020, em virtude da Covid-19, um movimento de redescoberta das práticas religiosas. Afinal, como as medidas de distanciamento social, que registrem o contato presencial, as igrejas, os templos e os diversos lugares de culto tiveram que ser fechados. Esse movimento de fechamento dos espaços físicos provocou nas instituições a busca por alternativas para chegar até as pessoas. Neste sentido gostaria que Professor

1. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com estágio doutoral (bolsa PDSE/Capes) na Università di Roma "La Sapienza", na Itália, e estágio pós-doutoral (bolsa Fapergs/Capes) na Unisinos. É membro do Grupo de Reflexão sobre Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Grecom/CNBB) e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Seu livro mais recente é "Comunicar a fé: por quê? Para quê? Com quem?" (Ed. Vozes, 2020). Foi membro da Comissão Especial para o "Diretório de Comunicação para a Igreja no Brasil", documento aprovado pela CNBB em 2014. De 2008 a 2012, coordenou o escritório brasileiro da Fundação Ética Mundial (Stiftung Weltethos), fundada pelo teólogo suíço Hans Küng (1928-2021).

2. A entrevista está disponível na íntegra no canal no Youtube da Intercom através do link: youtu.be/tcp-Prs2BQE.

Moisés Sbardelotto começasse sua participação comentando um pouco sobre esse processo de migração dos rituais e das práticas religiosas que antes não demandavam, talvez, uma atenção para o uso das tecnologias, mas que, de repente, com o contexto da pandemia, observam a necessidade de mudar isso, não é verdade?

Moisés Sbardelotto: Sim, é isso mesmo. Todo esse fenômeno comunicacional complexo que estamos vivendo, como sociedade, está no contexto inédito de uma pandemia, no alcance que ela tem especialmente em nosso país. Por isso, é muito importante sempre lembrarmos essa realidade, essas pessoas, essas vidas que ainda estão sendo perdidas, muitas vezes por irresponsabilidade, negligência, má-fé. Nesse contexto, todo momento de reflexão tem que partir dessa realidade dura que estamos vivendo como país.

Por outro lado, há a questão do modo como essa pandemia afeta as práticas religiosas (SBARDELOTTO, 2021b). Podemos dizer que a pandemia, para além de todos os seus aspectos negativos, que são inegáveis e causam muito sofrimento, também é um fenômeno comunicacional, porque catalisou, de modo exponencial, um processo que já vinha ocorrendo, no sentido da digitalização e da conectivização das práticas religiosas. Houve uma migração das práticas religiosas para os mais diversos ambientes digitais, o que também exponenciou, por outro lado, os próprios limites e potencialidades das práticas religiosas tradicionais. Então, tivemos um somatório e uma condensação de processos em um período específico de tempo, seja do ponto de vista da pandemia, seja do ponto de vista da digitalização que já estávamos vivendo como sociedade, seja ainda das práticas religiosas.

Há quase uma década, eu já falava das “midiamorfoses da fé” (SBARDELOTTO, 2012), ou seja, aquelas metamorfoses pelas quais a fé e as práticas religiosas vêm passando nessas

últimas décadas, que se intercalam e se complexificam a partir dos processos midiáticos contemporâneos e da midiaticização, entendida como um metaprocesso que envolve práticas socioculturais, tecnológicas e religiosas em um ambiente comunicacional muito marcado pelas mais diversas mídias. Temos uma série de transformações a partir do momento em que, devido à pandemia, as igrejas - os templos de pedra - têm que se fechar, e os ritos presenciais também não podem mais ser celebrados. Com isso, praticamente todas as religiões se encontram, muitas vezes, em um beco sem saída: se o lugar do culto se fecha, se as práticas religiosas tradicionais não podem ser celebradas, o que se faz agora? Isso colocou em xeque muito fortemente as próprias religiões, diante desses dois fenômenos - seja a pandemia, seja aquilo que o digital vinha potencializando ou oferecendo como possibilidade. Sem dúvida, foi e está sendo um período muito rico para a pesquisa, porque mostra essa inter-relação de uma forma muito evidente.

Não significa que tudo o que está acontecendo agora seja inédito ou totalmente inovador. Muitas vezes, são processos que já vinham ocorrendo nas próprias práticas religiosas, nas vivências de fé das várias religiões, mas que o período de pandemia exponenciou e catalisou em um curto espaço de tempo, sacudindo as instituições religiosas para buscarem formas de manter as práticas religiosas, os vínculos comunitários, as experiências de seus fiéis, embora à distância. Nesse período, algumas dualidades também começam a entrar em xeque - seja aquilo que costumamos falar sobre o online e o offline, o virtual e o real, o presencial e o digital, até mesmo em relação à questão do distanciamento, por exemplo, entre o físico e o social. Essa visão dualista de todo esse processo começa a ruir, porque percebemos uma complexidade cada vez maior, que vem gerando transformações do ponto de vista das religiões.

Há ainda a questão daquilo que chamamos de “confinamento litúrgico” (ADAM, SBARDELOTTO, 2020; SBARDELOTTO, 2020a), em que os ritos e as liturgias diversas, não podendo ser realizadas em espaços públicos, com aglomeração de pessoas, são vivenciados a partir da experiência do distanciamento, em que as instituições religiosas precisam repensar suas práticas. Com isso, o ambiente digital emerge como uma oportunidade não meramente de troca de informações ou de trocas puramente tecnológicas, envolvendo apenas máquinas, dígitos, plataformas, algoritmos, mas sim como um *ambiente de vida*, que possibilitou que a sociedade como um todo pudesse continuar realizando suas práticas apesar do distanciamento e do confinamento propriamente ditos. Mesmo em tempos de pandemia, continuamos estudando, trabalhando, nos relacionando e também vivendo a fé, praticando as ritualidades próprias de cada pessoa e de cada comunidade, agora nos ambientes digitais. Muitas vezes, as religiões já detinham uma certa expertise nesse sentido, então essa passagem não foi tão sofrida e custosa, mas muitas vezes havia um receio, uma distância, uma brecha digital muito grande, e muitas comunidades sofreram mais com essa transição.

De toda forma, me parece que, passado já um ano de pandemia, o ambiente digital não é mais tão “demonizado” ou visto como um ambiente meramente paralelo, de “simulações”. Pelo contrário, as religiões como um todo vão percebendo o ambiente digital como um ambiente de vida, um ambiente de relação e, portanto, também um ambiente de prática religiosa e de *experiência do Sagrado*.

Ricardo Alvarenga: A partir dessa reflexão muito interessante que você acabou de fazer, eu compartilho uma experiência que vai muito no sentido dessas transformações que a pandemia provocou na vivência e na experiência de fé das pessoas. Em maio do ano passado, no auge da pandemia,

durante a primeira grande onda, eu tive a infeliz oportunidade de acompanhar o sepultamento de uma pessoa, no ato estávamos somente estava eu e outros dois familiares dessa pessoa. Eu me recordo de que o apelo de um dos familiares era justamente o de conseguir um padre para dar uma bênção por videoconferência, ou seja, para fazer a celebração das exéquias, mesmo que virtual. E naquele momento, conseguimos organizar isso e o padre realizou a bênção da sepultura e a encomendação daquele corpo remotamente, com o celular, pelo WhatsApp. Essa sem dúvida foi uma das experiências mais difíceis que vivenciei durante a pandemia, mas a oração e presença, mesmo que remota, do padre foi acalentadora por ser uma presença que representa esperança e fé. Acredito que isso tem muito a ver com toda essa discussão que você vem fazendo em torno desse conceito de virtualização da fé. Penso que essa experiência, em particular, me fez perceber que por mais que estivéssemos distantes, que não pudéssemos estar fisicamente juntos, que o padre não pudesse estar lá no cemitério naquele momento, mas o que importava para aquele familiar, era a figura, a representação da fé, mesmo que virtualmente. Isso nos leva a perceber que essas separações, esses paradigmas começam a gerar uma certa confusão, no sentido de delinear ou estabelecer as fronteiras e os limites. Gostaria que você comentasse um pouco mais sobre esses processos de virtualização que seguem nessa linha e trouxesse alguns exemplos sobre essa vivência da espiritualidade dentro desse contexto de pandemia que acontece através das tecnologias, e que também depois vai se dando a partir de outros suportes.

Moisés Sbardelotto: Sim. Eu acredito que é justamente isso. O desafio é como repensar certos conceitos à luz destes fenômenos que estamos vivendo agora, por exemplo, essa inter-relação entre a pandemia, os processos midiáticos e as práticas religiosas, de um ponto de vista macro, pois são três elementos

grandes e complexos em si mesmos e que, neste período histórico, se intercalam e geram algo ainda mais complexo.

Nesse sentido, o conceito de “virtual”, em geral, é trabalhado e usado de um modo muito simplista. Se recorrermos às próprias definições dos dicionários, o virtual dá a entender algo que não existe ou que não existe ainda, mas que pode vir a existir. Ou, então, uma mera representação ou simulacro. Essas acepções, quando aproximadas ao ambiente digital, talvez até fizessem sentido décadas atrás, quando a internet estava nascendo, pois era algo inovador, e a sociedade ainda estava aprendendo a lidar com essas novas formas de comunicação.

Porém, neste período histórico dos anos 2020, essa ideia do digital como um mero “universo paralelo” ou marcado por uma total imaterialidade, como uma realidade totalmente incorpórea, desencarnada, começa a cair por terra, porque a própria prática social aponta para outra coisa (SBARDELOTTO, 2020c). Eu não nego que o conceito de virtual, a partir de seu significado filosófico, e a dualidade entre virtual e atual são muito ricos e podem ser trabalhados sob vários aspectos. O problema é essa visão simplista demais do virtual, como se fosse diretamente sinônimo de algo imaterial, incorpóreo, fictício, representacional e que se contraporía ao real. Há aí uma dualidade que não faz sentido no contexto das práticas comunicacionais em redes digitais.

O virtual, do ponto de vista filosófico, é algo que pode vir a ser e que se atualiza em momentos específicos, lugares específicos, mas não se trata de algo específico do digital. Isso pode se manifestar inclusive dentro de uma celebração presencial, dentro de um templo, com as pessoas umas ao lado das outras. Esse ambiente celebrativo, que nós poderíamos chamar de presencial e real, está repleto de virtualidades: inúmeras coisas podem acontecer, inúmeros sentidos e símbolos podem circular ali, mas nem todos vão se

atualizar. Então, se tomarmos esse sentido comum de virtual, ele mais atrapalha do que ajuda a entender efetivamente aquilo que ocorre nos ambientes digitais. Se pensarmos essas práticas religiosas a partir desse ponto de vista do virtual como algo desencarnado, como uma realidade meramente maquínica, tecnológica, algorítmica, substitutiva, estamos perdendo de vista a concretude, a realidade, as práticas religiosas como elas vêm sendo vivenciadas hoje, que não são meramente uma *substituição* devido a este período de exceção e de confinamento litúrgico. As práticas religiosas estão sendo realizadas em ambientes digitais, mas isso não significa que se dará automaticamente uma substituição a partir do momento que a pandemia acabar, muito pelo contrário: entre as comunidades e fiéis que eu venho acompanhando, não só do cristianismo, mas também de outras religiões, o desejo é efetivamente de voltar, em um período pós-pandemia, para as celebrações tradicionais, como elas já vinham sendo celebradas no período pré-pandêmico, mas, ao mesmo tempo, sem perder toda essa riqueza e toda essa bagagem que as experiências no ambiente digital trouxeram também para as religiões.

Um filósofo italiano de quem eu gosto muito, Luciano Floridi, professor na Universidade de Oxford e também em Bolonha, cunhou um termo que me parece interessante neste contexto: *onlife*, isto é, a vida em constante conexão. Trata-se de entender a experiência contemporânea a partir da própria conectividade, que se torna uma dimensão da existência humana, não só do ponto de vista das religiosidades, mas também das sociedades em geral. Não há mais como separar quando estamos online e quando estamos offline. Já se tentou explicitar isso de outras formas: “na frente da tela”, “longe da tela” etc., mas sempre se acaba caindo, de alguma forma, em um dualismo. E sabemos que a vida é muito mais complexa do que isso. Mesmo quando estamos longe das telas, com o celular desligado, nossa vida online continua fervilhando e,

quando voltarmos para a frente da tela, haverá uma tonelada de e-mails e de mensagens para responder. Ou seja, hoje é praticamente impossível dividir esses ambientes de vida como se fossem universos separados.

A vida humana é essa complexidade, ela se dá em vários ambientes e espaços, e o mais rico para a própria pesquisa é perceber essas interfaces, os interstícios, as conexões que vão se dando entre esses vários ambientes, sem tentar fazer cortes milimétricos com o bisturi, que nem sempre funcionam nem se sustentam. Então, é importante perceber essas inter-relações, essa ecologia comunicacional, esses ecossistemas complexos das práticas religiosas e dos processos midiáticos, e o modo como eles vão se interconectando.

Isabella Pichiguelli: Você falou algumas coisas que ficaram fervilhando em nossas cabeças. É um tema realmente muito instigante. Você mencionou algumas coisas, como a diferença entre virtual e atual. Isso me lembrou que ainda antes da pandemia, em artigo que publiquei junto à professora Míriam Cristina Carlos Silva (Universidade de Sorocaba), afirmamos que: “Nos templos das religiões ou fora deles [...] mais que estar em movimentos corporais, locais e momentos determinados, para viver experiência religiosa, é necessário estar: presentificar-se no corpo. Em outras palavras, não é o como o corpo se movimenta, nem onde, nem quando, mas é o estar e o ser que propiciam a experiência religiosa” (PICHIGUELLI, SILVA, 2017, p. 12). Isso me parece ter muito a ver com o que o professor está falando sobre as experiências religiosas agora, na pandemia. Ou seja: há uma dispersão geográfica, mas nós continuamos fisicamente presentes. Agora, essas noções parecem enfraquecer – para não dizer “destruir” – determinados argumentos que defendem a indispensabilidade de uma liturgia que até hoje chamamos de presencial. Diante disso e da já mencionada possibilidade que temos, nesse período histórico, de repensar diversos

conceitos, faço uma questão ao estilo “duas em uma”: Como poderíamos passar a chamar, diante dessas compreensões, o que chamamos hoje de “liturgia presencial”? E para um tempo pós-pandemia, quais as implicações dessas noções para uma comunidade religiosa? O que pode fazer com que comunidades religiosas possam abraçar tais conceitos – em uma postura que não negue o que as ciências (sociais, da comunicação) estão apontando – sem que essas comunidades religiosas se sintam, de certa forma, ameaçadas por esses conceitos, uma vez que eles desestruturam esses edifícios tão bem construídos sobre a indispensabilidade da *presença* na reunião litúrgica?

Moisés Sbardelotto: Ótimas perguntas e bastante densas, porque envolvem questões centrais para as várias religiões. Com relação a essa nomenclatura - “presencial” ou “não presencial” - é difícil dar um nome, porque realmente estamos vivendo uma realidade nova que também demanda um esforço de todos nós para conseguirmos ir nomeando esse tipo de fenômeno. Mas eu acredito que, mesmo em um período pré-pandemia, nas práticas tradicionais das várias religiões, nunca se colocou em xeque a validade do rito de acordo com o ambiente onde ele era celebrado. As várias religiões não celebram apenas no templo. Elas têm ritos que são feitos ao ar livre, dentro de casa etc. O que muda, até na própria nomenclatura, é o lugar onde o rito é realizado. O rito no templo, o rito caseiro, doméstico, o rito ao ar livre... mas são todos igualmente válidos. Agora, no digital, passou-se a questionar algo fundamental que é a presença das pessoas. Então, começa-se a dicotomizar entre o rito “presencial”, feito entre quatro paredes, que seria o mais válido, importante, significativo, e o rito “virtual”, como se costuma chamar, o rito online, o rito à distância, que seriam apenas “substitutivos inferiores”, em certo sentido, considerados de segunda categoria.

Entretanto, os conceitos de presença e de ausência não são apriorísticos, não são definidos de antemão, na própria prática religiosa tradicional: no interior de um templo, as pessoas podem estar presentes “de corpo”, mas podem estar ausentes de mente e de espírito, inclusive. E isso é perceptível. Quem tem uma prática religiosa sabe que, muitas vezes, as pessoas estão no templo, mas estão fazendo qualquer outra coisa e não vivenciando propriamente o rito em uma dimensão profunda, mística, em relação com o Sagrado.

E o contrário também é verdadeiro: as ausências não estão definidas de antemão. Tivemos os casos de vários debates políticos, por exemplo, em que a cadeira ou os púlpitos ficaram vazios, e essa ausência do candidato falava mais do que qualquer presença. É uma “presença” que modifica, inclusive, a fala dos outros candidatos concorrentes e do próprio debate. O candidato ausente torna-se igualmente um sujeito do debate, as pessoas se dirigem à cadeira vazia, se dirigem ao púlpito vazio, e se dá um debate apesar da ausência da pessoa. Então, precisamos tentar perceber esses conceitos na especificidade de cada processo, na conjuntura em que as presenças ou as ausências se manifestam.

A questão é justamente aprofundar a observação e o acompanhamento das práticas religiosas e pensar as suas distinções sem essa visão apriorística, como se o simples fato de as pessoas estarem em um mesmo lugar geográfico validasse por si só algum rito. Penso que o próprio esforço da pesquisa em Comunicação é perceber como o processo comunicacional e as inter-relações que mencionei vão se estabelecendo. A própria ideia do corpo, por exemplo: como ele está presente em uma conexão digital? Todos nós estamos aqui [na transmissão da *live* do Intercom] com nossos corpos. Cada um em sua casa, onde quer que esteja. Mas é uma relação que se estabelece graças aos nossos corpos. Se não fossem nossos corpos, não poderíamos estabelecer estas relações que

estamos tendo aqui [via internet]. Então, o ambiente digital não nos desencarna, o corpo continua sendo fundamental para as nossas interações. Obviamente, não é a mesma coisa que estarmos com nossos corpos presencialmente, uns ao lado dos outros, mas acho que a visão de um ambiente desencarnado, incorpóreo precisa ser revista.

O ambiente digital possibilita - e isso tem muito significado também para as práticas religiosas - um contato, uma relação que se estabelece entre corpos, entre pessoas encarnadas. Por isso, é preciso uma visão integral, ecológica, complexa do processo que se estabelece em rede. Não abandonamos os nossos corpos, as nossas experiências, as nossas vivências, as nossas emoções quando estamos em rede. Então, temos que ressignificar aquilo que entendemos por corpo e por presença dos nossos corpos. Nós estamos aqui [na *live*] em uma experiência híbrida, *onlife*. Híbrida, porque estamos nos comunicando com nossos corpos humanos, de carne, biológicos, mas, ao mesmo tempo, estamos presentes nas várias regiões geográficas em que estamos graças à tecnologia e ao aparato tecnológico digital.

Portanto, existe essa interface complexa entre o biológico, o tecnológico, o simbólico, todas estas plataformas digitais, as telas, as imagens, o modo como me faço presente onde cada um está [na transmissão da *live*], as questões sociais e culturais que estão em jogo - porque, em geral, falamos de “ambiente digital” no singular, mas ele se manifesta de formas diferenciadas de acordo com o país, e dentro do país de acordo com cada religião, e a internet é vivida de acordo com as várias culturas também presentes no mesmo país. Trata-se de perceber todas essas complexidades. E também a complexidade do próprio corpo, esteja ele lá no templo, no contato físico entre as pessoas, seja a partir das mediações digitais, que não significam uma redução dos sentidos.

Muitas vezes, se diz: “Mas no computador só temos a audição e a visão, os outros sentidos ficam escanteados”. Mas penso que aqui também a pandemia nos fez retomar alguns conceitos clássicos, que também dizem respeito à comunicação, por exemplo, o de sinestesia, sobre o qual Marshall McLuhan já falava, assim como vários outros autores que trabalharam esse conceito, ou seja, justamente essa rede de relações que se estabelece entre os nossos sentidos. Tanto é que, muitas vezes, escutamos uma música e dizemos: “Me senti tocado por essa música”, ou então assistimos a um filme e praticamente sentimos os cheiros que estão envolvidos em uma determinada cena. Ou seja, os nossos sentidos e o nosso corpo formam uma complexidade. Assim, mesmo quando essa complexidade é reduzida por determinadas conjunturas, o próprio corpo consegue superar tal redução e ressignificar sua complexidade, e isso diz respeito também à vivência das próprias práticas religiosas, neste caso.

Isabella Pichiguelli: Você mencionou esse novo modo de ser igreja, e mencionou as inter-relações humanas, o que me fez lembrar um de seus artigos publicados a respeito dessas experiências religiosas na pandemia, no qual você trata sobre comunidade, e resgata também esse conceito de comunidade, dentre outros que estão sendo repensados. Nesse artigo, você pontua que: “A comunidade é fruto da comunhão entre as pessoas, que, por sua vez, é fruto da ‘capacidade de dialogar’, de um processo comunicacional” (SBARDELOTTO, 2020c, p. 106). Ao que me parece, esse novo modo de ser igreja leva a uma descentralização – nas vivências das comunidades de fé – do ato litúrgico em seu sentido tradicional. É possível cogitar algo nesse sentido? É possível pensar dessa maneira? E, se sim, de que forma você tem percebido essa descentralização nas comunidades de fé? Ela tem ocorrido? De que forma tem ocorrido?

Moisés Sbardelotto: Sim, eu acho que podemos falar dessa experiência de descentralização em relação particularmente ao templo, a essa experiência física, material, digamos assim, da religião localizada geograficamente em um ponto específico. E a pandemia nos fez repensar isso. Acho que o cristianismo, assim como outras tradições religiosas - o budismo, o hinduísmo, o judaísmo -, nos ajudam a pensar a religiosidade e as práticas religiosas como ações ligadas, sim, aos templos e a espaços geográficos sagrados, mas que não dependem exclusivamente deles. Podemos quase generalizar isso para todas as religiões. Há sempre uma certa fluidez na relação com esse espaço físico.

A pandemia ressaltou esse aspecto de forma muito forte: a descentralização em relação a um espaço sagrado físico, material, geograficamente localizável, em que o templo precisou ser repensado. A forma de se relacionar e de praticar as várias religiosidades precisou ser repensada. Aqui ganha muita força uma ideia que vários autores vêm trabalhando, justamente no sentido de que o digital se converte também em um *locus religioso e teológico*, a partir do momento em que o espaço e a dimensão espacial das práticas religiosas começam a ser ressignificados a partir do fenômeno digital.

Então, podemos entender a descentralização das comunidades de fé também a partir disso, porque agora o templo, como esse centro agregador das comunidades, onde se estabelecem os vínculos de fé entre fiéis e irmãos de fé, está fechado [durante a pandemia], de modo que os fiéis também precisam repensar os seus vínculos, as suas formas de vinculação, não só com as autoridades e as instituições religiosas, mas também entre si. Porque sabemos que a prática religiosa também é isto: é vivência fraterna, convivência entre amigos e amigas, em espaços de sociabilidade. Então, tudo isso precisa ser repensado e ressignificado quando, durante a pandemia, os templos - como esse espaço de sociabilidade - se fecham.

Se entendemos a prática religiosa como um processo relacional com o “Outro”, que é Deus, o Sagrado, e o “outro”, que é a outra pessoa, o outro fiel, nela também se estabelece uma relação comunicacional, que depende de processos comunicacionais: o nosso contato com o Sagrado, com o divino, e o nosso contato com o outro irmão e a outra irmã de fé em uma comunidade religiosa é também um processo comunicacional. E o digital manifesta justamente isto: esses processos comunicacionais começam a ser afetados por essas emergências, por esses fenômenos inovadores que estão permeados pela tecnologia, por novas linguagens, por novas materialidades, mas que, no fundo, não deixam de ser um processo relacional.

Por isso, nesse artigo citado (SBARDELOTTO, 2020c), eu tento inter-relacionar estes três conceitos que são fundamentais para as várias religiões: a *comunhão*, seja com a figura sagrada, seja com outros irmãos e irmãs de fé, e, portanto, a *comunidade*, que, por sua vez, estão intimamente ligados com a *comunicação*. A própria raiz etimológica dessas palavras, não por acaso, é a mesma (*cum + munus*). Em um período histórico como a pandemia, o ambiente em que essa comunicação se dá passa por transformações, e, portanto, a própria ideia de comunhão e de comunidade também sofrem alterações, de algum modo. E aqui, a partir do que venho observando das práticas religiosas, posso dizer que as religiões em geral - embora eu trabalhe mais com o cristianismo - vêm fazendo essa passagem da pandemia a partir de três grandes esforços do ponto de vista da prática litúrgica, que de algum modo apontam para essa descentralização.

Uma primeira passagem é a mais “básica”: os templos se fecharam, os fiéis não podem mais se encontrar presencialmente, então o que as Igrejas fazem é transmitir os seus ritos e cultos. Trata-se de um processo de *transmissão*, que é o nível mais básico diante do “desespero” do confinamento

litúrgico: “Acabou tudo, fechou tudo, o que fazemos?”. E a resposta é: “Façamos a transmissão dos ritos”. De algum modo, trata-se de *fazer aquilo que sempre se fez, do modo como sempre se fez*: o rito lá no templo, só o clérigo, o pastor, o irmão, o rabino, seja qual for a liderança religiosa, fazendo aquilo que costumava fazer, mas agora com o templo vazio, e transmitindo essa experiência para os fiéis em suas casas. O rito não muda, mas é transmitido por meio de tecnologias. Com isso, o templo também é de algum modo descentralizado, continua tendo a sua importância, mas agora é um templo ampliado, que chega até às casas, e a casa também passa a fazer parte desse espaço sagrado ampliado.

Um segundo nível, um pouco mais complexo, envolveria uma certa tradução, uma ressignificação. Continua se fazendo aquilo que sempre se fez, mas trazendo alguns *elementos inovadores*. Então, a mídia, as dinâmicas e lógicas midiáticas começam a gerar algumas transformações no rito. Agora, a liderança religiosa já começa a agregar algumas linguagens midiáticas, seja um olhar diferenciado para a câmera, o fato de trazer para o rito os pedidos de oração via Facebook ou a plataforma que seja, enfim, continua se celebrando um rito mais tradicional, mas com os elementos que podem ser vistos como uma novidade. Trata-se de uma tradução para a linguagem midiática, enquanto na transmissão isso não ocorre, porque a mídia é concebida meramente como um canal para chegar ao fiel da mesma forma como sempre se fez, em que o imaginário sobre a mídia é como se ela fosse um mero canal. No caso da tradução, não, pois temos as mídias pensadas com um certo nível de complexidade, como linguagens, com elementos novos que podem enriquecer o rito.

E, enfim, algo que a pandemia trouxe mais à tona, talvez não com toda a força, mas com alguns exemplos bem significativos, não é nem a mera transmissão, nem esse

fenômeno da tradução, mas algo que eu chamaria de uma verdadeira *transformação*: isto é, *fazer coisas novas, de um modo inédito* dentro de cada tradição religiosa específica e de acordo com cada ambiente midiático. Com isso, começam a surgir modos de celebração rituais específicos via Zoom, via Google Meet etc., e pensam-se também práticas específicas para o WhatsApp, celebrações religiosas via Facebook, que não existiam antes. Então, é uma transformação efetiva das práticas religiosas. Faz-se alguma coisa nova, que não se fazia antes, e de um modo também inédito. Aqui, vemos que a mídia não é entendida nem como um canal neutro, nem só como uma linguagem, mas como um verdadeiro *ambiente de relação*, da liderança religiosa com a sua comunidade, e entre a própria comunidade, a partir de momentos de reflexão e de debate, de partilha de um texto sagrado etc.

Nesses três níveis, o templo físico, geograficamente localizável, não é, digamos assim, escanteado. Mas perde importância. O espaço agora começa a ser repensado, seja no nível da mera transmissão, com um pouco mais de força no nível da tradução e com muito mais ênfase nas práticas religiosas que estou chamando de transformacionais.

Ricardo Alvarenga: Quando você fala desses três níveis: transmissão, tradução e transformação, fica bastante claro os processos em torno destes fenômenos, dessas mudanças que foram sendo percebidas dentro das nossas experiências. Olhando para as manifestações católicas, por exemplo, para quem acompanha a TV Aparecida, que faz parte da Rede de Comunicação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, já percebe a presença destes níveis. A tradução já vinha muito forte, desde o momento em que aquele celebrante, ao fazer a sua primeira saudação, saúda também quem está acompanhando pela televisão, pelo rádio, e aí não é somente essa transmissão, assim como também uma série de outras cerimônias que foram sendo criadas já pra essas plataformas,

como a Cerimônia da Bênção do Manto de Nossa Senhora, que acontece a partir de uma linguagem televisiva já pensada em um formato não presencial, físico, apesar de sabermos a essa altura que esses conceitos precisam ser mais do que nunca utilizamos com ressalvas. Dentro disso, tem uma pergunta que chegou até nós que é a seguinte: no catolicismo, e possivelmente em outras igrejas cristãs, a pandemia evidenciou o valor de uma experiência chamada de igreja doméstica. Isso de fato contribuiu para a vida da igreja? E aqui eu aproveito destacar as celebrações católicas, especialmente as que compõem o período da Semana Santa, como aquele ritual da bênção dos ramos, em que o padre abençoava o ramo lá da igreja e o fiel ergue o ramo naquele momento, algo que nos lembra também uma prática muito antiga do padre Marcelo Rossi que era a bênção da água, pela televisão. Mas até que ponto você entende que esses processos, essas etapas, vão também gerando um impacto positivo na vida da igreja e um fortalecimento também dessa identidade da igreja doméstica, dessa igreja vivida no âmbito familiar?

Moisés Sbardelotto: Sim, penso que a partir de várias experiências é possível falar de um fortalecimento dessa ideia de Igreja doméstica. Muitas vezes, olha-se para essas experiências com uma certa visão apriorística e já se critica que, de alguma forma, se trataria de uma “simplificação da fé”, que leva as pessoas a abandonar os templos, uma “individualização”, uma “privatização” das experiências religiosas. Eu não nego que possa haver isso. Mas penso que o desafio da pesquisa - também para ajudar a desfazer certos mitos - é perceber especificidades, concretudes, conjunturas, experiências práticas. Pelo menos algumas delas que eu tenho acompanhado neste tempo vão nesse sentido de uma Igreja doméstica, quer dizer, de um enriquecimento das práticas, e não de um empobrecimento das experiências. É claro, sempre situando tudo isso em um período de pandemia em

que outras experiências não são possíveis. Nisso, o digital acaba se sobressaindo porque é o ambiente que se tem para manter essas relações. Mas, lançando essas questões para um futuro próximo - e é sempre difícil falar qualquer coisa sobre o futuro, porque tudo pode se transformar com o processo histórico -, eu acredito que, se as comunidades souberem equilibrar essa complexidade, essa ecologia comunicacional das próprias práticas religiosas, as experiências serão mais enriquecedoras, pois não vão depender exclusivamente de um ambiente físico para manter os vínculos, mas será possível fazer isso em vários ambientes diferenciados.

Sabemos que as Igrejas e as religiões em geral já fazem isso muito bem, pois não dependem exclusivamente do templo, mas também têm outros ambientes relacionais, como ações culturais, esportivas, lúdicas, que são ambientes importantes para construir comunidade e sociabilidade. Agora, o ambiente digital - que não é um ambiente nem só lúdico, nem só social, nem só religioso, mas é um ambiente extremamente complexo - oferece inúmeras outras possibilidades ainda.

E penso que esta é a questão: a necessidade que este período pandêmico está mostrando de repensar determinados conceitos centrais tanto do ponto de vista do âmbito religioso, quanto comunicacional. Por exemplo, o de *comunidade*. Como pensar o conceito de comunidade em um momento como este? A comunidade simplesmente acabou, “fechou as portas”? Ou estamos meramente diante de um “individualismo conectado”, como se costuma dizer? Ou temos novas expressões comunitárias? Ou ainda o conceito de *identidade*. A identidade religiosa, em um período de pandemia, como se constitui? Por exemplo no âmbito cristão, com relação ao processo catequético, com crianças e adolescentes, e nas outras religiões também, que têm os seus processos próprios de iniciação, de formação de sujeitos, de novos fiéis: como é que está se dando isso em um período de pandemia, em que

as relações estão ocorrendo em ambientes digitais diversos? Acabaram os processos de iniciação e de formação nas várias religiões, ou temos novas expressões identitárias também no ambiente digital em um período como o da pandemia? Outro conceito central: *autoridade*. Lembramos todo esse processo de desinformação, de ruptura, de destruição, de desconstrução das instituições, das autoridades, em que tudo é posto em xeque, em que tudo é questionável: isso também afeta as religiões. Então, como é que se dão agora essas expressões de autoridade em rede? É algo extremamente complexo e muito interessante do ponto de vista da pesquisa. E outro âmbito ainda é o da *ritualidade*, sobre o qual já falamos.

Em suma, a questão é esta: o ambiente digital não destrói, não nega, nem apaga tudo isso, ele revela outras facetas que talvez não eram tão evidentes quanto agora. E o mais importante: ele faz questionar as nossas concepções de identidade, autoridade, comunidade, ritualidade. Ou seja, trata-se de ver nas próprias práticas tradicionais, no modo como elas eram feitas antes da pandemia, as suas potencialidades e também as suas limitações, em comparação com o digital que traz inúmeras outras potencialidades e limitações. E vice-versa. Trata-se de perceber o modo como essas inter-relações vão se dando.

Quanto à questão da comunidade, é preciso atentar para o surgimento de novas experiências comunitárias. A comunidade não desaparece. Pelo contrário, ela é demandada ainda mais em um período de pandemia, em que as pessoas precisam se isolar devido ao vírus, mas, ao mesmo tempo, querem falar e compartilhar as suas dores, os seus sofrimentos, as suas tristezas, os seus traumas, e sabemos que as lideranças e as pessoas responsáveis das várias comunidades religiosas encontraram também no ambiente digital um modo de estreitar ainda mais os vínculos, de acompanhar essas pessoas, por exemplo no caso do luto, neste tempo em que

não podemos nem nos abraçar. Aqui, temos toda a riqueza que o ambiente digital trouxe para suprir, de alguma forma, essa necessidade de vínculo e de relação humana, que no âmbito das religiões tem um valor muito central.

Ricardo Alvarenga: Partindo disso, temos mais uma pergunta que nos chegou a respeito de comunidades de fé, com o seguinte relato: tenho ouvido de não poucas pessoas cristãs que estão participando com mais interesse das atividades de suas igrejas do que tinham antes – falando do templo, dessa questão presencial – porque falam de poder participar de forma mais à vontade. E isso nos leva a pergunta: como as igrejas podem aprender dessas observações para tratar de forma mais clara e eficaz sua comunicação presencial, de modo a gerar mais interesse nas pessoas que frequentam as atividades periódicas? O que isso pode ensinar, inclusive com mudanças posteriores para essas igrejas?

Moisés Sbardelotto: Eu penso que esse é o desafio, a grande pergunta. Como aprender com o digital e com essa experiência que estamos vivenciando neste período tão triste da pandemia? Vemos toda uma expressão de criatividade humana e religiosa, mediante aprendizagens muito ricas, na busca de repensar os diversos ambientes digitais como realidades humanas e religiosas. São ambientes constituídos por pessoas humanas, por realidades *encarnadas*, que têm vida, sentimentos, emoções, vivências diversas em contato.

Nesse sentido, uma primeira aprendizagem é esta: o digital como um *locus religioso*. Espera-se que isso permaneça no pós-pandemia. O que vai liderar esse processo é a criatividade de cada comunidade religiosa e como cada uma delas viveu esse período e pretende viver daqui para a frente. Por exemplo, o fenômeno das *lives* - embora agora já estejamos cansados e saturados delas. O que há no fenômeno das *lives* do ponto de vista da comunicação? O nome já diz muito: *live*. Queremos vida, queremos manter o contato *aqui*

e agora, apesar das distâncias. E há algo rico aí. Eu mesmo, por exemplo, fui salvando no YouTube todas as *lives* que iam surgindo e tenho um material ali para vários anos de estudo, reflexão e aprofundamento. E isso é maravilhoso, também do ponto de vista religioso. Quantas formações, encontros, palestras, seminários... E algo que talvez ficaria restrito em uma cidade específica, em uma comunidade, em um bairro, e que agora podemos ter acesso em qualquer lugar do mundo, desde que seja algo compartilhado em alguma plataforma. Isso também é algo bastante enriquecedor. É claro que isso também gera uma série de outras problemáticas, mas cada religião terá que buscar respostas. Por exemplo, essa vinculação com uma comunidade que não é exatamente a “minha”, mas há a preferência de se comunicar com alguém de fora, porque às vezes é mais fácil, é mais simples, não me demanda o mesmo esforço que ir ao encontro daquela comunidade da qual eu efetivamente participo, onde eu nasci, onde eu cresci, enfim, tem várias questões também problemáticas.

Mas penso que, ao perceber esses aspectos positivos, isso ajuda também, de algum modo, a superar certas limitações. As próprias religiões podem repensar suas práticas tradicionais, seja do ponto de vista do próprio culto, das expressões litúrgicas no período pré-pandemia, levando em conta aquilo que o período de pandemia nos ensinou, inclusive do ponto de vista dos modos de comunicação, que podem ser agregados às novas formas de ritualidade do pós-pandemia. Com isso, as religiões e as igrejas terão que pensar com um pouco mais de afinco e reproblematicar certas coisas que pareciam já dadas. Por exemplo, que todo rito presencial é expressão de vínculo, de comunidade, de fraternidade. Será? Será que os nossos templos antes da pandemia eram efetivamente lugares de comunidade, de proximidade, de vínculo? Ou eram também um espaço de individualismos vários, que se encontravam por um determinado período de tempo e depois voltavam a

ser individualismos do “cada um na sua”? Então, há vários âmbitos que podemos repensar nessa inter-relação entre o digital e essas novas práticas.

O mais interessante é, justamente pensar, do ponto de vista cristão - como eu venho trabalhando -, essas novas formações *propriamente eclesiais* (SBARDELOTTO, 2020a, 2021a), que não são só apenas experiências aleatórias, mas também um modo de ser Igreja que vem nascendo no ambiente digital. Algo novo, algo ainda não experimentado e que vai desdobrando novos significados para essa ideia de comunidade, de Igreja, de *ekklesia*, ou seja, o fato de ser “chamado para fora”, de se encontrar com a assembleia. Os templos se fecharam, as nossas casas precisaram se fechar, não podíamos mais “sair para fora”, não podíamos mais nos reunir em assembleia, mas continuamos fazendo isso nos ambientes digitais. Então, a própria ideia de Igreja também é ressignificada no ambiente digital.

Essas transformações podem nos dar várias luzes para pensar o pós-pandemia. Do ponto de vista da experiência presencial, daquilo que era feito dentro dos templos, eu acho que não haverá essa dúvida futura sobre se os fiéis vão voltar ou não aos templos. O pós-pandemia poderá ser uma explosão da vontade de se encontrar, de sair, de buscar o diálogo, a conversa, e isso também vai se manifestar na prática religiosa. Mas vai durar por um tempo. Então, nesse tempo pós-pandêmico inicial, as Igrejas terão que voltar a encontrar um equilíbrio com tudo que foi vivido durante a pandemia no ambiente digital. Não será possível voltar a fazer simplesmente aquilo que se fazia na pré-pandemia. Há inúmeras aprendizagens que esse período de pandemia nos trouxe.

Ainda pensando nisso, a experiência religiosa, as práticas litúrgicas, as vivências comunitárias são sempre comunicacionais, e sempre foram mediadas, e sempre

foram mediadas tecnologicamente. Não foi a pandemia que inventou isso. Se tomarmos o caso do cristianismo, desde o início, desde Jesus, havia mediações, havia tecnologias que possibilitaram que o cristianismo chegasse até hoje, ao século XXI. É necessária uma reproblemática do papel da tecnologia e das mediações tecnológicas na religião. Pensemos em uma liturgia de qualquer religião: quantas tecnologias estão presentes em cima do altar, em cima do púlpito, como microfone, vela, livro, paramentos, vitrais, quantas mediações tecnológicas e também comunicacionais. O período de pandemia e o digital trouxeram isso mais à tona e nos fizeram repensar essas presenças de mediação e de tecnologia, mas que, no fundo, sempre marcaram a história das várias religiões.

Isabella Pichiguelli: Perfeito, professor Moisés. Quanta riqueza você nos traz, e quantas tecnologias à disposição por meio dessa entrevista para as nossas vivências também. Nós falamos de descentralização do templo, pensamos nas transformações do ato litúrgico, pensamos na concepção de comunidade, falamos do diálogo e eu gostaria de voltar um pouco a esse ponto do diálogo e do ato litúrgico, porque há uma impressão, e você me diga se é correta, de que no ato litúrgico em si, o diálogo (entendido como o que propicia, o que gera comunidade) é um pouco limitado, se nós pensarmos o diálogo em seu sentido mais comum (dinâmica de fala e de escuta, como o que estamos fazendo aqui agora). Há realmente esse limite – podemos falar de um limite – da participação (ou para a participação) em um ato litúrgico tradicional, que agora tem como demanda ser repensado? E voltando a um tópico já mencionado em nossa conversa hoje: o que é mais indispensável para a existência de uma comunidade (seja ela de fé ou não): o compartilhar de um mesmo espaço geográfico (espaço-tempo) em um ato litúrgico ou a possibilidade de ouvir e de ser ouvido, ou seja, a possibilidade de dialogar?

Moisés Sbardelotto: Começando por essa ideia do diálogo, eu acho que também depende muito do nosso olhar, como observadores e observadoras, dos processos que estão em jogo em cada momento litúrgico. Eu penso que a própria evolução dos ritos, a forma como os ritos vão sendo estruturados, vão sendo normatizados e ordenados, e chegam em um formato mais clássico, que parece fixo, imóvel, mesmo aí há um esforço de manter uma certa comunicação que tenta ajudar o fiel a se comunicar com o Sagrado, com a transcendência, e também com a própria comunidade religiosa. E o rito, mesmo nessa estrutura mais clássica, também pode ser pensado como um processo pedagógico, pensando na evolução das religiões que sempre lidaram com uma grande massa de analfabetos, de pessoas que não tinham acesso aos livros e à cultura. Então, o diálogo com o Sagrado sempre demandou uma certa iniciação, e as religiões ao longo da história foram desenvolvendo os seus ritos também como uma forma de tornar isso mais acessível, mais prático, concreto, para essas várias comunidades.

Hoje, obviamente, podemos fazer várias críticas também, porque o processo comunicacional nos trouxe inúmeros outros elementos, inúmeras outras práticas e experiências que começamos a comparar com outras experiências mais tradicionais, mais históricas, mais seculares, e fazemos um contraponto e percebemos grandes lacunas e distinções. Mas eu acredito que um primeiro ponto é que o rito é sempre, de alguma forma, um processo comunicacional. Portanto, cabe ao observador perceber como esse processo comunicacional se estabelece nos momentos e conjunturas específicas, porque talvez, para um olhar externo e leigo, pode parecer algo muito mecânico, automático, frio, mas, para o fiel que está vivendo aquilo, pode ser uma experiência completamente diferente, de grande profundidade, densidade, comunhão. Nesse sentido, vai depender muito também das especificidades de cada momento.

Trazendo de novo para este período de pandemia, há um repensar também dessas experiências rituais e litúrgicas tradicionais, que, muitas vezes, caíam em um automatismo ou mecanicismo. Frequentemente, o rito pode se tornar algo feito no “piloto automático”, porque as pessoas estão ali, na prática, fazendo qualquer outra coisa, estão ali pelo “social”, para encontrar os amigos, e não por uma vivência religiosa, mística, de um outro nível de diálogo e de relação. Essa reavaliação vai ser um processo bastante rico também para as Igrejas e religiões em geral, no sentido de perceber como muitas vezes aquele rito tradicional empobrecia esse diálogo, não fomentava a escuta, pois geralmente apenas a autoridade religiosa tinha o poder de falar, no momento litúrgico e ritual específico, enquanto o ambiente digital muitas vezes mostra uma riqueza de processos mais compartilhados, mais efetivamente dialógicos. Então, há aí um campo vastíssimo para pesquisa.

Mas reforço que é importante observar as especificidades e as conjunturas para podermos fazer realmente uma avaliação. Eu sempre gosto de citar, por exemplo, no âmbito do cristianismo, a figura de São Paulo, que realmente construiu uma rede eclesial naquela época com muitas comunidades, praticamente em todo o Mediterrâneo, mas que ele não visitava com muita frequência. Ele mantinha o contato via cartas. E, mesmo via cartas, mantinha uma presença muito significativa em cada uma dessas comunidades e fomentava a fé em cada uma delas. Temos aí um processo comunicacional que não é presencial, do modo como o entendemos, mas existe uma presença muito forte de Paulo nessas várias comunidades, inclusive mantendo a inter-relação entre elas. O próprio Paulo, por exemplo, escreve aos cristãos de Colossos, na atual Grécia: “Depois que vocês lerem esta carta, façam que seja lida também na igreja de Laodiceia. E vocês, leiam a de Laodiceia” (Colossenses, 4,15-16). Há

toda uma interconectividade aí, via carta, e um campo muito vasto para a pesquisa.

A experiência de comunidade, entendendo-a para além do ponto de vista religioso, explicita uma necessidade que, no fundo, é antropológica. Uma necessidade de vínculo. Não somos seres individuais nem isolados: somos *seres comunicacionais*. Paulo Freire fala isso de um modo muito forte, ao afirmar que o ser humano é “um ser de relações num mundo de relações” (FREIRE, 2011, p. 46). Então, nascemos e somos inseridos em uma rede comunicacional, da família, de quem nos cuida, e essa rede vai se ampliando cada vez mais, e dependemos dessa comunicabilidade. Então, a comunidade é algo que nos caracteriza como espécie, poderíamos dizer. E a constituição de comunidades é, centralmente, um processo comunicacional. É impossível haver comunidade se não há diálogo ou processos de relação e de comunicação. O que define uma comunidade não é apenas o espaço geográfico, territorial, étnico, cultural, principalmente hoje, neste mundo em que as redes digitais possibilitam outras constituições, outros vínculos, outras redes, que vão além da geografia, dos territórios, das etnias, das culturas, e que não deixam de ser experiências de vínculo, de inter-relação, de troca, de dom, todos esses elementos fortes que caracterizam o conceito de comunidade.

No ambiente digital, surgem inúmeras formas de construir comunidade. Uma coisa é manter o vínculo via Zoom, outra coisa é mantê-lo via WhatsApp, ou ainda via Facebook. Ou seja, entram em jogo aí também as *interfaces* e os *protocolos* de cada plataforma (SBARDELOTTO, 2017), que também afetam a construção de comunidades e a constituição de vínculos, com suas potencialidades e limitações específicas. Por isso, o importante é ter um olhar e uma observação focada, para que se possa perceber, na riqueza de cada conjuntura, os processos comunicacionais que ressignificam as várias experiências religiosas.

Referências

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PICHIGUELLI, I.; SILVA, M. C. C. Comunicação, Poesia e o Religare. **Revista Comunicologia**, Brasília, UCB, v.10, n.2, p. 3-18, jul./dez. 2017.

SBARDELOTTO, Moisés. **E o Verbo se fez bit:** a comunicação e a experiência religiosas na internet. Aparecida: Santuário, 2012.

SBARDELOTTO, Moisés. **E o Verbo se fez rede:** religiosidades em reconstrução no ambiente digital. São Paulo: Paulinas, 2017.

SBARDELOTTO, Moisés. O digital e a vivência da fé: (re)descobertas em tempos de pandemia. **Teopraxis**, vol. 37, n. 129, nov. 2020a, pp. 157-171. Disponível em: bit.ly/3dQ3tOR. Acesso em: 15 jul. 2021.

SBARDELOTTO, Moisés. The (Re)Discovery of the Digital Environment for Living and Communicating the Faith. In: CAMPBELL, H. (org.). **The Distanced Church: Reflections on Doing Church Online**. College Station: Digital Religion Publications, 2020b, pp. 75-77. Disponível em: hdl.handle.net/1969.1/187891. Acesso em: 15 jul. 2021.

SBARDELOTTO, Moisés. Virtualização da fé? Reflexões sobre a experiência religiosa em tempos de pandemia. **Annales Faje**, vol. 5, n. 4, 2020c, pp. 98-110. Disponível em bit.ly/32KRcVo. Acesso em: 15 jul. 2021.

SBARDELOTTO, Moisés. Ecclesia Digitalis: Communicational Reflections on Ecclesial Religious Experience in Times of Pandemic. In: CAMPBELL, H. (org.). **Revisiting the Distanced Church**. College Station: Digital Religion Publications, 2021a, pp. 87-96. Disponível em: oaktrust.library.tamu.edu/handle/1969.1/193368. Acesso em: 15 jul. 2021.

SBARDELOTTO, Moisés. Práxis religiosa digital em tempos de pandemia: o caso católico. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jul. 2021b. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4540>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Divulgação científica como práticas de resistência em tempos de pandemia e negacionismo

ADRIANA OMENA SANTOS

KAMILA SANTOS

MIRNA TONUS

A 15ª atividade da 2ª temporada das **Lives Cátedra Intercom**, organizada pelo Grupo de Pesquisa **Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente**, aconteceu em 08 de junho de 2021 e teve como participantes Mariluce Moura (UFBA)¹, Yuriy Castelfranchi (UFMG)² e Ricardo

1. Mariluce Moura é professora titular da Universidade Federal da Bahia, reintegrada em dezembro de 2015, por decisão da Comissão da Anistia/Ministério da Justiça, 40 anos após ter sido demitida por perseguições políticas da ditadura militar de 1964-1985. É assessora de comunicação e divulgação científica da UFBA. É jornalista, especializada em jornalismo científico desde 1988, depois de duas décadas de trabalho no jornalismo geral e econômico em grandes jornais e revistas brasileiros. É graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (1972), mestra (1987) e doutora (2006) em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi pesquisadora colaboradora do Labjor/Unicamp (2015-2017). É criadora e coordenadora do projeto de divulgação científica *Ciência na rua* (www.ciencianarua.net), voltado ao público jovem. Criou e foi diretora, de 1999 a 2014, da revista *Pesquisa Fapesp*, editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e criou, em 2014, a revista *Bahiaciência*. Implantou o setor de comunicação da Fapesp e foi sua gerente de 1995 a 2002. Foi presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico.

2. Yuriy Castelfranchi é professor adjunto III do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui graduação em Física (Università degli Studi La

Alexino Ferreira (USP)³, com a moderação de Adriana Omena Santos (UFU/Intercom).

Ao iniciar a atividade, a representante da Cátedra Intercom, Nair Prata, informou que o grupo de pesquisa (GP) Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente é um dos mais tradicionais da Intercom e teve todas as suas lideranças participando desse encontro tão significativo. O tema escolhido acompanha o tema geral dos congressos em 2021, as práticas de resistência, mas tem como foco a relação com os conceitos de divulgação científica no período atual, em meio a pandemia e negacionismo.

Discorrer sobre o uso de divulgação científica como práticas de resistência em tempos de pandemia foi uma decisão coletiva do grupo que reúne pesquisadores, divulgadores científicos, comunicadores de ciências e que tem como objetivo congregar tais atores relacionados com a divulgação científica para discutir, a partir de diferentes perspectivas teóricas e

Sapienza, Roma, Itália), mestrado em Comunicação da Ciência (SISSA - International School for Advanced Studies, Trieste, Itália). Na Itália, foi docente de Ciência e Sociedade, Teorias da Comunicação da Ciência, Jornalismo científico e ambiental. É autor de cinco livros, dois dos quais com tradução e diversos idiomas. Foi pesquisador no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da UNICAMP, docente de jornalismo científico, vice-diretor da Journal of Science Communication (JCOM), colaborador da Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). É editor adjunto da Revista Teoría & Sociedad.

3. Ricardo Alexino Ferreira é jornalista, professor associado, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). É livre-docente pela Universidade de São Paulo; Doutor em Ciências da Comunicação pela USP (2001), onde também fez o mestrado em Ciências da Comunicação (1993). É graduado em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo). É credenciado, como docente, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da USP. De 1995 a julho de 2009, foi professor efetivo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), transferiu-se depois para a USP, por meio de concurso público. De dezembro de 2005 a 2008, foi diretor da Rádio Universitária Unesp (Rádio Unesp-FM), onde enfatizou a divulgação científica e a democratização do conhecimento científico através do rádio. Realizou estágio/atividade docência na Euskal Herriko Unibertsitatea/Universidad del País Vasco, em Bilbao, Espanha, no Programa de Cooperación Interuniversitaria de la Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), do Ministério de Assuntos Exteriores do Governo Espanhol, através do convênio Intercampus Professores. É líder do Grupo de Pesquisa Mídia Logia Científica e Especializada, certificado pelo Diretório de Grupos do CNPq.

metodológicas, práticas sociais da comunicação relacionada a Ciência, tecnologias, meio ambiente, entre outros temas, sob a ótica da divulgação científica, da comunicação da ciência e do jornalismo científico especializado.

Os trabalhos desenvolvidos pelo GP, um dos mais tradicionais da Intercom, podem ser acompanhados nos perfis do grupo nas mídias sociais, em especial, por meio de grupo no Facebook. O GP conta, ainda, com um repositório que foi desenvolvido pelo atual coordenador, Arquimedes Pessoni, e que, atualmente, está fazendo um trabalho belíssimo de recuperar a memória do GP para permitir que se conheçam os trabalhos produzidos, com vistas a se envolver com as atividades do GP, participar dos eventos on-line e presencias, principalmente, o que acontecerá em 2021 de maneira totalmente virtual novamente.

Ao iniciar a organização da atividade, a coordenação do GP teve como embasamento o objetivo de convidar pessoas que fossem pesquisadores da área, divulgadores científicos e jornalistas especializados em ciência. De tal objetivo é que surgiram os nomes dos convidados Ricardo Alexino, Yuri Castelfranchi e Mariluce Moura, que, felizmente, possuíam disponibilidade de agenda na data, pois conciliar tantas agendas num único dia, em plena pandemia, não é uma tarefa simples. A organização das falas, conforme combinado com os palestrantes, foi, primeiramente, Mariluce Moura, depois Yuri Castelfranchi, e encerrou com Ricardo Alexino.

Em sua fala, Mariluce Moura agradeceu ao convite e aos colegas palestrantes e informou que, como o tema é divulgação científica como práticas de resistência em tempos de pandemia, um bom início seria utilizar dois slides. Um primeiro slide seria relativo à pesquisa com jovens sobre ciências no começo de 2019, que, há pouco tempo, passou a integrar um livro sobre o que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia, cujos coordenadores, da

pesquisa e da publicação, são Luísa Massarani (Fiocruz), Yuri Castelfranchi (Amerek/UFMG), Ildeu Moreira (SBPC) e Andressa Fagundes. O outro slide usado para iniciar a conversa seria um relativo à pesquisa de interesse dos jovens pela política na cidade de São Paulo, que foi publicada em janeiro de 2021 e que, poucos dias antes, mereceu comentário no editorial do Estadão.

Mariluce informou que uma das tabelas dessa pesquisa mostra que 58% dos cidadãos paulistanos não têm nenhuma vontade de participar da vida política. Na faixa de 16 a 24 anos, que é uma faixa também focada na pesquisa sobre os jovens e a ciência e que gera interesse do *Instituto Ciência na Rua*, 67% dos jovens declararam não ter nenhum interesse em participar da vida política. Exatamente esse ponto evidencia a importância de se discorrer acerca das correlações entre política, ciência e divulgação científica.

Além disso, segundo Mariluce Moura, um ponto de partida para caminhar sobre o o título da atividade poderia ser uma pergunta acerca da divulgação científica em suas múltiplas formas, se tem sido efetiva como contraposição ao discurso negacionista, se tem conseguido barrá-lo, destruí-lo em alguma medida ou, ao menos, reduzir seus nefastos efeitos. Argumentou que não é possível saber que ela, em particular, desconhece qualquer pesquisa empírica, ou mesmo simples service de institutos como Datafolha, Ideia Big Data, Data Poder etc., que tenha se proposto a “avaliar a efetividade da divulgação científica contra as crenças robustecidas pelo discurso negacionista nesse período de pandemia”. Argumentou, ainda, que é possível que haja alguma coisa neste sentido, mas que, realmente, desconhecia levantamentos que tivessem oferecido respostas, ou mesmo pistas, sobre o quanto a divulgação científica, e em quais de seus formatos, tem contribuído para ampliar a racionalidade do debate e da percepção social da pandemia.

Considerando que tem explorado textos acerca do negacionismo que envolve a gestão da pandemia pelo governo federal, Mariluce afirmou que o assunto se trata, essencialmente, de uma questão política e que, como tal, tem de ser enfrentada. Assim, ela procurou levar para a live algo que, segundo ela, já havia abordado cerca de um mês antes, em um texto no qual discorre sobre pesquisa, compreensão e ação, relacionado às universidades públicas. Em tal texto, a palestrante afirma ter questionado a relação do ato público nacional virtual, chamado *Educação contra a barbárie*, de 18 de maio de 2021, com a indagação sobre a falta de vacina no Brasil, título da nota técnica do Boletim nº 30, da Rede de Pesquisa Solidária, publicado em 7 de maio do mesmo ano, e o que ambos, o primeiro enquanto protesto político organizado e o segundo o que ela considerou um excelente conteúdo de divulgação científica, teriam a ver com a afirmação de que “o bolsonarismo é uma seita” ou com a conclusão de que “no horizonte do projeto bolsonarista está um estranho Brasil pátria cristã” ou com a proposição de que “Bolsonaro venceu a eleição de 2018 porque parte dos brasileiros foi seduzida pela ideia da violência redentora”.

Mariluce afirmou que poderia acrescentar a isso a afirmação de que “nós estamos numa emergência democrática”, frase que circulou amplamente nas redes sociais, a partir de domingo, 06 de junho, ou, ainda, qual a relação de tudo isso com a afirmação de uma entrevista publicada em 25 de maio, em que se diz que “este projeto – bolsonarismo – é de longa extensão” e que “ninguém ocupa o Estado brasileiro com 7 mil militares para sair no ano que vem”. Em sua fala, ela disse ser possível relacionar tal contexto com a violência estatal contra setores vulneráveis da população em um projeto que não só precisa dos militares, mas é um projeto constitutivo das Forças Armadas Brasileiras, que, por sua vez, sempre tiveram a função de gerenciar uma guerra civil não declarada.

Assim, Mariluce mencionou, em resposta a sua pergunta, sobre qual a relação entre as situações, que esses itens estão relacionados e têm um solo comum, a tão ameaçada universidade pública brasileira. Além disso, discorreu sobre algo que já dizia um mês atrás, acerca dos “novos e inumeráveis exemplos do gigantesco esforço que essa universidade em questão realiza, nos variados territórios que a compõem, para estudar e compreender e, ao mesmo tempo, contribuir para minorar as dores excruciantes que hoje dilaceram a sociedade brasileira”. Tal fala está diretamente relacionada às mais de 460 mil mortes, até aquele momento (início de junho de 2021), decorrentes da Covid-19, das quais uma parcela considerável poderia ter sido evitada por “uma gestão minimamente competente e responsável da saúde pública”.

Em sua fala, a pesquisadora discorreu sobre um texto distribuído por alguns secretários de Saúde, que foi preparado pelo Centro de Saúde Pública, ligado à Escola de Saúde Pública da USP, um documento de 200 páginas que contém atos normativos, declarações e propagandas de março de 2020 até maio de 2021, tratando-se, segundo ela, de um extenso levantamento sobre como o material demonstra que, por parte do governo federal, se desenvolveu em uma estratégia efetiva, não simplesmente incompetência, “de adoecer a população, de tratar de determinada maneira essa pandemia, de uma maneira realmente criminoso”.

Além disso, explicou que a nota técnica sobre vacinas citada anteriormente foi coordenada pelos sociólogos Fernanda de Negri, do IPEA, e Glauco Arbics, da USP, e está no boletim mencionado. “O bolsonarismo como seita, implicando uma visão de mundo bélico” está no livro mais recente de João César de Castro Rocha professor da UERJ, intitulado Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político, lançado em 2021 pela Editora Caminhos, de Goiânia. Ela informou que, de forma compacta, está

também presente na Pequena Enciclopédia do Bolsonarismo, uma produção da revista Carta Capital, apresentada pelo autor, ou seja, o João César de Castro Rocha.

Ela contou que o percurso sobre a pátria cristã foi apresentado pelo filósofo Paulo Arantes, professor aposentado da USP, em um vídeo de uma mesa de debates no Congresso Virtual da UFBA em fevereiro de 2021, e que a explicação sobre a vitória de Bolsonaro consta do livro *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*, de Bruno Paes Manso, jornalista e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, lançado pela Editoria Todavia em 2020. Citando a obra, ela mencionou a afirmação do autor, de que “os eleitores escolheram um Justiceiro para governá-los como se o país decidisse abandonar suas instituições democráticas para se tornar uma enorme Rio das Pedras gerida por princípios milicianos”. As duas obras, bem como a de Castro Rocha, são, como indicado por Mariluce, indispensáveis para se refletir sobre a natureza da tragédia que o Brasil vive hoje.

Em sua fala, a pesquisadora destacou outro nome que discorre acerca do estado de emergência democrático, Marcos Nobre, professor de Filosofia da Unicamp e diretor do CEBRAP, que, em entrevista à agência Marco Zero, bem como citou o de Vladimir Safatle, que, segundo ela, alerta sobre a “revolução liderada pela extrema-direita em que a sociedade está mergulhada”. Segundo a palestrante, Arantes também fala em uma revolução da extrema-direita, mas mais no que ela indicou como registro de uma contrarrevolução. Safatle, que é professor de Filosofia da USP, e, conforme Mariluce destacou, fez tais considerações em entrevista à Carta Maior. Segundo ela apontou, ele “conduz suas palavras até a defesa de uma ação política muito mais revolucionária para vencer o radicalismo da extrema-direita, pois, como as coisas caminham hoje, segundo ele, ‘Bolsonaro é alguém que tem uma incrível habilidade política, sendo, ao mesmo

tempo, um líder fascista no sentido clássico do termo, com todos os elementos que assim o definem, e que tem como objetivo vencer a eleição de 2022, ou tentar a uma cartada à la Trump, mas aqui no Brasil, com apoio das Forças Armadas e das polícias militares”.

Mariluce Moura alertou que o que está tentando fazer, ao apresentar o que chamou de pequenos beliscos, a partir de reflexões produzidas na universidade é alargar o conceito mais disseminado de divulgação científica, “retirá-lo da associação fácil e ligeira que se faz para disseminação de resultados da pesquisa científica, principalmente nos campos das ciências da vida, das ciências exatas e da inovação tecnológica”. A intenção, de acordo com ela, é insuflar com pensamento as proposições, as investigações filosóficas que vêm do campo das humanidades e entregam novas ferramentas de ação sobre o mundo. Ela disse que o que também quer com tal abordagem é “ampliar um tanto a compreensão das articulações entre divulgação científica, no sentido mais tradicional que se tem, para as nomeadas práticas de resistência e divulgação científica”, que ela chama de práticas de militância e divulgação científica. Como exemplo, a palestrante citou as ações da Natália Pasternak e de Átila Iamarino. Segundo Mariluce, é importante ressaltar que jornalismo científico é, antes de qualquer coisa, jornalismo. “Trata-se, portanto, de um modo de conhecimento não sistemático, mais baseado em valores”. Por fim, trata-se também desse enlace tão fecundo entre conhecimento acadêmico e jornalismo que se percebe nas entrevistas e artigos citados em sua fala.

Para Mariluce Moura não importaria tanto abordar os suportes, os meios, as plataformas, seja da mídia mainstream, seja da blogosfera das redes sociais, mas sim chegar a esses enlaces, a essas relações “que parecem ampliar enormemente a potência do que seja divulgação científica e mudar o tom, no sentido de um compromisso visceral com a construção

de uma sociedade democrática”. Conforme sua fala, as pessoas já compreendem, desde o final da Segunda Guerra, o quanto a ciência é componente orgânico da economia, do capital, sendo necessário, talvez, “aprofundar a noção de divulgação científica agora, para entender o quanto ela se torna orgânica com as construções políticas e quanto pode ser potente nesse sentido”.

Mariluce informou que gostaria de tocar em um ponto crucial para ela, que é a necessidade do encontro real da divulgação científica com a cultura de um povo, de uma sociedade. Seria, como ela ressaltou, “uma forma absorção efetiva, a digestão do conhecimento difundido pelas práticas culturais correntes numa sociedade, sua produção e reprodução criativa e livre em produtos culturais coletivos e potentes”, dessa forma, a divulgação científica. Tal situação se constituiria, ainda conforme suas palavras, não apenas práticas de resistência, em momentos tão dramáticos dessa academia como o que se vive atualmente. “No Brasil, a situação é violentamente agravada por uma perversa cena política com raízes diretamente fincadas na ditadura que 1964/1985, pois não foi feita a justiça de transição que deveriam ter ao menos tentado fazer”, salientou. Trata-se portanto, na visão da palestrante, de ter a divulgação científica como vetor de transformação social, para além de lugar de resistências. Segundo Mariluce, essa é uma transformação que ela ainda teima em acreditar e, por isso, fez o convite acerca das manifestações do dia 19 de junho, que a geração de 1968 na qual se afirmou se encaixar estava tentando organizar havia um mês. Tais manifestações, primeiramente, estavam previstas para o dia 26 de maio e foram remanejadas para o dia 19. Ela fez o convite para todos participarem do ato, com máscaras e cuidados.

Por fim, afirmou que uma boa maneira de encerrar sua fala, caso tivesse sido iniciada com os slides sobre juventude,

ciência e política, seria utilizando o funk do Mc Fiotti sobre o Butantã juntamente com a manchete do Estadão de domingo, 06 de junho, que acendeu um pouco as esperanças, ao informar que, pela primeira vez, a maioria de calouros da USP vinha de escolas públicas.

Na sequência, ao iniciar sua fala, após agradecer ao convite, Yuriy Castelfranchi enfatizou ser um pouco difícil falar depois da Mariluce, porque ela foi perfeita, deixou os participantes sem fôlego com suas argumentações, cuja fala “fechou com chave de ouro”. Ele argumentou que iria fazer meio que uma nota de rodapé do que Mariluce falou, algo como apenas complementar algumas das coisas com outra linguagem existente na perspectiva do sociólogo e da divulgação científica.

O pesquisador ressaltou que sua fala iria focar na perspectiva de que não há dúvida de que a divulgação científica é um ato de resistência neste momento, que a comunicação da ciência entendida como transformadora social, politizada e democratizadora, é um algo como um ato de resistência. Informou, assim, que iria propor um tipo específico de resistência, sugerindo chamá-la de “insistência”, cujo termo iria explicar o porquê e que ela funciona do jeito que Mariluce apontou, fazendo com ela não seja intermediária, democratizadora, no sentido de intermediário do conhecimento, mas que ela “permita que a cidadania efetue um hacking epistemológico e político da ciência e do seu funcionamento na sociedade incorporado aos modos de produção e ao sistema político”.

Na sequência, Yuriy sugeriu pensar nessas palavras de insistência e hacking. Para ele, a primeira coisa a ser enfatizada nesse momento é a tensão e afinidade eletiva entre ciência e democracia, que não é de hoje, como os ataques à ciência também não são, e que essa afinidade eletiva não significa que não exista ciência sem democracia, ou que não exista democracia sem ciência: “Existe e sempre existirão regimes

totalitários, em que se tem ciência, embora a ciência funcione bastante mal e o cientista sofra bastante, existe uma ciência stalinista, nazista e fascista”.

Segundo Yuriy, na democracia, por sua vez, a ciência tem uma afinidade eletiva importante, por isso, divulgar ciência é uma ato de defesa democrática, mas tensionado. Quanto ao mecanismo fundamental institucional do funcionamento da ciência, ele destacou algumas das suas regras centrais, por exemplo, aquilo que se chamou de comunismo da ciência, ou seja, tudo o que é produto da ciência em termo de artigos tem que estar público, ser acessível a todos e reproduzível por todos. Trata-se das normas centrais da ciência, “seu ceticismo organizado faz parte das normas que não necessariamente são as mesmas de outras instituições da democracia”. O palestrante afirmou que, então, a ciência costuma entrar em tensão com outros pedaços dos Estados modernos, como a família, igreja, sistema de segurança, polícia, e que o mesmo acontece com o jornalismo.

Em sua fala, Yuriy argumentou que o jornalismo tem suas normas deontológica, metodológica e epistemológica internas, autônomas, que precisam ser autônomas, que têm algo em comum, inclusive, com as normas da ciência – por exemplo, o ceticismo organizado e a ideia de publicidade, de tornar público –, mas que também tem normas específicas da profissão jornalística, do ofício e que não são, necessariamente, as mesmas normas relacionadas com o mercado profissional. Assim, como ele explicou, é comum que, entre Jornalismo e igreja, Jornalismo e judiciário, Jornalismo e mercado, ocorram enfrentamentos, mesmo em um estado democrático de direito tal como com a ciência.

Ressaltou, em sua fala, que sempre houve momentos em que estruturas e grupos de interesse no Estado necessitam e têm como tática específica ameaçar jornalista, ameaçar intelectual, ameaçar cientista, e que sempre houve momentos em que o

cientista, a Universidade, os intelectuais são vistos como perigos. O que muda nessa situação atual da informação, em sua opinião, não é tanto o ataque à ciência: “Não se trata da existência ou não de um movimento anticiência, mas ocorre que, no populismo atual que se vive neste momento, existe um ataque planejado, orquestrado, sistemático e bastante equipado, com ferramentas sofisticadas, para atacar todos os pilares do tecido da vida civil comum democrática”.

O pesquisador discorreu, ainda, acerca dos grandes fabricantes de mentira, cujo objetivo explícito é fazer com que a população não possa mais confiar na Universidade, na mídia profissional, na ciência e, sobretudo, no governo, especialmente no Judiciário e no Legislativo, sendo isso que torna tão poderoso o surgimento dessas lideranças de populismo digital. Nesse ponto, Yuriy lembrou que a Itália foi cobaia antes mesmo que Estados Unidos e o Brasil, pois esses tais de engenheiros do caos fizeram isso muito bem-feito naquele país, com o movimento 5 estrelas já bem-estudado.

Ele afirmou, então, que a primeira coisa que gostaria de ressaltar é em que sentido a divulgação científica é também um ato de resistência, “mas não um ato de resistência só porque diz a verdade ao poder, contra o poder ou apesar do poder. Não é um ato de resistência só porque desmistifica mitos, porque as mentiras não são mitos”. Afirmou ficar muito incomodado com os jovens cientistas que se improvisam como divulgadores, ou jovens jornalistas científicos, que têm essa mania de falar os cinco mitos e cinco fatos sobre a vacina. Para ele, é necessário desmistificar a desinformação de que a vacina causa autismo. “Não se trata de um mito, é uma fraude, simples assim. Não tem nada a ver com mito, não está associado a heróis fundadores, não existem rituais que fazem parte daquilo, não tem uma história de origem, ou seja, não é um mito, pelo contrário, pois os mitos são muito importantes para a ciência e para o jornalismo”, reforçou.

Segundo a fala de Yuriij, a ciência funciona institucionalmente graças a uma série de mitos importantes. O que ele chama de mania de combater o mito, que tem um pouco disso que a Mariluce disse anteriormente, precisa ser interpretado de uma forma mais política: “É desmistificar as vacinas não como se o movimento antivacina tivesse algo a ver com mitos, mas, na verdade, com irracionalidade ou com ignorância. É preciso evitar um gesto errado e ver em que sentido divulgar a ciência permite resistir ao desmonte, essa catástrofe que se vive no momento”.

Ele ressaltou, ainda, em sua fala, que a desinformação não é ignorância, não é fruto e nem causada pela falta de alfabetização informacional e científica da população, mas um produto da desinformação desejada, planejado por seus fabricantes. Segundo Yuriij, “não é que as pessoas acreditam que, dentro da vacina, está escondido um chip só porque são ignorantes; as pessoas se tornam mais e mais ignorantes e mais e mais fragmentadas nesse solipsismo⁴ agressivo das paredes como produto de uma campanha que tem como objetivo dinamitar esses quatros pilares: intelectuais e Universidade, a ciência como instituição, a mídia e o governo”.

Para Yuriij, criar artificialmente a ignorância é mais um efeito do que uma causa, a desinformação é uma arma, então, a divulgação científica é a resistência contra gente armada. “É uma arma tática criada inclusive na Guerra Fria com técnicas específicas, então, se os divulgadores estão combatendo contra gente armada, trata-se mesmo de um ato de resistência, no sentido da existência dos partidários italianos durante o nazifascismo. São armas, não são irracionalidade, histeria, ignorância que a gente vai corrigir disseminando noções”.

4. Concepção filosófica de que, além de nós, só existem as nossas experiências. Trata-se de uma consequência extrema de se acreditar que o conhecimento deve estar fundado em estados de experiência interiores e pessoais, não se conseguindo estabelecer uma relação direta entre esses estados e o conhecimento objetivo de algo.

Ele citou, como exemplo, o fato de que ser antivacina não tem nada de intrínseco, nada que caracterize alguém como um antivacina o faz de direita ou de esquerda. Para ele, depende de que tipo de populismo decide cavalgar, que tipo de teoria da conspiração, para fazer daquilo uma marca identitária, com característica determinada: “Assim, o fato de que a ultradireita racista, e que pontua claríssimas marcas do fascismo, aqui nessa região, esteja se apropriando de muitas das teorias da conspiração é uma característica de uma tática política, ou seja, é possível ser antivacina porque a pessoa foi afetada por uma desinformação que tem como foco o emocional, com vistas a criar riscos visíveis”.

Segundo Yuriy, o movimento antivacina, antes da pandemia na Itália, era o movimento principalmente de pessoas de alta qualidade e de centro esquerda ou de esquerda radical. Deste modo, conforme suas palavras, “não existe nada em si que confirme que, para alguém ser cloroquiner tem de ser também neofacista, pois não se trata de algo automático, mas uma escolha; a pessoa pode decidir constituir-se antivacina com outro tipo de mensagem, dizendo que vacina tem perigo para saúde, causa câncer, Alzheimer etc.”.

Percebe-se, desse modo, como destacou Yuriy, a construção de outro tipo de grupo social de antivacina, então, para esse grupo, é necessário outro tipo de divulgação científica. Neste contexto, a divulgação científica, automaticamente, deixa de ser mera disseminação de informação, como explicado pelo pesquisador, pois tem de levar em conta a política daquele ato de desinformação ou, ainda, o objetivo político de interesse, pois o antivacina nasce de um movimento ligado a interesse econômicos principalmente, “são donos de empresas que ganham se você recusar a vacina e se tornou um movimento de interesses políticos de ataque a democracia, a depender do país”.

É possível, por exemplo, como explicado pelo palestrante, que o antivacina seja um movimento de cunho religioso, ou de fundamentalismo religioso, como na Itália, em que os antivacinas se misturaram com os fundamentalistas religiosos, e que afirmam que existe feto abortado dentro da vacina. Isso, conforme ele disse, muda toda a vertente, não se trata de mitos, mas de mentira antivacinal explicitamente nazista e homofóbica, por exemplo, como nos casos em que dizem que dentro da vacina está escondido uma substância que transforma seus filhos em homossexuais. “Há uma propaganda violenta com imagem muito violenta, aliada à mentalidade de conspiracionistas, que querem ver os bastidores ocultos da história aí e dizem que o Bill Gates está por trás dessa história toda. São várias as maneiras de você fabricar controvérsia onde não tem, fabricar dúvida e desconfiança onde não existia”, alertou.

Para Yuriij, é ainda muito importante citar, também, o caso do desastre da democracia italiana e do colapso dos partidos italianos que, após a operação “mãos limpas”, levou ao surgimento de um movimento como o “5 estrelas”, que, inicialmente, era o grupo político de centro-esquerda, progressista, e que “decidiu ganhar eleições, destruindo a política, apresentando-se como antipolítico e cavalgando, por exemplo, entre promessas eleitorais de lutar mundialmente contra as estrias químicas, que são estrias que os aviõezinhos deixam quando voam, porque eles decidiram comprar toda essa conspiração com substâncias químicas para manipulação da humanidade”. Como ele apontou, essa proposta estava no programa eleitoral deles e assim se transformaram em um partido populista de centro-esquerda, em um partido aliado do neofascismo italiano, xenófobo e racista, que foi pautado e pautou esses grupos radicalizados e pulverizados na internet.

Yuriij afirmou ser essa a primeira coisa a dizer, que o que está em jogo não é uma ameaça à ciência, não são

movimentos anticiência ou que os brasileiros deixaram de confiar na ciência. O que está em jogo, conforme explicou, são movimentos que, para detonar e enfraquecer a democracia, decidem atacar ao mesmo tempo, com grande violência e com base em calúnias, os pilares do funcionamento do Estado democrático, incluindo o jornalismo, os poderes Judiciário e Legislativo, as Universidades e os intelectuais da ciência. Assim, a ciência é um dos alvos, mas não é objetivo, o objetivo é a democracia e o jornal *New York Times* mostrou isso muito bem.

Conforme exposto por Yuriy, segundo a famosa carta ao público de alguns anos atrás do NYT, essa polarização pretende ameaçar a hipótese fundacional, de que pode existir um ponto de partida comum, uma verdade, a partir da qual se diverge para fazer política. E essa hipótese pode existir a partir de uma base factual, comum, a partir das quais as interpretações das escolhas políticas divergem. “Existe uma cola que mantém uma sociedade unida, então, o objetivo é destruir o tecido social e transformá-lo em algo totalitário de tipo específico de demagogia totalitária”, destacou.

O palestrante disse que dialoga com essa tese, porque muitos jornalistas caem na desinformação produzida por eles mesmos ao comprar essa ideia de que a ciência está sob ataques por forças malucas irracionais históricas. Encontram-se facilmente manchetes de que os brasileiros não confiam na ciência, mas estão erradas: “Se você ler o artigo completo, não é isso o que se diz, os dados dizem o contrário disso, mas é possível ver muitos jornalistas e muitos cientistas divulgando apenas a manchete”. É necessária, na visão de Yuriy, uma educação do público para não parar na manchete, para ler a matéria toda, a fim de que encontre também a informação de que os cientistas são os profissionais em que os brasileiros mais confiam, mais do que em líderes religiosos, militares ou políticos. “É exatamente essa confiança que o

populismo precisa e pretende afetar, por isso, as calúnias de que intelectuais e cientistas são maconheiros, traficantes de drogas, pedófilos etc. A cada semana, o ataque é claro e direcionado justamente a isso, mas porque essa confiança é forte”, enfatizou.

Então, como indicado pelo pesquisador, ao “ficar com essa mania de que as pessoas são irracionais, portanto, os ignorantes, e, portanto, que não confiam na ciência, só se consegue fazer resistência nomeando o inimigo, em certa medida, enxergando-o em seu próprio público, e se acaba achando que o inimigo é o público irracional, vítima de Teoria da Conspiração, perdendo-se totalmente o foco político democrático de qual é a relação entre ciência e democracia na comunicação, jornalismo e democracia”.

Segundo Yuriy, números e dados mostram que, se alguém acredita que a mudança climática é uma farsa, isso não o caracteriza necessariamente como antivacina ou terraplanista, pelo contrário, normalmente, a fonte dessas crenças não é ignorância, não é falta de acesso à informação. Então, essa mania de preencher informação não resolve um problema, a fonte principal dessas crenças depende de cada Teoria da Conspiração que, em alguns casos, tem a ver com política. Por exemplo, segundo ele, os conservadores tendem a acreditar em negacionismo climático muito mais que os progressistas, independentemente do grau de escolaridade e de alfabetização científica. Os neoliberais extremos, ainda conforme o que disse Yuriy, tendem a ser contrários à obrigatoriedade da vacina, mas tendem ser a favor do transgênico, “não compram a Teoria da Conspiração de que o transgênico é uma ameaça para a humanidade, pois a questão de trajetória moral e do posicionamento político na pós-verdade é um fator muito mais poderoso do que só a alfabetização científica”.

Para Yuri, o objetivo inicial, de um divulgador científico ingênuo, ao buscar democratizar o conhecimento, no sentido de alfabetizar cientificamente as pessoas, é um objetivo que hoje é limitado demais, inclusive porque se esquece ou confunde o que significa democratizar. Democratizar, como indicou o palestrante, não significa nem ensinar nem passar informação, nem aumentar o conhecimento das pessoas, significa dar poder ao povo, poder de decidir: “Você pode alfabetizar para dar ferramentas ao povo, mas democratizar significa que eu deixo de decidir em nome das pessoas e as pessoas vão decidir se se vacinam ou não”.

Na sequência, Yuri afirmou que existe muita reprodução dessas ideias simplórias de que o medo gera a ignorância e a ignorância gera o ódio. As pessoas não estão odiando a ciência, disse. Ele apresentou, em outras lives, números e dados que mostram que é um equívoco achar isso. Afirmou que, para os poucos que têm rejeição contra a ciência, tal rejeição não vem da ignorância, vem ou da política ou da moral ou da religião ou de conflitos em geral, construídos para que as pessoas entrem em choque de colisão com afirmações científicas ou com autoridade cultural epistêmica da ciência.

Para ele, essa ideia de que “o pobre divulgador científico está tentando mostrar a verdade para o povo obscurecido pela desinformação e que o povo não vê é uma metáfora errada para nós, é a velha metáfora, mito, um grande mito do divulgador científico, um mito que leva uma velinha, uma casquinha de luz para o povo que vive nas trevas da superstição”.

Ele alertou que a visão de esse cientista, em um nível superior, tentando mostrar a realidade para as pessoas abaixo dele é uma péssima metáfora para entender a divulgação como resistência: “O caminho não é subir uma escada e gritar para alguém lá embaixo acordar para a vida. Não é desmontar mitos contra fatos, não é construir uma

cruzada sendo *cheerleaders* da ciência usada para falar nos megafones, datilógrafos do cientista em defesa e advocacia da ciência, não é fazer reducionismo, porque, se o objetivo é a cultura científica, é preciso entender que cultura não é conhecimento, é algo feito de valores/bússolas morais, simbólicas e estéticas de relações de poder, diferentemente também de alfabetização”.

Para Yuriy, se é a cultura científica que se busca, estão querendo sim mitos, falar de desigualdades, falar de poder. Por outro lado, se é cidadania científica que se almeja, não se quer só alfabetizar as pessoas informacionalmente para detectar o que é suspeito, mas que as pessoas tenham cidadania, que sejam cidadãos, alguém que, além de possuir um RG, conhece seu território e sabe que pertence à ciência. Se a gente quer construir cidadania científica, refletiu o palestrante, o que se pretende é construir gente que se sente pertencente à ciência, não se quer apenas alfabetizar cientificamente, mas cidadãos que tenham o direito de tomar decisões sobre a ciência em relação com o mercado, poder e política. Trata-se de algo no sentido do que explica Dora Haraway, pois “não vamos fazer guerra, vamos fazer parentesco, vamos conectar as pessoas com a ciência”.

Neste sentido, Yuriy enfatizou, novamente, que o divulgador não está transmitindo no sentido intermediário, como se fosse para preencher um cabeça vazia e coitada de um público deficiente e vítima, ele é um mediador que tenta traduzir e construir conexões ativamente. “Essa ideia da Persephora é muito melhor para entender a divulgação científica como resistência”.

Ele encerrou dizendo que, se a tática da desinformação é construir a controvérsia, fabricar a dúvida, fabricar a desconfiança e atacar a ciência, esse é apenas um dos objetivos dessa máquina e a contra-máquina deve ser a refabricação de relações, não de informações, “não falta informação contra

desinformação, falta relação, conexão subterrânea, raízes que vão trazer as pessoas para dentro ou para cima da escada em que se encontra a ciência”. Não se trata, a seu ver, de gritar de cima qual é verdade para todo mundo ver, conforme salientou, afirmando chamar isso de um tipo específico resistência, “a insistência”. Yuriy justificou que resistir é o que se fazia na década de 1960, 1970, quando se nomeava o inimigo e construía um muro identitário, uma película com a qual se separava do inimigo do qual se era vítima, tinha-se o direto à resistência e à autodefesa. O inimigo era o quê? O Estado, o patriarcado, o capital. “Não que esse inimigo tenha deixado de existir, na verdade, ficou muito mais perigoso, porque ele transforma todos nós em cúmplices e eu acho que não tem mais excluídos do sistema, tem incluído sem dinheiro, sem direito, o morador de rua não é excluído do sistema capitalista, se ele fosse, não precisaria de dinheiro para sobreviver. Ele é incluído no sistema sem ter acesso ao que o sistema exige para você sobreviver nele”, detalhou.

Se são todos incluídos, e não são vítimas puras e inocentes, como Donna Haraway afirma, quando cria o manifesto ciborgue, “vamos aos mitos para fazer política”, ou seja, reinventar esse muro do “nós contra eles” em vez de “com identidades essenciais”, proletários contra capitalistas, mulheres contra o patriarcado, Yuriy destacou ser preciso entender que são participantes, peças, engrenagem. Afirmou chamar a isso de insistência, ou seja, em vez de resistir, colocando-se como puros e inocentes e, supostamente, mais objetivos que outros, contra o inimigo além do muro, que é uma locomotiva enlouquecida que irá atropelar a todos, saber que existem, no interior dessas relações, pedaços daquele fascismo, pedaços daquele populismo, ajudando esse populismo digital a funcionar no tiktok, no Instagram e trabalhando gratuitamente milhares de horas por esse sistema que faz isso.

Menos que vítimas que resistem contra esse inimigo externo poderoso, Yuriij afirmou que as pessoas são engrenagens que podem insistir, ou seja, existir no interior e conhecer as conexões que as ligam a esse sistema e, portanto, de dentro para fora, de baixo para cima, transformar a realidade. A essa ação direta ele chama de insistência, que não é contra-resistência, um tipo de resistência que é uma metáfora mais efetiva, o mito mais efetivo do que Prometeu para pensar divulgação científica como resistência.

Yuriij, ao dizer que, “se os divulgadores científicos são um pedaço da sociedade, não estão em cima da escada, se são uma parte desse sistema que é tão miliciano neste momento, por exemplo”, concordou em sua fala com Mariluce, de que é possível fazer divulgação científica de dentro para fora e de baixo para cima. A ideia é coprodução de divulgação científica com aqueles que, até então, eram chamados de público, e que passa a ser parceiro, ou seja, trata-se de colocar a divulgação mais no lugar da extensão do que no lugar da comunicação institucional, por exemplo, da comunicação pública, como antigamente.

Ele afirmou que a última coisa que pretende fazer é uma proposta de despolitizar divulgação, porque a ideia de neutralidade artificial para divulgador, esse clima de desconfiança, vestir o jaleco branco imaculado e dizer que só revela fatos para os demais enxergarem, na verdade, não é mais eficiente, é menos eficiente. A seu ver, assumir que a ciência faz parte da política das relações de poder e que a divulgação científica também faz parte e que existe perspectiva, de que são mediadores e não intermediários, que são agentes e não vítimas dessa situação, é muito mais efetivo para uma divulgação científica do que resistir ao desastre pelo qual, infelizmente, a sociedade está passando.

Na sequência das falas na live, Ricardo Alexino iniciou a terceira e última participação do evento, afirmando que já

faz parte há muito tempo do grupo, desde quando ainda era chamado de GT. Chamou a atenção para a importância que se repete pela complexidade constante de discorrer sobre o assunto, principalmente, no contexto proposto, de falar da divulgação científica como prática de resistência em tempos de pandemia e negacionismo. Afirmou que, geralmente, costuma dizer para os alunos que a melhor forma de lidar com uma atividade de pensamento científico, como o jornalismo científico, é não aprisionar a ciência dentro da editoria de ciências.

Segundo Alexino, é preciso definir o que vem a ser ciência. É muito comum o jornalista atribuir ciência a outras áreas e não ver que ele próprio está produzindo também ciência, não sendo apenas um intérprete de ciência. O jornalista que conseguir entender esse tipo de construção, é muito importante para que ele possa fazer a divulgação científica. Neste sentido, cabe propor várias reflexões sobre a ciência, pois é necessário ver que os agendamentos têm sido feitos hoje pela extrema-direita, tem sido a crítica sobre a ciência, uma crítica sobre as Universidades, críticas sobre o jornalismo, mitologia e mito como campo de construção da subjetividade (Jung/Freud), ou seja, “até isso tentaram roubar do universo da sociedade atual”.

Para Alexino, quando se abordam ciência, universidade, jornalismo ou mesmo construção da subjetividade, é necessário que se possam elaborar críticas dentro desse processo e a extrema-direita se apropriou de todas essas as pautas postas, as desconstruiu e as negou. Deste modo, segundo ele, cada vez que se quer fazer uma crítica sobre a ciência, sobre as Universidades ou mesmo sobre o jornalismo, surge a necessidade de se colocar uma nota de rodapé dizendo que essas críticas são diferentes das críticas apresentadas pela extrema-direita.

Para ele, existe hoje aquilo que ele chama de dois paradigmas importantes: o pós-colonialismo, que vai pensar quais são os resquícios que ficaram do período colonial, e a decolonialidade, que fala de novos sujeitos, novos narradores, pois isso é importante quando se fala da ciência. Ele explicou que, geralmente, se pensa muito a ciência numa perspectiva da utopia e o que se observa é que a ciência, por si só, foi muito mais discurso das elites. Ao se observar a segunda metade do século 19, em que se constrói o ideal de que essa elite tem um discurso civilizatório, que é a ciência, e que essa ciência poderia também resolver tudo, o que se pode chamar utopia, que vem do Thomas More, lá do século em que o autor fala que tudo pode ser perfeito, existe uma cidade-Estado perfeita, mas a proposta é pensar ciência, universidade e jornalismo dentro de uma construção distópica. O termo distopia surge por Stuart Mill no fim do século 19, quando ele afirmou que nada é perfeito, que nada é utópico como propõe Thomas More, o mundo é um lugar ruim, o mundo é competitivo, é cheio de privação e infelicidade.

Alexino afirmou acreditar que a ciência, o jornalismo e a própria Universidade, dentro desses tipos de construções, permite pensar em uma ciência menos utópica, porque o que se está vendo hoje são dois limites e os dois não são bons: um que nega esse tipo de pensamento, esse tipo de construção, a negativa da ciência e, por outro lado, o de que se está vivendo hoje uma idealização da ciência. “Que ciência é essa da qual está se falando, que está acima de tudo? Que os políticos, o tempo todo, os que são contra a visão da extrema-direita, dizem que precisamos ter um pensamento científico. O que significa esse pensamento científico? Desde quando essa ciência foi despida e colocada uma pureza nela?”, questionou.

Segundo Alexino, é preciso rever também esses conceitos, para que não se caia nem em um lado nem no outro e que se procure entender a ciência dentro do processo

distópico, mas, para isso, é necessário fazer uma viagem lá para o século 19, principalmente, a segunda metade do século 19. Para ele, fala-se muito em divulgação hoje. “No século 19, os jornais trabalhavam com sessões científicas, essas sessões eram muito populares, era um lugar em que a elite se via muito próxima do pensamento europeu, por isso, ela vai trazer aí os paradigmas positivistas de Auguste Comte, que estava sendo discutido na Europa, e o evolucionismo de Darwin, que também estava sendo discutido na Europa”, detalhou. A divulgação, como explicou o palestrante, permite a essa elite poder falar que ela domina a ciência e que ela não tem nada a ver com o popular. Trata-se de uma briga constante. Com a utilização da ciência para dizer que não é popular, é possível vivenciar essas distorções. As prevalências temáticas dessa ciência dentro dos jornais da segunda metade do século 19 é raça e eugenia, são as teorias raciais. É aquilo que vai sendo construído e que vai gerar, na primeira metade do século 20, o que a sociedade chama de nazismo, conforme salientou.

Para Alexino, quando se diz que essa ciência é boa por si só, é preciso entender o nazismo, pois, dentro do pensamento nazista, foi muito utilizado também o pensamento científico e que levou, no decorrer do século 20 pós-nazismo, a pensar as questões dos campos éticos, a ética na pesquisa e uma série de outros elementos. “Para se ter uma ideia, é possível trazer como fonte *o retrato em branco e negro* da Lilia Schwarcz, ao discorrer sobre o exercício da Medicina e o novo regulamento da junta de higiene, uma matéria da Província de São Paulo de junho de 1884, portanto, quatro anos antes da abolição da escravização e cinco anos antes da República”, observou. O texto discorre, segundo ele, “*contra os curandeiros, para que os regulamentos possam ser postos em execução, sem justiça improbidade científica, exige que previamente se prove que os curandeiros*

erram sempre e que os médicos diplomados sempre acertam”, e afirma, ainda, “sobre os tempos imemoráveis, o povo, os curandeiros, os charlatões sustentavam a contagiosidade da física nesse momento todas as classes da sociedade protestam com a mesma cívica aspiração e eliminação geral dessa chaga social. Os indígenas já foram substituídos pelos europeus, esses são os representantes da civilização” (Provincia de São Paulo, junho de 1884). Trata-se de uma matéria de produção da Provincia de São Paulo, que, logo depois de 1889, vai se tornar no Jornal O Estado de São Paulo, que é o jornal que se tem até hoje, como informou Alexino.

O palestrante apresentou também outra matéria, já no período do Correio Paulistano e no período pós-República, em 1892, e que coloca da seguinte forma a informação: *“os escravos com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos com uma contratação de chineses, o negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor ideia de religião, de outra vida moral e nem sequer de Justiça humana. Dançar no domingo, embriagar-se era sua única atividade, já os chineses são gente lasciva a último grau, escória acumulada de países de relaxadíssimos costumes... São todos ladrões, jogadores a um grau incompreensivo, admitindo a possibilidade de introduzir esses leprosos de alma e corpo, quanto gastarão estado de São Paulo em cárceres com aumento da criminalidade que resultará imediata” (Correio Paulistano, 19 de julho de 1892).*

Alexino apresentou essas matérias, que estão dentro das sessões científicas desses jornais, que misturam muito a ideia de ciência com a construção de um pensamento de uma elite. A matéria de 1878, da província São Paulo, dizia que *“pesam mais o cérebro dos alemães, ingleses, suíços, italianos e suecos, o cérebro francês está entre apenas de muitos outros povos como lapões, chineses e japoneses”*. Esses tipos de construções, defendendo um pensamento das teorias raciais, são muito presentes dentro desse processo. Assim, é

importante colocar esse tipo de situação para que se entenda como a ciência era vista nesse Brasil da segunda metade do século 19 e como as Universidades eram construídas.

O pesquisador afirmou que as primeiras universidades que surgem no Brasil são para formação das elites econômicas, exaltação dos privilégios (com o termo Doutor) para fornecimento de títulos. Em 1808, surge a Faculdade de Cirurgia da Bahia, a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro também em 1808, a Faculdade de Direito em Olinda em 1827 e a Faculdade de Direito de São Paulo também em 1827. É interessante que, no Brasil, como indicou Alexino, a ideia de construção do conhecimento não está para promoção da mudança da sociedade, mas para a manutenção de privilégios. Ressaltou que inclusive o termo Doutor é um tema polêmico, uma vez que, como se sabe, doutor é quem fez o doutorado, no entanto, o termo é amplamente utilizado como sendo algo ligado ao poder e não ao conhecimento.

Para Alexino, então, torna-se necessário, na contemporaneidade, questionar O que são ciências? Como é que essas funcionam? O que as ciências significam? E, para isso, cabe fazer o uso da teoria geral dos sistemas, porque tal teoria permite contextualizar o fenômeno, compreender o fenômeno no tempo e fazer projeções desse fenômeno. Ao fazer isso, é possível perceber aquele que está fazendo a divulgação científica, aquele que está produzindo ciência, como ele se vê, como é que se dá esse processo.

Para Alexino, é muito complicado o jornalista na cobertura de ciência, porque, primeiramente, ele não ve a sua área como um campo científico, então, é muito difícil fazer o jornalista entender que o seu campo é o das ciências da comunicação, é um campo complexo, carregado de processos também complexos. “É muito difícil porque, geralmente, ele não se vê também como cientista, ele não se vê também como um pesquisador”, observou.

Alexino afirmou que o jornalista, ao entrevistar um cientista, fica muito submisso à fonte, então, são fontes viciadas, repetitivas. A percepção da produção jornalística também deveria passar por crivos interdisciplinares e transdisciplinares e acaba também não passando, e o jornalista, ao escrever matérias sobre ciências, consegue uma proeza que é muito nefasta, porque ele fala quando surge a ideia e ele pula imediatamente para os resultados. Em sua avaliação, muito poucas matérias discutem, por exemplo, metodologia, algo que esse jornalista, por ser formado numa área no campo científico, deveria valorizar bastante e ele não valoriza. “O jornalista quer trabalhar ali com o factual e a cobertura de ciências também acaba se restringindo às áreas de exatas e biológicas, quando, na verdade, não deveria. Esses termos, exatas e biológicas, estão sendo muito modificados hoje, porque as áreas estão cada vez mais em constante transformação e, muitas vezes, matérias jornalísticas trazem o tempo todo o pensamento positivista de Augusto Comte lá da segunda metade do século 19. Não trazem, assim, a interdisciplinaridade e nem a transdisciplinaridade”, acrescentou.

Alexino afirmou que outro ponto a ser observado vem do paradigma que se vive atualmente, a decolonialidade, que seria justamente fazer com que o pensamento científico deixe de ter apenas como referência o pensamento europeu e procurar novos pensamentos. Então, a seu ver, é necessário que se comece a pensar se indígenas, africanos produzem ou não produzem ciência. Produzem ou não conhecimento?

Segundo o palestrante, a ciência está tão eurocentrada que, hoje, pegam-se os planos de ensino, por exemplo, das disciplinas da USP, e a maior parte tem autores europeus. É necessário, então, que se verifique esse tipo de processo também. Discorreu, ainda, sobre as coberturas sobre a pandemia, em especial sobre a matéria “Israel avança em vacinação e retorna a uma certa normalidade”, matéria que

saiu na ISTOE falando sobre a vacinação em Israel. “E sobre os palestinos que sofrem uma grande violência do governo e como é que eles ficam? Não se fala nada sobre a vacinação dos palestinos”, questionou.

Por outro lado, Alexino alertou que não se produz, produziu-se muito pouco sobre o continente africano com relação às vacinas. Segundo ele, o único país que aparece na questão da pandemia foi quando mencionada a variante da África do Sul. Deste modo, é necessário, como salientou, pensar qual é o papel da ciência, pois uma matéria científica de fato trabalha com contextos, com conexões de ideias e com alguns outros tipos de elementos. O que se percebe é que as matérias de ciências estão muito viciadas, apresentam a criminalização da natureza ora vingativa, ora cruel, ora vitimizada, é factual e com vida cíclica. Quem se lembra da febre maculosa, por exemplo? Do Ebola? Da doença de Chagas? Da gripe suína, que é uma adjetivação? “Provavelmente, daqui a uns três, quatro anos, talvez ninguém vá estar mais falando de covid”, sinalizou.

Alexino argumentou, em sua fala, que se trata de interesses da classe média, sendo muito importante observar que as primeiras matérias que saíram sobre a pandemia eram voltadas para a classe média, falava-se do isolamento social, de as pessoas ficarem em casa aos primeiros sintomas, que se isolassem dentro de um dos cômodos da casa, para evitarem transporte público, pegarem veículos por aplicativos ou táxi e sentarem no banco de trás, abrirem a janela, comprarem máscaras e álcool em gel. Muitas vezes, os helicópteros sobrevoavam favelas, principalmente, de grandes cidades como São Paulo, e os jornalistas ficavam aterrorizados porque as pessoas daquele lugar estavam todas ali na rua. Neste contexto, como apontou Alexino, é que fica a questão: Como é que uma pessoa, morando em dois cômodos, em cinco pessoas, como é que elas irão produzir o isolamento social?

E as matérias só começaram a mudar porque esses grupos cobraram uma cobertura mais democrática da imprensa.

Seguindo sua argumentação, ele afirmou ser interessante observar, também, que, mesmo no campo do trabalho, é muito comum tomar uma posição contra qualquer tipo de movimento social. Um dos exemplos, uma greve dos motoristas de ônibus, deixar milhares de pessoas a pé por causa da greve, é uma visão fechada de um fenômeno também científico. “Você está falando da questão do trabalho, está falando da questão econômica. Então, é necessário trazer a ciência para dentro desses discursos”, alertou. Alexino sinalizou, como exemplo, que um outro título possível poderia ser Motoristas fazem greve por melhores salários. Segundo ele, tais exemplo sinalizam que o pensamento científico não é neutro e nem imparcial, ele implica uma série de elementos. E o jornalismo também é muito marcado ainda, mais por ser acusativo do que por qualquer tom reflexivo. A seu ver, as fontes são viciadas e repetitivas, então, o que se tem é uma monossemia ao invés de uma polissemia e o jornalista acredita nos conceitos de verdade, objetividade e imparcialidade.

Em sua fala, Alexino destacou que um outro elemento que passa pelo jornalismo, e vai passar pela própria construção do pensamento científico, é o campo do consenso, que é muito mais presente, e que se pode ter um campo dialético, em que várias visões diferentes poderiam acontecer. Afirmou que o colocaria, talvez, em um processo de reflexão acerca do que se chama de Ciência, do que se chama de Jornalismo e do que se chama de Universidade, pois é necessário fazer uma crítica: “O pensamento da extrema-direita é um pensamento perverso, antidemocrático e altamente destruidor, assim, é necessário não jogar também para um outro lado, colocando ciência, Universidade e jornalismo como se fossem elementos acima do bem e do mal. É necessário também que se perceba que, quando se fala muito em ciência, existe uma reificação

da ciência, que é a transformação da ciência em mercadoria”. Isso, os laboratórios farmacêuticos têm feito de forma muito presente, muito frequente e, hoje, muitos países estão pedindo a quebra das patentes das vacinas porque eles não as têm, salientou o pesquisador.

Alexino afirmou ficar pensando em que tipo de jornalismo científico está sendo feito ao não relatarmos os 54 países da África, uma vez que foi ministrado curso em países africanos e a pandemia está acontecendo lá também. “É divulgação científica ignorar isso? É divulgação científica não trazer para a sociedade como um todo uma reflexão profunda? É comunicação científica trabalhar com aquilo que é universo apenas da elite?”, indagou.

Para Alexino, essas questões merecem reflexões, embora afirme não ter certeza de como seria diferente, como jornalista, como pesquisador e, também, como professor, afirmou não saber como seria diferente. Também existe outro detalhe, segundo ele: acredita-se que a divulgação científica, o jornalismo científico seria algo que atrai muito os estudantes de jornalismo: “Nos primeiros anos, eles não gostam da divulgação científica, ela só vai aparecer como um objeto de desejo nos últimos anos ou, então, depois que se acaba a graduação. É necessário também ver o porquê desse desinteresse nos primeiros anos”. E, ainda, como destacou, é preciso ver por que não levar para os cursos de comunicação a ciência, que, em sua visão, tem um viés dialético e teria de quebrar o campo do consenso. “Por qual motivo não é trazido para os cursos de jornalismo esse pensamento científico dialético?”, acrescentou.

Alexino finalizou sua fala argumentando que, da mesma forma, os estudantes, de jornalismo, por exemplo, não gostam das teorias da comunicação. Ressaltou, contudo, que esses elementos colocados não são, em hipótese alguma, para depreciação aos estudantes, aos jornalistas, aos professores,

mas se trata de uma possibilidade de reflexão e uma reflexão que pode fazer frente concretamente ao pensamento negacionista.

Ao fim do evento, o público apresentou três perguntas. A primeira foi a de Ana Beatriz Tuma, sobre como o jornalismo deve lidar, de um modo geral, com o movimento antivacina no Brasil, especialmente em relação à Covid-19. A pergunta foi parcialmente respondida durante as falas. A segunda, de Aldo Damasceno, questionou se o problema da desinformação não é a falta de informação, então, se pode apontar que a falha está na falta de acesso à educação e o consequente senso crítico que leva para além das crenças morais ligadas a religião, por exemplo. A terceira questão, de Robson Silva, perguntou qual deve ser o discurso da divulgação científica, já que é possível haver aproximação e distanciamento entre a linguagem científica e a jornalística.

Mariluce Moura se propôs a responder a terceira pergunta e afirmou que, em sua visão, não existe O discurso da divulgação científica, pois a divulgação científica compõe uma série de práticas. Ao se pensar o jornalismo científico, por exemplo, ele é, em parte, uma das formas de divulgação científica, mas é também algo existente por si, como um campo de conhecimento. Ela disse discordar um pouco de Ricardo Alexino, pois não se trata de um tipo de conhecimento científico, mas de um outro modo de abordar a realidade, o jornalismo científico é uma das formas possíveis de divulgação científica, de ser incluído na divulgação científica todo o trabalho desenvolvido pelos museus, o trabalho de produção sobre ciência em cinema, teatro, música, exposições. Ainda para Mariluce, a divulgação científica é também aquela parte feita pelos cientistas, com suas narrativas em diferentes plataformas (livros, vídeos, podcasts etc.), assim, não há uma linguagem de divulgação, científica, um discurso de divulgação científica. O que há, conforme ela disse, é um campo se apropriando das informações e das questões

propostas em um outro campo, que é o campo científico. Um campo da cultura se apropriando daquilo que é posto em outro campo da cultura e retrabalhando isso em suas próprias narrativas e linguagens.

Mariluce afirmou que, quanto à aproximação entre os discursos do jornalismo e ciência, cabe destacar que o jornalismo tem um compromisso fundamental e histórico de cobrir, mostrar, revelar e refletir sobre determinadas questões factuais, jornalismo é uma narrativa baseada em fatos, de forma inteligível, para um público o mais amplo possível. Tornar fácil e factível, fatos relevantes para a vida social. A abordagem da ciência é, em geral, uma tentativa de compreensão e construção de determinados achados, formulações, reflexões dentro de um campo próprio, sistemático, com metodologia própria etc., e as aproximações são transculturais, como se vai de um universo cultural a outro, como se estabelecem pontes, enlaces, entre dois campos, que viabilizem narrativas inteligíveis às formas de um campo e outro.

Alexino complementou a fala de Mariluce, ressaltando que gostaria de elucidar a necessidade de retirar a ciência apenas das editorias de ciência, pois ela está presente em tudo na sociedade. Quando se fala em ciência, é necessário definir que ciência é essa da qual se fala? Como ela se constrói??? Não está acima do bem e do mal e, por vezes, serve para aprisionar as pessoas em ideologias, para aprisionar por meio de determinadas teorias, como as teorias raciais, ou também pode servir como libertação de certos processos históricos. É algo fluido e que precisa estar presente dentro da sociedade e, quando se fala em democratização da ciência, é justamente possibilitar que as pessoas possam ser instrumentalizadas para desenvolver o seu pensamento. É necessário deixar de ter a ciência apenas dentro de um universo de construção eurocêntrico, ver que os povos indígenas e os povos africanos, no decorrer da história, também produzem ciência, também

desenvolveram pensamento científico e conhecimento. E, ainda, discorrer sobre a questão da utopia, que é pensar a ciência como sendo um espaço de privilégios, assim, só é possível entender a ciência e sua existência dentro da distopia.

Yurij finalizou respondendo à segunda questão e informando que o problema da desinformação não está na falta de informação, mas neste contexto de que a desinformação sempre existiu, é uma das armas e, também (fofoca, rumores etc.), um dos modos de funcionamento da sociedade. Essa desinformação, essa máquina que se vive atualmente, que faz da desinformação uma arma de ataque à democracia, essa específica, sim, é um problema em que a questão não é a falta de informação ou a ignorância, mas a falta de cidadania, em que o cidadão tenha identidade, pertença ao mundo cultural, científico, de saberes, esteja conectado, tenha poder e responsabilidade. No Brasil, falta o senso crítico, pois a crítica (em grego) diz respeito a conseguir separar, discernir as partes do problema e reconhecê-lo, desmontar e montar.

Para Yurij, a academia não está acostumada a receber críticas, a incorporar a crítica, e o jornalismo não consegue trabalhar um jornalismo democrático, politizado, honesto e transparente, por causa do mecanismo de funcionamento empresarial do jornalismo brasileiro. Portanto, falta, sim, a seu ver, senso crítico no sentido de que falta, também, um tecido democrático mais forte, que conecte os saberes, que saiba descolonizar a ciência, que saiba colocar a ciência dentro e não fora. Não de jaleco branco, fora da sociedade, mas como um pedaço da política, do agir, da cultura, um pedaço sobre o qual podemos e devemos discutir. Assim, colocar-se acima da escada, como porta-vozes da verdade, não é um bom modo para construir esse tal de senso crítico. O caminho é desmontar os problemas juntos, a partir da escuta, da demanda da população, do debate público. “Botar a ciência como uma das partes da esfera pública é mais eficaz

e ajuda nesse processo colocado por Mariluce e Alexino, de voltar a ciência para dentro, nem na utopia, nem no pedestal, nem como símbolo imune a tudo, vítima inocente de um movimento supostamente anticiência”, que, em sua visão, não existe. Existem, no caso, grupos fortes contra a democracia, contra a vida em comum.

Pensar e comunicar a América Latina em tempos de ataques à Ciência e à Democracia

PAULO VITOR GIRALDI PIRES

ANÉZIA MARIA BRITO LIMA

Apresentação

Esse capítulo apresenta as reflexões e diálogos da 11ª live organizada pelo GP América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais, com o tema ‘Pensar e comunicar a América Latina em tempos de ataques à ciência e à democracia’, integrando a 2ª temporada das Lives Cátedra Intercom, eventos on-line organizados pelos Grupos de Pesquisa da Intercom. A série de encontros ocorreu durante nove semanas, sempre, sobre tópicos que desafiam a comunicação, a partir do tema central dos Congressos 2021 da Intercom: Comunicação e resistência: práticas de liberdade para a cidadania. Nesta 11ª live, especificamente, foram convidados para o debate, a jornalista e Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas-FENAJ, Maria José Braga e o docente da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade da República (UdelaR/Uruguai), Prof. Dr. Pedro Russi, com a moderação do Prof. Dr. Paulo Giraldi, coordenador do Grupo

de Pesquisa América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais – da INTERCOM e docente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). As provocações deste encontro levam a pensar e repensar os caminhos da pesquisa em comunicação e das produções científicas no Brasil, o papel as entidades de fomento, do Jornalismo democrático e da Ciência, num momento decisivo de caminhada rumo ao ‘novo normal humanizado’ pós-pandemia da Covid-19.

Paulo Giraldi (Unifap) - Moderador: Gostaria de introduzir com a pequena leitura de um trecho do livro que tenho estudado ultimamente e o porquê escolhemos esse tema para o diálogo. Trago essa reflexão, porque creio que para nós é uma motivação dessa discussão sobre ataques à Ciência e à democracia no Brasil. Vivemos, hoje, o Quarto Tipo de Corrupção – Tirania “[...] A democracia é marcada, assim, pela fraqueza, e não pela malícia; mas é a malícia e não fraqueza, que caracteriza a tirania. [...] O tirano se empenha em política belicosa, que distrairá a atenção do povo dos assuntos internos do país, e reforçará a sua liderança política. [...] Quando aqueles que o ajudaram a galgar ao poder começam a criticá-lo, o tirano os afasta; finalmente, levado pelo temor à crítica, rejeitará todos os elementos de coragem, magnanimidade e discrição. O tirano é isolado do bem, será forçado a se aliar ao mal: contratará mercenários, e recruta até mesmo escravos para a sua guarda pessoal. Para se manter no poder, é obrigado a secularizar a propriedade religiosa, a confiscar as terras dos ricos, e agindo como um parricida – a oprimir o povo que o levou ao poder” (BARKER, 1978, pp. 248-249). Que nós possamos dialogar sobre esses temas que nos desafiam a pensar a defesa da democracia, a Ciência, a informação, a comunicação, nesse contexto de América Latina, e que o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM NACIONAL), esse ano (2021), traz a nós, na UNICAP, no mês de outubro, os pensamentos

de Paulo Freire, com foco na liberdade e na coragem de educar para a cidadania e bem-viver.

Maria José Braga (Presidente da FENAJ) - Convidada:

É muito importante para a Federação Nacional dos Jornalistas, uma entidade sindical, de representação nacional da categoria dos jornalistas, esse diálogo com a academia, os pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação, que são jornalistas e, a todo tempo estão nos ajudando a pensar o jornalismo, a comunicação, e o exercício da profissão, que é efetivamente essencial para a democracia. Falar de ataques à ciência e à democracia, para a Federação Nacional dos Jornalistas, é a possibilidade de escolhermos o nosso viés, que é especificamente, o Jornalismo.

Nós colocamos o Jornalismo no campo das Ciências Humanas, como atividade essencial para qualquer sociedade que se previna democrática, que se queira democrática, que possa efetivamente dizer que busca a preservação da democracia.

A Federação Nacional dos Jornalistas tem sido muito enfática na denúncia dos tempos obscurantistas que estamos vivendo no Brasil. E nós estamos fazendo essa denúncia desde 2016, não a partir de 2018, com a eleição do presidente Bolsonaro. Desde 2016, nós afirmamos com muita convicção de que neste ano, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático, que tirou a presidenta Dilma Rousseff do poder, a democracia brasileira sofreu uma fissura bastante considerável. De lá para cá, essa fissura só tem aumentado, com as eleições, por exemplo. Não é a FENAJ, mas vários estudiosos, cientistas políticos, colocam que tiveram muitos elementos que a tornam ilegítima, e nós concordamos com isso. Vou me ater mais aos ataques à democracia por meio dos ataques à liberdade de expressão e de imprensa. Mas, desde já, me solidarizo com todos os pesquisadores, já que a ciência e as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil estão

também sendo atacadas diuturnamente. Por dois aspectos, assim como à liberdade de imprensa. Tanto pelo aspecto financeiro, do financiamento, quanto do aspecto de tentativas de descredibilização. Em relação às liberdades de expressão e de imprensa. Temos um governo que efetivamente tem agido institucionalmente, ou seja, com medidas governamentais, com medidas legais, contrárias às liberdades citadas, mas que tem agido cotidianamente, do ponto de vista político, para atacar essas liberdades. E, como é que isso se dá? É desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, e um pouco antes dela, no governo de Michel Temer. Faço um parênteses, que a primeira medida do golpista Michel Temer quando assumiu a presidência foi mudar a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tirando dela o seu caráter público, destituindo o conselho curador da EBC. Isso é relevante porque demonstra a efetiva contribuição da comunicação e do jornalismo para a democracia ou em sentido contrário, para um projeto autoritário. Para desencadear um projeto autoritário, antidemocrático, era preciso com primeira medida afetar a produção jornalística brasileira. Isso começa com Michel Temer e se aguça com Jair Bolsonaro, que também falando de medidas legais, no âmbito da Empresa Brasil de Comunicação funde dois canais de televisão, a TV Nacional do Brasil (NBR), encarregada de fazer a divulgação dos atos de governo, com a TV Brasil, uma TV essencialmente pública, que estava no esforço de se consolidar como TV pública e, contribuir para a quebra da hipertrofia do sistema privado de comunicação eletrônica no Brasil. Isso é feito também imediatamente pelo Governo Bolsonaro.

Para completar o ataque ao sistema público de comunicação, a EBC foi militarizada com a indicação de gestores militares, e por fim, foi incluída no plano nacional de desestatização, um nome elegante, para um plano de privatização, de várias empresas públicas nacionais com muitíssimos prejuízos para a sociedade brasileira.

Esse ataque legislativo, também se dá no âmbito privado. O presidente Bolsonaro mandou uma Medida Provisória eliminando a necessidade de publicação dos balanços patrimoniais das empresas nos jornais de circulação nacional e, antes mesmo que nós denunciássemos essa prática como cerceadora da liberdade de imprensa, ele mesmo se autodenunciou ao afirmar publicamente, que aquela medida era sim para atingir determinados veículos como o jornal Valor Econômico e o Jornal Folha de São Paulo. Então, há um despudor desse governo ao tomar medidas que atentam contra à liberdade de imprensa, e de assumir sim, que essas medidas são para punir veículos de comunicação existentes no Brasil. Mas, além das medidas legais, incluindo uma que não é legal, mas governamental, que é a distribuição das verbas publicitárias, e o governo Bolsonaro tem sido bastante generoso com veículos de comunicação chamados tradicionais, ou inovadores, como blogs, sites etc., que os apoiam em detrimento de outros veículos de comunicação que fazem crítica parcial ao governo. Porque a maioria dos veículos de comunicação no Brasil continuam apoiando o governo na sua agenda econômica não liberal e criticam na agenda de costumes e na gestão da pandemia, já que essa gestão é comprovadamente ineficiente, mas corroborativa com a pandemia com medidas que efetivamente contribuíram para o número que temos hoje de contaminados e para o elevadíssimo número de mortes. Essas medidas vêm acompanhadas de uma ação política comunicacional e, não é uma ação espontânea. O que vem a ser isso?

O presidente Jair Bolsonaro adota desde o primeiro dia do seu governo como uma estratégia de comunicação que se combina com estratégia política de descredibilizar o jornalismo, os jornalistas e os veículos de comunicação. Ele faz isso por um discurso de ataques genéricos e generalizados aos veículos de comunicação e, também, por agressões diretas a profissionais jornalistas.

No primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, nós tivemos um crescimento de 54% nos ataques à liberdade de imprensa. Sendo que neste ano, o presidente Jair Bolsonaro foi o principal agressor de jornalistas e de veículos de comunicação. Em 2020, esse crescimento é ainda maior, nós temos 105% a mais de ataques a jornalistas e veículos de comunicação. Desse total, mais de 40% são ataques desferidos diretamente pelo presidente da República. Para a Federação Nacional dos Jornalistas, não há dúvida de que houve uma institucionalização da violência contra os jornalistas, e dos ataques à liberdade de imprensa pela presidência da República. Além do ataque direto, o presidente age politicamente para incentivar membros do seu governo e, para autorizar seus seguidores a também agredirem jornalistas de veículos de comunicação. É uma situação muitíssimo grave, que tem sido enfrentada pela categoria dos jornalistas, mas não tem sido enfrentada com o rigor e vigor que nós gostaríamos pelos próprios veículos de comunicação. Essa prática nós entendemos que faz parte de uma estratégia, não é mesmo nem denunciada publicamente pelos veículos de comunicação tradicionais do Brasil. Denuncia-se uma ou outra agressão a jornalistas, mas colocam isso como um caso isolado. Não colocam como uma estratégia de governo para desacreditar a imprensa. A desacreditação da imprensa e da ciência mantém o 'exército' de desinformados. É isso que temos no Brasil hoje, uma parcela da população completamente desinformada, que buscam informações apenas pelas bolhas bolsonaristas, e nós sabemos que essas bolhas são pródigas na difusão de informações falsas e/ou fraudulentas que ficaram conhecidas popularmente como *fake news*.

Há sim, uma indústria da desinformação no Brasil, e precisa ser combatida. Ao alimentar essa indústria, inclusive com recursos financeiros, os apoiadores da extrema direita brasileira, e também em outros países do mundo, obviamente têm como

objetivo final o ataque à democracia. Não se quer instituições democráticas funcionando.

É uma questão que nós precisamos enfrentar o debate de maneira um pouco mais frontal, inclusive no que consideramos como manifestações democráticas, e como disputa democrática. Para a Federação Nacional dos Jornalistas, nós não podemos mais considerar como disputa atos que são francamente contrários à democracia e às instituições democráticas. Um exemplo recente, foi o ato político de extrema direita organizado pelo presidente no dia 23 de maio de 2021, no Rio de Janeiro. Nós não podemos mais considerar que aquele tipo de ato se trata de uma manifestação democrática da população brasileira, reivindicando apoio a um presidente. Trata-se de uma manifestação criminosa que desrespeitou, do ponto de vista legal, várias questões sanitárias e, do ponto de vista político, são francamente autoritárias, ao reivindicar medidas antidemocráticas. Nessa manifestação, nós tivemos mais uma agressão a um profissional jornalista que nós não podemos considerar como dentro da normalidade da vida democrática de um país. Um repórter foi agredido verbalmente e, só não foi agredido fisicamente porque teve proteção policial. Teve que sair da horda bolsonarista escoltado por policiais, senão teria sido agredido fisicamente. Nós da FENAJ, queremos chamar a atenção é que a crítica ao jornalismo, ao trabalho do jornalista, aos veículos de comunicação ela é legítima e necessária, mas ela não pode ser confundida com a permissão para os atos violentos, para um ataque frontal ao jornalismo, e essencialmente é uma atividade definida socialmente, coletivamente como necessária para a constituição da cidadania e para a democracia.

Paulo Giraldi (Unifap) - Moderador: Passamos a fala ao Professor Pedro Russi com essa inquietação, diante desse caos que estamos vivendo de ataques à democracia, à ciência,

ao jornalismo, para que sua fala nos contemple em relação a esse papel da ciência diante desse contexto e, principalmente, por estarmos falando de uma Sociedade Brasileira (Intercom) que tem como compromisso esse fomento à ciência no Brasil. Queremos então, refletir sobre esse nosso papel, nesse contexto tão importante da Pós-Graduação, das pesquisas e dos pesquisadores, em cenários singulares e sombrios.

Pedro Russi (UnB e UDELAR) - Convidado: O pensar a comunicação é importante para o debate, assim como o embate, o encontro de ideias. Um dos ataques à democracia começa justamente pelo ataque à diferença com a higienização, eliminação e homogeneização das diferenças. Junto às falas da Maria José Braga muitas provocações vão se estreitando, isso é muito interessante.

A democracia, o conhecimento, o saber e o pensar, aos poucos se ligam no debate. É nesse plano de fundo que começo a pensar e querer entender o porquê no cotidiano se normaliza e naturaliza o que faz parte de uma colonização destrutora. Ou seja, uma colonização que vai criando e sustentando o epistemicídio.

Atualmente, estamos vendo na América Latina, a instalação de um projeto geopolítico de obscurantismo que ainda não conseguimos entender. Já não é só um projeto neoliberal, senão um projeto obscurantista. Embora, possamos observar em alguns países da América Latina, processos interessantes que estão virando essas questões, como o Chile, Peru e a Argentina. Mas mesmo assim, vemos uma pressão muito forte para manter uma lógica neoliberal e obscurantista, onde há fundamentos dos silenciamentos e eliminações dos outros. Está se dando por uma justificativa que se torna quase transcendental. Por isso, a oposição a esse movimento obscurantista se torna mais difícil porque a gente perde certas materialidades, pois eles explicam por outras esferas. Quando falamos de comunicação, ciência e pesquisa

na América Latina, tentamos entender como um continente, constantemente bombardeado. Aparecem ameaças a processos democráticos, que tentam fechar algumas de nossas veias abertas na América Latina. Ou seja, em qualquer momento que aparece uma oportunidade para propor outro olhar, outra matriz de vivência, existe um movimento geopolítico que aprisiona essa ideia de matriz democrática. Isto, também se apresenta no âmbito das Universidades, em relação ao estudo e análise da comunicação vai se tornando também cada vez mais burocratizada, onde aquelas leituras críticas nos anos 60, 70 que causam grandes discussões que o Paulo Freire estava propondo, se era extensão ou comunicação. Aquele outro olhar sobre a América Latina começa a ser retirado, deixado de lado, e torna-se, muitas vezes, algo especial. Porém, a demanda do quantitativismo é uma matriz que vai exigir uma reprodução, uma quantificação fazendo com que seja entendida como formação. Se observar em outros lugares, outros espaços, outros cenários de formação, justamente estão se contrapondo a esta quantificação. Me pergunto: o porquê um país que tem mais de 400 mil mortos, se preocupa em preencher uma plataforma para ter uma avaliação. É uma pergunta que nos fazemos, junto com a pergunta do que pensamos na América Latina neste espaço. O que entendemos efetivamente quando a gente pensa a educação neste âmbito de Pós-Graduação na América Latina? Pensamos por que temos uma nota ou porque responde-se a um sistema que está pelos anos 50, 60 parte dos 70, a ordem quando mandam uma medida sobre o que seriam as boas Universidades, respondendo a certos parâmetros econômicos e números.

A gente se depara hoje, diante de uma situação onde nós docentes, que fazemos parte de uma elite, quando estamos na Pós-Graduação ou em certos ambientes, estamos preocupados em preencher uma plataforma, e ao mesmo tempo fazemos uma crítica quando alguém desse lado obscurantista propõe e celebra as mortes dos outros.

Essa é uma pergunta que a gente tem de se fazer como pesquisador. Essa é uma questão debatida por Paulo Freire que nos intimida a fazer perguntas que nos fazem descer à terra, que nos fazem colocar os pés na terra. Nós, pensadores, como fazemos perguntas que modificam, mudam, alteram e são resistentes quando nossos atos institucionais se sustentam sobre os 400 mil mortos? Essa é uma pergunta do nosso pensar sobre a América Latina, que desde a epistemologia do Sul temos que fazer. Isso é pensar na complexidade. É ajustar em uma dinâmica onde devemos entender o nosso lugar reflexivo, o nosso pensamento em uma instância reflexiva. Se não, ficamos em algo que aparece comumente nos espaços de formação. Eduardo Galeano utilizava a palavra papagaiair, ou seja, se a gente repete, faz como um papagaio, repetindo teorias, conceitos e autores, porém no momento que temos que mostrar a nossa resistência como sujeitos pensantes, analíticos e críticos, não fazemos isso. Nesse sentido, como lidamos com a nossa colonização interna? Falar de resistência, cidadania e da América Latina é falar também das nossas colonizações internas. Como nos processos de pesquisas, análises, de estudar e compreender, mais do que conhecer, lidamos com as nossas colonizações? Como a gente normaliza, naturaliza e torna no nosso cotidiano, coisas que deveriam ser questionadas, colocadas em um processo crítico? Nós confundimos o processo de formação com um produto. A nossa formação analítica e crítica como cidadãos não pode ser confundida com um produto. Portanto, não somos pesquisadores porque somos doutores. Somos doutores porque temos uma formação que nos permite colocar perguntas distintas. Nisso, Humberto Maturana falava que devemos parar nas perguntas, devemos vivenciar as perguntas, se não, simplesmente faremos um exercício somente cerebral, porém, não o exercício espiritual, no sentido profundo do que estamos perguntando quando se pergunta sobre as coisas. O processo de compreender é diferente do conhecer.

O desafio está em provocar, sair de uma lógica de uma proposta de colonização onde a Universidade e a ciência se tornam um mercado de alguma coisa para nos tornar um lugar novamente de fazer outro tipo de pergunta, de fazer outra ruptura.

Nesse ponto, se constrói a resistência, se não simplesmente vamos continuar fazendo de conta que estamos propondo perguntas interessantes, mas estamos somente fazendo perguntas administrativas e não perguntas profundas. Como fala Peirce, é necessário fazer perguntas desde o coração, que a pergunta passe pelo coração. Esse é um dos atos de resistência diante de tantas coisas. Por fim, uma provocação, Hitler, no ano de 1933, faz uma lei para esterilizar 370 mil mulheres; Fujimori, em 1990, mandou esterilizar mais de 300 mil mulheres; o Brasil tem 400 mil mortos. Essa é uma questão também.

Paulo Giraldi (Unifap) - Moderador: Nós vamos abrir às perguntas e provocações para a construção do debate. As perguntas são disponibilizadas no chat da plataforma e, então, abrimos o debate juntos aos convidados.

Rose Dayanne (RIPVG) - Ouvinte: Recentemente, li um artigo do Professor Pedro Russi que falava sobre funcionalismo e funcionalistas na América Latina, onde citava Paulo Freire. Tenho me interessado pelo pensamento de Paulo Freire sobre a Comunicação. Minha pergunta é: como o pensamento de Paulo Freire, que está intrinsecamente ligado à realidade brasileira e da América Latina da sua época, pode nos ajudar a entender e questionar a nossa realidade atual, que talvez não esteja tão diferente, principalmente quando pensamos em direito à comunicação e a desinformação nesse contexto de pandemia?

Maria Cristina Gobbi (FAAC/Unesp) - Ouvinte: Como quebrar essa lógica quantitativa e do produtivismo que está tão presente nas instituições?

Pedro Russi (UnB e UDELAR) - Convidado: A lógica obscurantista, pelos atos de eliminação e epistemicídios sempre tenta retirar a ‘temperatura’ das ideias. Quando a gente pensa a circulação das ideias, dos outros mundos, as possibilidades de outras esferas, de outros saberes, começam a se movimentar. Quando começamos a circular o pensamento, começamos a ver com outras formas de olhar, isso é interessante. Com isso, abro parênteses para observar os primeiros cortes feitos antes da pandemia, em diferentes países, é a verba para os congressos e encontros, torna-se justamente um recorte econômico para não apoiar eventos onde diferentes pessoas, de diversos países, possam se encontrar. Porque esses encontros (dos corpos, da circulação das ideias) são perigosos. Falo de cenários antes da pandemia. Ao ler um texto de Gabriel García Márquez sobre esses informes parece que estamos congelados na mesma situação, e as veias continuam abertas. Na atualidade, há a necessidade de ir a fontes como Paulo Freire, Regina Festa, Augusto Boal, pois são pessoas que vêm de densas matrizes que nos trazem outros elementos. O Paulo Freire é necessário porque ele nos faz um chamado a compreender a história do que vai se configurando na América Latina. A leitura das obras de Paulo Freire deve ser feita, não como uma receita, como um modelo, mas como uma proposta de ruptura e entender as provocações, assim, ele nos permite quebrar, romper e colocar as perguntas que nos tiram do lugar, nos deslocam, tirem da zona de conforto, do lugar comum. Devemos entender que as leituras desses autores não são para serem citadas como referências, simplesmente. Essa não é a proposta, e sim, para uma provocação ética, sobre qual é o ethos através do qual entendemos o mundo. Se falamos de ethos e ética, também deveríamos a partir dos programas, das entidades do conhecimento científico, parar e dizer: o que estamos fazendo?

O que estamos entendendo com esse produtivismo? Uma das alternativas é compreender que ao invés de publicar, produzir tanto e responder a cânones temporais de uma aceleração taylorista ou fordista, começamos a colocar esse tempo em um pensar e discutir, ao inverter esse pensamento.

Ese, em vez de trabalhar na lógica do *Kronos* trabalharmos na lógica *Kairós*. Se nós, que pensamos essa complexidade começamos a observar e entender outros saberes, não o saber instalado por uma temporalidade acelerada, mas por um tempo de processos e de compreensão. Se começamos a entender este lugar, começamos a propor resistência a esse obscurantismo, desde que as perguntas sejam outras, propondo uma outra ciência. Eu acredito e entendo que, assim como outro mundo é possível, outra ciência é possível, outra forma de fazer, outros saberes. O produtivismo não está somente porque foi colocado em algum lugar, e sim, porque faz referência a isto que falei anteriormente. Devemos continuar pensando nesse colonialismo interno, há uma lógica que se instala, com a produção em vez do processo. Isso tem muita relação com o Paulo Freire, com os processos, ‘pés na terra’, o tecido, o entretecer. Esse obscurantismo é o que nos faz não observar esse colonialismo interno, portanto, o fato de propor desde a comunicação outro tipo de pergunta, é justamente nos colocar em uma informação livre, porém libertadora. Essa é uma construção.

Úrsula Diesel (UnB/Uniceub) - Ouvinte: Como via à comunicação nós podemos construir a resistência a esse obscurantismo?

Maria José Braga (Presidente da FENAJ) - Convidada: Sem querer ser otimista demais, para nós, da Federação Nacional dos Jornalistas, entendemos o Jornalismo como uma necessidade para a democracia e os processos de resistência e, quem sabe um dia, aos processos revolucionários que

nós possamos construir. Entendemos que a desinformação precisa ser combatida pela ciência, educação e o jornalismo. Esse obscurantismo vem em diversas frentes de atuação, e precisa ser combatido nessas formas que se apresenta ao conjunto da sociedade.

Nesse sentido, entendemos que o Jornalismo tem um papel a cumprir. Nós não consideramos o Jornalismo como fadado à manipulação, apesar de que a manipulação ocorre, apesar dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos estejam presentes nas produções jornalísticas. Mas, acreditamos na possibilidade da produção e difusão da informação jornalística, efetivamente, a serviço da sociedade.

É isso que tentamos discutir com a sociedade e, em especial, com a categoria dos jornalistas. O compromisso que cada um tem no seu trabalho individual para a produção coletiva. Assim como, para constituirmos o conhecimento imediato da realidade.

Marina Darcie (FAAC/Unesp) - Ouvinte: Como orientar e apoiar os meus alunos de Jornalismo quando eles compartilham comigo o anseio quanto às integridades física, mental e emocional?

Maria José Braga (Presidente da FENAJ) - Convidada: Assim como nós fazemos o esforço para apoiar os jornalistas que efetivamente estão sendo ameaçados, intimidados e agredidos. Primeiramente, é a acolhida, dizer para os estudantes que eles não estão sozinhos e que juntos nós podemos construir a resistência. Fazendo isso na coletividade. Sozinho é mais difícil constituir resistência, outros olhares, outros saberes e outros fazeres. É preciso voltar para a discussão da importância das organizações coletivas, dos movimentos sociais, populares e sindicais. Então, essa acolhida é extremamente importante. A Federação Nacional

dos Jornalistas e os Sindicatos dos Jornalistas, além desse apoio moral, político e formal à vítima da agressão e ameaça, nos encarregamos em fazer a denúncia pública e chamar a atenção da sociedade para o problema da violência contra o profissional. Volto a dizer, a crítica é legítima, é necessária, mas não pode justificar nenhuma forma de violência.

Rodrigo Gabrioti (Athon) - Ouvinte: Como o Jornalismo pode ser resistente se ele ainda quer se blindar de sua suposta neutralidade e imparcialidade diante dos fatos?

Maria José Braga (Presidente da FENAJ) - Convidada: Primeiramente, essa é uma discussão muito cara ao Jornalismo, quanto à imparcialidade e objetividade. O que nós chamamos de objetividade não significa absolutamente a quebra da subjetividade do indivíduo que faz o Jornalismo. Mas, apostamos que a produção teórica sobre o Jornalismo, o desenvolvimento das técnicas do Jornalismo permite que o profissional (que segue esse conhecimento) possa mediar, reportar determinados fatos e debates para o conjunto da sociedade. O papel é esse, reportar e mediar para cada cidadão constitua o seu juízo.

É preciso lembrar que não há um único 'fazer jornalístico' e a diversidade produção jornalística. Apesar da concentração dos meios de comunicação existentes no Brasil e na maioria dos países da América Latina, há uma diversidade de produção que de fato traz um enfrentamento e uma resistência muito grande.

É importante ressaltar que a diversidade e a pluralidade são parâmetros para a avaliação e constituição dos juízos. Há um conjunto de possibilidades que permitem o Jornalismo seja resistência e, que um dia seja ruptura.

Maria Cristina Gobbi (FAAC/Unesp) - Ouvinte: Gostaria de saber mais sobre a formação como um caminho

possível para mudar esse cenário que estamos vivendo, em especial no que tange a desinformação.

Maria José Braga (Presidente da FENAJ) - Convidada: Nós acreditamos que a ciência também não é neutra, e está em permanente transformação. Mas nós defendemos a formação do profissional jornalista, em nível de graduação no curso específico de Jornalismo. Julgamos essencial para o exercício da profissão, assim como, é necessário o nível superior para outras atividades profissionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade. Apesar de todos os problemas, inclusive, das divergências e tentativas de obscurantismo, as instituições de ensino superior são espaços de reflexões, debates, produções e difusão dos saberes que são importantes para o conjunto da sociedade. Nós da FENAJ acreditamos que essa formação é imprescindível para o exercício da profissão.

Pedro Russi (UnB e UDELAR) - Convidado: Nós temos estudantes que entram em um cenário da Universidade, que é cada vez mais hostil. Onde o manifestar, o propor a sensibilidade, a sensação de como está se sentindo é desviar a linha de produtividade. É colocado um ruído naquela matriz fordista e taylorista. É muito interessante observar o porquê isso se dá nos espaços das Universidades. É justamente a medicamentação, a farmacologização, porque é nisso que está o ato de ‘desalmar’, em vez de estar atendendo a possibilidade, a potência que temos como animais, como quem somos, apagamos isso. É importante pensar que diante de uma emoção que se apresenta, em vez de entender isso e trabalhar isso, como se trabalharia no sentido coletivo, tampamos isso, tornamos então, como um ato obscurantista. Não se fala em suicídio, depressão, violências e abusos. Esses atos são escondidos, fazem parte de processos protocolares. Mas não falam sobre isso, não é colocado na mesa do debate. Se vamos a essa matriz do emocional como constituinte de uma coletividade é um dos pontos de ruptura e de resistência. O fato de estarmos conectados, não quer dizer

que estamos cotidianamente vinculados, são coisas diferentes. A conexão não é vínculo, o vínculo é o entrelaçar um ao outro nessa história. Estamos em uma conexão belíssima, mas não há vínculo.

O vínculo me coloca diante do outro e nos coloca em um estado de conversa. Uma das coisas que podemos ter como estratégia para sair do produtivismo é ter mais tempo para conversar, mais possibilidades de diálogo. Se todo esse tempo que gasto ao escrever um artigo, para que só alguns possam ler, eu me dedicasse a falar e a conversar com aqueles que não fazem parte do cenário da Universidade, acredito que estaríamos dando uma ‘virada’ muito interessante.

Estaríamos como sujeitos que tiveram a possibilidade e a oportunidade (não o mérito) de poder estar aqui nesse momento. É nossa, a responsabilidade política e resistente de colocar mais conversas e menos *papers*.

Paulo Giraldi (Unifap) - Moderador: Para finalizar a discussão, é necessário debater sobre as questões relacionadas ao suicídio, feminicídio etc., pois estamos perdendo pessoas a todo momento e, não estamos percebendo mais o outro pela rotina atribulada. Vivemos em um país que não motiva a juventude, que não dá apoio e não projeta os nossos talentos. Que possamos, como cientistas, professores e pesquisadores, lutar e ter a coragem de incomodar e viver esse processo inverso. Precisamos viver esse momento de não ter a mente tão fechada, mas viver a partir desse processo de inquietação do ser que pensa. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1999, p. 97).

Referências

BARKER, Sir Ernest. **Teoria política grega** – Platão e seus predecessores. Trad. de Sergio Fernando Guarischi Bath. Brasília,

Editora Universidade de Brasília, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Contatos do GT América Latina

gp.america.latina@intercom.org.br / paulogiraldi2@gmail.com

fb.com/gpAmericaLatinaMidiaCulturasETecnologiasDigitais

*Gratidão aos membros pesquisadores do GT América Latina pela colaboração na organização da 11ª Live: Maria Cristina Gobbi (Unesp), Jane Marques (USP), Rodrigo Gabrioti (Athon), Netília Seixas (UFPA) e Sonia Jaconi (UMESP).

Entre arquivos e plataformas: a memória televisiva brasileira resiste?

GUSTAVO FISCHER

SUZANA KILPP

MIRIAM ROSSINI

Introdução

Em 13 de maio de 2021, os professores pesquisadores Gustavo Daudt Fischer (UNISINOS), Suzana Kilpp (UNISINOS) e Miriam Rossini (UFRGS) se reuniram para proporem algumas reflexões acerca do tema “Entre arquivos e plataformas: a memória televisiva brasileira resiste?”, proposto pelo Grupo de Pesquisa em Estudos de Televisão e Televisualidades da INTERCOM. O registro destas falas ganhou a forma de textos para este artigo, que esperamos que chegue até o leitor como uma provocação que o faça igualmente refletir sobre a memória das mídias, em especial a da maledeta mídia televisiva brasileira. Ao final, quem sabe também entremos em acordo que uma das formas mais importantes da memória da TV nacional resistir é também na própria pesquisa acadêmica.

Memórias da televisão brasileira

Suzana Kilpp

Os panoramas televisivos são durações audiovisuais engendradas tecnicamente que têm ainda hoje grande opacidade. Neles, produzem-se, entre outros, os efeitos de realidade, de tempo real e de horizonte, que são fascinantes características dos mundos televisivos. O debate sobre acontecimento, memória e história passa hoje necessariamente por uma discussão sobre a televisão e sobre os mundos que instaura em seus panoramas.

Temos pesquisado a televisão brasileira desde 1996. Temos nos perguntado sem cessar sobre o que é a TV: como ela explica a si mesma, como ela quer ser vista, como ela faz para produzir os sentidos que temos entendido como razoáveis no que diz?

Uma ontologia da mídia televisão, uma fenomenologia, uma gênese não originária, uma história das origens sem origem. A televisão é uma coisa. Mas gostemos dela ou não, o que sabemos dela? Ou o que achamos que devíamos saber sobre ela?

Inicialmente nosso interesse estava em sua história, história que associávamos à de culturas regionais que foram “nacionalizadas” nos anos 1970 - em grande parte pelo papel desempenhado pela televisão, especialmente pela que se tornou a Rede Globo de Televisão, mas também por outras emissoras que foram subsumidas politicamente ou comercialmente durante a ditadura militar que vigia no país -, e sempre a partir de políticas públicas e de investimentos que intentavam (e alcançaram) a unificação do território brasileiro.

Nunca tivemos dúvidas sobre a decisiva ingerência estrangeira (especialmente a norte-americana) no processo de “nacionalização” que se efetivou a partir de meados de

1970 no país, tornadas possíveis, no que importa aqui, pelos investimentos em telecomunicação que, tecnologicamente, permitiram que as transmissões televisivas alcançassem todo o território via satélite.

Atualmente está em curso um fenômeno que parece ser bastante diverso, no qual aparentemente os poderes “nacionais” se evadem diante dos poderes “tecnológicos” globalizados. Entretanto, acreditamos que a migração do analógico ao digital é uma mudança tecnológica tida como necessária à globalização desenfreada a que assistimos hoje, a qual incide sobre as políticas públicas e sobre os arranjos que as empresas precisam realizar em sua inserção nesse contexto expandido.

Nos dois casos historicamente datados, porém, entendemos que não se trata de mera progressão tecnológica, porque o que de fato ocorre é que a televisão brasileira em meados da década de 1970 tornou-se outra coisa que era até então. E ela vem agora se tornando outra coisa ainda a partir de sua inscrição na Internet.

Temos nos perguntado no quê e como as TVs on-line incidem sobre nosso entendimento acerca da televisão? Ou, melhor e antes, no quê e como ela se torna outra coisa?

Para avançar em nossos apontamentos, inicialmente é necessário reconhecer a existência contemporânea dos seguintes formatos de telas:

- O de monitores de TV;
- O de computadores;
- O de dispositivos móveis.

Em cada um desses formatos pode-se assistir aos mesmos conteúdos televisivos ofertados, ainda que de modos distintos por conta

- Do tamanho das telas dos suportes;
- Dos modos operacionais de cada mídia;

- Da mobilidade do suporte e do espectador.

Mas os modos distintos de se assistir aos mesmos conteúdos, em tal ou qual écran (o que se alcança apenas após se percorrer os modos operacionais de cada mídia que levam até o écran de visualização dos conteúdos), ou em um dispositivo fixo ou móvel, ao final, diferem entre si no espaço apenas na forma (ou grau) de visualização dos mesmos conteúdos.

Frisamos essa aparente banalidade a partir de Bergson, para quem todas as coisas (sic) são um misto de duas tendências: uma que é virtual, da ordem do tempo e da duração da coisa (é a ordem dos conceitos e da memória); e uma que é sua atualização ou realização numa forma, e que é da ordem do espaço e da materialidade da coisa, nos quais a coisa segue durando como potência e devir, aguardando outras suas atualizações. As durações no tempo diferem de natureza umas das outras (são coisas verdadeiramente diferentes); as atualizações diferem entre elas apenas em grau (não são outras coisas, apenas outras atualizações da mesma coisa).

A televisão que nos interessa aqui é a que dura e devém como mídia. Essa televisão que dura é, já, porém, uma atualização da tele-visão. Ou seja, a consagrada e habituada “mídia” televisão, pode ser também uma das atualizações rizomáticas (realizações na matéria) de uma virtualidade ou duração que a precede e transcende: a tele-visão.

Na medida em que nós fomos aprofundando na fenomenologia bergsoniana, depreendemos que - considerando o que o filósofo propôs quando disse que todas as coisas têm dois modos: o de ser (sua virtualidade ou duração) e o de agir (suas atualizações ou realizações na matéria); e considerando o que o filósofo propôs quando disse que todas as coisas são um misto de duas tendências

(a virtual e a atual, relativas ao seu tempo/duração e ao seu espaço/materialização, respectivamente) – a televisão pode ser entendida tanto como uma atualização da tele-visão (um dos modos de agir da tele-visão) quanto uma virtualidade ela mesma (o modo de ser de uma espécie da tele-visão que se atualiza e age atualizando-se em outras materialidades nas quais continua, porém, em devir como televisualidade).

Vamos simplificar a discussão, mas reiteramos o enfrentamento necessário do limiar entre os sistemas, limiar já percebido e apontado por Benjamin (2006), um pensador que não conseguimos excluir nunca de nossas considerações sobre a imagem.

As telas de cinema, TV, computador e dispositivos móveis são hoje as mais referidas e percebidas como tais; entretanto, todos os suportes, cada um com sua tela, cada uma veiculando uma multiplicidade fantástica de teores imagéticos de qualquer origem se multiplicaram de tal modo que é quase impossível definir onde começa e aonde acaba um sistema e qual é o regime visual prevalente num e noutro.

Nas interfaces historicamente mais recentes pode-se dizer que quase sempre há televisualidades, porquanto quase sempre há nelas vestígios, traços ou lembranças da televisão, desde o próprio teor/tema veiculado até os formatos, as estéticas e as linguagens utilizados na construção dos conteúdos audiovisuais nelas veiculados.

Nas interfaces anteriores isso já acontecia, mas de novo optamos por simplificar a discussão, embora nem sempre seja possível não recorrer a elas na análise da tele-visão, que é uma televisualidade que transcende a da mídia TV. Isso se torna mais evidente hoje, possivelmente por conta do grande impacto que a TV causou no regime de visibilidade de imagens/textos, uma vez que as visualidades de TV tiveram um mais rápido e massivo alastramento nos hábitos de

recepção e consumo de imagens do Ocidente desde meados do século passado.

Mas, a simples presença de restos, cacos ou rastros da televisão em tais interfaces justifica que as entendamos como telas de TV?

Se sim, então, temos de admitir também, por exemplo, que os filmes aos quais assistimos na televisão são cinema, e que a *Monalisa* de Michelangelo projetada na fachada de um prédio, ou gravada numa camiseta, é pintura...

Ou seja, quando se liquefazem os limites físicos e epistemológicos de cada mídia, vivemos em trânsito no limiar de todas, e é fascinante o caos que daí decorre!

Vários autores falaram sobre a liquefação da modernidade, e não vamos repeti-los, ainda que estejam subsumidos nos argumentos aqui expostos. Dentre eles, com certeza Bauman (2001) é o que mais impacta nosso viés.

No livro *Imagem-duração e teleaudiovisualidades na Internet* eu desenvolvo um pouco mais essa trama. Nele, reuni várias pesquisas na busca de um conceito único, cada vez mais preciso e específico para a televisão.

Busquei estabelecer relações entre o conceito de imagem-duração, uma imagem típica da televisão num momento em que se multiplicaram os gráficos de relógios na tela da TV com vistas a marcar a passagem do tempo e instituir o “ao vivo” (a televisão em tempo real). A esse real se contrapôs um tempo reality, na vaga dos inúmeros reality shows que se criaram na época.

E várias outras imagens que ainda se sucederam na história da TV no Brasil até ela chegar à Internet, e aos vários impasses que ela teve que enfrentar quando se digitalizou. Que não foram poucos, diga-se de passagem.

A Globo, por exemplo, se atrasou muito mais do que o SBT nessa época, porque a Globo só disponibilizava na

internet programas já passados, constituindo-se assim como uma plataforma de vídeos.

E o problema dos relógios, que demoraram a ser eliminados das telas quando se tratava de veiculação posterior a eles terem ido ao ar?

E depois, o problema dos logos dos programas que mantiveram grudados o “ao vivo” nos panoramas, parecendo que eram programas que estavam acontecendo naquele momento?

Uma grande confusão se estabeleceu então entre conteúdos televisivos e televisão, que passaram ainda por outros conceitos: televisão expandida, webTV etc.

Confundiram-se os conteúdos, as datações, os horários etc.

E o áudio, que é tão decisivo na televisão que nos fez pensar por um tempo que a TV fosse um rádio com imagens? Aonde tinha ido parar?

Isso nos levou a propor o conceito de teleaudiovisualidades como o conceito de duração que permitiria um olhar mais largo e mais abrangente sobre as imagens de TV que circulam hoje em todas as plataformas, que se parecem com ela, e que permitiria pensar todas elas como atualizações dessa duração.

Esse seria o nome da duração hoje, até onde minha pesquisa foi. E é como tal que resiste na memória das várias televisões (suas atualizações) que existem hoje, sendo liquefeitas, mas podendo ser outra coisa também.

“Entre arquivos e plataformas: a memória televisiva brasileira resiste?”

Bem, colocada nesses termos, sim. Ainda resiste uma memória televisiva.

Mas não da TV, a não ser como memória-lembrança.

E aí a importância dos sites memorialistas de Fischer.
Obrigado.

Arquivos de Imagem, Arquivos de Memória

Miriam Rossini

Boa noite, é um prazer estar participando desta atividade junto com o GP de Estudos de Televisão e Televisualidades da Intercom, ao lado de colegas com quem já tive o privilégio de compartilhar a docência, a pesquisa, a convivência produtiva na Unisinos e também neste GP de Televisão, onde apresentei várias de minhas pesquisas que cruzavam cinema e televisão. Aliás, os diferentes GPs de Televisão dos quais participei sempre foram muito abertos aos diálogos sobre as fronteiras do audiovisual.

E a discussão que eu proponho, sobre a memória na Televisão, é também atravessada pelas fronteiras, que é o lugar em que eu me coloco melhor. Quanto mais ângulos para olhar um objeto, mais interessante ele fica.

O título da mesa – Entre arquivos e plataformas - a memória televisiva brasileira resiste? – tem algumas ‘pegadinhas’, algo que faz parte da grade de programação televisiva!

Quando pensamos na memória, como ritos, histórias, lembranças, culturas compartilhadas, podemos dizer afirmativamente que sim, a memória da TV brasileira resiste às grandes mudanças do tempo, sejam as mudanças tecnológicas, sejam as aproximações, os diálogos e antropofagismos com outras áreas, seja até mesmo na sua forma de reciclar as próprias imagens para produzir algo novo, ou para produzir aquilo que Renato Ortiz chama de memória internacional popular. Programas, e agora canais, inteiros voltados para a re-apresentação das imagens antigas, dos programas antigos, de tal forma que diferentes gerações tenham as mesmas

referências de coisas de diferentes épocas. Quem não conhece Tom e Jerry? E quem não viu a famosa cena da personagem de Renata Sorrah em *Senhora do Destino* (2004), querendo jogar um bebê de uma ponte?? Até hoje meus alunos trazem esta cena para analisarmos em aula... E isso que se fala que telenovelas não interessantes para jovens, mas a maioria assiste às reprises, ou mesmo a própria cena no YouTube.

Então enquanto parte da cultura, a cultura televisiva é hoje um componente importante, seja a TV aberta, sejam as TVs fechadas, sejam as televisualidades que abrangem as novas plataformas, que aos poucos vão ficando mais e mais parecidas com a experiência televisiva, seriada, ao vivo, múltiplos formatos.

No entanto, se pensarmos em espaços de memória, onde essas imagens são arquivadas e disponibilizadas para serem assistidas, pesquisadas, analisadas, então talvez nossa resposta seja não. E isso porque o desprezo pela memória é algo grande na nossa cultura. Esquecer e fazer esquecer. Destruir os lugares onde essas memórias são arquivadas é algo constante, basta ver o descaso com que museus são tratados no Brasil. Incêndios, alagamentos, descuido, destruição. Falta de profissionais, sucateamento, falta de política pública para aquilo que é parte da coisa pública. Afinal a memória não é só dos pesquisadores, a memória é pública. A memória é o que nos une enquanto cultura, enquanto grupo que reconhece sua trajetória, suas falhas, suas necessidades de superação. Apagar o passado é querer esconder as falhas e negar o que precisa ser transformado.

E esta negação da memória é quase endêmica no Brasil. Em várias áreas, inclusive na comunicação, inclusive no cinema, inclusive na televisão. Mas é também social em relação à essas produções. Vou dar alguns exemplos. Há uns vinte anos, propus um projeto de pesquisa que se chamava *Antes que emudeçam*, em que eu e alguns colegas entrevistávamos

técnicos e artistas do início da televisão e do cinema no RS, que ainda estavam vivos e podiam falar sobre as práticas, as dificuldades e as formas da superação para implantar TV e cinema no Estado. A pesquisa foi aprovada no mérito, mas considerada sem prioridade. Reformatamos o projeto e apresentamos novamente, daí para uma lei de incentivo à cultura. Nem aprovada no mérito foi! Infelizmente, não havia a facilidade do digital que há agora, e não havia como fazer sem apoio institucional. É uma pena, pois muito se perdeu. Desde então, sempre que possível, incentivo pesquisas baseadas na história oral, no registro das práticas e dos processos.

Então, se o campo da pesquisa e do financiamento das pesquisas na área da cultura não se interessam por isso, por que as empresas deveriam se interessar? E aí eu tenho outro exemplo. Muitos anos depois eu fui fazer uma pesquisa sobre uma empresa local de televisão (RS), sobre um projeto muito interessante que eles tinham de produção de curtas-metragens e de séries junto com o campo do cinema. Inocentemente perguntei sobre os arquivos com as informações das produções, ou pelas cópias das próprias produções e descobri que não havia, mas eles queriam muito as tabelas que estávamos organizando, a partir de matérias de jornais! E para analisar os produtos tivemos que gravar da própria grade. A cada semana alguém fazia isso no grupo de pesquisa. Durante um ano. Os demais anos não estavam mais acessíveis, pois não há no Brasil uma experiência como a do Instituto Nacional do Audiovisual, na Biblioteca Nacional da França, onde vários alunos meus já foram estudar sobre experimentações na linguagem televisiva ou sobre os diálogos da TV e do cinema, para refletir sobre as experiências brasileiras.

Meu professor de redação jornalística, Marques Leonan, dizia que nada mais velho do que a notícia de ontem! Só que o jornal de ontem e do século passado eu encontro numa hemeroteca, ou num arquivo público. E os programas

televisivos de ontem, onde eu encontro se mesmo nas emissoras às vezes há essa dificuldade?

Minha amiga Fatimarlei Lunardelli dizia que a TV é um monstro devorador de programas, pois é muita coisa para produzir. Quem vai ter tempo para arquivar? A reciclagem até existe, mas é em favor da própria emissora, não é em favor do espectador ou de um público mais geral. Poderíamos pensar que é porque a maior parte das emissoras no Brasil não são públicas, no entanto mesmo as emissoras públicas têm dificuldade em ter um arquivo.

Em outra ação sobre a memória, eu e minha colega Nádia Weber Santos, que inclusive pesquisou e publicou sobre o acervo da TVE, nós tivemos que recorrer a amigos na emissora para tentar achar imagens e entrevistas que foram dadas pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento, para um documentário de arquivo que estávamos fazendo sobre ela. Então mesmo numa emissora pública o acervo não é público, e não publicizado. Aliás, o acervo nem está organizado num arquivo em que temas possam ser encontrados.

Então, voltando à pergunta que norteia esta mesa virtual, memória televisiva brasileira resiste entre arquivos e plataformas? Sim, enquanto projeto privado das empresas, ou privado de um ou outro grupo que gosta de divulgar imagens antigas, mas se vai existir enquanto projeto público, de uma memória pública da televisão, quem sabe em plataformas digitais, isso é algo que só o tempo dirá. Ou apagará. Obrigado.

Pistas para uma visada tecnocultural sobre a a memória televisiva brasileira

Gustavo Daudt Fischer

Neste debate a respeito da relação da memória televisiva brasileira e sua capacidade de resistir (a ideia de “resistência” por si só já sendo suficientemente controversa

nas mídias), quero propor um conjunto de ideias, algumas que me acompanham há mais tempo e outras mais recentes, mas que desembocam no meu atual projeto de pesquisa cuja perspectiva mais laboratorial é, de certa forma, uma forma de pensar a resistência da memória enquanto um certo curto-circuito de tempos e espaços.

Em primeiro lugar, me interessa pensar em uma formulação que me acompanha e me incomoda sistematicamente quando penso sobre as relações entre mídia e memória, em especial recortadas no meu interesse mais específico sobre como essa relação se dá nos ambientes online. Essa formulação é a seguinte: memória *das/nas* mídias. Ou seja, acredito que tão importante quanto entender o que a TV diz (ou não diz) sobre fatos, eventos, situações, ou seja, como ela narra/mostra/monta determinadas “cenas” (essa memória nas), é considerarmos em *como* ela se memorializa, como ela organiza a si mesma como “fato”, como personagem da nossa história, por assim dizer. Como, portanto, a televisão deseja ser lembrada ou como – atualmente - entidades, canais ou sujeitos “anônimos” memorializam a televisão. Ou ainda, como estão se construindo, rizomaticamente, diferentes modos de arquivo e acesso aos conteúdos televisivos que já se dissiparam no fluxo da sua própria medialidade televisiva “original”.

A esta primeira breve proposição, acrescento uma segunda: no cerne da “invenção” da sociedade em rede, infra estruturada na presença ubíqua do *software*, há uma disputa ou dialética, quase uma briga de Abel e Caim entre o que eu chamaria de uma potência de compartilhamento e um dever de fechamento. De um lado, se revisitarmos a geração hippie/pós-hippie – fortemente glamourizada por Hollywood em filmes e séries sobre o Vale do Silício – podemos pensar que desde suas garagens californianas (e depois atualizadas nas perspectivas do software livre) ambicionaram a ideia de um *do-it-yourself*, de “acesso” a uma possibilidade de sujeitos

não-especialistas usarem um computador. Associado a este estado de espírito, outras práticas como a pirataria, a revisitação da ideia de autor com as estratégias de *copyleft/creative Commons* e tantas outras (de *Wikis* a *crowdfunding*) também poderiam compor essa visão da informática como potência da partilha e da colaboração. A essa potência convive outra, quase oposta, com a busca pelo cercamento, segurança da informação que comparece igualmente nas iniciativas antipirataria das fabricantes de softwares, das senhas e criptografias, dos acessos restritos a conteúdos jornalísticas, assinaturas premium, disputa por direitos autorais e, considerando nosso tema, também se refletem na *plataformização* do conteúdo audiovisual” (a chamada *Guerra dos Streamings*) e, no Brasil em especial com o “advento” da Globoplay, vinculada ao Grupo Globo, cuja presença na paisagem televisiva nacional é indiscutível.

Se queremos pensar uma memória *da* e *na* televisão e, acrescento, considerar que em nossa tecnocultura estas duas forças (abertura e fechamento) convivem em uma tensão (que talvez beneficie ambas), acrescento um terceiro ponto, relacionado a três características – que podem ser tomadas como facetas ou camadas – que constituem os ambientes online e, portanto, formatam – na melhor perspectiva *McLuhnaniana* – nossa percepção da memória televisiva. A primeira característica diz a respeito a noção de uma infraestrutura de banco de dados que torna nossa experiência com as telas uma relação de jogo (nos termos de Flusser) com arquivos, (des)organizando-os constantemente. Um segundo elemento é considerar a presença de uma força remediadora (Bolter, Grusin, 1999) nos ambientes online, ou ainda se quisermos, uma faceta midiática, expressa nas inúmeras iniciativas online que se apropriam simultaneamente por processos de mimese (“vamos digitalizar o jornal impresso para a web”) ou ambições reformadoras de outros meios

(“vamos criar uma plataforma para acesso assíncrono aos programas da Globo”). Na década de 90, a chegada das emissoras de televisão e demais grandes grupos de mídia a web começou a produzir inúmeros exemplos destes movimentos. A terceira faceta que conclui esta parte da minha reflexão é justamente convocar a situação em que nos encontramos agora neste debate, ineridos todos em uma plataforma que solicita nome de usuário, um rosto ou iniciais na tela, possibilidades de conversação por voz/imagem e/ou texto ou então nas já reconhecidamente protagonistas redes sociais que regularmente nos recordam daquilo que nem sabíamos que queríamos lembrar, que nos sugerem “amigos” ou que nos indicam produtos pensados a partir do nosso “perfil.” Este *ambiente de relacionamento* – termo que emprego não para defender sua estabilidade enquanto processo, mas para enfatizar uma construção de presença de usuário nos ambientes online – soma-se às duas facetas anteriores e nos oferece ainda mais subsídios para o entendimento da condição da memória televisiva em nossa tecnocultura.

Este imbricamento de camadas, somadas às outras duas colocações anteriores – memória das/nas mídias e relações de abertura e fechamento – nos leva a convocar rapidamente o conceito de plataforma, expressão que vem ganhando impacto nos estudos da cultura digital e que não pode ser desconsiderado quando observamos a presença/ausência da memória televisiva na rede:

As plataformas são empresas de tecnologia digital que operam em rede por lógicas algorítmicas e monetizam dados coletados por meio da oferta de algum serviço (FIGARO; SILVA, 2020, p.104). No contexto da platformização da web, as plataformas são consideradas modelo econômico e infraestrutural dominante da web social (HELMOND, 2019). Essas estruturas

estão presentes em diversos âmbitos da vida cotidiana, permitindo a realização de atividades online como conversar, compartilhar, comentar e iniciar relacionamentos afetivos (VAN DJICK; POELL; DE WAAL, 2018, p. 9). (LIMA e DA COSTA, 2020, p. 2).

Poderíamos concluir então que a ideia de plataformas pode, do ponto de vista das audiovisualidades, serem consideradas como possuindo as camadas/características apontadas anteriormente.

Bom, mas então voltemos ao nosso tema principal: pistas para pensar a memória televisiva em nossa tecnocultura audiovisual softwarizada e online. Considerando as colocações anteriores da professora Miriam Rossini, é necessário colocar nesse momento algumas contribuições advindas das perspectivas preservacionistas, como é o caso do trabalho de Inês Menezes (2015), no seu texto “O digital não vai esperar”, no qual destacamos a afirmação:

Atualmente usuários têm grande expectativa de que o acesso a materiais de arquivo deva ser rápido, online e gratuito. O acesso deve ser promovido em materiais de baixa qualidade em prol da ampla difusão ou a autenticidade deve ser preservada? Promover o acesso sem critérios pode gerar a descontextualização, gerando uma “idade das trevas digital” (Paolo Cherchi Usai, 2008; “digital dark age” no original). A restauração de obras é outra questão a ser debatida em torno da mudança na indiciabilidade do analógico para o digital, em parte pelas infinitas possibilidades da ferramenta digital (MENEZES, online).

A estas colocações da autora e seguindo em relação às reflexões da Suzana Kilpp e Miriam Rossini, acrescento as reflexões do trabalho de Ramos (ANO) quando busca compreender a telenovela brasileira como patrimônio imaterial:

Vale ressaltar que existem no país dois museus voltados para imagem, som e audiovisual: o *Museu da Imagem e Som - Rio de Janeiro* (MIS-RJ), outrora existente no centro da cidade e agora em fase de construção em plena orla de Copacabana, e o *Museu da Imagem e Som - São Paulo* (MIS-SP). Entretanto, em se tratando de acervo e documentação de telenovelas e programas televisivos, o material é bem escasso. Isso foi comprovado, através de visitas a estas Instituições (RAMOS, 2013, p.439).

Finalmente, considerando este conjunto de pistas arroladas até aqui, entendidas como elementos de contexto tecnocultural: memória das/nas mídias, compartilhamento/ fechamento, banco de dados/mídia/ambiente de relacionamento, plataformas e desafios da preservação audiovisual (televisiva), proponho que pensemos em algumas ocorrências relacionadas à televisão brasileira, tomando o Grupo Globo como exemplo a ser mobilizado:

Quando a memória televisiva vira produto na grade de programação: programas como Vídeo Show (cuja duração na grade da Globo e recente extinção são por si só aspectos a ser analisado em outro momento) ou outros que se tornaram “programas sobre programas” (considerar os programas veiculados no Multishow sobre o programa Big Brother Brasil onde o participante eliminado é entrevistado, onde trechos do programa são reprisados com certos destaques, etc) são exemplos da faceta de auto-remediação que a televisão faz de si mesmo para enunciar sua memória (remota ou recente).

Quando a memória televisiva se torna canal: a programação do Canal Viva – em que produções antigas da TV Globo são reprisadas em novos contextos e até mesmo reeditadas por questões de especificidades contratuais com autores e atores – não apenas incorpora a ideia dos arquivos televisivos como produto que pode ser reembalado, mas também nos traz concretamente a ideia de que o compromisso

da televisão não é com a preservação, mas sim em, como dirá Suzana certamente, em seguir sendo TV.

Quando a memória televisiva se atualiza na tendência à plataformização: a Globoplay, ambiente de streaming do Grupo Globo atualmente, além de incorporar o Canal Viva, ainda oferece em sua aba “Novelas”, 130 títulos. Serão todas as novelas já veiculadas na emissora? Certamente não. Por fim, Globoplay faz streaming ao vivo de canais do grupo Globo: novamente a TV precisando desesperadamente ser neste contexto tecnocultural.

Quando a memória televisiva se torna um construto de memória online: o site Memória Globo (memoriaglobo.globo.com) é a comprovação de uma intenção clara da Rede Globo em também controlar/cuidar de sua própria memória. Aqui, novamente, percebe-se de que forma a emissora/grupo deseja ser percebida, pois o site além de oferecer sessões como “Perfis”, “Entretenimento”, “Esporte” e “Jornalismo” propõe os links “Erros” e “Acusações Falsas” como espaços nos quais admitiria suas falhas editoriais ou se defenderia de teorias conspiratórias e notícias falsas a seu respeito.

Quando a memória televisiva se insere no contexto de convergência e dispersão das imagens: este tipo de ocorrência me interessa em especial, na medida em que aqui nota-se a potência fragmentadora e rizomática dos arquivos de televisão em ambientes online, por mais que as tendências de fechamento ou a própria plataformização busque modos mais regulares e “de cima para baixo” de propor a memória televisiva, ou que as demandas do preservacionismo desejem uma certa perfectibilidade no arquivamento dos materiais. Imagens em vídeo (ou não) de diferentes condições de captação, edição, duração entre outras aparecem nos fluxos particulares de redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e também em sites particulares ou institucionais na web. Devires de nostalgia, preferências afetivas por este ou aquele

programa e diversas outras apropriações tornam a experiência com a memória televisiva um processo que recolocam nossas pistas anteriores em ação outra vez. A televisão brasileira atualiza-se em construtos de memória, entendidos como materialidades usualmente arranjadas em coleções (ir) regulares online de produtos da tecnocultura audiovisual, nas quais se podem escavar determinadas técnicas, estéticas e éticas, autenticando a relações contagiantes entre camadas de diferentes qualidades: superficiais (da ordem dos conteúdos e design) medialidades (da ordem da problematização do meio) e tecnoculturais (da ambiência sociotécnica que forma e é formada nesses processos).

O trabalho que o Lab.Mem ([instagram.com/lab.mem/](https://www.instagram.com/lab.mem/)) vem desenvolvendo é no intuito de escavar essas materialidades. Até o momento, já podemos perceber algumas tendências desse movimento como: a) a forte presença de vídeos postados com “tempos mortos” da televisão (vinhetas de programas, promos, instruções sobre como sintonizar um canal UHF, intervalos comerciais; b) as condições diversas de captura dos materiais (marcas ruidosas do VHS e outros *glitches* nas imagens). Estes aspectos enfatizam a não-linearidade da memória das mídias quando nas mídias e reforçam o caráter de curto-circuito espaço-temporal do usuário ao experimentar o televisivo através do online. O arquivo televisivo, no entanto, nos parece que está altamente à vontade como esse imigrante digital que segue sendo fracionado e reelaborado por dentro das mídias sociais, plataformas e outros ambientes.

Concluo afirmando que, ao *recoleccionarmos* esses fragmentos televisivos na pesquisa do Lab.Mem, o que se coloca diante de nós é um conjunto entrecortado/*mosaicado* de captações, misturando sentidos de nostalgia com um acidental testemunho de modos do espectador se relacionar com a memória televisiva (produzindo arquivos e mais arquivos) e apresentando outras facetas dos mundos

televisivos. Assim, paradoxalmente, a memória televisiva resiste/ressurge na tecnocultura tanto como produto (da grade televisiva, do canal, da plataforma) como em coleções dispersas e multifacetadas produzidas por protagonistas improváveis: em ambas as dimensões, *dura* o estado de lembrança e esquecimento que a meu ver caracteriza a memória das e nas mídias.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006. BENJAMIN, Walter.. Sobre o conceito de história. **Magia e técnica, arte e política**, 1994.

FISCHER, Gustavo Daudt. Do audiovisual confinado às audiovisuais soterradas em interfaces enunciadoras de memória. KILPP, Suzana et al. **Tecnocultura audiovisual: temas, metodologias e questões de pesquisa**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

KILPP, Suzana. **Imagem-duração e teleaudiovisualidades na internet**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

LIMA, Marília Abreu de, DA COSTA, Rafael Rodrigues. Influenciadores digitais como trabalhadores de plataformas: o caso@ diegojovinooficial e@ fortalezaordinaria. In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom: São Paulo, 2020.

MENEZES, Inês Aisengart. O digital não vai esperar. In: **Reflexões sobre preservação audiovisual | 10 anos da CineOP**. Hernani Heffner; Raquel Hallak d'Angelo; Fernanda Hallak d'Angelo. (Orgs). 1ª ed.: Universo. 2015. p. 41-43.

RAMOS, Marcos Andre Pinto. **Telenovela Brasileira: um estudo de patrimônio imaterial**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 453p.

ROSSINI, Miriam de Souza. Imagens audiovisuais como documento e testemunho: discussões a partir do cinema e da televisão no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. N. 158 (nosp, dez. 2020), p. 143-162., 2020.

EBC e os desafios da radiodifusão pública no Brasil

DEBORA CRISTINA LOPEZ

EDUARDO VICENTE

NÉLIA DEL BIANCO

GÉSIO PASSOS

Introdução

A radiodifusão pública tem um caráter social intenso, potencializando o que se define como papel da imprensa, já que está, por definição, desvinculada de interesses econômicos. O que se percebe, no entanto, são as constantes interferências oriundas de gestores públicos – sejam eles governamentais ou institucionais. Orth e Soares (2020) lembram que no princípio o que predominava eram as emissoras estatais, que tinham como função central a divulgação de atos do estado, sem vinculação com os princípios da comunicação pública. “O rádio público brasileiro, embora com uma história de quase 80 anos, tem um modelo ainda em construção e vem constituindo-se emaranhado com o sistema estatal” (ZUCULOTO, 2014).

Mas o que são estes princípios? Para as autoras, “Os princípios que regem a Lei e o sistema público de radiodifusão trazem, em sua essência, a ideia de promoção da cidadania e

igualdade de acesso à informação” (ORTH; SOARES, 2020, p. 440). Desta forma, a comunicação pública – e a radiodifusão pública – preocupam-se com o coletivo, com o desenvolvimento social, com a pluralidade e a consciência cidadã.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2008 pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, pode ser considerada um marco na radiodifusão pública brasileira. Ele integra um grupo, composto por 4,6 mil rádios comunitárias e 600 emissoras educativas de televisão e rádio (PIERANTI, 2020). Para Zuculoto (2014) a criação da Rádio MEC do Rio de Janeiro é o marco inicial do sistema educativo brasileiro, em 1936. Nitahara e Da Luz (2020) sistematizaram o processo histórico que culminou a criação da EBC, conforme FIGURA 1 na página 324.

Na EBC, segundo Nitahara e Da Luz (2020, p. 9), a TV Brasil no ar no Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís, com 50 geradoras e mais de 700 retransmissoras pelo país. “A autonomia da EBC em relação ao governo federal seria garantida pelo mandato de quatro anos do diretor-presidente, não coincidente com o do mandatário do país; pela Ouvidoria, encarregada de exercer a crítica interna da programação; e pelo Conselho Curador, formado por 22 membros, 15 deles da sociedade civil” (p. 9).

Compreende-se então que a radiodifusão pública brasileira se insere em um contexto que precisa ser abordado a partir de uma multiplicidade de olhares: da sua constituição como campo, das relações políticas e do jogo de interesses que afeta os atores deste campo, da sua definição (ou indefinição) no cenário da radiodifusão, e principalmente, de seu papel junto à sociedade. Observa-se, também, uma falta de compreensão deste papel que gera reações e críticas muitas vezes infundadas a emissoras, como é o caso da EBC.

Pieranti (2020) indica três tipos de críticas constantemente direcionadas à EBC: a) politização do

Figura 1 – Linha do tempo dos veículos e agências de notícias da EBC

Linha do tempo dos veículos e agências de notícias da EBC

Legenda de cores:



conteúdo, principalmente vinculada aos governos petistas na presidência da República (apontada pelo autor como “uma tentativa de desacreditar o projeto da radiodifusão pública no país” (p. 9)); b) os baixos índices de audiência das emissoras de rádio e TV – o que pode ser questionado pelo papel público destas emissoras e pelo seu alcance em zonas de baixa densidade informacional; c) os custos da emissora, considerados elevados – o que é questionado pelo autor, como apresentaremos à frente.

Percebe-se, então, a construção de um movimento de desvalorização que busca desacreditar a radiodifusão pública, especificamente a Empresa Brasil de Comunicação, construindo um caminho para a sua privatização ou dissolução. A desvalorização se constrói de maneira explícita e de forma indireta. No dia seguinte à sua eleição como presidente, em 2018, Jair Bolsonaro optou por conceder uma entrevista a uma emissora privada, não pública (PIERANTI, 2020) e, desde 2019, retoma o tema da privatização, promoveu demissões e a fusão dos canais NBr e da TV Brasil.

Os rumos da EBC nunca foram tão incertos e ela nunca esteve com seu futuro tão ameaçado, mas as mobilizações pela sua permanência são constantes. A Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública¹ é um grupo formado por entidades da sociedade civil, acadêmicas, sindicatos, pesquisadores e jornalistas que buscam debater a radiodifusão pública e reagir aos ataques à Empresa Brasil de Comunicação. No final de 2018, a Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA) e o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que reúnem pesquisadores e produtores de rádio público do país, publicaram uma “Manifestação sobre o papel da EBC”², como reação a declarações do presidente recém-

1. Para saber mais, acesse: emdefesadaebc.wordpress.com/sobre

2. Manifestação sobre o papel da EBC: fb.com/Rede.Rubra/photos/a.251704475687656/266148757576561/

eleito Jair Messias Bolsonaro, pela extinção ou privatização da EBC. Os pesquisadores destacam que a EBC é parceira de emissoras e universidades por todo o país e que “a privatização ou simples extinção da EBC poderia causar um efeito-dominó sem precedentes na comunicação de caráter público no país, além de trazer insegurança jurídica ao cumprimento de contratos vigentes.” (MANIFESTAÇÃO, online). O cenário, como dito, é complexo e os ataques ampliaram-se na atual gestão presidencial, com movimentos que buscam a privatização de uma organização fundamental para a constituição e consolidação da radiodifusão pública no Brasil.

A impermanência da radiodifusão pública no Brasil

O desmonte dos mecanismos democráticos de gestão e controle social da EBC e as recentes ameaças de privatização, incluindo a possibilidade de extinção da empresa, são sintomas de uma ação político-governamental que, historicamente, marginalizou o sistema público de radiodifusão como alternativa complementar à mídia privada.

De fato, a radiodifusão pública no Brasil emergiu à margem do sistema de mídia comercial que foi constituído pela dinâmica das lutas entre os atores políticos e econômicos, submetido a interesses econômicos de mercado, sem compromisso de zelar pela natureza pública da exploração de concessões de canais de radiodifusão. Trata-se de um sistema midiático sustentado na forte concentração de veículos nas mãos de dinastias familiares e grupos políticos.

As emissoras educativas/culturais foram estruturadas, na sua maioria, como emissoras estatais, sendo que aquelas subordinadas a governos estaduais e municipais tiveram atuação vinculada à agenda governamental, marcada pela atuação sem independência editorial e financeira e alheia

a mecanismos de transparência e accountability (BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2015).

Emissoras educativas tiveram papel importante na suplementação do ensino nas décadas de 60 e 70. Depois seguiram como emissoras culturais, mas sempre como emissoras do governo. Situação que rendeu um passivo simbólico já detectado em pesquisas quanti-qualitativas realizadas na Universidade de Brasília junto a audiência. O passivo simbólico diz respeito a uma visão cristalizada socialmente que associa, no imaginário coletivo, os meios públicos à falta de qualidade e de autonomia com relação a instâncias de poder governamental. O mais surpreendente é que essa percepção partilhada socialmente está presente tanto entre aqueles que consomem mídia pública com frequência, como entre os que nunca ouviram ou assistiram esse tipo de emissoras. O público convive com essa imagem sem buscar uma atualização. Um comportamento que impede constatar que há inúmeros bons programas nas emissoras públicas, alguns premiados por sua qualidade e relevância (ESCH; BIANCO, 2016, p.129).

A Empresa Brasil de Comunicação foi um ponto de mutação nessa trajetória ao ser criada como serviço público de radiodifusão para atuar em consonância com princípios da Unesco (2001) para caracterizar a mídia pública. São princípios como universalidade, diversidade, independência, diferenciação e participação social na gestão. A sintonia do país com essa dimensão pluralística e autônoma era necessária para que pudesse se aproximar de democracias que, tradicionalmente, mantêm emissoras e agências de notícias direcionadas ao interesse público como BBC (Inglaterra), Deutsche Welle (Alemanha), RFI (França) e NPR (EUA).

O serviço público na Europa, por exemplo, é uma alternativa à exploração comercial da mídia, porque oferece programas marcados pela diversidade cultural, cobrindo

um amplo leque de interesses e necessidades sociais, além de proporcionar uma cobertura jornalística que amplia o entendimento sobre os acontecimentos.

Embora esteja vinculado à promoção da cultura democrática e ao respeito do direito à comunicação, o serviço público na Europa não está imune a críticas. Em países sob governos de direita, sofre ameaças ou tentativas de autoridades de exercerem o controle sobre emissoras, seja reduzindo sua independência financeira ou interferindo na qualidade de notícias e na programação. São intimidações que impulsionam empresas públicas a promover mudanças na gestão e a buscar autonomia, com fontes alternativas de financiamento. Mas nem de longe essas ameaças abalam a estrutura do serviço pelo forte apoio e legitimidade que encontra na sociedade civil que o considera um patrimônio cultural.

Situação diversa da América, Latina onde emissoras estatais, estaduais, educativas, sem fins de lucro, antes de serem aceitas como um valor essencial à democracia, são vistas com desconfiança por parte da sociedade. A região convive historicamente com um déficit democrático em sua trajetória marcada pelo autoritarismo, populismo e ditaduras comandadas por militares, pela falta de legitimidade de governos e distanciamento da participação popular.

Em particular, na democracia brasileira há claramente uma dificuldade de lidar com esse dispositivo, a ponto de não a considerá-lo como fundamental para o equilíbrio do ecossistema midiático de predomínio privado.

No caso da EBC, a viabilidade de sua manutenção é questionada pelo viés econômico, pelo gasto orçamentário do Estado para manter emissoras em funcionamento. O discurso de austeridade e enxugamento da máquina do Estado qualifica a EBC como uma empresa ineficiente, cara, e que se presta ao uso político. No entanto, esse discurso confronta com as

escandalosas isenções de impostos a grupos econômicos e até religiosos.

Pieranti (2020) demonstra, ao analisar o orçamento histórico da EBC, que este argumento é falacioso. Em relação à execução orçamentária, o autor explica que, entre 2009 e 2012, a EBC recebeu mais recursos do que o previsto para o ano, mas que esta não é a realidade atual. De 2013 a 2018, o orçamento foi sempre inferior ao previsto, chegando, em 2017, à execução de 85,53% da previsão orçamentária. Outra informação importante trazida pelo autor diz respeito aos investimentos. Como mostra o gráfico abaixo, há uma drástica redução na capacidade de investimentos, inovação e conseqüentemente inserção nas novas dinâmicas comunicacionais por parte da empresa, **conforme FIGURA 2 na página 329.**

Os investimentos mudaram de uma variação entre 20,05% e 47,02% nos três primeiros anos da empresa para, depois de um movimento constante de queda, chegarem a 1,3% e 1,41% (PIERANTI, 2020). Ao comparar o orçamento da EBC com o de 17 entidades nacionais de radiodifusão pública, os resultados reiteram o baixo financiamento da empresa. Em uma análise do orçamento per capita, o Brasil fica na 17^a colocação, com 0,73 euros, enquanto os Estados Unidos, que estão no 16^o lugar, tem 2,92 euros. Já o primeiro colocado, Noruega, tem orçamento per capital de 155,49 euros. A discrepância entre os valores revela a baixa estrutura de atuação da EBC³.

3. A análise realizada contempla anos distintos devido à disponibilidade de dados. O ano mais referenciado é 2011 e por isso Pieranti apresenta também o indicador do período. “O ano mais citado nela é 2011 e, considerando o orçamento executado, a população estimada e o valor do euro à época, o indicador, no Brasil, subiria para 0,92. Esse valor é cerca de 35% maior que os 0,68 constantes da tabela, porém manteria a EBC na última colocação, ainda muito distante da penúltima, ocupada pelos Estados Unidos. E é essa justamente a principal consideração que se depreende da comparação: mesmo nos seus melhores anos em termos orçamentários, a EBC não dispôs de recursos compatíveis com os de outras entidades mantenedoras de emissoras públicas no mundo” (Pieranti, 2020, p. 18).

Figura 2 – Relação entre orçamento total e investimento na EBC



Gráfico 3: Relação entre Orçamento Total e Investimentos na EBC (2008-2020, em %)

Fonte: Elaboração do autor, com base nas LOAs

Fonte: Pieranti, 2020, p. 13

De fato, o que está em jogo é um valor democrático que tem seu custo dentro de padrões modestos, evidentemente, como algo essencial e não supérfluo. A perspectiva econômica reduz a importância do serviço e ignora questões essenciais ao seu funcionamento como independência editorial, sustentabilidade garantida por meio de impostos ou contribuição, autonomia de gestão, seja financeira ou gerencial, a participação social por meio de conselhos e programação plural, diversa, voltada para o interesse público, atuando de forma complementar.

As experiências de empresas de serviço público de mídia em boa parte da Europa mostram que não é impossível alcançar essa eficiência de gestão. Em geral, o modelo gerencial combina boas práticas de *compliance* e gestão comprometidas com prestação de contas transparente e submetida a controle social, além da fixação de metas e compromissos a serem efetivados pelos mandatos dos gestores. Por que o caminho mais fácil é privatizar do que encontrar modelo de gestão focado no resultado, mas sob a égide do interesse público?

Outro ponto em favor da essencialidade do serviço público na sociedade contemporânea está na oferta de diversidade e pluralidade de vozes como antídotos à desinformação. Uma mídia pública autônoma, inserida de forma competente no ecossistema midiático híbrido, pode elevar a qualidade do jornalismo. Os sistemas públicos bem sucedidos no mundo estão integrados ao ecossistema midiático multiplataforma, com a distribuição de conteúdo complementar à mídia tradicional com abordagem diferenciada, independente e plural sobre os acontecimentos.

A luta pela permanência da EBC, liderada por movimentos sociais e sindicais, tem um ponto positivo ao criar bom problema público, no sentido de Ceffaï (2009), para a democracia ao lançar discursos que podem contrapor ao passivo simbólico, aos argumentos de eficiência e economia, e até em relação aos pregam o fechamento da empresa por

considerá-la desnecessária. É um momento privilegiado para identificar argumentos hegemônicos e contra hegemônicos, inclusive aqueles que travam a discussão em torno do papel essencial da comunicação pública numa sociedade democrática, independente de qual seja o governo.

E por fim, é necessário considerar que o serviço público de radiodifusão é parte do direito à comunicação. Embora a internet tenha revigorado as esperanças em relação à existência de um espaço de comunicação livre e democrático, ainda é preciso considerar que o uso da rede pode reforçar e não transformar padrões de desigualdade social, preconceitos, discursos de ódio e impulsionar a fragmentação da participação política.

O direito à comunicação é um direito humano de “quarta geração”, como define o professor Murilo Ramos (2005). Constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. A garantia desse direito humano exige um papel ativo do Estado, na redistribuição mais justa do acesso à propriedade dos meios de comunicação e na criação de políticas visando garantir maior diversidade de conteúdo ou maior participação dos indivíduos na definição do que será veiculado nesses meios. Os discursos de resistência, em defesa da comunicação pública e da democracia, podem lançar luzes sob a natureza desse direito humano e a necessidade de sua afirmação.

A EBC sob ataque e a defesa da comunicação pública

No dia 9 de abril de 2021, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi oficialmente incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) por decreto do presidente Jair Bolsonaro⁴. A promessa feita por Bolsonaro de acabar com a EBC, ainda durante a eleição, começou a ser concretizada

4. Decreto n. 10.669 de 8 de abril de 2021. Disponível em: [in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.669-de-8-de-abril-de-2021-312834086](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.669-de-8-de-abril-de-2021-312834086)

com esse caminho para a privatização ou extinção da empresa de comunicação pública federal. Na data, o Ministério das Comunicações ressaltou que “serão desenvolvidos estudos para avaliar a possibilidade de execução da política pública sem a necessidade de manutenção de uma estatal” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2021).

Todo esse processo teve início no começo do governo de extrema-direita, com a inclusão da EBC no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), primeiro passo para privatização de uma empresa pública. A inclusão nesse programa em 2019 buscava “alternativas de parceria com a iniciativa privada e propor ganhos de eficiência e resultados para a empresa, com vistas a garantir a sua sustentabilidade econômico-financeira” (BRASIL, 2021).

Mas é importante refletir sobre como a EBC, criada em 2007, passou de pedra fundamental para a criação do sistema público de comunicação previsto na Constituição Federal (PASSOS, 2018), inspiradora de outras iniciativas nos estados⁵, para um problema fiscal a ser eliminado dentro do retorno da política neoliberal para o país (FELTRIN, 2021). E para compreender esse processo, devemos voltar a um ponto chave de mudança recente da política brasileira com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Após a derrubada do governo, o então vice-presidente Michel Temer assume a presidência propondo uma agenda de mudanças e reformas neoliberais, como desmonte da legislação trabalhista e previdenciária, além da retomada do processo de privatização das empresas públicas. Legitimado por uma base parlamentar que decidiu por derrubar a presidenta, Temer busca, com essas medidas, superar a crise econômica e política instalada no país.

5. Após a criação da EBC, novas empresas públicas estaduais nasceram inspiradas nos princípios da empresa federal, absorvendo os veículos estaduais já existentes, como a Empresa Pernambuco de Comunicação (2011), a Empresa Mineira de Comunicação (2016) e a Empresa Paraibana de Comunicação (2019).

Durante o processo de impeachment, a EBC teve um dos seus maiores desafios na cobertura da crise que assolava o país. A empresa pública enfrentava pressões do governo para informar a população sobre o que estava ocorrendo. A luta por autonomia editorial e independência financeira ainda eram outros desafios da emissora. Apesar de um excesso na reta final do afastamento de Dilma, a cobertura jornalística buscava ser equilibrada (EBC, 2016), com versões dos lados em disputa, coisa impossível de se pensar nos dias de hoje.

Com a posse de Temer, um de seus primeiros atos foi exonerar, em maio de 2016, o então presidente da EBC, Ricardo Melo, que tinha mandato garantido em lei até 2020. Em uma breve disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal havia garantido liminar para que Ricardo Melo continuasse no cargo, contrariando o desejo do governo. Mas a decisão caiu após Temer decidir, em setembro de 2016, mudar a lei da EBC por meio de uma Medida Provisória e derrubar Melo (INTERVOZES, 2016).

A MP de Temer trouxe duas mudanças centrais que afetaram a autonomia da EBC: o fim do mandato para presidente da empresa (quatro anos) e a extinção do Conselho Curador⁶. O presidente da empresa pública poderia então ser trocado a bel-prazer do Palácio do Planalto. E sem o Conselho Curador, teve fim o espaço de participação social na gestão da empresa, de acompanhamento editorial da programação (PASSOS, 2018).

Mas organizações da sociedade civil buscaram resistir ao desmonte. Foi articulada a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, reunindo mais de 100 entidades da sociedade civil, em resposta ao desmonte da empresa. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério

6. O Conselho Curador da EBC se configurava como um órgão de participação social, inspirado nos conselhos de políticas públicas, que além de aprovar os planos de trabalho anuais da empresa, tinha o poder de em dois votos de desconfiança demitir os dirigentes da EBC indicados pelo governo federal.

Público Federal, a Relatoria Especial das Nações Unidas e a Relatoria Especial da OEA sobre Liberdade de Opinião e de Expressão também se posicionaram contra as mudanças na empresa pública de comunicação.

Mesmo assim, o processo de desmonte da EBC ganha corpo nos anos de Temer. Sem previsão de mandato, três presidentes dirigiram a empresa pública em menos de três anos. Um brutal corte de orçamento, extinção de programas, problemas estruturais, perseguição de trabalhadores concursados e planos de demissão voluntária atingiram a empresa. O transmissor queimado da Rádio Nacional Ondas Curtas demorou quase dois anos para ser restabelecido. O crescimento da censura acompanhou a guinada para uma linha editorial que seguia o oficialismo do governo (PASSOS, 2019).

Importante destacar a resistência dos empregados efetivos da EBC e suas entidades representativas. Em agosto de 2018, os trabalhadores lançaram o Primeiro Dossiê Censura e Governismo nos veículos públicos da EBC, com mais de 60 denúncias (SINDICATO JORNALISTAS DF, 2018). Os principais casos eram relacionados à censura em coberturas de política, direitos humanos e meio ambiente. Temas como a morte da vereadora Marielle Franco, o carnaval do vampirão da Tuiuti, denúncias de Joesley Batista, mudanças do pré-sal, greve caminhoneiros e a eleição de 2018, por exemplo, foram vetados da cobertura da emissora pública.

Nessa escalada, durante as eleições de 2018, cresceram as propostas de extinção da EBC. Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckimin (PSDB) e João Amoedo (NOVO) se colocavam publicamente contra a empresa (INTERVOZES, 2018). Bolsonaro, que como sabemos venceu a eleição, recordou da sua promessa um mês após o resultado eleitoral: “Alguém aqui presente assistiu um programa da EBC? Então tem que ser fechada”, afirmava o eleito (G1, 2018).

E é com Bolsonaro, que a comunicação pública se aproxima de seu fim (BARBOSA, 2020). Além da inclusão da empresa no PPI, uma série de intervenções foram tomadas para “enxugar” a empresa e efetivamente acabar com as tentativas de se fazer comunicação pública.

Como na maior parte da administração pública federal, a militarização também chegou à emissora. O general Luiz Carlos Pereira Gomes assumiu a empresa em 2019, acompanhado de outros dois diretores militares. Segundo as palavras do general, enviadas por e-mail aos empregados, “muito mais que trabalhar, todos devem SERVIR. SERVIR está acima de trabalhar” (BONIN, 2019). Dos cinco diretores da empresa, três eram oficiais da reserva. Essa composição teve consequência imediata no aparelhamento da programação, com a inclusão de programas das forças armadas na TV Brasil, o avanço do oficialismo na produção e o fim de diversos programas da emissora. Essa foi a nova cara da TV pública da era Bolsonaro.

Na sequência, de forma ilegal, a sede da empresa no Maranhão foi extinta. Mas o grande golpe foi a fusão entre a TV NBR, canal do governo criado em 1998 por FHC, com a TV Brasil, a emissora pública criada pela EBC. Com essa unificação, não é possível mais distinguir o que é o jornalismo público produzido pela empresa do que é o conteúdo contratado pelo governo federal. 40% das matérias do principal jornal da TV pública são encomendadas pelo Planalto. Boletins durante toda a programação fazem propaganda do governo, programas de entrevista se transformam em palanque para ministros e assessores (SAMPAIO, 2019).

Bolsonaro passou a ocupar a grade da TV até então pública. Com a fusão entre NBR e TV Brasil, a qualquer momento o presidente pode entrar ao vivo na emissora, interrompendo um desenho, um documentário ou um jornal. Em outubro de 2020, ele chegou a ficar 10 minutos ao vivo

acenando para carros em uma rodovia federal. Formaturas militares, celebrações religiosas, abraços enviados por narradores e comentaristas marcam a onipresença do presidente na programação. A empresa passa a ser utilizada como arma de propaganda do bolsonarismo como mostram Barbosa, Passos e Carvalho (2021).

Os jornalistas da EBC passam a denunciar a nova escalada da censura e perseguições (BERGAMO, 2021). Ditadura militar, reforma agrária, Rodrigo Maia, João Dória, Jean Willys, Lula também são temas vetados na cobertura da nova EBC. Nada relativo aos direitos dos indígenas e a falta de oxigênio em Manaus. A cobertura da pandemia é limitada ao interesse do governo. Os fatos relevantes saíram dos noticiários dos veículos públicos. Qualquer tema ou fato que questionam o bolsonarismo passa a ser descartado da cobertura da empresa.

Mas uma vez os trabalhadores tornam público o que acontece nas redações. O Segundo Dossiê sobre Censura, divulgado em 2020, registrou 138 denúncias de cerceamento e governismo no jornalismo que deveria atender aos interesses da sociedade (SINDICATOS DOS JORNALISTAS DO DF, RJ E SP, 2020). Segundo o levantamento, as editorias mais censuradas continuam sendo as de política e direitos humanos. Até edições para minimizar a gravidade de declarações oficiais e proteger ministros e o presidente da república são registradas.

Em junho de 2020, com o crescimento da impopularidade, além do aumento do desgaste das relações com o Congresso Nacional, Bolsonaro recriou o Ministério das Comunicações e o entregou ao bloco de apoio no Congresso autodenominado como o “centrão”. Coube ao deputado federal Fábio Faria (PSD-RN), genro do radiodifusor Silvio Santos, a missão de fazer o rearranjo da pasta recriada, incorporando a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República e vinculando a EBC a sua estrutura. Em setembro,

após insatisfação com a gestão militar, o publicitário Glen Lopes Valente assume a EBC buscando fortalecer a nova comunicação do governo Valente cuidava da publicidade Secom, que então era comandada pelo conhecido “gabinete do ódio” (SAID, 2020).

É com Fábio Farias que a proposta de privatização da EBC avançou dentro do governo. Em maio de 2021, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Câmara dos Deputados, o ministro Farias sentenciou:

A gente vai manter EBC só porque é a União que paga? Não, a gente vai ter que estudar e se debruçar pra entender. Até porque qualquer Presidente da República vai querer ter EBC com ele, ninguém vai querer tirar. É igual o Banco Central, Bolsonaro foi o único presidente que decidiu tirar o Banco Central, pra ser independente. Porque ninguém quer abrir mão de poder, mas mesmo assim a gente tá fazendo isso, por quê? É promessa de campanha, ele falou isso abertamente (CONGRESSO EM FOCO, 2021).

A Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública e os trabalhadores da EBC continuam a batalha contra esse processo de privatização. A campanha “#FicaEBC”, uma iniciativa dos empregados nas redes sociais, foi criada para mostrar a missão da empresa e sua importância para a população. Em carta aberta neste ano, as entidades da sociedade civil rebateram a polêmica sobre os custos da emissora, ressaltando que a emissora não pode ser refém da lógica comercial e que os recursos da contribuição criada para a sua manutenção sequer são repassados pelo governo federal. Defenderam ainda que a empresa passa por uma campanha de ataques da imprensa e de setores políticos que escondem a relevância social da EBC.

A comunicação pública não é uma invenção brasileira, mas, ao contrário, é realidade na grande maioria dos países do mundo. Enquanto alguns segmentos buscam atacar a existência deste serviço, em outros países democracias consolidadas (até mesmo de caráter bastante liberal) entendem e estimulam o papel da comunicação pública para atender ao direito à informação dos cidadãos, investir em conteúdo sem apelo comercial e pautar temas de interesse público (FNDC, 2021).

Os desafios para a manutenção de um sistema público de comunicação, que tem a EBC como sua linha de frente, passa diretamente pela luta travada pelos atores políticos dentro Estado brasileiro. Sem esquecer, claro, do entendimento do papel desse sistema público dentro do cenário oligopolizado da mídia brasileira, sua distinção entre o privado e estatal, bem como a mobilização social em torno deste projeto fundamental para democracia. A própria inclusão da sociedade neste processo passa pela retomada e ampliação de sua participação na própria gestão e produção das emissoras públicas, com o retorno dos mecanismos de participação então extinto, como o Conselho Curador e seus processos de consultas e audiências. Somente assim será possível reconquistar a autonomia editorial da comunicação pública e sua independência financeira, garantir a liberdade de expressão e o direito à informação da população, dando vozes a quem está marginalizado na comunicação de massa.

Considerações finais

A radiodifusão pública está ameaçada no Brasil e é preciso reagir a estas ameaças com informação, combatendo o movimento negacionista que minimiza a importância do científico e do social. A liberdade para produzir radiodifusão segundo os preceitos da comunicação pública, com

compromisso social e transparência, é afetada por constantes intervenções e censuras, como revelam os relatórios citados neste capítulo. O cenário revela a fragilidade de uma organização fundamental para a constituição democrática do país. Como indicaram os pesquisadores e profissionais da comunicação que compõem a Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA) e o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom em 2018:

Somente com um sólido sistema público de comunicação, cumprem-se as diretrizes da carta magna, que prevê a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal e estabelece diversos parâmetros para a programação das emissoras de radiodifusão: a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família .

A radiodifusão pública deve ser protagonista na democracia. Os cidadãos devem integrar o sistema público de comunicação, devem ser escutados, devem ser parte das decisões. A comunicação pública não é estatal e não é dispensável. Não pode ser posta de lado por interesses políticos, sufocada a partir do sucateamento da sua estrutura e redução de pessoal, descredibilizada a partir de argumentos manipulatórios.

A radiodifusão pública – mais especificamente a EBC, um de seus pilares – fala aos que têm pouco acesso à informação e tem parcerias com emissoras universitárias e educativas, formando uma rede que conecta pontos de todo o país em busca da informação de qualidade e de relevância para os públicos regionais. Com isso, ela representa diversidade e pluralidade em sua programação. A apropriação política, a censura, a

limitação de ações, as ameaças e o baixo financiamento não devem integrar o cotidiano da radiodifusão pública porque seu compromisso alinha-se à cultura nacional e à produção independente, alinha-se à ética profissional e pessoal e ao direito fundamental à informação de qualidade, de interesse público e independente.

Referências

BARBOSA, Bia. Comunicação pública perto do fim. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 25 março 2020. Disponível em: diplomatique.org.br/comunicacao-publica-perto-do-fim. Acessado em: 10/04/2021.

BARBOSA, Bia; PASSOS, Gésio; CARVALHO, Mariana Martins de. Empresa de comunicação pública vira arma de propaganda de Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 12 de março de 2021. Disponível em: diplomatique.org.br/empresa-de-comunicacao-publica-vira-arma-de-propaganda-de-bolsonaro. Acessado em 05/05/2021.

BERGAMO, Monica. Jornalistas denunciam censura do governo Bolsonaro na EBC e distorção de notícias sobre a Covid-19. **Folha S. Paulo**, 12 fevereiro 2021. Disponível em: folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/jornalistas-denunciam-censura-do-governo-bolsonaro-na-ebc-e-distorcao-de-noticias-sobre-a-covid-19.shtml?origin=uol. Acessado em: 05/05/2021.

BIANCO, Nelia. R.; ESCH, Carlos. E.; MOREIRA, Sonia. V. . Mudanças e permanências na radiodifusão pública da América Latina. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 12, p. 30-42, 2015.

BONIN, Robson. No ‘batalhão’ da EBC, o lema agora é ‘servir de corpo e alma’. **Veja**, Radar 21 de agosto de 2019. Disponível em: veja.abril.com.br/blog/radar/no-batalhao-da-ebc-o-lema-agora-e-servir-de-corpo-e-alma/. Acessado em: 20/05/2021.

BRASIL. Programa de Parceria de Investimento. Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Situação do projeto, 16 março 2021. Disponível em: ppi.gov.br/ebc-empresa-brasileira-de-comunicacao?acao=exibe_ficha&versao=. Acessado em: 25/05/2021.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, v.2(4), 2009, p. 11-48.

CONGRESSO EM FOCO. Fábio Faria bate-boca com jornalistas e revela prejuízo de R\$ 550 mi da EBC. 06 março 2021. Disponível em: congressoemfoco.uol.com.br/governo/fabio-faria-bate-boca-jornalistas-ebc/. Acessado em: 20/05/2021.

EBC. Conselho aprova recomendação para garantir equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC. Institucional, 22 de abril de 2016. Disponível em: ebc.com.br/conselho-curador/noticias/2016/04/conselho-aprova-diretrizes-para-garantir-equilibrio-de-fontes-no. Acessado em 20/05/2021.

ESCH, Carlos Eduardo; BIANCO, Nelia Rodrigues Del. Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. **Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**. Coimbra, 2016, p. 115-131.

FELTRIN, Ricardo. TV Brasil dá R\$ 550 milhões de prejuízo por ano, diz ministro. **Splash UOL** 07 março de 2021. Disponível em: uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/03/07/tv-brasil-da-r-550-milhoes-de-prejuizo-por-ano-diz-ministro.htm?cmpid=copiaecola. Acessado em 20/05/2021.

FNDC. Carta à sociedade: por que a EBC não deve ser privatizada. 16 março 2021. Disponível em: fndc.org.br/noticias/carta-a-sociedade-por-que-a-ebc-nao-deve-ser-privatizada-924961/. Acessado em: 15/05/2021

G1. Bolsonaro escolhe almirante Bento Costa Lima Leite para Ministério de Minas e Energia. *Jornal Nacional*, 31 de novembro de 2018. Disponível em: g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/11/30/bolsonaro-escolhe-almirante-bento-costa-lima-leite-para-ministerio-de-minas-e-energia.ghtml. Acessado em: 15/05/2021.

INTERVOZES. A MP de Temer para a EBC e o novo golpe na comunicação pública. *Carta Capital*, 02 setembro 2016. Disponível em: cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-mp-de-temer-para-a-ebc-e-o-novo-golpe-na-comunicacao-publica. Acessado em 15/05/2021.

INTERVOZES. Nota pública - Frente em defesa da EBC e da comunicação pública. 28 de agosto de 2018. Disponível em: intervozes.org.br/sociedade-civil-reage-as-ameacas-de-presidenciaveis-a-ebc/. Acessado em 01/04/2021.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES. Decreto inclui EBC no Programa Nacional de Desestatização. Assessoria de Comunicação Notícias, 12 de abril de 2021. Disponível em: gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/decreto-inclui-ebc-no-programa-nacional-de-desestatizacao Acessado em: 15/05/2021.

NITAHARA, A.; DA LUZ, C. R. M. A EBC e a Comunicação Pública no Brasil. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e5130, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5130. Disponível em: revista.ibict.br/liinc/article/view/5130. Acesso em: 19/07/2021.

ORTH, Thiana e SOARES, Jéssica Degrandi. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio. **Revista Katálysis** [online]. 2020, v. 23, n. 03 [Acessado 19 Jul. 2021], pp. 439-448. Disponível em: <doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p439>. Epub 16 Out 2020.

PASSOS, Gésio. Em defesa da Constituição, da comunicação pública e da EBC. *Brasil de Fato*, 06. nov. 2018. Disponível em: brasildefato.com.br/2018/11/06/artigo-or-em-defesa-da-constituicao-da-comunicacao-publica-e-da-ebc/. Acessado em 15/05/2021.

PASSOS, Gésio. Do sequestro ao extermínio: os difíceis momentos da comunicação pública no Brasil. In: **Intervozes**. (Org.). *Direito à Comunicação no Brasil 2018*. 1ed. São Paulo: Intervozes, 2019, v. I, p. 55-64.

PASSOS, Gésio. A comunicação pública brasileira: resistência e sobrevivência. In: **Intervozes**. (Org.). *Direito à Comunicação no Brasil 2017*. 1ed. São Paulo: Intervozes, 2018, v. I, p. 37-47.

PIERANTI, Octavio Penna. A radiodifusão pública é “cara demais”? Uma avaliação do orçamento da EBC. **Revista Eptic**, v. 22 n. 3, set.-dez. 2020

RAMOS, Murilo. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SAID, Flávia. Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio. **Congresso em Foco**, 28 maio 2020. Disponível em: congressoemfoco.uol.com.br/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalmam-modus-operandi-do-gabinete-do-odio. Acessado em 14/04/2021.

SAMPAIO, Cristiane. Sociedade civil, MPF e oposição reagem a portaria que unifica TV Brasil e TV NBR. **Brasil de Fato**, 22 de abril de 2019. Disponível em: brasildefato.com.br/2019/04/22/sociedade-civil-mpf-e-oposicao-reagem-a-portaria-que-unifica-tv-brasil-e-tv-nbr. Acessado em 05/05/2021.

SINDICATO DOS JORNALISTA DO DF. Dossiê Censura e Governismo na Empresa Brasil de Comunicação. 28 de agosto de 2018. Disponível em: sjpdf.org.br/noticias-teste/3722-trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casos-de-censura-e-governismo-na-ebc. Acessado em: 20/05/2021.

SINDICATOS DOS JORNALISTA DO DF, RJ E SP. 2º Dossiê Censura EBC – Inciso VIII. Setembro 2020. Disponível em: fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf. Acessado em 20/05/2021.

UNESCO, Public Broadcasting: Why? How? World Radio and Television Council, 2001. Disponível em unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: Madalena Oliveira; Nair Prata. (Org.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários**. 1ªed. Braga - Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, 2015, v. , p. 65-82.

Ficção seriada e resistência

LIGIA PREZIA LEMOS

LARISSA LEDA F. ROCHA

CLARICE GRECO

LUCAS MARTINS NÉIA

*A resistência é o momento negativo de um
processo dialético no qual o sujeito, em
vez de reproduzir mecanicamente o
esquema das interações onde se insere,
dá um salto para uma posição de
distância e, deste ângulo, se vê a si
mesmo e reconhece e põe em crise os
laços apertados que o prendem à teia das instituições*
Alfredo Bosi

Não é raro nos depararmos, em debates sobre a ficção televisiva, com o questionamento: a ficção televisiva contribui para as transformações na sociedade ou apenas incorpora tais mudanças em sua narrativa? A resposta a essa indagação será sempre inconclusiva, por se tratar de um fenômeno dialógico, relacional. Enquanto a cultura sofre mudanças e adaptações naturais, o audiovisual as incorpora e, com isso, retroalimenta a sociedade ao representá-las. Assim, temos múltiplas frentes de mudanças, como, por exemplo, as mudanças sociais reivindicadas pelo fluxo político, no caso brasileiro uma política que se entremeia fortemente com o estabelecimento e manutenção da

indústria televisiva nacional. Outro exemplo que nos é caro neste trabalho são os movimentos feministas, que levaram também a alterações na indústria audiovisual e, com isso, culminam em transformações na representatividade das personagens femininas.

Propomo-nos a rastrear mudança sociais, transformações e resistências – em seus âmbitos artísticos, narrativos, temáticos – na história da teleficção a partir de uma observação empírica. Para isso, levaremos em conta o papel central que, primeiro, a telenovela tomou no cenário da indústria cultural nacional; e a posterior “invasão” e impacto das produções internacionais nos modos rotineiros de consumo, em um movimento que, junto à tradição das novelas no Brasil, reorganiza saberes, ideias e perspectivas, evidenciando um novo *ethos* a partir do qual podem ser compreendidos tensionamentos de classe, gênero, raça; problemáticas, afinal, políticas em si.

Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca da ideia de resistência acompanhando o percurso da ficção seriada brasileira na constituição da indústria audiovisual nacional, chegando até aos movimentos impulsionados pela chamada “terceira edição dos Anos Dourados da TV” (MARTIN, 2014) que, tendo a TV norte-americana como guia, fala de uma revolução acompanhada por mudanças tanto narrativas quanto nos modos de ver TV e nos aparatos técnicos. Trata-se de um contexto marcado por um rearranjo paradigmático no negócio da televisão, instituindo a “televisão distribuída pela internet” (LOTZ, 2017). Para isso, inicialmente faremos um debate sobre o conceito de resistência a partir da obra de Bosi (1996), depois voltaremos nosso olhar para o percurso da indústria da televisão no Brasil e seus movimentos de resistência, chegando, por fim, ao contexto contemporâneo da ficção seriada e tomamos a representação de personagens femininas como nosso objeto de atenção.

Resistência, arte e ética

Para articular a discussão sobre ficção televisiva seriada brasileira e resistência trazemos um artigo do professor Alfredo Bosi (1996), “Narrativa e Resistência”¹. Bosi diz que re/sistir é conservar-se firme, é não sucumbir, é não ceder. O termo cognato é in/sistir e seu contrário é de/sistir, ou seja, não prosseguir, abrir mão, se abster, abdicar, renunciar. Assim, resistir é opor sua força própria à força alheia. E essa é uma discussão importante em termos estruturais para os trabalhos de pesquisa de ficção seriada – além de ser relacionada a uma necessária postura no mundo.

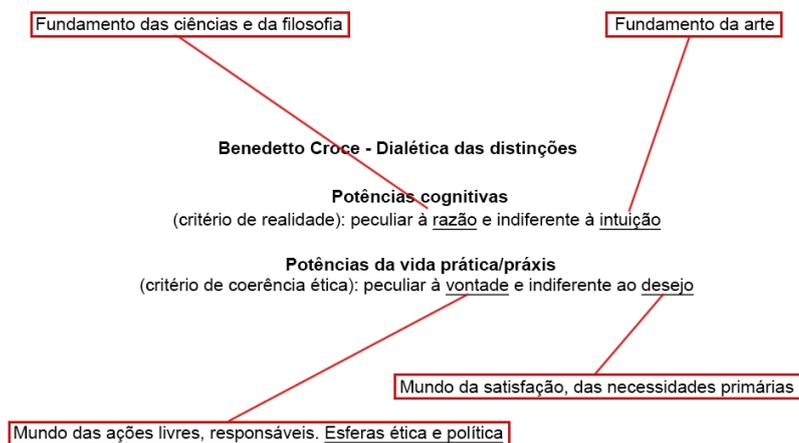
Resistência não é um conceito estético, e sim ético, segundo categorizações de Benedetto Croce (1994), filósofo e historiador italiano. Vale sublinhar, já que estamos tratando de ética, que tal pensador inspirou estudiosos de diferentes correntes ideológicas, de muitos espectros políticos. Sua Dialética das Distinções² postula que existem as potências cognitivas, para as quais há os critérios de realidade (que são peculiares à razão e indiferentes à intuição). Ou seja, a razão precisa da realidade, que é relativamente indiferente para a intuição. Também existem as potências da vida prática, a práxis, para as quais há os critérios da coerência ética (que são peculiares à vontade e indiferentes ao desejo, à libido – para gostar, não é necessária a coerência). Nesse sentido, a intuição seria o fundamento da arte, e a razão fundamento da ciência, da filosofia. O desejo pertence ao mundo da satisfação, das necessidades primárias; assim como a vontade faz parte do mundo das ações livres, das esferas política e ética. Segundo esse esquema podemos, então, concluir que

1. O artigo, publicado na revista Itinerários da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara no ano de 1996, integra dossiê que foi inspirado no Colóquio “Narrar e resistir” ocorrido na instituição em 1995.

2. Croce compreende dialética como um conceito de distinção, e propõe uma “dialética dos distintos”. Para Gramsci (1978, p.246 apud SCHLESENER, 2007, p. 95), Croce elaborou “um sistema dos ‘distintos’ que teria tido origem nos estudos de economia política e, mais precisamente, no estudo da filosofia da práxis”.

a narrativa e a resistência pertencem a espaços de distinção diferentes (Fig.1), pois, no nível abstrato, não se deveriam misturar os conceitos próprios da arte com os conceitos próprios da ética e da política.

Figura 1 – Dialética das distinções



Fonte: Elaborada pelos autores

Porém, Bosi (1996, p. 13) ressalta que “fios subterrâneos poderosos amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos. Mais do que um acaso de combinações, essa interação é a garantia da vitalidade mesma das esferas artística e teórica”. Os agentes desses movimentos de transição de sentido, da esfera ética para a estética, são os valores que integram o tecido da cultura. Esses valores são, portanto, a força catalizadora da vida em sociedade, de qualquer sociedade, e são esses valores que repelem e combatem os antivalores em um enfrentamento constante e persistente. Os valores são concretos, objeto de intencionalidade, são objeto da vontade. São a força propulsora das ações, pois pertencem ao objetivo a ser alcançado, que se encontra no fim da ação

e, ao mesmo tempo, fazem parte do começo das ações, no sentido de sua motivação. A percepção da existência de valores e antivalores é mais clara nos artistas que, assim, são capazes de exprimi-los em imagens, figuras, timbres de voz, gestos, formas, escritos, representações, atuações.

Observa-se que a questão dos valores e antivalores tangencia o estudo da ficção seriada brasileira em múltiplas perspectivas, das quais destacamos duas. Quando há o engajamento do autor – de uma telenovela, por exemplo – a movimentos sociais ou campanhas políticas, pode ser nítido tal posicionamento ao expressar sua ideologia através de um personagem ou mesmo de uma situação. Outra perspectiva refere-se aos chamados leitores ultra ideologizantes, que são aqueles que condenam os antivalores representados, exibidos ou demonstrados pela arte. Esse leitor ultra ideologizante defende, por exemplo, que a telenovela instiga a violência. Argumenta que a televisão faz propaganda e exhibe um discurso de estímulo da violência quando, de fato, esses antivalores representados artisticamente estão expondo um tema ou uma questão que necessita de debate naquele momento, naquela realidade.

Para ilustrar esse ponto, apresentamos um exemplo de violência doméstica na telenovela que, à época, desencadeou discussões e controvérsias. Em “Mulheres Apaixonadas” (Globo, 2003), o personagem Marcos (Dan Stulbach) violentava e agredia verbal e fisicamente a esposa, a professora Raquel (Helena Ranaldi), inclusive com uma raquete de tênis, em cenas que se tornaram icônicas. Após cometer os atos de violência, Marcos arrependia-se, com pedidos de perdão, presentes e promessas de mudança de comportamento. Mesmo sofrendo, ela não conseguia denunciá-lo à polícia. Mudou de cidade para fugir dele, mas ele foi em seu encalço, amplificando cada vez mais seu sofrimento.

Imagem 1 – Cena de violência em Mulheres Apaixonadas, capítulo 97, exibido em 09/06/2003



Fonte: Globo

Os atores que interpretavam o casal chegaram a ir para Brasília com o objetivo de participar do lançamento do “Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher”, ao lado do presidente Luís Inácio Lula da Silva³. Na trama, quando a personagem Raquel finalmente teve coragem de ir à delegacia para denunciar o marido, sua atitude repercutiu e incentivou milhares de brasileiras a fazerem o mesmo, ampliando enormemente o número de denúncias do mesmo tipo⁴. Este é apenas um exemplo entre muitos em que se vê que o chamado *merchandising* social reverbera na sociedade, desperta debates e evidencia que a questão da ética tangencia continuamente a estética. Baccega (2003) argumenta que o *merchandising* social, a abordagem de temáticas sociais nas obras de ficção televisiva, ocorre porque que essas temáticas são urgentes, necessárias, mas que a audiência ainda não percebe. Diz que a audiência vive dentro dos temas abordados,

3. 35º presidente do Brasil, exerceu o cargo entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011.

4. LANÇADO programa de combate à violência contra a mulher. Estadão, São Paulo, 27 ago. 2003. Disponível em: politica.estadao.com.br/noticias/geral,lancado-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher,20030827p36064. Acesso em 12/06/2021.

precisa desta discussão, intui que é inevitável. A ficção trata de temas presentes na sociedade, temas que já estão em tensão com a mentalidade corrente, e antes que o povo perceba – a arte desperta. A partir de movimentos deste tipo, a exigência estética assume uma genuína face ética, “a resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 1996, p. 26).

Prosseguindo, portanto, com o artigo de Bosi, a ideia de resistência – quando está articulada com a ideia de narrativa – pode ocorrer de duas maneiras: (a) como tema; e/ou (b) como processo constitutivo da obra. Como tema da narrativa, a resistência reflete uma época em que os intelectuais se engajaram politicamente contra determinados regimes de opressão, em lutas difíceis, especialmente na primeira metade do século XX. Fazendo um paralelo com o Brasil do século XXI, podemos recuperar um artigo publicado pelo Washington Post⁵ que destaca que as telenovelas da Globo são parte da resistência ao governo de Jair Messias Bolsonaro⁶ e traz, como exemplos, “Malhação: Toda Forma de Amar” (Globo, 2019-2020), que apresentou um personagem adolescente enfrentando preconceitos por ser homossexual; “Órfãos da Terra” (Globo, 2019) que retratava vítimas da guerra da Síria, trazendo a questão dos refugiados para a televisão brasileira; e “Aruanas” (Globoplay, 2019), focada na história de um grupo de ativistas que investiga crimes ambientais e contra povos indígenas na Floresta Amazônica. Todos estes temas são bastante sensíveis para o atual governo do Brasil.

5. LOPES, M. In Bolsonaro’s Brazil, woke soap operas are part of the resistance. **The Washington Post**, Washington, 31 jul. 2019. The Americas. Disponível em: [washingtonpost.com/world/the_americas/in-bolsonaros-brazil-woke-soap-operas-are-part-of-the-resistance/2019/07/30/dd91876a-ad88-11e9-9411-a608f9d0c2d3_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/in-bolsonaros-brazil-woke-soap-operas-are-part-of-the-resistance/2019/07/30/dd91876a-ad88-11e9-9411-a608f9d0c2d3_story.html). Acesso em 12/06/2021.

6. 38º presidente do Brasil, teve o mandato iniciado em janeiro de 2019 ainda em curso.

Mas a resistência como tema da ficção seriada brasileira praticamente acompanha a história da telenovela em nosso país. A telenovela “O Bem-Amado” (Globo, 1973) retratava um político demagogo, corrupto e sedento de poder que, sem escrúpulos, contrata um assassino com o objetivo de inaugurar um cemitério; a minissérie “Anos Rebeldes” (Globo, 1992) narra uma história de amor entrelaçada com o momento político, a ditadura militar; e a telenovela “A Força do Querer” (Globo, 2017) enfrentava a temática da redesignação de gênero, pessoas trans e travestis, apenas para citar alguns exemplos.

**Imagem 2: Cena da telenovela A Força do Querer
(violência contra pessoas trans)**



Fonte: Globo

Já a resistência como processo de escrita, como forma imanente da escrita, surge em obras sem uma cultura política especificamente militante. São aquelas que possuem uma tensão interna que as faz resistentes, pois estão imbuídas do espírito do autor. Algumas dessas obras também apresentam a resistência como tema da narrativa, pois a resistência pode se integrar tanto como processo quanto como tema. A minissérie “Hoje É Dia de Maria” (Globo, 2005), por exemplo, resiste ao

utilizar uma linguagem inovadora, teatral, e que mistura o onírico, o lúdico, em uma produção sofisticada que não deixa de ser popular; a telenovela “Velho Chico” (Globo, 2016) também é exemplo de resistência estética, como se dissesse que a telenovela normalmente não é assim, mas “vamos fazer do nosso jeito”. A escrita resistente escolhe temas, situações, personagens que decorrem de “um *a priori ético*, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes” (BOSI, 1996, p. 22).

Assim como há formas distintas de resistência, também há diferença entre os tempos históricos. Portanto, há momentos em que se observa a aceleração da luta social e momentos lentos e difusos de aparente estagnação política. A observação da história social e política permite perceber claramente essa diferença entre tempos mais lentos e outros mais acelerados, que parecem demandar, de algum modo, resistências políticas, sociais, culturais, artísticas.

O momento em que vivemos e a história que presenciamos parece nos dizer que é a hora para reler clássicos e alguns textos mais antigos, que sejam úteis para nossas pesquisas, reflexões e estudos. É, sem dúvida, alentador, perceber que a ficção televisiva, assim como as obras de ficção em geral, a literatura, a obra artística, possuem poder de resistência. Isso acontece porque a fantasia é capaz de revelar as mentiras, o que está escondido, o que habita as profundezas, o que deveria permanecer oculto. Assim, a ficção “pode ser o lugar da verdade mais exigente” (BOSI, 1996, p. 26).

Telenovela brasileira, ditadura militar e resistência: das dinâmicas institucionais ao âmbito narrativo

Tomaremos, agora, o principal formato da ficção televisiva latino-americana (MARTÍN-BARBERO, 2003),

a telenovela, para pensarmos a questão da resistência nas produções audiovisuais seriadas realizadas no contexto da ditadura cívico-militar brasileira (1964 a 1985) e no imediato pós-redemocratização. Nossa observação contemplará duas diretrizes: a da institucionalidade, isto é, a investigação da televisão na condição de “uma indústria e suas organizações, moldada pela política governamental e pela administração corporativa” (FREIRE FILHO, 2004, p. 205); e a das narrativas, ou o enquadramento estético (e ético) dado pelo veículo a temas patentes e latentes na esfera pública por meio dos elementos que compõem sua gramática (linguagens, representações e formas, tecnicidades).

O vocabulário teórico para esta análise está calcado na teoria barberiana da comunicação (LOPES, 2018). Com um vigoroso aporte conceitual voltado à compreensão das inter-relações entre as dinâmicas comunicacionais, a esfera cultural e as instâncias ideológicas (ESCOSTEGUY, 2018), as reflexões de Jesús Martín-Barbero nos fornecem chaves analíticas propícias à identificação das estruturas, operações e manobras técnicas, sociais e políticas empreendidas pela indústria televisiva na construção de representações. O pensamento do comunicólogo hispano-colombiano é capaz, portanto, de iluminar as formas como, nos termos de Bosi (1996), aqueles fios que conectam a arte e os objetos da cultura à ética e à política foram amarrados e/ou enovelados na arena de produção, circulação e recepção de sentidos engendrada pela teledramaturgia brasileira ao longo dos anos.

Para Martín-Barbero (2003), a dimensão da institucionalidade abrange desde as políticas regulatórias que guiam as telecomunicações até os interesses por parte daqueles que comandam o Estado na difusão e circulação de mensagens e valores específicos acerca de seus países; esses interesses tendem a se refletir em pressões ou, no caso de contextos autoritários, em atos de censura e até mesmo no fechamento de canais de

TV. No âmbito privado, há ainda os conglomerados de mídia que gerenciam as emissoras – detentores de uma capilaridade e de uma capacidade singulares na captura e reconfiguração de modelos, rituais e formas de interação.

As institucionalidades se encontram tensionadas entre as matrizes culturais e as lógicas de produção (MARTÍN-BARBERO, 2003). Na condição de matriz cultural da telenovela, o melodrama será perfeitamente capaz de absorver e, num duplo movimento, operacionalizar e orquestrar padrões e símbolos vinculados às forças descritas acima (NÉIA, 2021), seja por sua dimensão pedagógica ou pela tendência à polarização e à hiperdramatização de forças em conflito (BROOKS, 1995) que podem, inclusive, servir a interesses políticos. Do outro lado, as lógicas de produção vão remeter às estratégias dos meios de comunicação no engendramento dos produtos midiáticos.

Investiguemos, sob esse prisma, o contexto televisivo nacional dos anos 1960. Inaugurada no início daquela década, a TV Excelsior realizaria, em 1963, a primeira telenovela brasileira diária: “2-5499 Ocupado”, adaptação de Dulce Santucci para uma radionovela argentina de Alberto Migré. Patrocinada pela Colgate-Palmolive, a trama já contava com o casal de atores Glória Menezes e Tarcísio Meira, que se firmariam como ídolos do veículo, interpretando os protagonistas. No ano seguinte, a Tupi, emissora pioneira da América Latina, responsável pela realização da primeira telenovela (ainda não diária) do Brasil, “Sua Vida Me Pertence” (1951), transmitiria, a partir de março, a sua primeira produção seriada diária: “Alma Cigana”, texto de Ivani Ribeiro baseado em outro original argentino.

Às vésperas de completar um mês no ar, “Alma Cigana” dividiria as atenções dos telespectadores da Tupi com um pronunciamento do governador de São Paulo à época, Ademar de Barros, saudando os propósitos da “revolução” em curso no país (SIMÕES, 1986). Ao lado dos governadores do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, José

de Magalhães Pinto, Barros integrava um “triumvirato” das principais lideranças políticas da época que, entusiastas do golpe militar, acabariam por ter suas expectativas de pleitear a Presidência frustradas pelo novo regime (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A Tupi, a seu turno, integrava os Diários e Emissoras Associados que, assim como a maior parte dos grandes veículos de comunicação da época, também se manifestaram, inicialmente, a favor do golpe.

Ao contrário daqueles veículos, a Excelsior se opôs já naquela ocasião à tomada do poder pelos militares. Naturalmente, a relação do proprietário do canal, Mário Wallace Simonsen, com os chamados “governos da revolução” observaria diversas tensões e animosidades (COSTA, 1986). A companhia aérea Panair do Brasil, também pertencente ao Grupo Simonsen, teve suas operações encerradas por meio de um despacho do Executivo federal emitido em 1965 – Simonsen, inclusive, viria a falecer naquele mesmo ano. A partir dali, a Excelsior “estava com os seus dias contados” (MOYA, 2010, p. 390) e, vítima de perseguição política, ainda teve que enfrentar diversos problemas de gerenciamento interno, recebendo seu golpe mortal em 1970, quando foi cassada pelo governo Médici.

Todavia, nos seus dez anos de existência, a emissora do Grupo Simonsen teve um papel fundamental na formalização da linguagem da televisão e, principalmente, da teledramaturgia brasileira. A telenovela diária, por exemplo se configurou como um importante elemento rumo à horizontalização da programação da TV, isto é, a veiculação de um mesmo programa em diversos dias da semana, fomentando entre os telespectadores o hábito, ou a ritualidade (MARTÍN-BARBERO, 2003), de se assistir ao veículo rotineiramente. A programação horizontal passou a vigorar justamente em um momento de transição das audiências regionais rumo ao alcance, por parte das emissoras, de um público nacional

(SIMÕES, 1986). Ambos os fatores – a telenovela diária e a horizontalização da grade – são uma consequência direta do advento do videoteipe, uma das primeiras tecnologias responsáveis por modificar a lógica operacional de nossa indústria televisiva (MATTOS, 2002).

A busca por uma diversificação narrativa e o estabelecimento de horários para suas ficções de longa serialidade⁷ – em um intercruzamento das lógicas horizontal e vertical da grade de programação – são outras práticas da Excelsior que merecem destaque. Um dos nomes responsáveis por projetar o canal como uma referência é Ivani Ribeiro⁸: em 1964, a autora assinou um contrato com a agência de propaganda McCann Erickson e passou a ser autora exclusiva da Kolynos, patrocinadora do horário das 19h30 da Excelsior (RODRIGUES, 2018). Ela escreveu, então, 13 novelas consecutivas para a emissora, lidando com uma enorme gama temática: desde o mundo do circo em “Onde Nasce a Ilusão” (1965); até histórias sobre extraterrestres em “Os Estranhos” (1969), exibida no ano em que o homem chegava à Lua; e superproduções de época como “A Deusa Vencida” (1965), “As Minas de Prata” (1966) e “A Muralha” (1968).

Derivadas, respectivamente, dos romances homônimos de José de Alencar e de Dinah Silveira de Queiroz, “As Minas

7. Futuramente, essa estratégia será trabalhada pela Globo na implantação de um modelo “sanduíche” (HAMBURGER, 2005) – telenovela, telejornal, telenovela –, responsável por forjar um palimpsesto (LOPES, 2003) que vigora até hoje na sua grade.

8. Diretamente implicada na consolidação do modelo ficcional que servirá de referência – seja para segui-lo, negá-lo ou adaptá-lo – às mais variadas gerações de telenovelistas brasileiros (NÉIA, 2021), Ivani Ribeiro é descrita como “morena” em diversas matérias publicadas desde o início de sua carreira. Conforme Maggie (1996, p. 231-232), o termo moreno traz em si “o gradiente, a oposição negro/branco e a oposição preto/branco. Ele é a categoria que por excelência fala do nosso modo particular cotidiano de falar nas raças e nas oposições, sem falar delas”. Durante muito tempo, grande parte da imprensa utilizou o vocábulo para se referir a pessoas negras de pele clara que ocupavam posições sociais de destaque – empregando-o, deste modo, para “não usar o preto, não usar o negro” (RIBEIRO, 2010, p. 69). Como o mote de nossa abordagem junto ao território de produção, circulação e recepção de sentidos articulado pela ficção televisiva é a resistência no sentido amplo do termo, necessitamos reivindicar que uma das maiores autoras de telenovela do país foi uma mulher negra.

de Prata” e “A Muralha” se unem à adaptação do Teixeira Filho para “O Tempo e o Vento” (1967), de Érico Veríssimo, e mostram a capacidade da Excelsior na realização de ficções que enfocavam o “Brasil histórico” (NOVELA, 2016), um estilo que seria retomado na década de 1980 pelas telenovelas da Manchete e pelas minisséries da Globo. Ao contrário do padrão até então preponderante na própria Tupi e na recém-inaugurada Globo, que se viu entre o final de 1965 e meados de 1969 sob os auspícios de Glória Magadan, a Excelsior investiu fortemente em enredos que se desenrolavam em localidades brasileiras. E, mesmo quando suas tramas eram ambientadas fora do país, havia alusões diretas ou indiretas a problemáticas nacionais. Uma das ficções mais notáveis neste sentido é “O Morro dos Ventos Uivantes” (1967), adaptação de Lauro César Muniz para o clássico de Emily Brontë. Nas palavras do próprio Muniz:

Meu nacionalismo ferrenho me impunha uma obrigação: criar uma ponte entre a realidade inglesa e a brasileira. Fui fiel à essência do romance. Os personagens eram ingleses, mas consegui, por meio da ascensão do herói Heathcliff e seu enfrentamento com Edgar, de família nobre, fazer um retrato das contradições de classes sociais que surgiram anos depois em nosso país, entre os aristocratas rurais e a nova classe sem raízes nobres. Mas, naturalmente, o sucesso foi o imortal amor entre Heathcliff e Catherine, que se casara com Edgar. A retomada deste tema [social] me propiciou, anos mais tarde, novelas como “Os Deuses Estão Mortos” na TV Record, “Escalada” e “O Casarão” na TV Globo (MOYA, 2010, p. 95).

Lauro César Muniz faz parte de uma leva de autores teatrais que, entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, acabou levando suas inquietações do palco para as (pequenas) telas. Com a forte censura impetrada às artes, principalmente após a promulgação do Ato Institucional

Número Cinco (AI-5), e a TV em meio a um movimento de reconfiguração no que concerne à sua linguagem, profissionais como Oduvaldo Vianna Filho (o Vianinha), Dias Gomes e o próprio Muniz passam a prospectar este último veículo “não apenas como uma instância reprodutora da ideologia burguesa, mas também como uma possibilidade de estabelecer uma educação cívica, sentimental e política, sobre amplos setores da população diante da consolidação do regime militar” (SACRAMENTO, 2012, p. 260).⁹

Começamos a adentrar, portanto, o plano das narrativas teleficcionais, historicamente marcadas como um espaço de reflexão – e refração (BAKHTIN, 1997) – da nação brasileira (LOPES, 2003). De acordo com a perspectiva barberiana, as narrativas são forjadas nos devires entre temporalidades e tecnicidades; em outros termos, como representação e forma (FREIRE FILHO, 2004), a televisão está sujeita às competências de linguagem e às possibilidades tecno-estéticas vigentes em uma determinada época. Nesta equação, também precisamos levar em conta os distintos regimes de sensibilidade e socialidade que coexistem na sociedade no contexto de emergência dos produtos midiáticos (LOPES, 2018).

No período do regime militar, há duas telenovelas que abordaram em seus enredos questões relativas à ditadura então vigente no país: “O Grito” (Globo, 1975) e “Dinheiro Vivo” (Tupi, 1979). Um dos *plots* de “O Grito”, escrita por Jorge Andrade, dizia respeito a um jovem que, no passado, delatara um professor por “suspeita de atividades subversivas”, e temia a reação de sua namorada, filha de um acadêmico, caso ela viesse a saber de seu ato. “O Grito” foi levada ao ar

9. Ainda que, para autores como Sacramento (2012), a busca por novos enfoques para a produção televisiva tenha se configurado, neste contexto, sobretudo como uma forma de legitimar a ordem conservadora do que de encampar as propostas político-culturais de esquerda que floresceram no panorama pré-1964, podemos apontar essa utopia inerente à visão de mundo de tais profissionais como uma manifestação de resistência – já que esta, como vimos anteriormente, também se relaciona a uma forma de se colocar no mundo (BOSI, 1996).

no horário das 22h, marcado por produções experimentais, pouco tempo após “Roque Santeiro”, trama de Dias Gomes programada para ser exibida às 20h, se tornar a primeira telenovela brasileira a ser inteiramente vetada pela Censura Federal tendo capítulos já gravados. Por essa razão é que ressaltamos o caráter resiliente de Andrade e da própria Globo por encamparem tal empreitada (ainda que o trecho sublinhado tenha se desenvolvido de modo muito sutil).

Já “Dinheiro Vivo”, de Mario Prata, tinha sua trama construída a partir da aparição de um ex-seminarista no fictício programa Três Milhões de Cruzeiros, competição televisiva de perguntas e respostas. A protagonista, ao vê-lo na TV, reconhece-o como um namorado que, em 1969, integrava o movimento estudantil paulista e fora dado como morto após um acidente na Via Dutra, provocado, tudo levava a crer, por razões políticas. Além desse *plot*, o primeiro capítulo da produção mostrava outra personagem que seria selecionada para participar do *game show* Três Milhões de Cruzeiros andando em meio a uma multidão na rua enquanto é possível ouvir uma mulher convocando os transeuntes a participarem de um “comício pela anistia ampla, geral e irrestrita” (DINHEIRO, 2013). “Dinheiro Vivo” estreara em agosto de 1979, justamente no mês em que a Lei 6.683, popularmente conhecida como Lei da Anistia, fora sancionada; havia, portanto, todo um ambiente sociopolítico favorável à abordagem dessas questões.

Nos primeiros anos da redemocratização, títulos como “Roda de Fogo” (Globo, 1986), “Mandala” (Globo, 1987) e “Olho por Olho” (Manchete, 1988) também tangenciaram o assunto. Em “Roda de Fogo”, escrita por Lauro César Muniz e Marcílio Moraes, uma ex-namorada do protagonista carregava traumas da tortura, e aquele que fora seu carrasco trabalhava como assistente de um dos vilões da história. “Mandala”, criada por Dias Gomes e Marcílio Moraes, se

utilizou do período como pano de fundo da sua primeira fase, mesma estratégia adotada posteriormente em “Senhora do Destino” (Globo, 2004), de Aguinaldo Silva. E “Olho por Olho”¹⁰, concebida por José Louzeiro e Wilson Aguiar Filho, era protagonizada por um rapaz que, decidido a vingar a morte do pai, acabava se envolvendo com um militar que fora ligado aos porões da repressão.

A primeira ficção de TV que tomará, de fato, a ditadura militar como mote principal de sua narrativa é a minissérie “Anos Rebeldes”, exibida pela Globo em 1992. Isso só ocorrerá novamente na TV aberta com “Queridos Amigos” (Globo, 2008), “Amor e Revolução” (SBT, 2011) e “Os Dias Eram Assim” (Globo, 2017). Enquanto a primeira também é uma minissérie, esta última se configura, segundo classificação da própria Globo, como uma supersérie¹¹. “Amor e Revolução”, única telenovela a tematizar o assunto de modo mais explícito, não foi produzida pela Globo e nem obteve sucesso de público ou crítica.

Lima e Néia (2018) apontam que, ao classificar “Os Dias Eram Assim” como uma supersérie, a Globo parece considerar a ditadura militar um assunto “indigesto” ao principal formato da ficção televisiva brasileira. Só somos capazes de converter em narrativa, afinal, aquilo que já elaboramos. Partindo do princípio de que as telenovelas foram os produtos culturais que melhor discutiram, ao longo dos últimos 60 anos, problemáticas relacionadas à nacionalidade, a carência de ficções de longa serialidade nas quais a ditadura militar desponte como um tema verdadeiramente patente evidencia que ainda não conseguimos mensurar, como nação, essa nódoa

10. A exibição de “Olho por Olho” coincide com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e com o consequente encerramento da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), cessando, pelo menos conforme a letra da lei, a atividade censória por parte do Estado.

11. São ficções televisivas “maiores que uma série e menores que uma telenovela”, caracterizadas por enredos mais concisos e pela mescla entre arcos dramáticos de capítulos e episódios (LIMA; NÉIA, 2018).

do nosso passado. Tal constatação se mostra absolutamente factível, inclusive, quando olhamos para o atual contexto sociopolítico, o que inclui o modo como interpretamos e representamos muitas das disputadas políticas, éticas e estéticas contemporâneas.

Movimentos feministas e o audiovisual em transformação

Atualmente, no centro da produção de teleficção, nacional e internacional, estão presentes temas de cunho político ou ético, na busca por um retrato da realidade cotidiana. Há tempos, o contraste entre ficção e realidade ocupa um lugar proeminente na discussão de estética audiovisual. Apesar de pensarmos em ficção, o audiovisual tem a verossimilhança como pilar narrativo, seja no nível físico (cenário e elementos visuais) ou no nível mental, contextual (comportamentos, ideias e valores) (STEPHENSON; DEBRIX, 1969), sendo responsável por reforçar padrões de comportamento na sociedade. Nesse sentido, tanto a representação da mulher quanto a do homem na ficção televisiva têm estreita ligação com a perpetuação de uma cultura machista.

A violência contra a mulher é histórica e, portanto, de longa data também no audiovisual. A representação da violência doméstica na ficção brasileira tem contornos claros em exemplos diversos, como a já mencionada Raquel, golpeada com uma raquete de tênis por seu marido em “Mulheres Apaixonadas” (Globo, 2003); Afrodite (Carolina Dieckmann), agredida por usar um método contraceptivo em “O Sétimo Guardião” (Globo, 2018-2019); Clara (Bianca Bin), violentada na noite de núpcias pelo marido em cena que comoveu a audiência (O Outro Lado do Paraíso, Globo, 2017-2018); ou na trama “A Favorita” (Globo, 2008), na qual Leonardo (Jackson Antunes) agredia sua companheira Catarina (Lilia Cabral), para citar alguns.

Para além da representação do tema como ação socioeducativa ou do chamado *merchandising* social da telenovela (BACCEGA, 2003), a sociedade por anos se alimentou culturalmente de figuras masculinas agressivas, nutrindo as mulheres de resignação (ou mesmo aspiração) por relações tóxicas. Desde “Um Bonde Chamado Desejo” (Warner Bros., 1951), em que a figura masculina de Stanley (Marlon Brando) mesclava brutalidade e sensualidade, a Pedro (José Mayer) que não aceitava os nãos de Cíntia (Helena Ranaldi) em “Laços de Família” (Globo, 2000-2001), crescemos com modelos de homem retratados a partir da violência. Tudo isso endossou por muitos anos a cultura do estupro que, por ser cultura, abrange por definição os produtos culturais.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos feministas têm apontado problemas que levam a audiência (ou parte dela) a questionar tais representações nas narrativas ficcionais. Ainda que seja latente a necessidade de continuar essa transformação, é importante ressaltar que o entendimento sobre esse retrato social se ampliou a ponto de existir a demanda para que o audiovisual rompa com a cultura do estupro¹².

Apontaremos a seguir três principais mudanças que podem ser observadas no cenário da ficção televisiva em relação à resistência feminina: 1. As transformações que os movimentos feministas trouxeram à sociedade; 2. Mudanças internas à indústria audiovisual, com mulheres ocupando mais cargos de bastidores e roteiro; e 3. Transformações na representatividade das personagens femininas.

Os movimentos feministas (tratados no plural, por possuírem ramificações) trazem, há décadas, exigências por igualdade e respeito, sendo as principais reivindicações

12. Como exemplo, ver: MATIAS, K. ‘Laços de Família’ envelheceu? Especialistas discutem machismo e assédio na trama, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2020. F5 Televisão. Disponível em: f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/12/lacos-de-familia-envelheceu-especialistas-discutem-machismo-e-assedio-na-trama.shtml. Acesso em: 05/06/2021.

a igualdade de papéis sociais em relação aos homens - na chamada primeira onda do feminismo, como as sufragistas - ou a forma de compreensão social do que é o “feminino”, ampliando o debate para o lugar social ocupado pela mulher (segunda onda). Esses movimentos contribuíram, portanto, para alterações nos modos de percepção da mulher e das relações sociais dominantes após anos de machismo estrutural (HOLLANDA, 2019)¹³.

Com isso, percepções da sociedade em um recorte espaço-temporal podem ser diferentes em outro contexto. Por exemplo, o homem viril antes representado por Marlon Brando ou por José Mayer, pode, hoje, ser questionado. O beijo roubado ou a mulher que era tratada como se quisesse o beijo, ainda que dissesse “não”, não são mais vistos da mesma forma, uma vez que os movimentos sociais, especialmente ligados ao feminismo, apontaram os perigos desse tipo de retrato da sociedade e dos casais, o perigo de sugerir que o que esta mulher fala não tem valor e que seu corpo não lhe pertence.

Além disso, iniciativas coletivas recentes têm unido a bandeira da resistência feminista ao audiovisual. Alguns exemplos destacados por Santos e Tedesco (2017) são: o site “Mulher no Cinema”, da jornalista Luisa Pécora, que levanta informações sobre mulheres no audiovisual; o grupo de Facebook “Mulheres do Audiovisual”, que reúne mais de 10 mil profissionais brasileiras do ramo; o prêmio Cabéria, para roteiros com histórias protagonizadas por mulheres; o grupo de estudos “Academia das Musas”, dedicado à pesquisa, debate e difusão de obras cinematográficas dirigidas por mulheres; e a plataforma “Mulheres Negras no Audiovisual Brasileiro”, um banco de dados online criado por Carol Rodrigues, no qual mulheres indígenas e negras do mercado

13. De modo geral, a obra referenciada faz um percurso teórico e metodológico dos conceitos feministas que perpassam as ondas do feminismo, aqui mencionadas.

audiovisual podem disponibilizar seus currículos e portfólios para busca por interessados. Essas organizações são reflexo de mudanças socioculturais e lançam olhar crítico para a indústria do audiovisual, levando a transformações internas nesse mercado. Combinações entre projetos políticos, desejos, imagens, ações, afinal, nos lembra Bosi (1996), garantem a vida que pulsa entre arte e ética.

Além da mudança na mentalidade social, podemos pensar, então, em um segundo eixo de transformação, que seria do próprio mercado audiovisual. Ampliou-se, nos últimos anos, a presença de mulheres roteiristas ou na direção de obras audiovisuais. De acordo com dados da Revista Exame, a participação de mulheres na direção de filmes em Hollywood bateu recorde em 2020, apesar de ainda ser baixa proporcionalmente aos homens. Essa liderança por trás das telas repercute na equipe como um todo. A mesma reportagem mostrou que em filmes dirigidos por mãos femininas, 53% das roteiristas eram mulheres, enquanto as mulheres representavam apenas 8% dos roteiristas nos filmes com direção masculina (STORCH, 2021). Outro movimento de grande repercussão em Hollywood foi a união de atrizes de grande visibilidade para reivindicar equidade salarial em relação aos atores com quem contracenavam, na Fundação “Time’s up. Pay up”, fundada por mais de 300 mulheres, entre atrizes e produtoras de Hollywood, em prol de equidade salarial, segurança e respeito no trabalho¹⁴.

Essa mudança na estrutura altera também o que chamamos de terceiro eixo de transformação: os temas, conteúdos, a forma de tratar as narrativas, os olhares sobre o universo feminino. A presença de mulheres no roteiro pode acarretar personagens femininas mais complexas (MITTEL, 2012) ou multifacetadas. Recentemente, cresceu

14. Assinam a carta de origem da Fundação nomes de prestígio internacional do audiovisual, como as atrizes Meryl Streep, Natalie Portman, Michelle Pfeiffer e Charlize Theron. Disponível em: timesupfoundation.org/about/. Acesso em: 06/06/2021.

o número de séries ficcionais cujas protagonistas possuem conflitos internos e, muitas vezes, relacionados a histórico de violência contra a mulher ou assédio. Séries como “*I May Destroy You*” (HBO, 2020) e “*Ginny e Georgia*” (Netflix, 2020) exploram personagens femininas perturbadas ou com personalidade quase caótica, resultante de diversos tipos de agressão física ou psicológica. O mesmo acontece com a já citada Clara (“*O Outro Lado do Paraíso*”, Globo, 2017-2018) que, submetida a violência patrimonial, sexual, física, moral e psicológica, empreende um movimento de vingança e justiça que marca o destino da personagem¹⁵.

Parte dessa presença pode ser relacionada à visibilidade adquirida por movimentos como o *#metoo*, que acabam por ser incorporados às narrativas contemporâneas. O *#metoo*, ao reunir mulheres que dizem “isso já aconteceu comigo”, ou “comigo foi assim”, ampliou o debate sobre assédio para a inclusão de todas as mulheres que, em algum momento de suas vidas, se sentiram desrespeitadas. Esse movimento surgiu concomitantemente a escândalos de assédio praticados dentro da indústria audiovisual, como as acusações de mais de 80 mulheres contra Harvey Weinstein, produtor de cinema e magnata de Hollywood¹⁶. No Brasil, Marcius Melhem, então chefe do departamento de humor da Rede Globo, foi acusado de assédio por uma atriz¹⁷, e também José Mayer sofreu acusação por uma funcionária da mesma emissora¹⁸.

15. Estas categorias de violência contra a mulher estão tipificadas na lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10/06/2021.

16. HARVEY Weinstein é condenado a 23 anos de prisão. **BBC News**, 18 fev. 2020. Disponível em: bbc.com/portuguese/geral-51553491. Acesso em: 06/06/2021.

17. BATISTA JÚNIOR, João. O que mais você quer, filha, para calar a boca? **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 171, dez. 2020. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br/materia/o-que-mais-voce-quer-filha-para-calar-boca/. Acesso em: 06/06/2021.

18. GLOBO anuncia fim do contrato com José Mayer. **Veja**, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em: veja.abril.com.br/cultura/globo-anuncia-fim-do-contrato-com-jose-mayer/. Acesso em: 06/06/2021.

A questão da mídia audiovisual e dos bastidores dessa indústria, a presença de assédio moral e sexual derivado de hierarquia e do poder são retratadas no filme “O Escândalo” (2019) e na série “*The Morning Show*” (AppleTV+, 2019). As duas produções utilizam a autorreferência para tratar da mídia televisiva e de assédio em seus bastidores. Outras obras, como a já mencionada série “*I May Destroy You*” (HBO, 2020), trazem à tona outros tipos de agressão e assédio (como uma relação sexual consentida, cujo parceiro retira o preservativo sem avisar), desconstruindo a ideia de que todo estupro é resultado de extrema violência. A série reforça a conscientização das mulheres para os tipos de assédio e também serve de alerta e chamado para denúncia.

No Brasil, séries como “Bom Dia, Verônica” (Netflix, 2020), com retrato mais cruel e indigesto, ou “Coisa Mais Linda” (Netflix, 2019), cuja abordagem do feminismo é clara, porém mais palatável, demonstram que a ficção acompanha pautas em voga, sendo a violência doméstica e o assédio sexual um debate recorrente e atual. Mas, para além do assédio, outros temas delicados têm atingido as protagonistas mulheres na ficção.

Os traços de transtornos psicológicos são mais um tema frequente nas produções atuais. Desde 2017, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) destacou o perigo da depressão como possível “mal do Século XXI” e essa questão foi tema do Dia Mundial da Saúde, o debate sobre a doença se intensificou. No mesmo ano, a série “*13 Reason Why*” (Netflix, 2017) escancarou a discussão sobre depressão entre jovens e adolescentes, enquanto a telenovela “A Dona do Pedaço” (Globo, 2019) apresentava a depressão na adolescência pela personagem Cássia (Mel Maia). Mais recentemente, séries como “O Gambito da Rainha” (Netflix, 2020) ou “*Fleabag*” (Amazon Prime, 2019) retrataram mulheres com personalidades frágeis que sofrem espécies de autossabotagem ao longo de suas histórias.

Na literatura, o conjunto de obras escritas por mulheres e com protagonistas femininas passou a ser chamado de *chick-lit* (referência a “literatura para garotas”). Na medida em que avança o debate sobre depressão e questões mentais, surge também a categoria *sick-lit* (próximo de “literatura enferma”) em que são abordados temas como suicídio, anorexia ou outras doenças que têm acometido a população mais jovem.

Algumas considerações finais

As ficções televisivas acompanham debates e movimentos sociais que afetam os bastidores da própria indústria e suas temáticas. Em relação aos movimentos feministas e de saúde mental é possível ver um evidente movimento de resistência artística, temática, política a uma estrutura de poder histórica que se entremeia nas relações de gênero. É possível, claro, pensarmos na complexidade dos personagens como uma tendência geral, que inclui os protagonistas homens. No entanto, os heróis masculinos, apesar de começarem a ter falhas e conflitos, não parecem ter personalidades tão desordenadas quanto as protagonistas femininas que temos visto agora. Poderíamos pensar que a carga mais pesada, tanto de tormentos psicológicos quanto de atitudes, está de alguma maneira ligada à questão da autoria, uma vez que roteiristas mulheres teriam a intenção de expor em suas personagens toda a pressão e as dificuldades que as mulheres na sociedade sofrem.

Naturalmente, ainda há muitos avanços a serem feitos nesta seara. E em outras, como a elaboração de passados traumáticos de violações de direitos humanos em nome de uma máquina de poder político e econômico, como deixa evidente o movimento da teleficção brasileira em relação à ditadura, e a manutenção de livres debates e posicionamentos políticos e progressistas, ameaçados em meio à onda conservadora e negacionista que tomou grandes democracias

tanto do Norte quanto do Sul. O debate sobre ficção televisiva e resistência, afinal, é inesgotável e de relevância latente. Nos permite perceber limites, avanços e retrocessos de nossas práticas, de nossos modos de vida e valoração da diversidade em um momento de profunda crise da modernidade, de crise generalizada nas instituições, na democracia representativa e mesmo no valor da verdade e da ciência. Ao mesmo tempo, há um novo *ethos* que traz para o centro da cena demandas de representação, modos de vida, identidades culturais, religiosas e comunitárias há muito relegadas às margens, à desvalorização inclusive midiática, à sub-representação.

Em meio a este cenário de profunda complexidade social, cultural e econômica soma-se, ainda, uma extensa reorganização pela qual passa a televisão, tanto em seu aspecto de negócio como de produto cultural-midiático. O processo de digitalização, e sua consequente televisão distribuída pela internet, mudou muito e quase tudo: modos de produzir, de transmitir, de consumir. E a verdade é que apenas começamos a compreender o que vem acontecendo e o que acontecerá com a televisão e suas narrativas. Por hora - e a cautela na avaliação dessa temporalidade possível de ser compreendida é fundamental -, é razoável dizer que a teleficção vem ganhando força ao nos mostrar que um tanto da complexidade do mundo e das pessoas escorrega para as telas e pode ser um lugar precioso para elaborarmos por lá uma bússola, um norte que nos guie em uma contemporaneidade confusa que nos diz que podemos falar e viver livremente nossas identidades, mas na qual, não obstante tanto acesso à diversidade, também emergem incontáveis discursos de ódio, atos intolerantes e um profundo temor do outro. Podemos então, como sugere Bosi, nos voltar para a arte e buscar, no trabalho dos artistas, um tanto de clareza na disputa de valores e antivalores, mas também um tanto de beleza, ainda que ela faça doer.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BACCEGA, M. A. Narrativa Ficcional de televisão: encontro com os temas sociais. **Comunicação e educação**, São Paulo, n. 26, 2003. Disponível em: revistas.usp.br/comueduc/article/view/37468. Acesso em: 08/04/2021.
- BOSI, A. Narrativa e resistência. **Itinerários**, Araraquara, n. 10, 1996. Disponível em: periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577. Acesso em: 10/05/2021.
- BROOKS, P. **The Melodramatic Imagination**: Balzac, Henry James, Melodrama, and the Mode of Excess. New Haven; London: Yale University Press, 1995.
- COSTA, A. H. Rio e Excelsior: projetos fracassados? In: COSTA, A. H.; SIMÕES, I. F.; KEHL, M. R. **Um país no ar**: história da TV brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 123-166.
- CROCE, B. **A Ética e Política**. Milano: Adelphi, 1994.
- DINHEIRO Vivo: novela da TV Tupi (capítulo 001). [S.l.: s.n.], 2013. 1 vídeo (31 min.). Publicado pelo canal Evandro Antunes. Disponível em: youtube.com/watch?v=E5R4glktEwE. Acesso em: 13/05/2021.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 99-113, jan./abr. 2018.
- FREIRE FILHO, J. Por uma nova agenda de investigação da história da TV no Brasil. **Contracampo**, Niterói, n. 10-11, p. 201-218, jan./abr. 2004.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HAMBURGER, E. I. **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LIMA, M. M.; NÉIA, L. M. Da telenovela à supersérie: novas prospecções quanto ao horário das 23h da Globo. In: CASTILHO, F.; LEMOS, L. P. (orgs.). **Ficção seriada: estudos e pesquisas**. Aluminio: Jogo de Palavras; Votorantim: Provocare, 2018. v. 1, p. 60-75.

LOPES, M. I. V. A telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 26, p. 17-34, jan./abr. 2003.

LOPES, M. I. V. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 39-63, jan./abr. 2018.

LOTZ, A. **Portals: a treatise on internet-distributed video**. Ann Arbor: Maize Books, 2017.

MAGGIE, Y. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 225-234.

MARTIN, B. **Homens difíceis: os bastidores do processo criativo de Breaking Bad, Família Soprano, Mad Men e outras séries revolucionárias**. São Paulo: Aleph, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MITTELL, J. Complexidade narrativa na televisão americana contemporânea. **MATRIZES**, São Paulo, Ano 5, n. 2, p. 29-52, jan./jun. 2012. Disponível em: revistas.usp.br/matrizes/article/view/38326. Acesso em: 21/06/2020.

MOYA, A. **Glória in Excelsior: ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

NÉIA, L. M. **Como a ficção televisiva moldou um país: uma história cultural da telenovela brasileira (1963 a 2020)**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NOVELA: 65 Anos de Emoções. Apresentação: Atilio Bari. Criação: Hermes Frederico. Roteiro e direção geral: Atilio Bari e Hermes Frederico. São Paulo: TV Cultura; Hergus Empreendimentos Culturais, 2016. 8 episódios.

RIBEIRO, A. A. M. “No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, C. **Ivani Ribeiro**: a dama das emoções. Barueri: Novo Século, 2018.

SACRAMENTO, I. **Nos tempos de Dias Gomes**: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, É. R. S.; TEDESCO, M. C. Iniciativas e ações feministas no audiovisual brasileiro contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, Set.-Dez. 2017. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48260. Acesso em: 06/06/2021.

SCHLESENER, A. H. O Pensamento político de Croce: o modelo liberal. *Sociedade e Estado*, Brasília. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, p. 71-96, jan./abr. 2007. Disponível em: scielo.br/j/se/a/wcS76yLn8WtPkVFwDwVzpVy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13/05/2021.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIMÕES, I. F. TV à Chateaubriand. In: COSTA, A. H.; SIMÕES, I. F.; KEHL, M. R. **Um país no ar**: história da TV brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11-121.

STEPHENSON, R.; DEBRIX, J. R. **O cinema como arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

STORCH, J. Mulheres na Direção. Elas bateram recorde nos sets de filmagem em 2020. **Exame**, São Paulo, 04 jan. 2021. Disponível em: exame.com/casual/mulheres-na-direcao-elas-bateram-recordes-nos-sets-de-filmagem-em-2020/. Acesso em: 06/06/2021.

Pós-colonialismo, decolonialismo e recolonialismo no pensamento comunicacional latino-americano

THAIANE OLIVEIRA
LUÍS MAURO SÁ MARTINO
MARCIO TELLES
CLAUDIANE CARVALHO

Introdução

Nos últimos anos, o GP de Teorias da Comunicação tem puxado fios de discussões que vão para além das questões teóricas da área. Tem-se debatido sobre as condições materiais da produção acadêmica e científica; os contextos culturais e discursivos das teorias; o papel das revistas científicas; formas ensaísticas e literárias da produção teórica; restrições impostas sobre o campo pela economia e pela política; o papel ativo da teoria como um mecanismo de desvelo das condições de existência e de empoderamento. Dentro desta última linha, temos nos dedicado a “des-escrever” (TELLES, 2019) a história das Teorias da Comunicação. Quer dizer, descentrá-la de seu centro ocidentalizante, branco e masculino, para escrever histórias alternativas, dando vozes a todos aqueles “outros” que ousaram pensar a comunicação para além de suas limitadas fronteiras geográficas, raciais e de gênero.

Logo, o tema do debate que se segue – “Pós-colonialismo, decolonialismo e recolonialismo no pensamento comunicacional latino-americano” – é bastante presente e inquietante nos debates do grupo. Interessa-nos uma comunicação que seja marcada não pela *semelhança* daquilo que é comum, mas pelo comum que é produzido e negociado na e através da *diferença*. Em um momento conturbado, de “polarização” – os extremos de diferenças irreconciliáveis – é no convívio das diferenças que encontramos o potencial democrático de uma comunicação inclusiva, justa e verdadeiramente revolucionária. Tal “assembleia de epistemologias” só poderá ser construída fora dos circuitos hegemônicos e comunizantes que destroem, por imposição de seu poder econômico, cultural e epistemológico, toda e qualquer diferença em relação à sua maneira de produzir conhecimento. Falar de epistemologia, nestes termos, é falar do direito à autodeterminação e à liberdade intelectual e epistemológica.

Ao pensarmos sobre outras visões epistemológicas do que é e do que pode vir a ser a comunicação, trazemos, para um conturbado momento intelectual, contribuições para o “estar junto” que atravessa nossa área. Por isso, o tema solicita não apenas outra voz, que seja ou não a nossa, mas também que lhe concedamos a escuta, esta sim, nossa. Afinal, talvez estejam na fala e na escuta as bases epistemológicas para um saber comunicacional genuinamente brasileiro, como já notara Marialva Barbosa (2013, p. 44-45).

Aqueles que requisitamos escutar neste debate são pesquisadores com visões próprias a respeito da problemática relação entre centro e periferia na academia. Thaiane Oliveira, professora da Universidade Federal Fluminense, tem se dedicado a discutir os periódicos acadêmicos e a comunicação científica da área. Em publicação recente, Oliveira reflete sobre a produção teórica da área na América Latina em relação às

revistas científicas internacionais, que galgam proeminência no “mercado acadêmico” ao mesmo tempo em que as teorias latino-americanas desaparecem da circulação internacional (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021). Esse viés histórico ressaltado pela autora e resgatado no relato abaixo demonstra a passagem do momento *decolonial*, vivido no continente com entusiasmo ao longo dos anos 1970, a uma nova configuração *recolonial*, na esteira da reformulação da academia em direção a um modelo de mercado mais competitivo, no final do século. Situação que, sabe-se, encontra-se agravada após a espiral de crises em que o mundo em geral – e o Brasil, em particular – adentrou desde a década retrasada.

Já Luís Mauro Sá Martino, docente da Faculdade Cásper Líbero, tem se dedicado a estudar a produção científica da nossa área de um ponto de vista material (MARTINO, 2020). Aponta, entre muitas coisas, que influências teóricas e epistemológicas não são questões apenas de boas ou más teorias, mas, pelo contrário, de uma rede submersa – “infraestrutural” – que faz circular esses conhecimentos. Existem questões de circulação, de disseminação, de recepção de epistemologias. Em suma, de *comunicação*. Como pensar, então, essa espécie de “comunicação da Comunicação”? Martino ensaia algumas pistas no relato abaixo, deixando claro que, ao desconsiderar-se tais questões materiais, qualquer “diálogo Norte-Sul na Teoria da Comunicação” (MARTINO, 2014).

Um último adendo antes de prosseguirmos. Apesar de que essa não fosse a nossa intenção, evidentemente, o debate realizou-se no dia 15 de junho de 2021, poucos dias após o falecimento do pesquisador Jesús Martín-Barbero, um dos mais importantes pensadores da comunicação no século. Nascido na Espanha em 1937 e radicado na Colômbia, em 1963, Barbero falou com tanta propriedade sobre a América Latina e sobre as nossas especificidades e inquietações, dando voz ao nosso pensamento comunicacional. Ele continuará tão

lembrado e tão citado, embasando tantas das nossas reflexões e nos permitindo subir em seus ombros para olharmos além. O assunto de hoje com certeza lhe era muito caro. Por toda a sua influência no nosso pensamento comunicacional, as nossas homenagens. Bom debate!

Profª. Dra. Thaiane Oliveira

Primeiro, eu gostaria de agradecer imensamente o convite para participar desta live, sobretudo frente à esta fatalidade que foi a perda recente para o pensamento latino-americano, o falecimento do professor Jesús Martín-Barbero. Também gostaria de agradecer por estar aqui presente conversando com o Luís Mauro, a quem acompanho os trabalhos dele, mas com quem ainda não havia tido a oportunidade de conversar. E agradecer por estar novamente com você, Marcio [Telles].

O que eu vou falar hoje, rapidamente, é uma tentativa de sintetizar parte do meu pensamento e ir um pouquinho além da contribuição que eu trouxe no artigo que o Marcio referenciou em sua apresentação (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021), falando um pouco sobre os movimentos de recolonização no circuito acadêmico. Farei uma breve apresentação geral sobre as distinções entre decolonidade, pós-colonidade e sobre o que é o colonial e como ele se configura, tanto nos círculos acadêmicos, como também no campo de comunicação de uma forma geral.

Esse debate se insere nas discussões sobre os limites estruturais da própria decolonidade da ciência e dos estudos da comunicação. É sabido que para falar de decolonidade e pós-colonidade, bem como de outros movimentos de ruptura na ciência, parte-se do princípio de que vivemos uma série de violências epistêmicas que se configuram em diferentes esferas e de diferentes maneiras. A academia foi consolidada através de dinâmicas hierárquicas globais em

que são estabelecidas assimetrias de circulação científica entre o centro e a periferia, além de dinâmicas hierárquicas interseccionais em que o acesso à informação é compreendido como um privilégio e como uma ferramenta de poder. Walter Mignolo (2009), Boaventura de Souza Santos (2007), entre outros, já vinham falando sobre essas distinções e divisões abissais que existem no próprio campo científico e no próprio pensamento epistêmico, no qual se entendia que no primeiro mundo havia o conhecimento e, no terceiro mundo, havia a cultura. Os nativos americanos detinham a sabedoria e os anglo-americanos possuíam a ciência. Essas distinções foram conformadas enquanto mecanismos muito próprios de legitimação de poder. A partir dessas próprias compreensões sobre as violências epistêmicas e sobre os modos de operação e de dominação dentro do campo científico é que surgiram alguns movimentos de emancipação intelectual. Um desses movimentos é o movimento de pós-colonialismo, que deriva do pensamento de Edward Said (1978) a partir de sua crítica ao orientalismo, que pensa essa pretensa universalidade da história como demarcada pelo processo de bifurcação do outro. Essa pretensa distinção entre o que é a universalidade e o que é o outro serviu como uma ferramenta legitimadora para a exploração colonial através de um trabalho de pesquisa pautado nessa noção de que havia hierarquias raciais e culturais em todas as civilizações. A Europa se colocava e se legitimava através de alguns domínios como hierarquicamente superior às demais. A vertente pós-colonial tem sido esse processo de abrir e questionar as suposições que estavam sendo colocadas diante desse cenário. Ela forneceu bases para recuperar uma série de conceitos que foram fundadores do nosso entendimento sobre a forma de se produzir conhecimento dentro do campo científico.

Já na América Latina, ainda que de certa forma alinhada a certos valores, fazemos críticas da pretensão à universalidade,

elaborando um pensamento que vai derivar no chamado decolonial. No entanto, a própria trajetória da América Latina já vinha sendo demarcada por outros movimentos, inclusive políticos e econômicos (e não tanto epistemológicos), que já apontavam para essa demanda local de constituir uma imagem e uma política latino-americanas. Demandava-se não ser cópia da Europa e dos modelos centrais de pensamento, de política e de economia, como foi o movimento indigenista da década de 1920, no qual já se indicava que a cultura na América Latina devia dar vida à sua própria disposição, recuperando a valorização pela nossa linguagem e construir, a partir disso, um socialismo indo-americano. Tínhamos, então, raízes sendo construídas dentro da nossa própria história latino-americana que já demarcavam o decolonial no continente. Obviamente, o que se entende por decolonial é posterior ao movimento indigenista, em função da crítica sobre a predominância do pensamento consolidado na América Latina a partir da noção de desenvolvimento, próprio da teoria cepalina predominante na região durante os anos 1940 e 1950¹. Esse pensamento desenvolvimentista já vinha compreendendo e demarcando o modo de entendimento sobre os territórios e sobre as nações a partir da ideia de que existiria um progresso unilinear de desenvolvimento. Os territórios periféricos seriam subdesenvolvidos porque eles precisavam de um liberalismo econômico, de certas lógicas de mercado a serem instituídas em suas instituições políticas e econômicas para que pudessem alcançar esse desenvolvimento. A demarcação sobre as questões de desenvolvimento e modernidade foram muito latentes na construção do pensamento decolonial na América Latina.

Posterior a isso, Mignolo (2008), a partir das críticas às noções de desenvolvimento, constrói um pensamento em

1. Para mais informações sobre a teoria desenvolvimentista cepalina e sua influência na América Latina, ver Fonseca (2000) e Colistete (2001).

torno da emancipação intelectual a partir do entendimento de que a decolonização do pensamento ocorre a partir do reconhecimento de fontes de outras localizações geopolíticas do conhecimento. Ao mesmo tempo, afirma que essas práticas e modos de conhecimento foram negados pelo domínio de algumas formas particulares. Para ele, a epistemologia deveria ser geolocalizada em sua historicidade. Se lá atrás havia essa discussão sobre emancipação a partir de perspectivas políticas e culturais, é a partir da ideia de decolonial que começa a ser trazida essa discussão em torno de questões mais voltadas para a epistemologia.

Como a Fernanda Beigel (2017), da Argentina, vem colocando a partir de seus estudos sobre os circuitos acadêmicos, é desde o movimento indigenista e das tentativas de recuperação da nossa língua e da nossa cultura que se colocam alguns circuitos específicos regionais. Esses circuitos regionais eram não dominantes, apesar de universais, no sentido de entender essas lógicas globais de circulação que operavam. A noção de circuito acadêmico regional é fundamental para pensar como a América Latina foi construindo circuitos que se consolidam como alternativas ao centro. Não à toa, dentro do que é chamado de decolonial, já havia a ruptura desse entendimento do próprio sistema mundo. Se nesse sistema havia essa compreensão de centro e periferia, o decolonial quer compreender o mundo não mais a partir de dicotomias (Norte/Sul, Centro/Periferia), mas tentar desvelar essas assimetrias que acontecem dentro dos territórios. Essas assimetrias se formam de maneira latentes e inerentes aos próprios países.

É nesse contexto em que se insere o pensamento comunicacional latino-americano. A constituição do campo de maneira geral, não só latino-americano, é muito devedor do pensamento funcionalista e utilitarista, que pensa os efeitos e as intencionalidades do produtor e do receptor. Na

América Latina, isso já vinha sendo debatido na metade do século passado, quando boa parte do pensamento crítico ainda não estava sendo desenvolvido em outros países. A comunicação latino-americana já vinha fazendo essa crítica sobre a ideologia do desenvolvimento como um elemento de opressão e de alienação a serviço dos interesses imperialistas dos Estados Unidos. Isso já era algo que estava sendo construído a partir de uma série de autores como Martín-Barbero, Eliseo Verón, Nestor Canclini, José Marques de Melo, Renato Ortiz e o próprio Paulo Freire, dentre outros, que já traziam interfaces interdisciplinares para essa discussão. Essa abordagem recuperava a comunicação não de uma perspectiva funcionalista, mas através de um ponto de vista que demonstrava a importância das mediações, que permitia entender essa relação de poder e essas dominações. Mais do que esses autores de maneira isolada, a América Latina se constitui na formação de uma rede muito importante, de associações que foram fundamentais para proliferar o pensamento latino-americano. Temos uma série de instituições como o CIESPAL, principalmente após sua segunda fase – na primeira fase ainda existia uma reivindicação dos modelos norte-americanos, mas após a década de 1970 começa a ser trazido esse referencial latino-americano para construir uma rede de pesquisadores. Não só a CIESPAL, tivemos iniciativas importantes no Chile e no México, e também a ALAIC, que foi fundamental para a constituição de redes de pesquisadores latino-americanos. O pioneirismo do pensamento latino-americano se dá a partir de uma sólida tradição de investigação sobre comunicação que se constitui na região após a segunda metade do século passado e da crítica a esses modos de pensar os meios de comunicação e suas agendas. Deseja-se uma recuperação de uma noção mais participativa e da denúncia do desvelo dessas lógicas de poder em torno dos meios de comunicação.

Havia, desde a década de 1970, a tentativa de fazer esse pensamento circular de forma eficaz na rede que havia sido constituída. Curiosamente, essa rede perde a sua centralidade e sofre um declínio em seu reconhecimento global. Essa perda de sustentabilidade enquanto formadora de um pensamento latino-americano e reconhecida por outros países ocorre justamente na década de 1990, quando existe uma grande mudança nos circuitos acadêmicos. Nesse período, começam a se entranhar lógicas neoliberais dentro do universo acadêmico e do mundo científico. São modos de recolonizar o pensamento através de uma série de dinâmicas políticas e econômicas nos próprios circuitos de produção científica. Durante esse período, em particular no Brasil, vivia-se um processo de desestatização da universidade. Com isso, minguavam-se os grupos de pesquisa que se consolidaram na América Latina a partir do pensamento crítico, ao mesmo passo em que se inseriam as dinâmicas neoliberais em um discurso que vemos latente até os dias de hoje. Esse circuito é fortalecido hoje, sobretudo a partir dos critérios de avaliação da ciência. No momento em que os governos têm menos dinheiro para investir em ciência, é preciso avaliar para poder distribuir a pouca verba disponível. Sabemos como isso continua presente nos nossos mecanismos de avaliação. E aí começam a se inserir uma série de lógicas de ranqueamento, de metrificação da ciência, estruturando através de um modelo competitivo da ciência no qual apenas aqueles que se legitimavam enquanto melhores é que recebiam o fomento.

No entanto, quem define os critérios meritocráticos para estabelecer o que é uma ciência de qualidade? São justamente as empresas fornecedoras desses dados sobre a produção científica. Essas empresas consolidaram um oligopólio editorial e científico próprio, predominantemente anglófono e centrado nos Estados Unidos. A maneira como o próprio pensamento científico norte-americano foi se constituído

partiu de sua colocação em diversos circuitos para os quais a comunicação e os processos de avaliação eram cruciais para essa forma de dominação recolonial. Nesse momento, vivíamos também outras situações, como uma segunda leva de fuga de cérebros – que hoje vemos de novo acontecer – além de toda reconstrução de uma pretensa universalidade, retomando a ideia desenvolvimentista e hierárquica sobre a existência de um centro científico desenvolvido e de ciências menores, de menor qualidade, não reconhecidas e isoladas dos espaços centrais.

Muito se fala, atualmente, sobre a preocupação de o Sul Global publicar em periódicos predatórios. Sem querer retirar a importância da discussão sobre a consolidação de periódicos predatórios, uma preocupação que deveria ser ainda maior diz respeito à formação desse oligopólio científico que se consolida e que segue dominando por décadas, controlando os espaços de circulação e os métodos de avaliação científicos – os predadores científicos. No entanto, é importante a gente frisar que existem movimentos na América Latina e em outras regiões que vão recuperar aquela noção de desvelar a realidade, ou seja, de desvelar essas normas de poder que se consolidam nos circuitos acadêmicos. Por exemplo, desvelar as agendas de pesquisa que se colocam sob uma pretensa universalidade, mas que reforçam as assimetrias através de dinâmicas próprias da circulação da produção científica.

Ressalto aqui uma publicação muito importante, que foi a edição publicada pela *Communication, Culture and Critique*, organizada a partir de uma crítica feita nas redes sociais digitais, sobre #CommunicationSoWhite, hashtag que circulou no Twitter justamente para denunciar essas lógicas de dominação de certos circuitos predominantemente anglófonos e com viés racializados. Nessa edição, a pesquisadora Roopali Mukherjee (2020) aponta que essas formas de superar a crítica da dependência, que demarcou

muito o pensamento decolonial e pós-colonial, é justamente trazer esses outros pensamentos e outros modos de inserção internacional a partir de espaços deliberativos nos quais se podem definir suas próprias agendas de pesquisa, e não mais serem subordinados às agendas de pesquisa centrais, impostas aos pesquisadores das regiões periféricas ou semiperiféricas. Ao falar das agendas de pesquisa, ela aponta que quanto mais exótica é a pesquisa, quanto mais diferente e quanto mais exaltar as diferenças e os elementos fora do padrão europeu, mais há chances do pesquisador periférico ser aceito dentro desses circuitos dominados pela Europa e pelos Estados Unidos. Existe uma agenda sendo construída em torno da própria noção de Sul Global, em torno da ideia de que nós somos mais precários, mais exóticos, mais pobres e, sobretudo, em torno de uma cobrança para que nós demos respostas a demandas que são globais. Entender as agendas dos pesquisadores sobre o Sul Global significa ver quais temas têm sido abordados nos circuitos de produção científica. Há toda uma discussão em torno do desperdício, da baixa renda e das mudanças climáticas, como se essas não fossem pautas globais e consequências de modelos desiguais do próprio sistema capitalista, mas como se fossem particularidades próprias do Sul, sem qualquer reflexão em torno do quanto os países centrais têm responsabilidade em acirrar estes problemas. É importante estarmos atentos para as agendas que se consolidam.

Se partirmos do entendimento que esse circuito de publicação, de avaliação da ciência e de imposição de agendas de pesquisa ainda são dominados pelos países centrais e legitimados pelos países periféricos, qual é a contribuição do pensamento latino-americano que precisamos recuperar? Que circuitos que se consolidaram podem ser trazidos para desvelarmos essa realidade global, seus modos de dominação e seus mecanismos de poder? A América Latina vem

trabalhando, desde a década de 1990, em torno da construção de circuitos alternativos, como espécie de resposta a essa dominação dos circuitos centrais que se consolidam em torno dos oligopólios editoriais científicos. Temos uma série de instituições que foram e são fundamentais para construirmos a alternativa de uma ciência aberta a partir de um entendimento de ampliação da base social da ciência como bem-comum, como Scielo, Redalyc, AmeliCA, etc.

No entanto, é importante entendermos que, a consolidação desses circuitos alternativos de publicação na América Latina (Scielo, Redalyc, LatinIndex, AmeliCA) não vem sem desafios. Existem inúmeros desafios para prestarmos atenção para que consigamos entender como que essas disputas de poder estão sendo entranhadas em torno desses circuitos. Vemos, por exemplo, algumas instituições que foram pioneiras na construção de circuitos de publicação na América Latina fechando acordos com o oligopólio científico-tecnológico dominado pelos países centrais, como Clarivate, Scopus, etc. Não se trata de fazer uma crítica sem reconhecer que estes são modelos de sobrevivência em um mercado científico cada vez mais acirrado. É também uma forma de se inserir no mercado global do conhecimento. Vemos o avanço da discussão em torno de uma agenda de ciência aberta, na qual se impõe uma certa perspectiva utilitária sobre a ciência, responsabilizando o indivíduo sobre os modos de se fazer ciência aberta como, por exemplo, a necessidade de depositar os dados abertos de pesquisa em determinadas plataformas. Com isso, tira-se do campo de discussão o papel do Estado em garantir condições seguras e estruturais adequadas para que o pesquisador, que é um trabalhador, deposite seus dados, publique resultados de pesquisa, sem que para isso tenha que precarizar o seu trabalho ou depender dos serviços prestados pelo oligopólio editorial científico ou por grandes empresas provedoras de serviços de tecnologia. Dentro desses circuitos alternativos, se

constitui um próprio processo de plataformização da ciência, ou seja, novos mecanismos de capitalismo acadêmico nos quais se ofertam serviços para uma ciência aberta em troca de dados e não necessariamente em troca de taxas de publicação. Essa é uma racionalidade neoliberal que se constitui em torno da própria noção da ciência aberta, ao contrário de uma perspectiva em que entende a abertura da ciência como ampliação de sua base social, perspectiva da qual a América Latina sempre foi pioneira e sempre esteve na vanguarda.

Temos muitos desafios diante dessas agendas. Agendas normativas, que reforçam o papel de precariedade e exotividade da nossa ciência. Agendas internacionais cooptadas por acadêmicos que legitimam práticas iliberais ao insistir em perseguir uma suposta intencionalidade do produtor, algo já muito superado nos estudos em Comunicação, inclusive por Martín-Barbero. Agendas que legitimam as terceiras vias através de pesquisas sobre polarização. Políticas científicas coloniais, que nos impõe certas condições de mordomos acadêmicos (BENNET, 2014), servindo ao circuito de publicação do oligopólio editorial e científico. E outros desafios com os quais nos deparamos hoje, que não só recuperam a década de 1990, quando os circuitos de avaliação da ciência se consolidaram, junto dessa noção de capitalismo acadêmico, mas também por um processo de deslegitimação e de descrença da ciência. Não só uma desestatização da universidade, como também um descrédito dela. Estamos passando por um novo momento, no qual é importante estarmos atentos como que esses cenários estão sendo construídos dentro da própria academia e qual é o papel da América Latina em desvelar essas realidades. Precisamos trazer ao debate nossa própria experiência de circuitos acadêmicos, como um desafio ao capitalismo acadêmico, como uma forma de se posicionar contrário a essas formas de dominação e de poder existentes dentro dos circuitos científicos globais.

Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino

Antes de tudo, boa noite a todas e a todos. É um prazer muito grande estar aqui. São espaços como estes nos lembram por que somos professores, por que somos pesquisadores, por que nos alegamos em participar de uma comunidade acadêmica. Acho que nesses tempos tão difíceis, mais do que qualquer outra coisa, esse senso de comunidade e de pertencimento faz toda a diferença. Dizer “sabe, tá difícil, mas nós estamos aí!”, ou “está difícil, mas todas e todos nós estamos juntos”, exercitando um exercício de comunidade que cada vez mais indica também a acolhida, a hospitalidade, o sentido de receber o outro na diferença. Espaços como esses, como o GP de Teorias da Comunicação da INTERCOM, como os eventos dos quais a gente vem participando são, eu diria, espaços não só de resistência no sentido de cultivo de um saber, mas espaços também de vivências e de experiências que diminuem um pouco o sofrimento social e o sofrimento psíquico que caracterizam de maneira tão triste a nossa época. Resistir às paixões tristes é também cultivar um pouco das paixões alegres que o encontro com o outro nos traz, um encontro que é mediado pelo conhecimento. Eu até iniciaria dizendo que é um encontro mediado pelo desconhecimento, pois é ele quem nos traz aqui para buscar aprender. Muito obrigado mesmo por essa oportunidade. Queria agradecer a Intercom, ao convite do Marcio e da Claudiane, e à oportunidade de ouvir a Thaiane, a quem eu tenho lido muito.

Hoje, na área da Comunicação, nos calha essa situação de termos perdido Martín-Barbero. De fato, é uma situação complicada. Foi um choque para todos quando soubemos da notícia, justamente porque de alguma maneira todas e todos nós aprendemos que o pensamento latino-americano passava pelo nome de Martín-Barbero. Lembrei de mim enquanto aluno de Comunicação na graduação, em 1995, nas aulas de Teorias da Comunicação do professor Laan Mendes de

Barros. Foi ele quem nos apresentou uma perspectiva “nova”, latino-americana. Naquela época “Dos Meios às Mediações” não havia sido sequer publicado no Brasil. Havia, então, um senso de novidade, de comunidade e de pertencimento. Podia-se falar, “Puxa! Olha, estudamos Fulano, Fulano e Fulano, que são dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e da Inglaterra, mas de repente tem alguém que escreve daqui da Colômbia. Ou seja! Tem alguém que sabe o que é inflação! Tem alguém que sabe o que é ver a moeda desvalorizar! Tem alguém que sabe o que é ir ao supermercado e contar o dinheiro. Tem alguém que sabe o que é não ter um estado de bem-estar social!” Penso que hoje temos uma oportunidade de fazer não apenas um reconhecimento ao Martín-Barbero, mas de trazer para o debate esse pensamento que nos une.

Gostaria de compartilhar com vocês algumas dúvidas. Sou apaixonado por estudar Teoria da Comunicação, por metodologia, pelos estudos epistemológicos. Nesses estudos, dificilmente conseguimos escapar de pensar as questões institucionais e políticas que estão relacionadas ao desenvolvimento de um tipo de pensamento comunicacional. Essas questões me fazem pensar em uma epistemologia da Comunicação para além do cânone. Pensar em outras vozes. Lembro que em 2014, conversar com colegas de vários programas de pós-graduação em Comunicação, em seminários e encontros, sobre a desigualdade brutal na distribuição do conhecimento e dos saberes. Desde aquele momento, fui buscar por outros saberes, aqui dentro do Brasil mesmo.

Sempre me chamou muito a atenção, quando eu ia olhar os textos que eu lia para as aulas, a desigualdade na distribuição geográfica de onde eles vinham. Não me refiro apenas ao exterior, mas também à nossa distribuição interna de produção do conhecimento. Nossos textos vêm de poucos lugares. Mesmo quando vinham de outros lugares, essas vozes vinham ligadas a certos espaços, e não a outros. Isso

me incomodava. Eu pensava: “tem coisa muito legal sendo desenvolvida em espaços que não ficamos sabendo”. De uma maneira muito material, é muito difícil encontrar livros e artigos distribuídos de maneira um pouco mais igualitária. Não entrarei em detalhes porque não seria muito educado. Mas, se fôssemos pensar nos livros, nos artigos e nas propostas que lemos, observaríamos que existe uma distribuição muito complexa. Boa parte do pensamento em comunicação produzido no Brasil, mesmo entre nós, não vai circular. Eu diria que uma parte do pensamento, não apenas sobre comunicação, não chega a outros lugares. E eu pensava: “quanta coisa magnífica deve estar sendo produzida em tudo quanto é lugar e eu não sei, pois nada chega para nossa nós”.

Quando eu tinha oportunidade de viajar para ir em congressos, uma coisa que eu adorava fazer era eu chegar em outras universidades e poder ir à editora universitária. Porque eu sabia que iria encontrar estudos sensacionais que eu não encontraria em outros lugares, simplesmente por que eles não chegariam ao Brasil. Eu era ávido em saber o que estavam pensando naquele outro lugar. O que eu poderia aprender? Certamente, tem coisa muito legal que não chega.

Quando eu tinha oportunidade de ir para outros lugares, visitar outros países, também fazia o mesmo exercício. Principalmente na América Latina. Sempre ia às livrarias para checar qual era o pensamento daquele lugar. No primeiro momento, eu ficava eufórico: “que legal, eu com livros de lugares bem diferentes”. Porém, um exame mais detalhado me fez observar que o problema talvez tenha mais ramificações do que eu imaginava. Para dar um exemplo, em 2019 estive a viajar a Buenos Aires. Chegando lá, entre outras coisas, fui às livrarias. Uma coisa que me chamou muita atenção lá é que, não fosse pelo fato dos livros estarem em castelhano, eu estaria exatamente em uma livraria brasileira. Havia os mesmos autores europeus e norte-americanos, algumas

e alguns autores locais, publicados em geral por editoras também locais, menores. Curiosamente, poucos autores e autoras brasileiras, com exceção de Paulo Freire, em lugar de destaque em várias livrarias. Quem sabe, eu diria que era até o único autor latino-americano de destaque fora da Argentina, por exemplo, ao lado de um Bordieu e de um Piaget. O que me chamou a atenção foi que, caso excetuemos a produção local, quando olhamos para o todo, notamos que esse circuito recolonial é muito forte. Eu estava em uma livraria em Buenos Aires, mas com um rápido exercício de imaginação eu me via em uma livraria brasileira.

A ramificação da ideia de colonialismo se expressa em muitas camadas. Por isso, quando falamos em perspectiva epistemológica pós-colonialista, decolonialista ou até recolonialista, talvez devamos prestar atenção para o fato que existem muitas camadas entrelaçadas dentro desse colonialismo. Como lembra Foucault, as redes de circulação de conhecimento também são redes de poder. De modo que, para falar de pós-colonialismo, estou me valendo de Michel Foucault, um autor francês que se encontra aqui no Brasil e lá na Argentina. Encontra-se aqui e lá porque ele é um pensamento que se consolidou.

Isso nos leva a fazer algumas perguntas do porquê essas redes estão funcionando. Sobre esse ponto, está sendo maravilhoso falar depois da Thaiane, porque muitas das coisas que ela falou se casam muito bem com o que eu gostaria de falar. Pensando junto com ela, gostaria de ressaltar que existe, primeiramente, uma questão comercial, isto é, uma circulação material do saber que não pode ser desatrelada de uma determinada condição e de sua materialidade de circulação, indo desde os artigos até os livros. É preciso pensar que a presença de um autor ou de uma autora em uma área está ligado, em primeiro lugar, à tradução desse autor estrangeiro e à presença daquele livro traduzido em uma

prateleira de livreria. Perdoem-me se esse é um nível muito microssociológico, mas ele faz diferença: se o livro não está na prateleira, ninguém tem acesso àquele conhecimento. Portanto, é também importante examinar a genealogia das materialidades que nos permitem saber. Por exemplo: as questões sobre as barreiras linguísticas. Aqui no Brasil, temos a América Latina ao nosso lado e, infelizmente, possuímos poucos entrecruzamentos devido a barreiras linguísticas que não são superadas de lado a lado. Isso sem mencionar, evidentemente, que o português e o espanhol não são as línguas principais do circuito acadêmico. Isso cria divisões, dificuldades, desigualdades.

Nesse sentido, gostaria de trazer perguntas relacionadas a três dimensões que se entrelaçam na questão do que é pós-colonial, decolonial e recolonial, a partir de uma epistemologia da Comunicação, que é o lugar onde eu me sinto mais à vontade para conversar. São três momentos. Em primeiro lugar, fazendo o advogado do diabo, é pensar que o pensamento humano sobre o humano pode ter abrangência diversa que nos ajudam a situar a própria noção do conhecimento. Em segundo lugar, gostaria de ressaltar a necessidade de pensar sobre uma sociologia da circulação do conhecimento, para pensarmos como o conhecimento é distribuído. E, finalmente, o terceiro ponto diz respeito à prática acadêmica da circulação desse conhecimento. De outra maneira, como esse conhecimento é trazido para as nossas pesquisas. Esses três pontos têm abrangências diferentes, mas partem de um princípio de que existem esses momentos dentro de uma dimensão epistemológica.

Começando pela ideia da circulação de conhecimento, é importante também pensarmos que nós temos matrizes de conhecimento que estão atreladas, também, a matrizes coloniais e econômicas que não invalidam ou validam a priori esse conhecimento. Na verdade, talvez devêssemos começar a

discussão por aí, pensando na dimensão da possibilidade de até questionarmos esse tipo de teoria. Não é, evidentemente, a rejeição. Quando falamos de pensamento pós-colonial, não se trata de uma rejeição em bloco da teoria do Norte. A contribuição teórica da Alemanha e dos Estados Unidos, por exemplo, é fantástica. Não podemos jogar a água do banho fora junto da criança. Mas, ao mesmo tempo, é preciso pensar, em primeiro lugar, qual é a validade epistemológica dessa contribuição e, segundo lugar, se nós da América Latina e do Brasil não temos condições de dar contribuições a essas teorias. Dito de outra maneira: em geral, nós importamos a grande teoria, que chega pronta, e então vamos fazer o exercício de aplicá-la, de explicá-la, de implicá-la. Por que trazemos a grande teoria, nós não fazemos a grande teoria. O que estou chamando de grande teoria? A teoria que dá nome ao livro, a que iremos citar, a que nomeará um congresso. Essa grande teoria importada é ruim ou é legal? Não se trata de nada disso. Estou dizendo apenas que é uma questão de distribuição. Nós não fazemos isso. Então, qual é o diálogo? Quando escrevi “O diálogo Norte-Sul em teoria da comunicação” (MARTINO, 2014), o título era uma provocação, por que evidentemente não há diálogo entre o Norte e o Sul. Quando você vai à bibliografia de livros sobre teorias da comunicação anglo-saxões, a África, a América Latina e a Ásia não existem. Se fizermos uma auto provocação, nos livros de teorias da comunicação brasileiros, a Ásia e a África também não existem. Temos um modulamento de entrelaçamentos que é bem complexo.

Chego ao segundo ponto: qual é a sociologia dessa circulação? Como temos acesso a esse conhecimento? Vale observar que o número teorias da comunicação que conhecemos é muito restrito a dois ou três espaços geográficos. Não falaria nem em Europa e América do Norte, porque raramente aparece um canadense, talvez Erving Goffman e Marshall McLuhan, e mesmo assim são dois canadenses

radicados nos Estados Unidos, onde fizeram sua grande elaboração teórica. O fato de serem canadenses não é o que os trouxe para cá. Da mesma maneira, quando falamos de Europa, estamos na verdade de França, Inglaterra, Alemanha e talvez Espanha, com mais algumas exceções de Portugal e da Itália. Acabou. A Europa Oriental é um grande mistério. Fico me perguntando: quanta coisa legal deve estar acontecendo lá? Será que alguém em Bratislava descobriu o que é comunicação? Nunca ficaremos sabendo! Logo, existe uma circulação que é bastante restrita a alguns espaços. É muito difícil quebrarmos isso, pois é uma imposição estrutural. Eu não tenho como querer trazer no próximo semestre um autor da comunicação da Eslováquia. Não vai acontecer pois, se eles publicarem em inglês, já haverá a dificuldade da barreira linguística, afora todas as outras questões.

O que nos leva ao terceiro ponto: como colocamos isso nas nossas pesquisas. Como articulamos essa prática acadêmica? Porque, aqui mesmo no Brasil, não damos conta de acompanhar a produção. Também existe uma desigualdade na nossa possibilidade de leitura, derivada da nossa busca por produção. Fazendo uma rápida conta, todos os anos são publicados mais ou menos mil artigos científicos em revistas de Comunicação, senão 1200 ou 1500. Além dos dois pareceristas anônimos destes artigos, quem mais os lê? Temos uma produção paradoxalmente gigantesca a ponto de nos impedir seu acompanhamento. Daí a provocação: quanto na sua tese ou na sua dissertação, ou na minha pesquisa, conseguimos acompanhar a produção da nossa área específica? Quando trago para o meu trabalho algo novo, fico pensando que certamente deve haver coisa que eu estou deixando escapar. Mas eu não tenho condições, na materialidade, de fazer uma varredura completa como eu gostaria. Surge a pergunta: como trabalhamos essas teorias dentro de nossas próprias pesquisas e de nossas próprias práticas acadêmicas,

ou seja, em nosso dia a dia? A boa notícia: o fato de estarmos falando hoje sobre isso é algo maravilhoso. Porque quando algo se torna um problema, significa que já podemos pensar sobre ele e irmos para frente. Não necessariamente resolvê-lo, mas ter espaço para problematizá-lo.

De novo, não se trata de uma recusa a esse ou àquele pensamento. É um movimento dialógico. Penso que a dialogia possa trazer vozes em condições iguais. Inexiste dialogia quando você só tem um monólogo com o qual interagimos. Logo, pensando de uma perspectiva dialógica, como nós podemos trazer as nossas contribuições para além do empírico, para o desenvolvimento de um pensamento teórico mais amplo? E, evidentemente, um pensamento teórico que seja mais diversos e mais plural.

Queria agradecer mais uma vez a Intercom, à Claudiane e ao Marcio pelo convite e à oportunidade de ouvir a Thaiane. E a todos na plateia, lembre-se: um dia você vai terminar o doutorado, confia em mim.

Discussão

Marcio Telles: Obrigado, Luís e Thaiane. Sei que já estamos avançados na hora e eu mesmo teria muitas questões, mas vou passar para as perguntas do público, pois existem provocações interessantes. Vou começar pela pergunta da Daniela Bezerra, que a endereçou à Thaiane, mas creio que o Luís Mauro também possa responder. Ela pergunta como as questões do pós - e do decolonialismo aparecem nas pesquisas brasileiras em Comunicação? Seria uma discussão restrita a trabalhos que se debruçam sobre elas ou existem temáticas que são, especificamente, pós-coloniais?

Thaiane Oliveira: Vou começar. Não quero ser muito extensa, pelo risco de cometer uma gafe ao não lembrar de algum colega que tem trabalhado com essas questões. Por

isso, ao invés de citar nomes específicos de pesquisadores, quero dar um panorama geral. Temos alguns núcleos de pesquisa trabalhando com a noção de decolonidade, experimentando práticas e trazendo outras abordagens. São grupos que fazem a mesma provocação que o Luís Mauro nos trouxe: o que está acontecendo lá na Eslováquia dentro do campo da comunicação? Essa preocupação parte de tentar compreender a epistemologia da comunicação. Porém, também temos alguns temas e objetos muito específicos. Há nomes que tentam romper essa ideia de que apenas a academia poderia produzir conhecimento. São grupos que trazem outras práticas para produzir conhecimento junto dos acadêmicos. Para ficar em dois nomes, temos o Rafael Grohmann na UNISINOS, que tem pesquisado trabalhadores de plataformas digitais, e o Tarcízio Silva, que fala sobre racismo algorítmico. Ambos tentam desvelar as lógicas coloniais que operam através das tecnologias. Outra pesquisadora é Melina Santos, que recupera estudos sobre o rock angolano. Muitos pesquisadores trazem essas temáticas. Ainda, é importante colocar, talvez como uma provocação, que a própria noção de decolonidade tem sido apropriada por lógicas de mercado muito próprias. Há quase uma moda de consumo em torno dessa ideia. Existe uma tendência do capitalismo, como diz Nancy Fraser, de se apropriar de certas pautas, lógicas, pensamentos e epistemologias para criar nichos de consumo. Não que isso aconteça exatamente dentro do campo acadêmico. É importante ressaltarmos que essas disputas em torno do sentido se dão para além da academia.

Luís Mauro Sá Martino: Daniela, obrigado pela questão. Vou seguir a linha da Thaiane. Eu diria que estamos trazendo essas questões para a teoria da comunicação apenas nos últimos cinco anos. É muito recente. Claro, temos estudos anteriores. Vale lembrar que o termo decolonialidade apareceu recentemente, mas antes já existiam estudos

contra hegemônicos e descentralizados que se dirigiam a uma perspectiva Sul-Sul. Aliás, tenho algumas questões sobre a ideia Sul-Sul, mas este não é o lugar. De todo modo, existem iniciativas que podemos mapear para se pensar, por exemplo, sobre a pesquisa lusófona dentro da comunicação, não apenas em relação a Portugal, mas também Angola, Moçambique, Macau. Eu diria, portanto, que a perspectiva com o nome decolonial é nova, mas enquanto prática acadêmica ela tem uma história muito grande. Quando fazemos um estudo arqueológico sobre as teorias da comunicação e da materialidade dessa teoria, notamos que essa é uma preocupação antiga. Uma preocupação que a área de comunicação sempre teve: a de pensar que a denúncia da hegemonia dos meios de comunicação nunca passou sem a existência de uma perspectiva autorreflexiva em relação a qual era o ferramental teórico que se usava para isso. Nunca se deixou de apontar que é um dever nosso pensar sobre o nosso lugar. Existem várias publicações da própria Intercom sobre o pensamento comunicacional latino-americano e as matrizes da comunicação da América Latina. Um material que vale ser recuperado. São livros dos anos 1990, do início dos anos 2000, do fim dos anos 1980. A trajetória é bem longa.

Marcio Telles: Estava ouvindo vocês falarem e pensando sobre algumas experiências minhas que ligam alguns desses pontos. Hoje mesmo, estava em uma chamada de vídeo com um colega alemão para tentarmos criar uma proposta de artigo a uma chamada de revista acadêmica internacional, e ele me disse algo como “é muito bom ter você do Brasil aqui comigo, pois os editores europeus gostam de uma visão do Sul Global e isso aumenta as nossas chances de sermos publicados”. Isso me ressoou quando a Thaiane apontou a existência do fetiche de estrangeiro no circuito acadêmico do Norte. Estar na Europa às vezes

significa passar pela experiência de ter permissão de falar, mas de falar sobre a América Latina, sobre o nosso lugar. Não vamos para lá para falar de igual para igual, como ressaltou o Luís Mauro. Não somos convidados à Europa para discutir teoria da comunicação europeia. É uma espécie de inverso da moeda do colonialismo. Temos falado bastante ultimamente sobre fuga de cérebros. É toda uma situação complexa que se desenha no horizonte do circuito acadêmico brasileiro e latino-americano. Ligo essa reflexão com outra questão interessante colocada no chat, a respeito dos cortes de verbas recentes. A Grazielle pergunta se estes cortes operariam dentro de uma lógica recolonial?

Thaiane Oliveira: Excelentes questões, Marcio. Que pena que já estamos chegando ao fim desse debate. Ouvindo você falar, eu penso que, tal como a decolonialidade, o Sul Global também tem se tornado um tema da moda. É quase como se existisse um modelo de legitimação de países que se colocam como adequados a receberem uma justiça social e epistêmica. Os europeus desejam dar voz ao Sul Global, desde que seja uma voz exótica, precária, pobre e diferente. Não nos dão as teorias, sobretudo não as europeias. O Sul-Global é o “mordomo acadêmico” (BENNETT, 2014) das teorias europeias. A própria área da Comunicação se consolida a partir da atuação dessas instituições financeiras. Cria-se esse sistema de mordomias a partir da exploração da falta de perspectiva econômica nos países periféricos para convidar bons pesquisadores, formar seu pensamento e então enviá-los de volta, já com o pensamento absorvido, para poderem formar as suas redes e comunidades a fim de postergar o pensamento estrangeiro. Vemos isso acontecendo inclusive na política, com a formação de jovens financiados por fundações estrangeiras e que agora vão disseminar certo tipo de mentalidade dentro do campo político ou do campo econômico. A prática recolonial é inerente à própria crise

econômica. É importante lembrar que em 2016 foi publicado um relatório do Banco Mundial falando que para o Brasil poder deslanchar economicamente, era necessário enxugar algumas esferas, entre elas a Saúde, a Previdência e a Educação, sobretudo a Universidade pública. Não à toa, em 2021 essa é a cartilha do atual governo. É por causa disso que nos vemos frente a uma série de cortes dentro da Universidade. O pesquisador, com falta de possibilidades e de perspectiva, sem orçamento público para realizar suas pesquisas, vai para fora. Ao ir para o centro, as epistemologias desses lugares vão sendo colocadas na formação desses sujeitos. Como o próprio Luís Mauro coloca, essas práticas sociológicas da circulação do conhecimento estão intimamente interligadas com dimensões políticas e econômicas. Essa forma de recolonialismo tem a ver, sim, com o cenário que vivemos hoje.

Luís Mauro Sá Martino: Grazielle, obrigada pela sua pergunta. A resposta é curta: sim. Ok, vou expandir um pouco. Basicamente, pesquisar custa dinheiro. Por quê? Por que pesquisadores têm o mau hábito de comer, pagar conta, viver, alguns até têm vida social. Há demandas para a própria prática acadêmica: precisamos de material de pesquisa, para pesquisas de campo, etc. Evidentemente, à medida que vão diminuindo os recursos, os pesquisadores vão procurando outros caminhos. Os caminhos mais fáceis são, geralmente, aqueles que já estão estabelecidos, onde o acesso aos recursos de pesquisa é mais fácil.

Marcio Telles: Muito obrigado Luís e Thaiane. Ainda teríamos muitas perguntas, mas infelizmente nosso tempo se esgotou. Reforço o convite ao GP Teorias da Comunicação da Intercom. A discussão sobre o pós-colonialismo na teoria é uma das pautas que gostaríamos de debater este ano. Muito obrigado pela participação de todos, no ZOOM e no Facebook. Até mais.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BEIGEL, María Fernanda. Científicos periféricos, entre Ariel y Calibán. Saberes institucionales y circuitos de consagración en Argentina: las publicaciones de los investigadores del Conicet. **Dados**, v. 60, p. 825-865, 2017.

BENNETT, Karen. The 'Butler' Syndrome: Academic Culture on the Semiperiphery. **Revista Canaria de Estudios Ingleses**, v. 69, p. 155-71, 2014.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**, v. 15, p. 21-34, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista brasileira de economia**, v. 54, p. 333-358, 2000.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. O diálogo norte-sul em Teoria da Comunicação: hegemônias, apropriações e resistências nas pesquisas anglo-saxônicas e latino-americanas. **Comunicação & Sociedade** (Online), v. 36, p. 85-106, 2014.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. A materialidade dos usos da teoria: esboço de uma cartografia das revistas científicas de Comunicação. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em <portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1762-1.pdf>. Acesso em: 15/06/2021.

MIGNOLO, Walter. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MIGNOLO, Walter. D. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. **Theory, culture & society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009.

MUKHERJEE, Roopali. Of experts and tokens: Mapping a critical race archaeology of communication. **Communication, Culture & Critique**, v. 13, n. 2, p. 152-167, 2020.

SAID, Edward. **Orientalism**: Western concepts of the Orient. New York: Pantheon, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007.

TELLES, Marcio. Des/Re/Escrevendo a história dos meios de comunicação: quatro contribuições a partir das Arqueologias das mídias. **Dispositiva**, v. 7, p. 101-116, 2019.

Novas fronteiras da resistência em políticas e estratégias de comunicação: a defesa do conhecimento

ELEN GERALDES

RAFAELA CAETANO PINTO

Vivemos em uma era de ódio e desinformação. O ódio se manifesta na violência física, simbólica e psicológica contra pessoas e grupos que pensam de forma diferente, no sexismo, no extermínio de jovens negros, na homofobia, na ameaça da perda de direitos, no desemprego, na fome, na pandemia de Covid-19, que atingiu, sobretudo, os mais vulneráveis. Como ensinam Amorim e Fernandes Júnior (2020, p. 13), na contemporaneidade, “o ódio e a negação ergueram seus edifícios concretizados nas práticas sociais, para os quais a argamassa vem das betoneiras neofascistas, trajadas de uma revolução neoliberal recheada de promessas inatingíveis”.

A desinformação é uma estratégia do ódio para defender algumas ações e visões de mundo, frequentemente alicerçadas em privilégios de raça, classe, gênero, e deslegitimar outras, disfarçada em atos e dados, aprofundada e radicalizada pelo crescimento e expansão das novas tecnologias e das mídias sociais. Para Fallis (2015), ela se caracteriza por atender a

três aspectos: a) a desinformação é uma informação; b) a desinformação é uma informação enganosa; c) a desinformação é uma informação **intencionalmente** enganosa.

Ódio e desinformação são aspectos importantes da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, que atingiu profundamente o Brasil em número de casos e de óbitos. Neste artigo, iremos analisar as novas fronteiras de resistência do Grupo de Pesquisa em Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom, para compreender, analisar e combater o ódio e a desinformação, em busca de uma comunicação mais plural, inclusiva e cidadã, por meio de uma pauta de pesquisa e militância que abranja a análise do negócio comunicacional e de seus principais atores, o papel da legislação e as estratégias dos grupos contra-hegemônicos.

Para tanto, o trabalho divide-se em três momentos ou movimentos: no primeiro, é apresentado o fundamento teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP), escolhido por permitir uma visão dinâmica e complexa das formas simbólicas, que aprofunda a capacidade analítica do pesquisador ao permitir, simultaneamente, a apreensão da dimensão histórica e das produções discursivas, com o recurso de várias técnicas de pesquisa; em seguida, observa-se, na perspectiva metodológica da doxa, a formação do GP na luta pela democratização das comunicações e são apontados seus temas emergentes; por fim, sob o vies da interpretação e re-interpretação, discutem-se os desafios para manter viva essa temática como um esforço de resistência, mesmo que as verbas sejam escassas, os pesquisadores e pesquisadoras estejam cansados e o cenário político seja desalentador.

Metodologia do estudo

A Hermenêutica de Profundidade (HP), que Thompson (2009) identifica como uma metodologia de interpretação,

permite analisar o objeto como uma construção simbólica a partir de suas significações social e histórica. Assim, é importante que o objeto seja tomado para investigação a partir de construções propostas por outros autores, o que evidencia uma interpretação de algo já pré-interpretado, ou seja, uma reinterpretação. De acordo com o autor:

Este referencial coloca em evidência o fato de que o **objeto** de análise é uma **construção simbólica significativa**, que **exige uma interpretação**. Por isso, devemos conceder um papel central ao processo de interpretação, pois somente desse modo poderemos fazer justiça ao caráter distintivo do **campo-objeto** (THOMPSON, 2009, p. 355) [grifos nossos].

Em consonância com o estudioso, o objeto precisa ser compreendido a partir de sua construção simbólica, ou seja, ele deve ser observado e analisado através de suas significações sociais e históricas. Dessa forma, é imprescindível que o campo seja interpretado como objeto afetado por outros sujeitos que o interpretaram. Esse exercício atual de interpretação é uma reinterpretação já pensada e complexificada anteriormente por diferentes sujeitos, assim como afetada pela ação deles. Além disso, Thompson (2009) assevera que, ao analisar o objeto, mesmo que já interpretado, evidencia-se o “novo”. Neste sentido, afirmamos que o Grupo de Pesquisa em Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom possui um contexto histórico que faz enxergar outras perspectivas, além das já existentes, o que denominamos novas fronteiras da resistência.

A HP é composta por três fases principais. Anterior a elas, existe ainda a Interpretação da Doxa. Nessa etapa, é possível conhecer estudos prévios acerca do objeto para compreendê-lo como algo já pré-interpretado por outros sujeitos. O desenvolvimento da HP propriamente dita compreende,

como primeira fase, a Análise sócio-histórica, que abrange a análise das situações espaço-temporais, dos campos de interação, das instituições sociais, da estrutura social e dos meios técnicos de transmissão. O segundo momento da HP é composto pela fase da Análise formal ou discursiva. A última fase da metodologia consiste na Interpretação/Re-interpretação. Explicamos cada fase a seguir. Apontamos essas fases metodológicas no quadro 1 (um):

Quadro 1 – Fases da Hermenêutica de Profundidade

Interpretação da Doxa	Hermenêutica de Profundidade	1. Análise sócio-histórica	1. Situações espaço-temporais
			2. Campos de interação
			3. Instituições sociais
			4. Estrutura social
			5 Meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão
		2. Análise formal ou discursiva	
		3. Interpretação/re-interpretação	

Fonte: Thompson (2009).

Partindo do contexto da importância do entendimento das formas simbólicas, Thompson (2009) elenca a primeira parte da metodologia da HP, como a Interpretação da Doxa. Esse exercício antecede as três fases da HP: Análise sócio-histórica, Análise formal ou discursiva e Interpretação/re-interpretação. Assim, fundamentada no olhar de outros pesquisadores, inicia-se essa análise a fim de compreender o que já foi investigado acerca do objeto. Thompson (2009) acredita que essa imersão no estudo do objeto permite

ao pesquisador entendê-lo como algo já interpretado e modificado por outros sujeitos. Entretanto, o autor alerta para que a pesquisa não seja somente entendida sob esse aspecto de contextualização. Como afirma Thompson (2009), é preciso ver o “novo” sobre o objeto. Assim, a Interpretação da Doxa auxilia a entender o contexto estudado e verificar novas proposições em relação ao objeto empírico. Por isso, nessa etapa, a proposta é a elucidar temas do GP com o objetivo de trazer luz a novos desafios da pesquisa em políticas e estratégias de comunicação.

Na Análise sócio-histórica, a primeira fase da HP, é relevante entender as formas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 2009). Dessa maneira, é preciso mapear as situações espaço-temporais; os campos de interação; as instituições sociais, as suas regras, recursos e relações; as estruturas sociais e os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão. De acordo com Thompson (2009), a Análise sócio-histórica compreende o contexto social e histórico em que as formas simbólicas são produzidas e apropriadas.

Assituações espaço-temporais, de acordo com Thompson (2009), caracterizam de que maneira as formas simbólicas são produzidas e recebidas. Os campos de interação, conforme Thompson (2009), estão relacionados às pessoas envolvidas com a organização em destaque. As instituições sociais, o terceiro nível da Análise sócio-histórica, definem-se pelas organizações com as quais o objeto de análise mantém ligação por meio do seu trabalho (THOMPSON, 2009).

A quarta etapa da Análise sócio-histórica é a da estrutura social. Em consonância com Thompson (2009), trata-se de uma descrição que relaciona os campos de interação e as instituições sociais com o objetivo de apontar as suas assimetrias. Para finalizar a primeira fase da Hermenêutica de Profundidade, nomeada de sócio-

histórica, é preciso apontar os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão.

Na Análise formal ou discursiva, a segunda fase da HP, busca-se entender o que as formas simbólicas demonstram, já que são criadas com o propósito de explicitar algo ou alguma coisa. Para esta fase, Thompson (2009) indica diversas formas de investigação, como análise de conteúdo, discurso, entre outras.

A última fase de análise da HP, a Interpretação/re-interpretação, segundo Thompson (2009), é diferenciada das argumentações levantadas através do tensionamento entre a teoria e o objeto na Análise formal ou discursiva. Além de utilizar as inferências da Análise formal ou discursiva, a Interpretação/re-interpretação considera a Análise sócio-histórica e faz reinterpretações do objeto estudado.

Interpretação da Doxa: Em tempos de ditadura

No final da década de 1970, durante a Ditadura Militar, ocorria um amadurecimento da área de comunicação no Brasil. A formação técnica, consolidada desde a década anterior com o surgimento das faculdades da área, exigia uma reflexão sobre os conteúdos necessários aos jovens profissionais que ingressavam nas carreiras de jornalismo, publicidade, relações públicas e rádio e televisão. O que, como e por que lecionar algumas disciplinas eram preocupações frequentes, bem como a necessidade de análise de um cenário complexo, em constante mudança, no qual a informação era interdita pela censura do Estado e pela autocensura dos próprios veículos comunicacionais.

Naquele momento histórico, em que a televisão estava presente na quase totalidade dos municípios brasileiros, as telenovelas eram campeãs absolutas de audiência e as rádios levavam música, religião e notícia aos rincões mais distantes,

era indispensável pensar os impactos da comunicação na sociedade e as influências sociais e culturais que ajudavam a configurá-la. Para responder a essas indagações e formular muitas outras, um grupo de jovens professores fundou, despreziosamente, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinas da Comunicação, a Intercom:

Criada em plena ditadura militar, em um ano especialmente duro, em que o Congresso Nacional foi fechado para que o governo impusesse mudanças constitucionais, a Intercom cresceu como espaço de resistência, convivência e troca entre pesquisadores, estimulando o desenvolvimento da produção científica e promovendo grandes encontros que reúnem, periodicamente, estudantes, mestres, doutores e profissionais da área (INTERCOM).

Duas grandes perguntas instigavam aqueles pioneiros, as quais resumiam as fortunas críticas do conhecimento acumulado na área: como são construídos os discursos comunicacionais? Quais as especificidades da pesquisa, ensino e atuação profissional da comunicação na América Latina? A primeira questão desvelava o interesse pela linguagem, pelos discursos, pelas mensagens, em um olhar comunicacional para dentro dos meios, aproximando-se, de forma interdisciplinar, da linguística, da semiótica e da semiologia e das diferentes linhas de análise de discurso. Já a segunda questão abria as portas para a discussão do cenário e dos atores nos quais os meios de comunicação atuavam, legitimados por normas legais e por práticas tradicionais, revelados por análises históricas, sociológicas e jurídicas. Foi em torno dessas temáticas que os pesquisadores se reuniram, movidos por paradigmas funcionalistas ou críticos, cuja produção iria se desmembrar em diversos grupos de trabalho e de pesquisa. Conforme ensina Marques de Melo (1999), sobre a pesquisa realizada nos anos 70 e 80:

O trabalho investigativo dos centros de pesquisa

encontra forte ressonância em todo o continente, num período caracterizado pela busca de alternativas comunicacionais ou pela construção de políticas democráticas de gestão dos meios massivos. Confluem em seus marcos teóricos dois paradigmas dominantes: a teologia da libertação e a denúncia do imperialismo cultural. São teses que se projetam com intensidade nas comunidades acadêmicas constituídas em torno das modernas escolas de comunicação, que também assimilam os postulados estruturalistas, inclusive os de fundamentação marxista. Também estão presentes, porém com menor impacto intelectual, as metodologias herdadas do funcionalismo norte-americano. Mas, sem dúvida, a corrente que mais fascina os emergentes cientistas latinoamericanos da comunicação é a teoria crítica da Escola de Frankfurt, potencializando sua vertente profundamente negativista (MARQUES DE MELO, 1999, p. 191-192).

Seguindo a tendência citada por Marques de Melo, o Grupo de Pesquisa em Políticas e Estratégias de Comunicação foi um dos primeiros a se constituir na Intercom como um espaço simultaneamente de reflexão e de ativismo, voltado para o debate da comunicação na Assembleia Constituinte. Praticava um saber militante, que unia o interesse pelo conhecimento científico e pela transformação social, em busca da democratização das comunicações. Focado em compreender os meios de comunicação para além das mensagens que produziam e disseminavam, refletiu inicialmente sobre a legislação regulatória, com suas brechas e falhas; a concentração da “propriedade” midiática e o favorecimento de políticos e religiosos através de concessões e autorizações de televisão e rádio reforçadoras do poder simbólico de uma ideologia conservadora. Apontava transformações no negócio da comunicação, com a entrada da TV por assinatura, descrevia os papéis dos *players* envolvidos, como o Estado,

os radiodifusores, os movimentos sociais, a Universidade e os públicos, e assinalava os limites e as possibilidades da radiodifusão pública e da comunicação comunitária.

Com forte inspiração do relatório MacBride, documento de 1980, da Unesco, também conhecido como “Um mundo e muitas vozes”, que defendia uma nova ordem comunicacional com menos assimetria entre países ricos e pobres, o Grupo empenhou-se na defesa de uma comunicação mais democrática, contra o monopólio da mídia e a favor da radiodifusão pública e comunitária. Formou e acolheu muitos militantes dos coletivos Intervozes e do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), abraçou a causa de uma Conferência Nacional da Comunicação, a qual aconteceria em 2010, e acompanhou a criação da Empresa Brasil de Comunicação, em 2007, engajando-se contra as tentativas de seu desmanche nos governos Temer e Bolsonaro.

Teoricamente dialogava, na perspectiva dialética, com os conceitos de coronelismo eletrônico, patriarcalismo, estamentalismo, alienação, racismo, propriedade cruzada, dentre outros. Do ponto de vista metodológico, recorria aos estudos comparados, aos métodos quali-quantitativos e históricos, e até às análises de conteúdo e de discurso, desde que alinhadas à tentativa de compreensão das relações de poder presentes nos meios de comunicação.

Aos poucos, o Grupo foi consolidando o conceito de Políticas Públicas de Comunicação, isto é, a organização do arcabouço regulatório de um Estado, por meio da articulação de ações e demandas políticas, em virtude das lutas de posição, dos interesses, antagonismos e conflitos de diferentes grupos, para que os meios de comunicação cumpram uma função social. Tentava descrever e analisar as estratégias de comunicação dos grupos não hegemônicos, como os movimentos feminista, negro e ambientalista, da Comunicação Pública, na tentativa de estabelecimento de

um diálogo transparente entre a sociedade e o Estado, e dos diferentes atores políticos.

A tecnologia foi sempre um fio condutor das discussões do Grupo, mas não de forma otimista e ingênua. A partir da segunda década do século XXI, cada vez mais os artigos se distanciaram das discussões sobre o negócio tradicional da comunicação para abraçarem a temática da internet e dos desafios trazidos pela Rede. Ao lado das possibilidades de multiplicação de vozes, versavam sobre a necessidade de democratizar o acesso à banda larga no país, baratear os equipamentos e prover condições para que a população rural, idosa, com pouca alfabetização e periférica tivesse acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação.

Ao mesmo tempo, as tecnologias possibilitaram que as demandas de novos grupos ganhassem visibilidade. Produtores e produtoras de conteúdo transsexuais, homossexuais, com deficiências, negros, indígenas e periféricos, tradicionalmente excluídos ou pouco representados nas mídias tradicionais, passaram a dialogar diretamente com o público. A representatividade aumentou, mas também a rejeição, o ódio e a desinformação para calar ou invisibilizar as diferenças, que fizeram da Rede um espaço de grande violência simbólica. Como compreender esse processo e deter essa tentativa de destruir o outro? Em busca dessas respostas, saiam do forno artigos para discutir a diversidade da produção desses grupos, em seu formato colaborativo, com estratégias inovadoras de financiamento, circulação e divulgação.

Os *papers* apresentados no congresso anual foram impactados pela crise política e institucional vivida pelo país desde o *impeachment* da Presidente Dilma e pelos embates entre direita e esquerda. O ambiente comunicacional passou a ter novos atores e novas interações entre atores tradicionais, trazendo o desafio de desvendar essas relações e apontar suas ameaças ao direito à comunicação, compreendido como o

direito de falar, de ouvir e de ser ouvido, por meio do acesso aos meios de comunicação.

Mas não era somente a comunicação que mudava, o próprio cenário de pesquisa se ressentia das mudanças políticas. Segundo levantamento feito por Brittes (2013), o perfil dos autores do Grupo é predominantemente de estudantes e docentes de universidades públicas, e essas instituições sofreram perdas sistemáticas de verbas, dificultando o apoio às viagens e participação em congressos. Da mesma forma, a inadimplência e a evasão do alunado nos cursos de comunicação, decorrentes da crise econômica do país, levou muitos professores da área ao desemprego, tendo impactos sobre a participação no Grupo.

Por fim, a pandemia de Covid-19 fez com que o congresso ocorresse de forma remota em 2020 e 2021. O desafio era apresentar trabalhos, comentá-los e fomentar pesquisas em equipe com a mediação de uma plataforma digital, adequando-se aos limites e possibilidades desse meio.

Desafios para a resistência

A título de considerações finais do trabalho, considerando a doxa, baseada no contexto histórico, social, econômico e cultural que conduziu as discussões dos estudos apresentados durante os anos no GP, pontuamos a interpretação e re-interpretação do que seriam as novas fronteiras em políticas de comunicação e os desafios para a resistência. Isso sem a intenção de prever pesquisas, tampouco limitar novas temáticas ou esgotar o assunto.

No campo das Políticas de Comunicação é preciso defender a liberdade de expressão e o direito à informação e comunicação e fortalecer o sistema tripartite: privado, público e estatal, mesmo frente aos desmontes, como o da EBC. Tudo baseado na premissa do interesse público,

conforme o viés da comunicação pública. Sob esse aspecto, Weber (2007, p. 23) admite “[...] que a comunicação pública existe quando se constitui como redes, a partir da circulação de temas de interesse público gerados em sistemas de comunicação”. A comunicação pública é uma condição da legalidade do que entendemos como a função social da comunicação.

Para além disso, é necessário discutir e expandir Políticas de Comunicação, como a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Classificação Indicativa, dentre outras. A regulação por meio da implementação de políticas públicas de comunicação, devido a sua importância, é um assunto que merece o seu devido conhecimento e debate por diferentes atores sociais, como a sociedade civil, as empresas de mídia e o Estado.

Outros horizontes a serem explorados nas pesquisas do GP são temas transversais que contemplem discussões sobre gênero, no tocante da violência e identidade. Da mesma forma, debates acerca de interculturalidade, em termos como inclusão, identidade e descolonização. Essas temáticas, fruto de uma sociedade estruturalmente racista, etnocêntrica e machista, devem ser estruturantes nas pesquisas acadêmicas como forma de enfrentamento e resistência.

Quanto a discussões relacionadas a estratégias de comunicação, vale observar as iniciativas institucionais de governos, de centros de pesquisa e de instituições de ensino superior. Nesse mesmo caminho, é importante estudar a gestão da informação pelas organizações, por meio de ouvidorias e *softwares* de gestão, a fim de potencializar a transparência e *accountability*. Acompanhar os movimentos empíricos da implementação de políticas e estratégias de comunicação potencializa as discussões acadêmicas e problematiza os cenários para futuras melhorias na sua execução.

Em síntese, vimos que a história do GP Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom é pautada por lutas, reivindicações e resistências. A HP nos permite observar que os temas do Grupo são complexos e em constante mudança. De fato, o Grupo nasce de uma associação que se recusava a compreender a comunicação de uma perspectiva exclusivamente técnica, no cenário desalentador de uma ditadura e sob a ameaça da censura. Alimenta-se inicialmente de pautas internacionais, como o Relatório MacBride, mas tem um pé fincado nas causas locais, como a Assembleia Constituinte, a Confecom e a defesa da radiodifusão pública simbolizada pela EBC.

Percebe, cada vez mais, que as tecnologias são a resposta para a falta de representatividade de muitos grupos, mas que elas também trazem novas perguntas, como a necessidade de criação de aparatos normativos contra o ódio e a desinformação. Lida com a instabilidade no cenário político, econômico, cultural e social, que provoca mudanças em seu objeto de estudo, mas também modifica as próprias relações de trabalho e condições de produção dos pesquisadores.

Enfim, o GP pesquisa sobre o tempo presente, uma era de ódio e desinformação, mas também de empoderamento e de resistência.

Referências

AMORIM, M. V. C., & FERNANDES JÚNIOR, A. (2020). (Diz) positivo para matar: uma análise sobre o discurso de ódio no Brasil contemporâneo. *Letrônica*, 13(2), e35975. Disponível em: <doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.35975>. Acesso em: 04/06/2021.

BRITTES, J. (org.). **Saber militante**: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil. São Paulo: Intercom, 2013.

FALLIS, D. What is disinformation? *Library Trends*, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em: <bit.ly/2XcuX9R>. Acesso em: 02/07/2021.

MARQUES DE MELO, J. Paradigmas da escola latino-americana de comunicação. *Comun. Inf.*, v. 2, n. 2, p. 188-203, jul. /dez. 1999. Disponível em: <brapci.inf.br/index.php/res/download/79450/>. Acesso em: 30/06/2021.

MEMÓRIA. Intercom, 2021. Disponível em: <portalintercom.org.br/memoria/>. Acesso em: 20/06/2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

WEBER, M. H. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos 27**: Mídia e democracia, ano 14, p. 21-42, 2º semestre 2007. Disponível em: <e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12464/>. Acesso em: 14/05/2021.

José Marques de Melo e Paulo Freire: aproximações e diálogos na Educação

SÉRGIO MATTOS

RODRIGO GABRIOTI

SÔNIA JACONI

Como parte da segunda temporada da série Lives Cátedra Intercom, foi realizado um encontro, organizado pela Cátedra Intercom, com o objetivo de discutir e trazer à luz os estudos de dois dos mais emblemáticos pensadores do país: José Marques de Melo e Paulo Freire. O encontro contou com a participação de cinco pesquisadores, e suas falas são apresentadas a seguir:

O Professor José Marques de Melo¹

Sérgio Mattos

Falar sobre José Marques de Melo sempre é um novo desafio. Escrevi a biografia dele, *O Guerreiro Midiático*,

1. Texto apresentado na 2ª Temporada Lives Cátedra Intercom, realizada de modo remoto, por meio da Plataforma Zoom, no dia 17 de junho de 2021, das 18 às 19h30min. O tema do encontro foi “José Marques de Melo e Paulo Freire: aproximações e diálogos na educação”. A mesa contou com a participação dos professores Thomas Tufté (Loughborough University), Sérgio Mattos (UFRB), Ricardo Alvarenga (Centro Universitário Estácio São Luis), Sonia Jaconi (Intercom) Rodrigo Gabrioti (Athon) e mediação de Nair Prata (UFOP).

publicada em 2010, e uma segunda edição ampliada e revisada em 2014. Em 2019, lancei outro livro, intitulado *José Marques de Melo- Um Poço de Saberes*, complementando aspectos não abordados antes. Digo que escrever sobre ele, falar sobre ele se constitui como um novo desafio porque sempre encontramos aspectos novos da vida multifacetada dele. Novos aspectos estão sempre surgindo para complementar sua biografia. A vitoriosa trajetória dele em relação ao campo da comunicação, ao jornalismo como um todo, e, principalmente, sua atuação como Professor, pautado pelo pluralismo teórico, pela diversidade metodológica e liberdade de expressão.

Ele foi protagonista em tudo o que fez em vida e continua sendo o personagem principal em praticamente tudo o que desenvolvemos na área da comunicação, pois continua presente com suas ideias, suas propostas e o exemplo que nos deixou, de estar sempre um passo à frente de seu tempo, nos estimulando e oxigenando nossas mentes no sentido de melhor entender o que se passa no nosso campo de atuação e na maneira de nos posicionarmos em relação, por exemplo, ao desenvolvimento do pensamento comunicacional regional, nacional e latino americano.

Falar de José Marques como Professor deve ser entendido como tudo o que ele fez na vida. Sua atuação sempre foi a de quem está sempre ensinando alguma coisa de relevância, estimulando alunos, colegas professores e pesquisadores para novas práticas e procedimentos profissionais. Particularmente, **não** fui aluno dele em sala de aula, mas fui um aprendiz regular, atendendo às suas solicitações e cumprindo tarefas de pesquisa, encomenda de artigos ou de apresentações para congressos, seminários, simpósios ou ciclos que ele projetava, sistematizava e executava. Dessa forma também me sinto como se tivesse sido um aluno dele em sala de aula, tendo em vista que estar próximo a ele, em qualquer ambiente, era como se estivéssemos em sala de aula. Sempre aprendíamos

alguma coisa com suas observações, ideias e propostas de trabalhos a serem desenvolvidas.

Por falar em sala de aula, vale destacar o que ele declarou sobre seu comportamento como professor e que registrei no livro *O Guerreiro Midiático*. José Marques afirmou: “Jamais fiz proselitismo em sala de aula, nem induzi meus alunos a pensar da mesma forma que eu. Sempre me pautei pelo respeito ao pensamento dos outros, mesmo que deles discordasse frontalmente” (MATTOS, 2010, p. 173). Destaque-se também o fato de que como professor ou orientador ele nunca demonstrou impaciência com seus alunos, ajudando-os na construção de seus respectivos projetos para que acrescentassem novas contribuições ao campo do conhecimento (MATTOS, 2010, p.175).

Ele formou gerações de pesquisadores acadêmicos e de acordo com os depoimentos de seus orientandos, sempre se manteve aberto ao diálogo, sem extremismos ideológicos. Sempre atendeu aos alunos com muita paciência e nunca deixou nenhum deles sem uma orientação precisa e objetiva, colocando-os no foco central do projeto. Desde o início da carreira como Professor, José Marques de Melo assumiu o papel intelectual de fomentar o conhecimento teórico e a pesquisa empírica na área.

Sobre algumas das características de José Marques de Melo, a professora doutora Cicilia Peruzzo sintetizou:

O homem José Marques de Melo, na vida acadêmica, é um ser único, um exemplar síntese do ser humano. Revela, ao mesmo tempo, mansidão e bravura, calma e impaciência. Alegria e tristeza, ingenuidade e astúcia... mas, sempre guerreiro. Não se contenta com o que está sendo feito, mesmo que seja muito, e sempre está criando novos projetos e movimentando muita gente na direção de suas iniciativas (MATTOS, 2010, p.174).

José Marques de Melo iniciou sua carreira docente em 1966, como substituto do professor Luiz Beltrão, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em Recife. Em julho de 1966, transferiu-se para São Paulo, quando prestou concurso para professor da USP. As aulas do curso de Jornalismo só foram iniciadas em maio de 1967 e ele começou a ministrar aulas na Cásper Libero, como professor responsável pelo Centro de Pesquisas da Comunicação Social. Na Cásper Libero ele presidiu a Comissão de Reforma Curricular do curso de Jornalismo.

José Marques de Melo foi professor-fundador, em 1966, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, quando tinha apenas 23 anos de idade. Aos 25 anos, no ano de 1968, mesmo sendo o docente mais jovem, foi nomeado como Diretor do Departamento de Jornalismo da ECA. Uma época difícil tendo em vista que a Reforma Universitária foi implantada naquele ano com reflexos diretos sobre os cursos de Jornalismo (MATTOS, 2010, p.118). O perfil de José Marques de Melo naquele ano foi descrito pela professora doutora Maria do Socorro Nóbrega, com as seguintes palavras:

Embora muito jovem, era ele, já então, considerado um especialista na área de Jornalismo, não só no que se refere a professor, mas em tudo que a expressão comporta de autoridade, confiança e respeito. Isso lhe garantiu assumir o primeiro desafio de sua carreira, o de instalar um dos principais cursos de jornalismo do país, trabalho em que se engajou entre 1968 e 1972. Superando limitações de várias ordens, liderou um grupo de professores, de ex-alunos e profissionais, elaborou programas, selecionou e treinou docentes, monitores e funcionários, implantando a infraestrutura técnica e os primeiros projetos experimentais. Erigia-se, assim, um dos primeiros departamentos da Escola de Comunicações e Artes, alicerçado na valorização da pesquisa científica e da atitude crítica, uma visão pedagógica praticada por Marques. [...] O

êxito dessa sua primeira gestão são marcas que balizam até hoje a história do Departamento de Jornalismo e Editoração. A verdade, conforme atestam os arquivos e as publicações internas, a maior parte das primeiras atividades da instituição relacionava-se diretamente com as inquietações de sua personalidade, com sua liderança acadêmica (NOBREBA, 2002).

Chefiando o Departamento, ele implantou o jornal laboratório e uma agência de notícias para cobrir os eventos que promovia, a exemplo do Seminário Internacional sobre Pesquisa em Rádio e Televisão. A primeira experiência laboratorial do curso foi a agência de notícias, quando os alunos cobriam o seminário e elaboravam os press-releases que eram enviados para a imprensa.

Em 1969, o *Jornal do Campus* circulou pela primeira vez com a cobertura da Semana de Jornalismo que debateu o sensacionalismo. Em 1970, a pós a realização da II Semana de Jornalismo, com o tema “Censura e Liberdade de Imprensa”, ele foi procurado pela polícia que queria ter acesso às gravações do evento. Em 1972, após a realização da IV Semana de Jornalismo, ele foi enquadrado pelo Decreto-lei 477/1969. Ele foi acusado de praticar magistério “subversivo”, incitando os alunos contra o regime militar. Tudo por conta de uma apostila, feita em 1968 e reeditada em 1972 sobre “Técnica do Lead”, que consistia em uma seleção de trechos de jornais da época, mostrando os vários tipos possíveis de lide em uma notícia. Tornou-se, então, *persona non grata* na Universidade.

Em 1973, ele defendeu o doutorado em Ciências da Comunicação da ECA e se tornou o primeiro doutor em Jornalismo do Brasil. Na ECA ele também obteve o título de livre-docente e foi professor titular. No período de 1974 a 1979 esteve impedido de exercer a docência em universidades

públicas ou privadas no país. Nesse período ele fundou a INTERCOM, em 1977 e atuou como consultor acadêmico para a área de comunicação de faculdades particulares. Anistiado em 1979 reassumiu a cátedra na USP.

Dez anos depois, em 1989, foi escolhido para exercer o cargo de Diretor da ECA, mandato cumprido até 1993, quando se aposentou da USP. Durante o período como diretor da ECA seu objetivo era o de aproximar a Universidade da sociedade. Em 1994, ajudou a fundar o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo na UNICAMP. Posteriormente dirigiu a Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), no triênio de 1997/2000, quando realizou uma reforma pedagógica de acordo com as novas diretrizes curriculares.

Como Professor, Marques de Melo ministrou aulas em inúmeras universidades brasileiras, além de ter atuado também como professor e pesquisador em universidades de outros países: Argentina, Bolívia, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela, entre outros.

O Professor Doutor José Marques de Melo formou várias gerações de pesquisadores acadêmicos, orientando inúmeros trabalhos de conclusão de curso da graduação, além de 94 orientações de dissertações de mestrado e 45 teses de doutorado. Sua relevante produção intelectual pode ser avaliada também em números: Ele publicou 173 livros (individuais e organizados), além de ter publicado 154 capítulos de livros, 138 artigos em periódicos e 238 textos em jornais de notícias e revistas (MATTOS, 2019; Plataforma LATTES). O último livro publicado e organizado por ele, juntamente com Guilherme Moreira Fernandes e G. M. Silva, data de 2017, intitulado *Roberto Benjamin: pesquisas e andanças e legado*.

Parte do reconhecimento de seu papel intelectual como professor emérito, pelas obras publicadas e contribuições ao

desenvolvimento do campo da comunicação ele recebeu 74 prêmios, troféus, medalhas e títulos honoríficos, a exemplo do “Comunicador da Paz”, Professor Honoris Causa da UNICAP, Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Alagoas, Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da USP, entre outros. Além de prêmios e títulos recebidos, ele emprestou seu nome a prêmios que foram criados na área do Jornalismo, a exemplo do Prêmio de Jornalismo Científico José Marques de Melo, promovido pelo governo de Alagoas e do Prêmio José Marques de Melo de estímulo à Memória da Mídia, criado pela ALCAR.

Tendo em vista que esta mesa trata dos diálogos de Marques com Paulo Freire, vale destacar que Paulo Freire teve uma forte influência na obra de José Marques de Melo, levando-o a estabelecer um diálogo entre a educação e a comunicação. O primeiro contato de Marques com Paulo Freire ocorreu ainda em Recife, quando estava ligado ao Movimento de Cultura Popular. Na época, Freire estava testando seu método de alfabetização de adultos. Segundo Marques em entrevista concedida a Thomas Tufte:

Havia uma discussão sobre como usar o método. Havia intenção de usar o rádio. Já tinha a experiência do Movimento de Educação de Base (MEB), que era comandada por um bispo nordestino, Dom Eugenio Salles, lá no Rio Grande do Norte. Esse era outro método, que usava o rádio para educar em massa. E Paulo Freire não concordava com a educação massiva. Ele queria educação dialógica. O educador primeiro iria se educar com a comunidade, para depois educá-la. Uma coisa participativa, houve um embate e o pessoal mais à esquerda, naquela ocasião, Partido Comunista e outros, queriam usar o rádio para rapidamente fazer eleitores. Em pouco tempo a pessoa se alfabetizava para poder votar... o método Paulo Freire demoraria muito mais tempo e ninguém sabia se daria para continuar o governo. Então Paulo Freire ficou marginalizado como uma

pessoa de direita. [...] O método da escola radiofônica era um método que politizava. Paulo Freire também se recusava a politizar. Ele queria na verdade, conscientizar. Eram diferenças pedagógicas, mas ideológicas também (TUFTE, 2018).²

Em 1965, em Santiago do Chile, José Marques de Melo reencontrou Paulo Freire e o encontro foi lembrado na entrevista concedida a Thomas Tufte, quando prestou o seguinte relato:

Ele [Paulo Freire] me sentou no gabinete dele e me fez ler os originais do livro *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967). Li os originais do livro, pois ele me considerava como alguém que estava entre os comunistas e os católicos. Eu tinha na verdade trânsito pelas duas correntes, que era o perfil dele. [...] O discurso do livro era revolucionário, mas não no sentido radical. Acho que depois, na *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987) que ele faz marxismo, aplica conceitos. Nesse ele estava mais na emoção do que na razão. O livro chave para entender Paulo Freire é *Educação como prática da liberdade*. Esse livro é mais importante do que *Pedagogia do Oprimido*, porque é uma pedagogia da comunicação, por isso me identificava muito com ele (TUFTE, 2018).

Tendo lido os originais do livro *Educação como prática da liberdade*, José Marques de Melo “encontra em Freire referências para formular sua análise crítica a respeito do ensino de comunicação no Brasil. No segmento da Didática da Comunicação Social, e isso o estimulou a trabalhar com o tema” (GOBBI, 2001, p.66).

Livros de Marques que mostram sua preocupação com o desenvolvimento e a educação são: *Comunicação Opinião e Desenvolvimento* (1971); *Comunicação e Classes Subalternas*

2. Vale destacar que a entrevista foi concedida em outubro de 2012 e só publicada em 2018.

(1980), *Comunicação e Libertação* (1981), *Comunicação: direito à informação* (1986).

No livro *Comunicação e Libertação*, José Marques de Melo se refere à proposta de Paulo Freire:

Tendo plena consciência de que a educação reflete a estrutura de Poder e reconhecendo que a educação bancária é um instrumento do Poder dos opressores, Paulo Freire indaga se é possível praticar uma educação dialógica numa sociedade cujo poder nega o diálogo. [...] Em outras palavras: a instauração de uma Pedagogia da Comunicação tem como exigência primordial a superação da contradição educador-educando. Essa superação conduz à educação problematizadora [...] Educando e educador deixariam de ter papéis estanques. [...] Ambos, assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos. (MARQUES DE MELO, 1981, p. 36).

Enfim, como Professor José Marques de Melo formou várias gerações de pesquisadores, mas se destacou também como construtor de instituições e fomentador de outras. Teve atuação em diversas entidades nacionais e internacionais a exemplo da INTERCOM, ABEPEC, LABJOR, Cátedra Unesco, ABEJ, ALCAR, IBERCOM, ORBICOM, IAMCR, ALAIC, UCBC, entre outras. Destaque especial deve ser dado à fundação da Escola Latino Americana de Ciências da Comunicação.

Referências

GOBBI, Maria Cristina (Org.). **José Marques de Melo**. Recife: UNICAP: Centro de Estudos da Imprensa e da Cidadania, 2001 (série Grandes Nomes da Comunicação; v.3).

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação e Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, Sérgio. **O Guerreiro Midiático**: Biografia de José Marques de Melo. São Paulo/Petrópolis: Intercom/Vozes: 2010

MATTOS, Sergio. **Jose Marques de Melo**: Um poço de saberes. Salvador: Quarteto Editora, 2019.

NÓBREGA, Maria do Socorro. A contribuição de José Marques de Melo para estudos comunicacionais na Universidade de São Paulo. **PCLA**, vol. 3, n. 2, jan./mar., 2002

TUFTE, Thomas. A comunicação serve para que? Prof. José Marques de Melo e sua trajetória de jornalismo comunitário, resistência civil e comunicação para o desenvolvimento. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo**, v.41, n.2, pp. 169-185, mai/ago., 2018.

Educadores na essência

Rodrigo Gabrioti

A ideia de aproximar Paulo Freire e José Marques de Melo se baseou porque ambos, entre tantas características, nos parecem se encontrar em um detalhe: sistematização. A começar pelo patrono da Educação Brasileira, buscamos na contribuição de Jandrei José Maciel um pouco de seu Método aplicado como recurso para aprender a ler o mundo, a realidade e as palavras, pautada no diálogo, na troca de saberes, na construção de saberes. Na referência a Carlos Rodrigues Brandão que, em 1981, escreveu *O que é Método Paulo Freire*, recupera-se a seguinte descrição, nas páginas 10 e 11: “Um dos pressupostos do método é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-

educação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende”.

Aqui já encontramos um ponto convergente... um lugar onde as ideias de um e de outro podem coabitar. Presencialmente, tiveram um encontro ocasional em Recife. Mas nas ideias se encontram porque estabeleceram fundamentos e pressupostos teóricos reproduzidos e difundidos por pesquisadores da Educação, da Comunicação, da Cultura, da Educomunicação e outras perspectivas e possibilidades interdisciplinares.

O método Paulo Freire não tem esse nome teoricamente dizendo ao professor José Marques de Melo, mas a sua conduta como professor, pesquisador e orientador teve aspectos que Paulo Freire priorizou. Indiscutível e bastante crível que José Marques de Melo também tenha se apropriado disto para levar em consideração uma de tantas boas marcas, em especial, o trato com as pessoas, sobretudo a comunidade acadêmica e principalmente pesquisadores formados ou em formação. Sônia Jaconi e eu podemos dizer isso com propriedade, afinal, fomos da safra de orientandos de José Marques de Melo e podemos que assim como Paulo Freire pontuou, a educação não era bancária, não vinha de quem detém o saber para quem não tem. Com Marques de Melo, o processo era uma construção fazendo valer aquele dito popular de que não se dá o peixe pronto, mas sim, a vara para se pescar, ou seja, há uma dualidade no processo.

Além disso, em termos de produção, uma obra de José Marques de Melo se aproxima muito do caráter pedagógico

de Paulo Freire. Em 1974, Marques lançou “Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação”. Essa pedagogia da qual o professor falava irrompe nos anos 70 e se legitima na passagem do século. No contexto geral, os sistemas nacionais se desenvolveram; as faculdades de Comunicação expandiram; o sistema educacional foi reformado.

Pensando no que apregoava Freire, Marques de Melo valorizou o coletivo, entendia que o princípio da sua área – a Comunicação – era troca, compreendeu que todos poderiam ter conhecimento e ser educadores-educandos e educandos-educadores. Mais do que um nome, é essa essência que ficou quando se fala de José Marques de Melo porque em todas suas andanças pelo Brasil e pelo exterior, agregando e formando escolas, associações científicas, etc... ele já tinha uma visão à frente do seu tempo. Lá, nos anos 80, reuniu em Santos, no Congresso Nacional da Intercom, pesquisadores brasileiros e internacionais a começar pelos latino-americanos e norte-americanos. Depois, portugueses e espanhóis. Levou seu brasilianismo ao Ciespal, em Quito, no Equador, que lhe abriu portas para depois transitar pelos EUA.

Assim o professor José Marques de Melo se relacionou para refletir, se vinculou para atender o que acontecia em diversos momentos sociais, culturais e comunicacionais e defendeu arduamente perante todos que a América Latina tem uma Escola de Comunicação com pensamento autônomo. Entre idas e vindas, com tantas relações, trouxe ideias inovadoras ao campo, no Brasil, como falar de Jacques Kayser ou ser precursor e defensor da Escola Latino-Americana de Comunicação trazendo aos seus alunos professore do porte de Luis Ramiro Beltrán.

Fez o mesmo no cenário Iberoamericano defendendo as Ciências da Comunicação, seus avanços e sua consolidação no país como ressaltou a professora Margarida Kunsch no Café Intercom José Marques de Melo, em 2020. Outra característica

que o professor passou aos seus discípulos foi o trabalho voluntário, esse amor pelo campo, uma prestação de serviço público às entidades científica das Comunicação como as que criou – Intercom, Socicom, Assibercom e Confibercom – e reconstruiu: o caso da Alaic. Pelas entidades, ele fez muito. No âmbito internacional, acreditava que por meio delas, se pode levar a Língua Portuguesa adiante na comunicação científica frente ao mundo.

No caso aqui da Intercom, especificamente, não hesitou em congregiar todas as regiões do Brasil e todas as gerações de pesquisadores mesclando seniores, formados e em formação no espaço da entidade. O atual presidente da Intercom, Giovandro Ferreira, sempre salienta que, no Congresso de Curitiba, Muniz Sodré e Antonio Fausto Neto declararam abertamente que a Intercom é a única entidade que consegue trabalhar com as diferentes gerações de pesquisadores. Mais um legado lembrado por Giovandro Ferreira, durante a edição especial do Café Intercom 2020 em homenagem a José Marques de Melo foi que o professor sempre trabalhar na diversidade e isso deve ser levado como uma bandeira a continuar empunhada, principalmente, nestes dias de intolerância, inverdades e obscuridades que assolam o Brasil.

Entusiasta do estado da arte, Marques de Melo sempre foi defensor da redescritção para ter ideia do que o campo produz. Pelos antigos boletins da Intercom, registrou lançamentos, bibliografias, entre outros. Ele deu, como disse a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes, naquele mesmo Café Intercom, uma rubrica para a pesquisa em Comunicação que viveu e teve registrada fortemente sua turbulência por ter surgido dentro das Ciências Sociais a quem numa entrevista à Revista Pesquisa Fapesp Marques chamou de Prima Pobre.

Aliás a minha tese nasceu do nosso primeiro contato quando nutri o interesse de fazer Doutorado com ele na Universidade Metodista de São Paulo. Conversando sobre a

possibilidade de temas, ele me disse: “Você precisa fazer um estudo da arte sobre o fomento da pesquisa em Comunicação. A gente precisa saber como as agências de fomento estão legitimando o nosso campo”. Com a ideia de construção do estado da arte do campo, ele queria que a investigação começasse, na década de 60, período que ele já havia conseguido verba para pesquisa. Não foi possível chegar até lá porque não se tinha acesso aos documentos, mas, logo ele me perguntou qual seria o recorte, pois, a importância do tema se mantinha.

A práxis pedagógica de José Marques de Melo e Paulo Freire: relato de uma aproximação

Sônia Jaconi

Considerações iniciais

Participar da organização e coordenação das Lives Cátedra Intercom tem sido uma experiência singular, desafiadora e instigante.

Primeiro, por ser uma vivência que surgiu da necessidade de reinventar os modelos e os processos rapidamente, em um contexto adverso e novo. Depois, porque as circunstâncias sanitárias nos empurraram de corpo e alma para o universo das novas tecnologias e, aos tropeços e solavancos digitais, fomos desvendando seus mistérios. Desconfio que nunca foi tão rápida a passagem de um contexto social para outro como a que vivemos nos anos de 2020 e 2021, devido a pandemia. E por último, é um trabalho que aguça a criatividade e amplia nossos horizontes para outras produções coletivas, democráticas e tentadoras à reflexão teórica e a prática do campo da comunicação.

Nessa segunda temporada, me veio também a oportunidade de participar da Live 18 como uma das palestrantes, que teve como tema *José Marques de Melo e Paulo Freire: aproximações e diálogos na educação*. Na ocasião, as reflexões arrolaram-se sobre contribuições teórico-práticas ou relatos pessoais que envolvem o professor José Marques de Melo e as aproximações pedagógicas com Paulo Freire.

As falas que antecederam a minha foram as dos professores Alvarenga, (Estácio/São Luis), apresentando elementos característicos de Marques de Melo que dialogam com os do ilustre pedagogo, no campo da educação e na formação integral dos alunos, Thomas Tufte, (University London), que fez uma exposição sobre processos de comunicação e mudança social influenciada por Paulo Freire, além de sua orientação global – nesse sentido buscando aproximações com a atuação de José Marques de Melo e do biógrafo do professor José Marques, Sérgio Mattos (UFRB), que expôs com muita propriedade a trajetória intelectual do alagoano JMM. Rodrigo Gabrioti encerrou a Live apresentando resumidamente a trajetória do professor Marques de Melo e a influência que exerceu na vida acadêmica e profissional de muitos que decidiram trilhar no campo da Comunicação, inclusive na sua.

Descobertas constantes

Uma das características da pesquisa que nos encanta é a sua capacidade de nos surpreender diante das descobertas. Na academia, essa sensação de espanto é sentida a todo instante, tanto quando o achado vem de buscas em livros e documentos ou quando vem de uma conversa espontânea ou programada, com amigos e profissionais que compartilham do mesmo campo de atuação que o seu – o universo acadêmico.

Foi nessa roda de conversa virtual, promovida pelas Lives Cétedra Intercom, que o professor e amigo Sérgio Mattos, da

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), chamou minha atenção com sua fala sobre a leitura por professor José Marques de Melo dos originais do livro *Educação como Prática da Liberdade* (FREIRE, 1967), recebidos pelas próprias mãos do ilustre pedagogo. Feito revelado em uma entrevista concedida ao professor Thomas Tufte em 2012, publicada somente em 2018.

Ele [Paulo Freire] me sentou no gabinete dele e me fez ler os originais do livro *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967). Li os originais do livro, pois ele me considerava como alguém que estava entre os comunistas e os católicos. Eu tinha na verdade trânsito pelas duas correntes, que era o perfil dele. [...] O discurso do livro era revolucionário, mas não no sentido radical. Acho que depois, na *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987) que ele faz marxismo, aplica conceitos. Nesse ele estava mais na emoção do que na razão. O livro chave para entender Paulo Freire é *Educação como prática da liberdade*. Esse livro é mais importante do que *Pedagogia do Oprimido*, porque é uma pedagogia da comunicação, por isso me identificava muito com ele (TUFTE, 2018 *apud* MATTOS, 2021).

Confesso que já havia lido a entrevista publicada na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – Intercom, vl. 41 (2), Maio/Agosto 2018, que tem como título “A comunicação serve para que?": Prof. Marques de Melo e sua trajetória de jornalismo comunitário, resistência civil e comunicação para o desenvolvimento”.

Porém, ouvir o biógrafo Sérgio Mattos dizer essa informação causou em mim uma sensação de novidade ou, talvez, fez-me recordar de uma característica peculiar e tão necessária nos dias atuais do professor José Marques – ser tolerante com as diferentes posições ideológicas. Ele (JMM) era agregador e dialogava muito bem com todas as tribos e campos – um diplomático da comunicação.

A opinião franca e direta do professor Marques sobre a obra *Educação como prática da liberdade*, considerando esta ser mais importante do que *Pedagogia do Oprimido*, é outra qualidade sua que muitos admiravam. Falava sem rodeios e sem receios, apesar de explorar metáforas e ironia refinada, fazia-se entender com facilidade.

Horizontalidade de saberes: a pedagogia de JMM e Paulo Freire

Sabe-se que a marca mais singular de Paulo Freire é a sua defesa pela educação dialógica e emancipatória. Nesse processo, Freire defende o rompimento da relação verticalizada entre professor e aluno, isto é, o professor não é detentor do saber absoluto e o aluno não é um sujeito passivo e sem carga de conhecimento significativo para sua formação integral e participação cidadã. Tanto professor quanto aluno tem sua importância no processo de ensino e aprendizagem e, juntos, constroem o conhecimento significativo.

[...] o homem vai dinamizando o seu mundo a partir destas relações com ele e nele; vai criando, recriando; decidindo. Acrescenta algo ao mundo do qual ele mesmo é criador. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é o jogo criador destas relações do homem com o mundo o que não permite, a não ser em termos relativos, a imobilidade das sociedades nem das culturas (FREIRE, 2008, p. 68).

Acredito que a qualidade de grandes mestres que inspiram sua geração e as futuras é a valorização da horizontalidade de saberes, ou seja, esses praticam o ensino participativo, dialógico e integrador. Nesse processo, a figura do professor não deve ser autoritária, mas sim ser uma voz incentivadora que faz o aluno ser protagonista da sua busca pelo conhecimento que lhe interessa. Nesse sentido,

o professor assume um papel de moderador do processo de aprendizagem.

Assim também acreditava o mestre José Marques de Melo - um ensino horizontal, onde professor e aprendiz ocupam o mesmo espaço e discutem questões relevantes para a construção do saber de ambos.

Nesse sentido, sinto-me tranquila para relatar um pouco sobre a pedagogia do professor Marques, pois fui sua orientanda de doutorado em Comunicação Social, na Universidade Metodista de São Paulo, quando em 2012 defendi a tese *A transgressão Sertaneja do Gênero Relatório: Revelação do escritor no texto do prefeito Graciliano Ramos*.

Nos quatro anos que duraram o curso, foi estimulada a ocupar o lugar de protagonista da busca pelo conhecimento do objeto de estudo proposto para minha pesquisa doutoral. Era a metodologia que o professor Marques valorizava.

Como orientador, JMM nunca dava respostas prontas para as perguntas de seus alunos (as minhas sempre foram muitas), mas apontava caminhos para eles buscá-las. Talvez, para muitos esse não era o caminho mais desejado, pois esperavam respostas rápidas e prontas. Mas era como JMM agia.

Também vejo outra característica singular que aproxima os dois ilustres pesquisadores - a valorização que ambos valorizavam a história de vida e de formação dos alunos. Marques de Melo tinha uma perspicácia rara e aguçada para conduzir seus orientandos em pesquisas que embricassem a trajetória acadêmica e profissional de cada um. Aconteceu assim comigo:

Ensaie várias vezes o desvendamento de tal enigma midiático, mas nunca logrei realizar essa tarefa. Até que fui procurado pela doutoranda Sônia Jaconi, numa circunstância pirandelliana: uma pesquisadora à procura de um objeto. Ela tinha

formação literária, trabalhava numa escola de administração e estava matriculada num programa de doutorado em comunicação. Os três requisitos me animaram a lhe propor esse objeto (MELO, 2013).

Nesse sentido, a forma do professor Marques conduzir seu processo de ensino e aprendizagem se assemelha à pedagogia proposta por Paulo Freire – o círculo de cultura.

Nesse método, a orientação para a escolha de um tema para estudo parte sempre da realidade vivenciada pelos alunos, considerando o contexto social e cultural. Dessa forma, as histórias de vida, tanto as individuais quanto as coletivas, são valorizadas no processo de aprendizagem.

A forma como o saudoso professor Marques conduziu minha orientação doutoral e de tantos outros alunos deixou um legado valioso em mim e, certamente, em cada um – o gosto pela pesquisa e pelo conhecimento significativo para si, para o campo de atuação e para a sociedade.

Em 2018, ano do falecimento do professor José Marques de Melo, escrevi uma opinião sobre este que foi, para mim, uma bússola dos parandelianos. O texto foi publicado pela Revista Imprensa em 03/07/2018. Na ocasião, descrevi com mais detalhes toda influencia e importância que o professor JMM teve em minha formação profissional e, também, pessoal.

Um clássico *in memorian*: Jesús Martín-Barbero e o legado das mediações

RODRIGO GABRIOTI

Aprender ainda mais sobre o legado de Jesús Martín-Barbero pelas telas de dezenas de computadores e celulares conectados à Plataforma Zoom ou à página da Intercom, no Facebook, serviu como meio para fazer desse momento mediações que configuram uma homenagem póstuma e também um momento de saudade a um dos autores que em vida já era um clássico dos estudos em Comunicação. Não foi algo programado, mas sim, uma ocasião não desejada que marcou, dias depois de sua morte, o encerramento da segunda temporada de *lives* da Cátedra Intercom. Jesús Martín-Barbero nos deixou, aos 83 anos, em 12 de junho de 2021, em decorrência de complicações da Covid-19, segundo alguns jornais colombianos.

Fazer este preâmbulo relacionando o evento ao Zoom, ao Facebook e às pessoas interligadas dos mais diversos pontos do Brasil e também do Exterior tem a ideia de remeter um pouco a alguns de seus conceitos como tecnicidades e

espacialidades. É justamente pelos meios online que temos a sensação e a dimensão simbólica de circular por espaços diferentes. Algo parecido, senão similar, mas real, de fato e de direito, ao que fez Jesús Martín-Barbero que nasceu em 3 de outubro de 1937, na cidade de Ávila, Espanha, mudando-se, na década de 1960, para a América Latina radicando-se na Colômbia. Essas raízes fincadas, em nosso continente, deram a ele a condição de vivenciar nossas latinidades, nossas culturas, nossos povos, nossas políticas e assim ser uma das expressões significativas pela luta em busca de um pensamento comunicacional latino-americano.

Jesús Martín-Barbero segue vivo pelo seu legado, pelas suas contribuições ao campo, pela condução teórico-metodológica e referencial a centenas de pesquisadores assim como por momentos especiais que compartilhou com os três convidados dessa última *live* da Intercom: Maria Immacolata Vassallo de Lopes, ex-presidente da Intercom e professora pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); Raúl Fuentes Navarro, professor pesquisador do Departamento de *Estudios de la Comunicación Social do Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades*, da *Universidad de Guadalajara* (México) e Nilda Jacks, professora pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em comum, projetos, pesquisas e traduções. Porém, um diferencial desse encontro foi que os participantes puderam atestar que os três convidados tiveram experiências pessoais ao lado do autor seja em situações curiosas, de escritos inéditos ou de pedidos.

Os laços acadêmicos e de amizade com Raúl Fuentes Navarro começaram nos anos 1980 quando ambos se conheceram em um evento na Cidade do México. Era uma reunião com 10 pessoas. À certa altura, chegou na sala um pacote com 10 exemplares da publicada obra *Dos meios às*

mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia. Fuentes-Navarro detalhou o momento. Segundo ele, Martín-Barbero abriu aquele pacote e entregou um exemplar para cada um com dedicatória especial. Mas para o mexicano, além da dedicatória, houve uma peculiaridade: a elaboração de algum comentário sobre o livro. Honrado, Fuentes-Navarro acenara que atenderia ao pedido que levou 1 ano para se concretizar. Ele justificou a demora por se julgar incapaz de captar a maior parte das referências utilizadas no texto e a complexidade daquele conteúdo. Para a surpresa dele, uma semana depois do evento, no México, surgia a primeira resenha sobre *Dos meios às mediações*, elaborada por Néstor Garcia Canclini. Assim que viu a publicação, Fuentes-Navarro se demonstrou incrédulo ainda mais com a ressalva feita por Canclini, no texto, de que aquele mais novo livro seria uma dor de cabeça e tanta para os bibliotecários fazerem a classificação. Diante disso, não restou outra a Fuentes-Navarro senão se perguntar: como foi possível Canclini ter lido e resenhado aquilo tudo em uma semana? Tempos depois, a descoberta: Néstor Garcia Canclini havia participado de todo o processo de redação do livro. Isso então tranquilizou o pesquisador mexicano. A proposta de produzir algo se manteve e saiu do papel, em um texto de 15 páginas que Fuentes-Navarro publicou na Colômbia e no México. Mas antes disso, enviou o que havia escrito para Jesús com um pedido de perdão pela dificuldade em lê-lo. Condição totalmente contrária à facilidade que tinha em se relacionar com o espanhol de nascimento e colombiano de adoção. Entre ler e lidar com Martín-Barbero, Fuentes-Navarro ressaltou uma espécie de dupla personalidade do autor que tinha a timidez demonstrada pela fala leve e baixa ao mesmo tempo que era muito carinhoso, eloquente e notável nas suas falas em público. Esse estilo de comunicação, na avaliação do pesquisador mexicano, também se refletia nos escritos já que sua leitura exigia um trabalho adicional de compreensão.

Foi na década de 1980 também que a professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes conheceu pessoalmente Jesús Martín-Barbero. O pesquisador veio a São Paulo, a convite da Intercom, para uma palestra na sede da entidade, à época, na Vila Mariana. Ela se sentiu atônita diante da fala do pesquisador ainda mais pelo seu envolvimento com as questões de metodologia, preocupação constante em seu trabalho desde as origens nas Ciências Sociais. E foi nessa conferência que ela identificou como Barbero estava renovando epistemologicamente o campo da Comunicação na América Latina. Entre atividades de professor visitante, na ECA, e outros encontros, ela destacou um durante sua fala: o Fórum Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Estado de São Paulo, no Memorial da América Latina, em 17 de agosto de 2009. Um dia antes, Martín-Barbero concedeu uma entrevista a Mariluce Moura, da Revista Pesquisa Fapesp¹. Uma das perguntas feitas pela jornalista foi sobre o que ele estudava naquele momento. E na hora da resposta, a professora Immacolata testemunhou Martín-Barbero sacando um papel do bolso com um de seus mapas sobre mediações, recentemente esboçado.

Já o registro pessoal de Nilda Jacks se deu, na Colômbia, quando a pesquisadora brasileira foi visitá-lo em Bogotá. Na conversa, ele apresentou o livro *Memória e Promessa – conversas com Jesús Martín-Barbero* que havia sido publicado na Argentina. Nesse encontro, um pedido que era muito mais um desejo: ter essa obra traduzida, no Brasil, por Nilda Jacks. No texto original, os argentinos Jorge Uergo e Kelvin Moravac trazem o resultado de uma entrevista, feita durante uma semana, com Barbero que conta os bastidores do pensamento dele e uma revelação: *Dos Meios às Mediações*² levou 10 anos para ser escrito.

1. Ver a entrevista completa em: revistapesquisa.fapesp.br/as-formas-mesticas-da-midia

2. O livro foi traduzido para Língua Portuguesa e publicado pela Editora da UFRJ.

Dos meios às mediações: a obra clássica

Desde 1987, quando foi publicado pela primeira vez, esse livro é indispensável em cursos, dissertações, teses, artigos, etc... A constatação disso se dá quando Raúl Fuentes Navarro traz um dado do *Google Scholar* de que esse título conta com mais de 10 mil citações. Essa descoberta empírica foi tema de uma conversa entre Fuentes-Navarro e Jesús Martín-Barbero que demonstrou preocupação em ser tão citado e repetido sem que fosse plenamente discutido, assimilado e compreendido.

Mesmo com essa preocupação do autor, Maria Immacolata Vassallo de Lopes recorda que a cada nova versão publicada, Martín-Barbero pensava e escrevia um novo prólogo, uma nova introdução, a partir das reações manifestadas por seus leitores. Tais reflexões se tornavam fundamentais, por isso, existem três ou quatro maneiras de se complexificar a dificuldade em ler a obra porque, a cada novo texto, ele atualizava e problematizava seu pensamento histórico. A própria professora traduziu um dos prólogos e se recorda que, na edição de 2001, o autor disse ter sido estimulado por muitas pessoas a fazer o caminho inverso, isto é, escrever das mediações aos meios. Essa dúvida ele deixou no ar até o final de sua introdução quando diz que nesse texto estão as respostas às observações recebidas e não um novo livro.

O pensamento de Jesús Martín-Barbero, no Brasil, foi introduzido pela ECA/USP. A afirmação é da professora Immacolata que também reconheceu a influência do pensamento de Barbero em seu trabalho e conduta como orientadora. Mas esse mérito, ela não deixou restrito apenas à USP. Ela indicou outros estados, com excelentes centros de investigação, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia que também se valeram das ideias dele. Delineada essa conjuntura, a pesquisadora salientou que todos adaptaram as ideias de Barbero às suas preocupações locais, o que ela avalia

como condição fecunda. Algo similar ao que ela mesma fez no estudo “Vivendo com a Telenovela”, uma pesquisa que os aproximou e reuniu mediações, recepção e ficção televisiva.

Na abertura deste subtítulo, Fuentes-Navarro comenta sobre o excesso de citações a Jesús Martín-Barbero. Quem também se ocupou de fazer levantamento análogo foi Nilda Jacks. Aliás, na live, ela cita o estudo bibliométrico de Fuentes-Navarro, entre 1987 e 1997 (primeira década do livro *Dos meios às mediações*) que identificou 164 temas ou objetos explorados da obra com apropriação comunicacional, a partir de meios, processos e gêneros; apropriação sociocultural por parte de outras Áreas; e apropriação metacomunicacional, quando se pensa a constituição e transformação do campo. A mesma pesquisa identifica o uso das proposições, os estudos dos meios para além dos meios e as relações entre Comunicação e Cultura, sendo estas melhor relacionadas às ideias de mediação, apesar de Barbero ter pensado também os meios como mediações.

Após constatar bibliograficamente, em Omar Rincón, que mediação foi o conceito básico de Martín-Barbero mais utilizado pela Área da Comunicação, na América Latina, a pesquisadora fez um levantamento em três publicações do continente, com abrangência internacional, para verificar como os autores latino-americanos e também os europeus analisaram a obra de Barbero no que corresponde às mediações e suas apropriações. Esse detalhamento está no livro *Mapas Nocturnos – Diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero*, obra comemorativa aos 10 anos do livro *Dos meios às mediações*. Dos quinze pesquisadores convidados a escrever, doze falaram sobre mediação.

Até com certa propriedade, o alemão Hermann Herlinghaus trouxe a reflexão sobre o protagonismo de Barbero na América Latina. Aliás, o espanhol-colombiano foi convidado para passar um tempo em Berlim. Partindo

pela Modernidade, Herlinghaus discutiu sobre uma nova epistemologia da Política e da Cultura, na clássica obra de Martín-Barbero. Situação que a pesquisadora brasileira classificou interessante já que esse pensamento partia de um europeu. Segundo ele, as mediações são capazes de reagrupar o massivo e, na sequência, o narrativo sob um mesmo teto. É a capacidade de coagular, como dizia Barbero, que na pesquisa desse autor alemão, sofreu a influência de Paul Ricoeur, seu professor.

Para Eliseo Colón, o trabalho de Barbero está mais conectado a Walter Benjamin, principalmente, no que diz respeito à estética e à história como possibilidade de ampliar as análises de Comunicação e Cultura. A mediação é vista como forma de chegar ao sujeito. Ao analisar o método barberiano, percebe que a noção estética vem de Benjamin e se encontra na fissura entre os meios e as mediações na região humana da percepção.

O sociólogo peruano Javier Protzel garante que são Walter Benjamin e Michel de Certeau quem conduziram Barbero a configurar as mediações na origem da história cultural construída a partir do sensorio popular da cidade latino-americana moderna e no levantamento étnico-histórico da massificação do popular. Assim seria discutida a mediação que tem vários entendimentos de acordo com o analista que busca uma definição a qual Barbero evitou de fazer.

Orientando de Barbero, na *Universidad Javeriana* de Bogotá, William Torres atribui a Walter Benjamin o norte teórico de seu orientador cuja questão teórico-metodológica busca no desenvolvimento tecnológico e nas novas sensibilidades o sujeito e suas transformações. Pelas aulas e convivência, Torres percebeu que Barbero delimitou os problemas de Comunicação mais pelas práticas sociais do que pelas teorias, o que o coloca em observação empírica. Desse modo, o autor vai dizer que seu professor abandonou

as decodificações da Teoria dos Efeitos para elaborar interpretações e adotar a transdisciplinaridade.

Néstor Garcia Canclini identificou que Barbero traz os meios de comunicação para o centro do debate cultural e político como agente mediador social. Ainda nesse estudo, três ou quatro autores fazem a retomada do conceito de massmediação, desenvolvido por Barbero, em outros poucos textos. O termo que não se fixou é visto por Nilda Jacks como plasticidade possível para se pensar a questão massiva como mediação. A pista para isso ela vê em Canclini que ressalta o conceito como conjunto de elementos e práticas da contemporaneidade social.

Rossana Reguillo trabalhou na mesma perspectiva de Barbero: convocou antropólogos, urbanistas, artistas, educadores, entre outros. Juntando Áreas, há uma circulação por vários saberes. Sobre a influência no pensamento de Barbero, a pesquisadora diz que isso vem de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, o que lhe garantiu uma análise inovadora com sólida proposta metodológica.

Por ter feito doutorado em Educação, Guillermo Orózco parte de outra ideia: multimediações. Embora isto não tenha agradado Barbero, Orózco fala em cultura e mediação, com “m” maiúsculo, por envolver historicidades, cultura popular, movimentos sociais, entre outros. O autor mexicano aponta que sempre é possível identificar empiricamente, a partir dos objetos, as instâncias mediadoras. Como resgate da primeira década do livro *Dos meios às mediações*, ele aborda três dimensões: sociabilidade; ritualidade e tecnicidade. Sabedor dessa leitura, Barbero incorporou em seu diagrama a institucionalidade como provocação e resposta a Orozco sem colocar os meios dentro do mapa, avalia Nilda Jacks.

A socióloga Mónica Zulete Prado é da Colômbia e analisou o impacto da obra de Jesús Martín-Barbero nas Ciências Sociais, condição que extrapola a percepção da

Comunicação. Ao observar a relação emissor/receptor, considerou que Barbero instaurou ação, alteridade e experiência ao reconhecer que o receptor tem uma agenda. Zulete-Prado ainda propõe uma leitura sobre o que seria mediação para Barbero cujo trabalho, na opinião dela, ganhou ao privilegiar muito mais os receptores que os consumos singularizados das Teorias dos Efeitos, das Influências, etc... Quando associa sua linha de raciocínio a Gramsci, diz que Barbero deixa de pensar a Comunicação como dominação para entendê-la como dominação da Comunicação.

Outro colombiano a fazer a análise sobre mediação é Fábio López de la Roche que observa a sociologia dos processos comunicativos com recepção e usos sociais dos bens simbólicos. Já Ana Maria Lalinde pensou as mediações na formação dos profissionais pela perspectiva dos currículos de Comunicação destacando o gênero midiático para conhecer ideologias profissionais, rotinas produtivas, utopias... É isso, por exemplo, que Jesús Martín-Barbero considerou ao elaborar o currículo dos cursos de Cali: uma formação cultural e histórica dos comunicadores.

E há mais dois textos que trabalham essa releitura da mediação. Erna von der Walde trabalha pelo prisma da Literatura. Pensando esse campo como produção simbólica, ela se pergunta: quais eram as mediações culturais da leitura? Revisando estudos literários latino-americanos, conclui que a Literatura pouco dialogou com a cultura popular e massiva de Martín-Barbero. E Elizabeth Lozando olha a questão pelas cidades perguntando como as pessoas as consomem, usam, andam e quais códigos utilizam. Sob essa perspectiva, discute a cidade como espaço que instaura o processo de comunicação.

Por fim, nessa coletânea, Javier Protzel considerou a obra de Barbero com potencial heurístico mostrando as reações de outros autores ao pensamento original das mediações. A análise desse conjunto termina com Nilda Jacks apontando que

William Torres foi ao encontro de Canclini dizendo que não sabe do que se tratam os meios e as mediações, por isso, não é possível saber se Barbero fala sobre Antropologia, Sociologia, Comunicação ou Estética, ainda mais pelo cúmulo de observar processos sociais e culturais que não são muito relevantes a partir da adoção de metodologias não quantificáveis.

Ainda na linha das comemorações, quando *Dos meios às mediações* completou 20 anos, a Revista *Anthropos* dedicou um número intitulado *Comunicación y Cultura en América Latina* com 17 autores publicando textos. Cinco deles falaram da mediação. E nos 30 anos da obra, em 2017, a *Revista Versión – Estudios de Comunicación y Política* também trouxe artigos sobre mediação.

O conceito de mediação sempre suscita debates e foi, na *live* da Intercom, o questionamento de um dos participantes que apontou a complexidade para seu entendimento. Ao responder essa colocação, a professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes disse que esse resgate feito por Nilda Jacks mostra a questão da comemoração dos 10 anos da obra, mas Jesús Martínn-Barbero fazia modificações em seus mapas de mediação de acordo com os novos problemas e as novas vivências porque a história vai se modificando. E a temporalidade, segundo ela, é uma mediação com a qual precisa se preocupar assim como o espaço que menos de comunicação, estética ou história, é uma questão mais filosófica e ontológica.

Esse resgate de Nilda Jacks serviu, segundo Immacolata, a se orientar para avançar sobre o que os brasileiros falam das mediações e de Jesús Martín-Barbero. Também recordou que a Revista *MatriZes*, da USP, dedicou um número especial aos 30 anos da obra, em 2017³. Na Espanha, Miquel de Moragas também fez o mesmo. Segundo ela, o próprio Barbero escreveu o texto *Lo que América Latina debe a los estudios*

3. Ver em: revistas.usp.br/matrizes/issue/view/10638

de Comunicación de Brasil, por isso, os brasileiros têm que se colocar nisso. É preciso escrever sobre as mediações, pesquisar e ler o que Jesús fala sobre a temporalidade e assim vão se montando outros cenários. A Nilda abre uma possibilidade de se dizer: e os brasileiros com isso? Qual o legado? Observada esta proposta, ela arremata que os escritos de Jesús Martín-Barbero são provocações, por isso, é preciso seguir lendo, discutindo e levando seu pensamento a outros caminhos porque é isso que deve ser feito com pessoas, como Barbero, que constroem fundações.

Assim, 34 anos depois da publicação desse clássico, Fuentes-Navarro identifica, nesse título, o legado fundamental de Jesús Martín-Barbero com o qual é preciso assumir uma dívida para manter a discussão séria e profunda no tocante ao significado desse livro e todas as consequências que suscita em um mundo que mudou rapidamente de 1987 para cá. Apesar dessa atualização, os livros seguem sendo veículos críticos e profundos de debate, por isso, na opinião de Fuentes-Navarro, precisam ser incrementados nos círculos de estudiosos de Comunicação da América Latina com a prioridade que Barbero elegeu: a discussão sobre o nosso continente.

Teoria Barberiana da Comunicação

Jesús Martín-Barbero tem uma teoria da comunicação. É isso que a professora Immacolata defende em um artigo⁴ com liberdade poética em nominar de barberiana essa teoria porque, no Brasil, ele é conhecido assim. O mais correto seria citá-lo como Martín-Barbero, mas até ele sabia que era de Barbero que o chamavam aqui.

No discorrer de sua fala, a professora Immacolata qualifica como obrigação trabalhar as questões epistemológicas, teóricas e metodológicas do campo.

4. Ver em: revistas.usp.br/matriz/es/article/view/145750

Assim afirma que a Teoria Barberiana não é de recepção porque existem epistemologia, teoria, metodologia e um modo de pesquisar. Inclusive cita como referência um texto publicado, na Revista Felafacs, no qual Barbero escreve, a partir de uma pesquisa desenvolvida com uma pesquisadora colombiana, sobre a telenovela daquele país. Ali se percebe como era um texto atual que adentra as questões de produção, o produto em si, a semiologia e a recepção. Nota-se uma visão que não segmenta o processo de comunicação, mas sim, o toma por inteiro.

Para a professora, metodologia não é algo estabelecido, mas sim, uma estratégia, um experimento para avançar nos procedimentos técnicos como desenho global da pesquisa empírica. E a estratégia de Jesús Martín-Barbero foi o diálogo transdisciplinar com franceses, norte-americanos, latino-americanos de diversos níveis e linhagens teóricas.

Nesse sentido, Nilda Jacks também contribuiu ao falar sobre o livro *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural – diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. A obra que se preocupa com o último de seus mapas aglutina polos e mediações para que haja uma conversa com os ideais do autor. Assim ela exemplificou que na mediação da temporalidade, a perspectiva veio de um historiador. Na espacialidade, a contribuição de um geógrafo. Assim se relacionam saberes para verificar como as mediações se conectam.

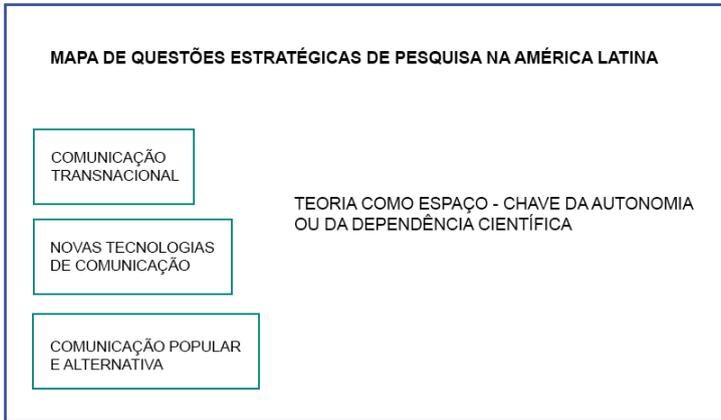
Os mapas são a representação do trabalho de Martín-Barbero e é por meio deles que a professora Immacolata orienta que deve ser acompanhado o raciocínio de percurso do autor. Há certa imprecisão no número de mapas porque alguns falam em três, outros em dois, também há quem fale em quatro. Explorando os mapas, em uma sequência de slides apresentados na live e reproduzidos neste capítulo, ela começa por um mapa que ela mesma identificou em um texto

de 1980, traduzido em 1982, pela Intercom, e que precederia os mapas das mediações.

Figura 1 – O primeiro mapa identificado antes das mediações

UM MAPA DE 1982 (antes das mediações)

Fonte: Retps a la investigación de comunicación en América Latina.
Comunicación y Cultura 9. 1982



Fonte: Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2021)

Outro texto com esse mapa foi publicado também na clássica Revista *Comunicación y Cultura*. A respeito do mapa em si, pela primeira vez, Martín-Barbero colocou três questões estratégicas para uso, pensamento e desenvolvimento: Comunicação Transnacional; Novas Tecnologias da Comunicação; Comunicação Popular e Alternativa. Essa questão transnacional, certa vez, foi pauta entre Immacolata e Martín-Barbero. A conclusão que chegaram foi que o autor trabalhava por um pensamento latino-americano original sem ser fechado, provinciano, mas aberto ao diálogo internacional. Constrói-se em uma temporalidade quando todos olhavam para o Norte. Isto, aliás, foi alvo de crítica por parte de Barbero pelo fato de não se olhar para onde se vivia muito menos em saber quais eram os problemas reais

de Comunicação na América Latina. Por isso, entende teoria como espaço-chave de autonomia ou dependência científica, de acordo com a forma de tratamento.

Outro mapa, desenvolvido por ele, agora já em *Dos Meios às mediações* é este que se reproduz aqui:

Figura 2 – Primeiro mapa nas mediações

PRIMEIRO MAPA TEÓRICO-METODOLÓGICO DAS MEDIAÇÕES - 1987

(Introdución 1: G. Gili, Barcelona = ed. UFRJ 2001)



Fonte: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2021)

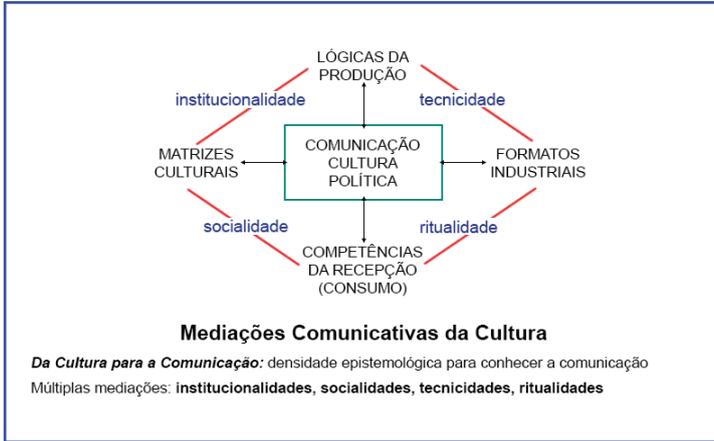
À primeira vista, parece tudo muito simples: produção, produto, recepção, eixos e mediação fundante/constitutiva articulados. A professora Immacolata explica que é no tripé Comunicação, Cultura e Política que o trabalho de Jesús Martín-Barbero distingue as pesquisas em Comunicação que não podem ser identificadas como parte dos Estudos Culturais. Além da relação entre Comunicação e Cultura, esse mapa tem uma proposta de leitura com eixos verticais (lógicas de produção para competências de recepção e vice-versa) e eixos horizontais (histórico das matrizes culturais que os formatos industriais tomam para si e formatam).

Em seu percurso, Martin-Barbero desenvolve mais um mapa de mediações.

Figura 3 – Segundo mapa nas mediações

SEGUNDO MAPA TEÓRICO-METODOLÓGICO DAS MEDIAÇÕES - 1987

(Introducción 2: Pistas para entre-ver medios y mediaciones.
Convenio Andrés Bello, Bogotá = ed. UFRJ 2ª ed. 2001)



Fonte: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2021)

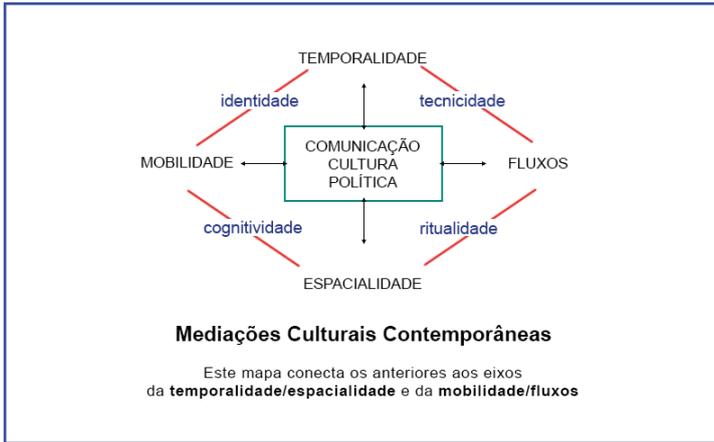
É um mapa que aparece na tradução do Convênio Andres Bello e que consta na segunda edição de *Dos Meios às mediações*, da UFRJ. Trabalhando sobre esses mapas, a professora Immacolata contou que não houve tempo de discuti-lo com Jesús, mas ela disse que se houvesse feito isso, falaria a ele que além das mediações fundantes, existem mediações principais e secundárias. Essa contribuição seria feita a partir dessa introdução a qual ela compreendeu como um verdadeiro texto metodológico organizado pelo autor.

O terceiro mapa também está em uma introdução como preâmbulo de mediações comunicativas e culturais como se pode ver na figura abaixo:

Figura 4 – Terceiro mapa nas mediações

TERCEIRO MAPA TEÓRICO-METODOLÓGICO DAS MEDIAÇÕES - 2010

(Introducción 3: *Preámbulo a un mapa de las mutaciones comunicativas y culturales*. Ed. Anthropos, Barcelona.)



Fonte: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2021)

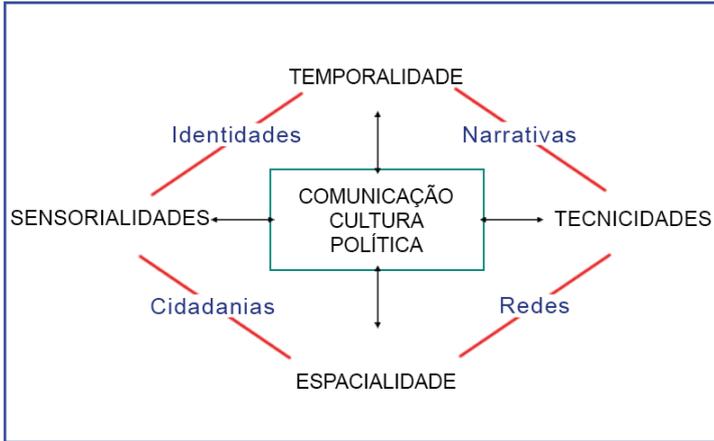
A discussão presente envolve tempo, espaço, mediações como mobilidade e fluxos com ligações à era digital. Apesar das evoluções e novas interpretações colocadas, sempre em suas introduções, a professora Immacolata questiona: o que são esses sucessivos mapas? Um substitui o outro? A resposta ela mesmo oferece: tratam-se de conexões porque, em seu percurso, Martín-Barbero vai adensando os mapas e assim um mapa não substitui o anterior.

Há mais um mapa constituído por meio de uma entrevista de Martín-Barbero a Omar Rincón, em 2017, na Colômbia, representado assim na próxima página:

Figura 5 – Um mapa a partir de uma entrevista

MUTAÇÕES CULTURAIS E COMUNICATIVAS CONTEMPORÂNEAS

Fonte: Entrevista de JMB a Omar Rincón, 2017



Fonte: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2021)

A entrevista gerou esse mapa com temporalidades, espacialidades, cidadania, narrativas e redes. A partir dela, a professora destaca como eram fundamentais as entrevistas de Barbero assim como suas introduções porque ela sentia que na oralidade, ele se revelava por ficar mais solto que em seus textos.

Para fechar essa perspectiva dos mapas, Immacolata volta um pouco na origem dessa constituição apresentando alguns elementos como a leitura de outra obra de Barbero – *Ofício de Cartógrafo* – e a entrevista que fez com ele para uma edição da Revista *MatriZes*, de 2008, quando o autor esteve na ECA. Nesse encontro, ele disse que o mapa dos campos estratégicos, apontado pela professora, seria mesmo seu primeiro mapa desenvolvido. E é justamente por esse mapa que ela tem desenvolvido seu trabalho como objeto a ser aprofundado partindo de uma cartografia em busca

de novos lugares metodológicos. Nessa trajetória e com o andamento de sua proposta para uma Teoria Barberiana da Comunicação, ela junta todos os mapas e representa em outro assim constituído:

Figura 6 – Visão geral dos mapas

CARTOGRAFIA BARBERIANA



Fonte: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2021)

São novas pistas que se constituem e que vão ajudar seus seguidores e futuros pesquisadores a se mover pelas mediações. Se podemos dizer que há um “segredo” para isso, o pressuposto mais factível se relaciona ao que Raúl Fuentes-Navarro disse, durante a live: há distintas maneiras de abordar a leitura do texto para compreendê-lo. E isto vai ser uma constante, pois, como a própria professora Immacolata diz, a cada leitura, Jesús-Martín-Barbero, como clássico que é, vai nos dizer algo novo ou permitir com que vejamos algo novo. Afinal ele sabia que estava pensando o pensamento latino-americano. E nós? Como estamos pensando isso?

SOBRE OS AUTORES

Sobre os autores

ADRIANA AMARAL

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e do curso de Produção Fonográfica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pesquisadora do CNPq. Foi pesquisadora visitante na University of Surrey (Reino Unido) através do Estágio Sênior da CAPES e na Universität Duisburg-Essen (Alemanha). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). | adriana.amaral08@gmail.com

ADRIANA OMENA SANTOS

Publicitária pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Comunicação da Ciência junto à Universidade de Ottawa (UOttawa) no Canadá. Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Faculdade de Educação, junto ao curso de Jornalismo, ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE). | adriomena@gmail.com

ANA LUÍSA ZANIBONI GOMES

Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em 1986; Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), em 2014; Vice-coordenadora do GP Comunicação e Educação da Intercom; Diretora da Oboré. | analuisa@obore.com

ANÉZIA MARIA BRITO LIMA

Discente de Jornalismo da UNIFAP e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/ CNPq). | anezialima55@gmail.com

BRUNO FUSER

Jornalista, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pós-doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor efetivo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na Faculdade de Comunicação. Lidera o Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais, Educação e Cultura da UFJF. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom). | bruno.fuser@ufjf.edu.br

BRUNO GUIMARÃES MARTINS

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela UFMG em 1995. Atuou por 10 anos como diretor de arte e designer gráfico. Mestre em Comunicação pela UFMG em 2005. Doutor em Literatura pela PUC-Rio em 2013. Autor dos livros *Tipografia popular: potências do ilegível na experiência do cotidiano* (2007) e *Corpo sem cabeça: o tipógrafo-editor e a Petalógica* (2018). Pesquisa a história dos meios de comunicação a partir de uma perspectiva material e estética, especialmente nas relações entre mídia, literatura e história cultural. Também se dedica a pesquisas sobre transfigurações midiáticas contemporâneas, humanidades digitais e experimentações nos campos da comunicação visual, tipografia, design gráfico e publicidade. Membro integrante do Ex-press, grupo de pesquisa em historicidade das formas comunicacionais. Participa da Rede de Grupos de Pesquisa em Comunicação - Historicidades. Membro da Rede Latino-Americana de Cultura Gráfica. Atualmente é coordenador do Grupo de Pesquisa em Produção Editorial da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom. Integra o Departamento de Comunicação Social da UFMG desde 2006, onde atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Comunicação. | brunomartins@ufmg.br

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em

Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Póscom da Universidade Federal do Espírito Santo. Investigadora Colaborada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidad Nacional Autónoma de México. Fez o mestrado em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo e a graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi. Pesquisadora das linhas de Comunicação popular, comunitária, alternativa e mídia local, além de Relações Públicas, na perspectiva crítica e dos movimentos sociais. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Comunicação e Culturas Populares da Intercom, do Grupo de Trabalho Comunicación Popular, Comunitária y Ciudadanía da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), do GT Comunicação e Cidadania da Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Responsabilidade Social e Cidadania (Abrapcorp). Coordena o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). Foi coordenadora executiva e membro da equipe de coordenação do GT Comunicação e Cidadania da AsiIbercom (Associação Ibero-Americana de Comunicação). Foi presidente e fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores Populares em Comunicação Comunitária e Cidadã (ABPCom). Pesquisadora PQ 1B do CNPq. Foi membro de Comitê de Assessoramento de Artes, Ciências da Informação e Comunicação (AC) do CNPq (2016-2019). Presidente da Associação Ibero-Americana de Investigadores da Comunicação (Assibercom). | kperuzzo@uol.com.br

CÍNTIA SANMARTIN FERNANDES

Pós-Doutora pela Escola de Comunicação da UFRJ e pelo Programa de Comunicação e Semiótica na PUC/SP (2007-2010), Doutora e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

Ao longo do doutorado realizou Estágio no Centre D'Etude sur L'Actuel et Le Quotidien (CEAQ) - Université René Descartes - Paris V - Sorbonne (2003). Professora adjunta e pesquisadora (Prociência/FAPERJ) da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UERJ). Coordenadora e líder do grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Cidade (CAC) no CNPq e pesquisadora associada junto ao Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM-UFRJ) em parceria com Micael Herschmann (UFRJ) o projeto Cartografias Sensíveis das Cidades Musicais do Rio de Janeiro. É autora dos livros: *Música nas ruas do Rio de Janeiro* e *Sociabilidade, Comunicação e Política: a experiência estético-comunicativa da Rede MIAC na cidade de Salvador*. | cintiasan90@gmail.com

CLARICE GRECO

Professora do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Paulista (UNIP). Doutora e mestre pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). | claricegreco@gmail.com

Cláudia Lahni

É Professora Titular da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora permanente do PPGECH-UFSCar (Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba). Participa do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da INTERCOM (do qual foi coordenadora em 2011-2012). É líder do Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (FACED-UFJF-CNPq). Lésbica Feminista, é jornalista, é doutora em Ciências da Comunicação pela USP, com pós-doutorado em Comunicação, pela UERJ. | lahni.cr@gmail.com

CLAUDIANE CARVALHO

Doutora e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas

pela UFBA. É jornalista e autora do livro *A construção da notícia: interseções entre jornalismo e comunicação estratégica* (Edufba, 2019). Coordena o GP de Teorias da Comunicação da Intercom e realiza pós-doc no INCT IN-TREE. | claudianecarvalho.29@gmail.com

DEBORA CRISTINA LOPEZ

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, é professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e de Ouro Preto (UFOP), onde também leciona na graduação de Jornalismo. Coordena os Grupos de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e Convergência e Jornalismo (ConJor), além do Laboratório de Inovação em Jornalismo, ambos na UFOP. | deboralopezfreire@gmail.com

DÉBORA IVANOV

Advogada e produtora. Foi sócia da Gullane Entretenimento e sua trajetória inclui a realização de mais de 50 obras audiovisuais. Foi diretora executiva do Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo - SIAESP, membro do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e diretora da ANCINE. É presidente do conselho do Instituto Querô e fundadora do + Mulheres, Lideranças no Audiovisual Brasileiro. | debora@gullane.com

DENISE TERESINHA DA SILVA

Professora Associada da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008) com doutorado sanduíche na Universidad Autónoma de Barcelona (2006/2007). Possui graduação em Comunicação Social hab. Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998). Atualmente é líder do Grupo de Pesquisa Fos com pesquisa sobre consumo consciente e produção sustentável; coordenadora do Núcleo de Estudos e Produção

em Fotografia da Unipampa - NEPFOTU; participante do projeto de extensão sobre Violência de Gênero e integrante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã – ABPCom (2019-2021). Foi coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM (2017-2018) e vice-coordenadora (2015-2016), Integrante do Comitê de Ética na Pesquisa - CEP/UNIPAMPA (2012-2018), Coordenadora da Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio da Unipampa (2013-2014), Diretora da Universidade Federal do Pampa - Unipampa Campus São Borja (2009-2013). | denisesilva@unipampa.edu.br

EDUARDO VICENTE

Professor associado na Escola de Comunicações e Artes da USP, com doutorado pela mesma instituição, foi pesquisador visitante na Universidad Complutense de Madrid (Espanha, 2018, Fapesp). É coordenador do Grupo de Estudos e Produção em Mídia Sonora e autor, entre outros, de *Da vitrola ao iPod: uma história da indústria fonográfica no Brasil* (São Paulo, Alameda, 2014). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. | eduvicente@usp.br

ELEN GERALDES

Professora associada do curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação da UnB. Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Doutora em Sociologia pela UnB. Pós-doutora em Ciências da Informação também pela UnB. Ex-coordenadora do GP Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom. | elenger@ig.com.br

EMMANOEL FERREIRA

Bacharel em Desenho Industrial/Programação Visual pela Escola de Belas-Artes da UFRJ; Mestre e Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ.

Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, ambos ligados ao Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. É líder do Medialudens: grupo de pesquisa em mídias digitais, experiência e ludicidade (DGP/CNPq). Coordenador do GP Games da Intercom. | emmanoferreira@midia.uff.br

FELIPE PENA

Jornalista, escritor, psicólogo e professor associado III do DP de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutor em Letras (Literatura Brasileira) pela PUC-Rio, com estágio pós-doutoral em semiologia da imagem na Université de Paris/Sorbonne III, sob tutoria do professor François Jost. Autor de dez livros na área de Comunicação, entre eles *No jornalismo não há fibrose* (2012), *Teoria do Jornalismo* (2005) e *Televisão e Sociedade* (2002). Trabalha como jornalista de TV desde 1995, tendo passado pelas seguintes emissoras: Manchete, UTV, Comunitária, TVE, (onde foi debatedor do programa Espaço Público), Rede Globo (onde foi diretor de Análise de Conteúdo) e GloboNews (onde foi comentarista do programa Estúdio I). Foi professor visitante da Universidade de Salamanca (Espanha) e *visiting scholar* da *New York University* (EUA), atuou como Sub-Reitor da Universidade Estácio de Sá, onde foi diretor da Faculdade de Comunicação Social e coordenador da pós-graduação em telejornalismo e em jornalismo cultural. É autor dos romances que compõem a *Trilogia do Campus*, publicados pela editora Record entre 2010 e 2012. Dirigiu o documentário *Se essa vila não fosse minha*, sobre a remoção das 530 famílias da comunidade Vila Autódromo para a construção do Parque Olímpico Rio 2016. É diretor da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). | felipepena@globo.com

GENIO NASCIMENTO

Doutorando e Mestre em Comunicação Audiovisual pela

Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). É colaborador da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação desde 2004 e coordenador da Expocom - Exposição e Prêmio de Pesquisa Experimental em Comunicação - Categoria Cinema e Audiovisual. É editor-assistente da Insólita - Revista Brasileira de Estudos Interdisciplinares do Insólito, da Fantasia e do Imaginário e editor na Gênio Editorial. | genionascimento@gmail.com

GÉSIO PASSOS

Vice-presidente regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. Mestre em Comunicação pela UNB e jornalista formado pela UFMG. Atua como jornalista, empregado público, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Pesquisa temas ligados à comunicação pública, políticas de comunicação, história da mídia brasileira, direitos humanos, legislação e ética do jornalismo. | gesiopassos@gmail.com

GUSTAVO FISCHER

Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) onde fez Mestrado e Doutorado. Graduado em Publicidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa Audiovisualidades da Tecnocultura: Comunicação, Memória e Design. | gfischer@unisinobr

HELEN CAMPOS

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (POSCOM-UFBA). | helenjornalismo@gmail.com

ISABELLA PICHIGUELLI

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, mestra e doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (Uniso). Pesquisadora do

Grupo de Estudos em Mídia, Religião e Cultura (MIRE/Intercom) e do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI/Uniso/CNPq). | isabellareisps@gmail.com

IVAN MUSSA

Professor substituto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com período sanduíche na *University of Copenhagen*, na Dinamarca. Vice-coordenador do GP Games da Intercom. | ivanmussa@gmail.com

JAMER GUTERRES DE MELLO

Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM), doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), com pós-doutorado (PNPD-CAPES) pelo PPGCOM-UAM. | jamermello@gmail.com

JORGE CARDOSO FILHO

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Estágio doutoral na *Goethe-Universität Frankfurt am Main*. Docente do Centro de Artes, Humanidade e Letras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Áreas de pesquisa: Experiência Estética, Crítica Cultural, Performance Studies. | cardosofilho.jorge@gmail.com

JOSÉ DE SOUZA MUNIZ JR.

Graduado em Comunicação Social-Editoração, mestre em Ciências da Comunicação e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral na *Universidad Nacional de Quilmes* (UNQ). Realizou estágio pós-doutoral (PNPD-CAPES) na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha no Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC) do Centro Federal de

Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), onde atualmente, é coordenador adjunto do Bacharelado em Letras - Tecnologias de Edição e coordenador da editora-laboratório LED. É vice-coordenador do Grupo de Pesquisa Produção Editorial da Intercom; colíder do Grupo de Pesquisa Comunica - inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CNPq); pesquisador membro do Grupo de Pesquisa Discurso, Tecnologia e Divulgação do Conhecimento (CEFET-MG/CNPq) e do Programa de *Estudios del Libro y la Edición*, sediado no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES, Argentina). Leciona, pesquisa e publica nas seguintes áreas: estudos sociais do livro e da edição; escritas profissionais e processos de edição; editores independentes; políticas para o livro e a leitura; sociologia da cultura e dos intelectuais; metodologia comparativa e perspectivas glotopolíticas. Recebeu o *Emerging Scholar Award (17th International Conference on Books, Publishing & Libraries, 2019)*, o Prêmio LIBRE pela Bibliodiversidade (LIBRE / Aliança Internacional dos Editores Independentes, 2018) e o Prêmio Freitas Nobre de melhor trabalho em nível de doutorado (Intercom, 2015). | jmunizjr@cefetmg.br

KAMILA SANTOS

Bolsista de Iniciação científica junto ao Grupo de Pesquisa/CNPq – CPCienTE – Comunicação Pública da Ciência, Tecnologias e Educação e discente do curso de Jornalismo na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, Brasil. | kamila_kml2014@hotmail.com

LARISSA LEDA F. ROCHA

Doutora em Comunicação Social pela PUC-RS. Pós-doutorado ECA-USP. Professora do Departamento de Comunicação Social e da Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFMA. Vice-coordenadora do GP Ficção Seriada. | larissa.leda@ufma.br

LEONEL AGUIAR

Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da

PUC-Rio, foi premiado duas vezes como melhor Orientador de Pós-graduação por entidades científicas da área da Comunicação, recebendo o Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo (Doutorado 2018) e o Prêmio Compós de Teses e Dissertações (Mestrado 2013). Exerce, atualmente, o cargo de Coordenador do Curso de Jornalismo da PUC-Rio. Em dezembro de 2020, assumiu novamente o cargo de coordenador do Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Possui Doutorado e Mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa sobre temas vinculados ao campo dos estudos em jornalismo e é líder do Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq/PUC-Rio). Exerceu o cargo de coordenador do Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), no período 2013-2016, além de ter atuado como coordenador adjunto no período 2008-2012. Exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Comunicação Social (2018-2020), de coordenador de Graduação do departamento (2011-2018) e de coordenador do Curso de Jornalismo (2006-2011) da PUC-Rio. | laaguilar@uol.com.br

LIGIA PREZIA LEMOS

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pesquisadora de Pós-doutorado, na ECA-USP, com bolsa CAPES. Coordenadora do GP Ficção Seriada. | ligia.lemos@gmail.com

LUCAS MARTINS NÉIA

Roteirista, dramaturgo e diretor teatral. Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Oficineiro e palestrante do Programa Pontos MIS, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP). Membro da *Screenwriting Research Network (SRN)* e da *Red Internacional de Historiógrafos de la Comunicación (RIHC)*. | lucas_martins_neia@hotmail.com

LUÍS MAURO SÁ MARTINO

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Cásper Líbero. | lmasamartino@gmail.com

LUIZA LUSVARGHI

Pesquisadora e doutora pela ECA USP, com estudos sobre novos formatos da produção de cinema e audiovisual no Brasil. Foi diretora da Abraccine, integra os grupos Elviras e +Mais Mulheres e Genecine (Unicamp). Autora e coorganizadora de *Mulheres Atrás das Câmeras - Cronologia das Cineastas Brasileiras de 1930 a 2018* (2019), finalista do Jabuti 2020. É Vice-Coordenadora do GP Cinema da Intercom e professora colaboradora da Pós-Graduação em Multimeios da Unicamp. | lumecom@uol.com.br

MARCELO PIRES DE OLIVEIRA

Professor Titular do Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Multimeios pela UNICAMP. Pós-doutor em Comunicação pela PUCRS. Coordenador do Grupo de Folkcomunicação da UESC. | mpoliveira@uesc.br

MARCIO TELLES

Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba e pós-doutorando na Faculdade Cásper Líbero. Vice-coordenador do GP Teorias da Comunicação. | tellesjornal@gmail.com

MERCEDES LISKA

Etnomusicóloga, mestre em Comunicação e Cultura, doutora

em Ciências Sociais. Pesquisadora do CONICET e professora da Universidade de Buenos Aires. | mmliska@gmail.com

MIRIAM ROSSINI

Doutora em História (UFRGS), Mestre em Artes – Cinema (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação e do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade do CNPq. | miriam.rossini@ufrgs.br

MIRNA TONUS

Jornalista e Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Doutora em Multimeios pela Universidade de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado em Sociologia junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Faculdade de Educação, junto ao curso de Jornalismo e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE). Uberlândia, Brasil. | mirnatonus@gmail.com

NADJA VLADI GUMES

Coordenadora do GP Comunicação, Música e Entretenimento da Intercom, professora adjunta da UFRB e do PPGCOM/UFRB e foi a mediadora da mesa Ativismos Musicais: espaços de emergências e resistências que acontecem na Lives Cátedra Intercom 2021. Acrescentar que a autora coordena o Grupo de Pesquisa MusPop/MMC, - Música Pop e Mediações Culturais. | nadjavladi@ufrb.edu.br

NAIR PRATA

Jornalista (UFMG) e doutora em Linguística Aplicada (UFMG), realizou estágio de pós-doutoramento na *Universidad de Navarra* (Espanha). Trabalhou durante 18 anos em emissoras de rádio, principalmente a Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte. É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação

da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É diretora científica da Intercom (2017-2020; 2020-2023). Coordenou o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom por dois mandatos (2011-2012; 2012-2013), foi diretora Regional Sudeste da Intercom (2014-2017) e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (2015-2019). É vencedora do Prêmio Luiz Beltrão 2013, categoria Liderança Emergente. | nairprata@uol.com.br

NELIA DEL BIANCO

Jornalista e Doutora em Comunicação pela ECA-USP (2004) com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha (2009). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UnB, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Ouro Preto. | neliadelbianco@gmail.com

PABLO NABARRETE BASTOS

Professor do Departamento de Comunicação Social do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutor em Ciências da Comunicação, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, pela ECA-USP. Coordenador pedagógico do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (LACCOPS). Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ. | pablobastos@id.uff.br

PAULO VITOR GIRALDI PIRES

Professor Permanente do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Jornalista e Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB/PPGCOM) [2019]. Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (FAAC/UNESP) [2013]. Graduação: Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - Universidade do Sagrado Coração [2010]. Atual coordenador

do GP da INTERCOM - América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), onde atua no curso de graduação em Jornalismo, na Pós-Graduação e, também, Diretor da TV e Rádio Universitária. É coordenador de duas pesquisas científicas na área de Tecnologia e Comunicação, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - (CNPq), Projetos - Desenvolvimento de Startups na Amazônia Amapaense: empreendedorismo digital nas profissões e Startups na Amazônia Amapaense: novos arranjos econômicos alternativos. | paulogiraldi2@gmail.com

RAFAELA CAETANO PINTO

Professora do Instituto Federal de Brasília (IFB), da Área de Turismo, Hospitalidade e Lazer e da Pós-Graduação lato sensu em Gestão Pública - Governança e Políticas Públicas. Coordenadora de Extensão do IFB – campus Brasília. Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Comunicação Social – habilitação Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). | rrprafaela@gmail.com

RICARDO ALVARENGA

Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de São Luís. Professor de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu do Centro Universitário Estácio São Luís, onde é Líder do Grupo de Estudos em Comunicação para a Transformação Social - CAMBIO e bolsista do Programa de Pesquisa Produtividade. Vice coordenador do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da Intercom. Membro do Grupo de Reflexão sobre Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Grecom/CNBB). | ricardocalvarenga@gmail.com

RODRIGO GABRIOTI

Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do curso de Jornalismo da Athon Ensino Superior. Diretor-adjunto de Projetos da Intercom gestão 2020-2023. | rgabrioti@hotmail.com

ROSE MARA PINHEIRO

Coordenadora do GP Comunicação e Educação da Intercom; Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). | rose.pinheiro@ufms.br

ROZINALDO ANTONIO MIANI

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes (1990), graduação em História pela Universidade de São Paulo (1995), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000), doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005) e pós-doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (2012). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina. É coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP) cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. | rmiani@uel.br

SANDRA REIMÃO

Professora Livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH); pesquisadora de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Graduada em Filosofia pela USP, mestre e doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou estágios pós-doutorais na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Publicou, entre outros, os livros: *Livros e televisão - correlações* (Ateliê, 2004) e *Repressão e resistência - censura a livros na ditadura militar* (Edusp/Fapesp, 2ª edição, 2019). Atua principalmente nos seguintes temas: história do livro no Brasil; mercado editorial

brasileiro; interfaces dos livros com outras mídias, censura a livros. | sandra.reimao@gmail.com

SÉRGIO MATTOS

Jornalista diplomado pela UFBA, Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Estados Unidos, em Austin. É professor associado da UFRB e autor de 53 livros, dentre os quais dois sobre *José Marques de Melo: O Guerreiro Midiático* (2010, 2ª. ED. 2014) e *José Marques de Melo- Um poço de saberes* (2019). | sasmattos@gmail.com

SIMONE PEREIRA DE SÁ

Cientista social (IFICS/UFRJ), doutora em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), estágio pós-doutoral na McGill University Montreal (2008). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora com Bolsa Produtividade do CNPq. | sibonei.sa@gmail.com

SÔNIA JACONI

Doutora em Comunicação Social pela UMESP, Mestre em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Consultora em Comunicação Empresarial. Criou e foi editora da Revista da Faculdade de Administração e Economia (ReFAE), publicou *Graciliano Ramos: o prefeito escritor*, organizou diversas obras voltadas ao campo da comunicação. Diretora de Projetos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom. | sonia.jaconi@uol.com.br

SUZANA KILPP

Socióloga, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É pesquisadora do PPG em Ciências da Comunicação e fundadora do grupo de pesquisa Audiovisualidades da

Tecnocultura: Comunicação, Memória e Design (TCAv). |
sukilp@unisinos.br

TAMIRES FERREIRA COELHO

Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGCOM-UFMT), doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). | tamires.coelho@ufmt.br

THAIANE OLIVEIRA

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). |
thaianeoliveira@id.uff.br

Todos os direitos desta edição reservados à:

INTERCOM

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2050 - Bela Vista

CEP 01318-002 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3892 7558

Site: portalintercom.org.br

E-mail: secretaria@intercom.org.br